

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDO GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

**“A *LITEL JAPE THAT FIL IN OURE CITEE*”: A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE CIDADINA E O DISCURSO SOBRE A LONDRES MEDIEVAL**

NITERÓI

2017

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

“A LITEL JAPE THAT FIL IN OURE CITEE”: A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE CIDADINA E O DISCURSO SOBRE A LONDRES MEDIEVAL

Tese apresentada para a Defesa de
Doutorado no Curso de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História Social, como
requisito final para obtenção do Grau de
Doutor. Áreas de concentração: História
social – História Medieval.

Orientador: Prof^a. Dr^a. VÂNIA LEITE FRÓES

NITERÓI

2017

J58 Jesuz, Viviane Azevedo de.
“A litel jape that fil in oure citee”: a construção da identidade
citadina e o discurso sobre a Londres medieval / Viviane Azevedo de
Jesuz. – 2017.
296 f. ; il.
Orientadora: Vânia Leite Fróes.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História,
2017.

Bibliografia: f. 222-235.

1. Cidade medieval. 2. Identidade. 3. Londres (Inglaterra).
I. Fróes, Vânia Leite. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

“A LITEL JAPE THAT FIL IN OURE CITEE”: A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE CIDADINA E O DISCURSO SOBRE A LONDRES MEDIEVAL

Tese apresentada para a Defesa de
Doutorado no Curso de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História Social, como
requisito final para obtenção do Grau de
Doutor. Áreas de concentração: História
social – História Medieval.

Banca examinadora

Professora Doutora Vânia Leite Fróes – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Paulo André Leira Parente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Doutora Maria Angélica da Silva
Universidade Federal de Alagoas

Professor Doutor Síval Carlos Mello Gonçalves
Universidade Federal do Amazonas

Professora Doutora Raquel Alvitos Pereira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

NITERÓI

2017

Aos olhos carinhosos que do
Alto acompanham meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e Vilmar, que nunca mediram esforços para que eu alcançasse voos mais altos do que eu poderia imaginar. Não há palavras para descrever tamanho amor. Essa conquista deve-se, sem qualquer dúvida, a vocês. À minha irmã, Vanessa, e ao irmão que a vida me deu, Gustavo, por serem meu porto seguro em todos os momentos.

Àquela que nesses 10 anos guiou meus passos no universo da pesquisa histórica, Professora Doutora Vânia Leite Fróes. Eterna gratidão por sua amizade, dedicação, críticas atentas e empurrões necessários para ir além. Obrigada por ser exemplo de ética e solidez em tempos tão sombrios que enfrentamos. Que sorte a minha de ter encontrado uma verdadeira mestra em meu caminho!

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, por manter sua excelência mesmo frente a todos os revezes que se colocam diante do nosso campo de estudo e por ter proporcionado essa oportunidade de crescimento intelectual e profissional.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ter garantido os recursos necessários para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa e participar de eventos com importantes trocas acadêmicas.

Aos meus queridos amigos Douglas Mota, Mariana Bonat Trevisan, Leonardo Fontes, Tereza Rocha, Katiúscia Quirino e Jonathan Mendes, que brindaram esta trajetória com debates instigantes, e, acima de tudo, amizade, carinho, apoio e boas risadas. Esta jornada, certamente, tornou-se mais leve graças a vocês.

Aos demais amigos do *Scriptorium* e aos amigos de outros programas de pós-graduação, por todos os questionamentos que estimularam esta pesquisa e pelo apoio constante.

Aos amigos da Cultura Inglesa, que sempre incentivaram essa jornada pelas veredas da História e foram ponto de apoio nos períodos mais intensos dessa trajetória, trazendo confiança, leveza, sorrisos e gargalhadas.

A todos os amigos e familiares que estiveram presentes ao longo desse percurso, por compreenderem as ausências e torcerem por esta conquista.

Com toda certeza, todos foram fundamentais para que eu me tornasse uma profissional mais capacitada e, ampliando meus horizontes, uma pessoa melhor.

RESUMO

Nosso estudo concentra-se na análise da identidade cidadina no medievo inglês, mais especificamente, em Londres na Baixa Idade Média. Londres, como uma grande cidade medieval, estava inserida em diferentes redes urbanas tanto internamente, junto a outras cidades do reino inglês, quanto externamente, inserida no contexto do Ocidente medieval. Além disso, encontrava-se envolvida em um conflito de longa duração com a França, reino irmão, que se torna ao mesmo tempo inimigo. A cidade buscava preservar sua posição central no território insular. Os cidadãos, por sua vez, procuravam estratégias para consolidar sua identificação com a cidade. Questiona-se nesse estudo quais são os vetores que corroboram para a construção da identidade cidadina. Ao tomar Chaucer e sua narrativa *The Canterbury Tales* como fio condutor, observamos que a cidade encontra sua unidade a partir da diversidade de grupos que a compõe. Apoiamo-nos ainda sobre a base documental dos *Calendars of Letter Books*, dos *Memorials of London and London Life*, do *Calendar of Wills proved and enrolled in the Court of Husting* e do *Parish Fraternity Register: Fraternity of The Holy Trinity And Ss. Fabian And Sebastian*.

Palavras-chave: Cidade medieval – Identidade cidadina – Londres medieval

ABSTRACT

This paper focuses on the analysis of city identity in the English Middle Ages, more specifically, in London in the Late Middle Ages. London, as a great medieval city, was inserted in different urban networks both internally, connected to other cities of the English kingdom, and externally, inserted in the context of the medieval Occident. Besides, it was involved in a conflict of long duration with France, a brotherly kingdom, which became an enemy at the same time. The city aimed at preserving its central position in the insular territory. The city dwellers, on their turn, sought strategies to consolidate their identification with the city. In this study, we inquire into the aspects working towards the construction of city identity. Taking Chaucer and his narrative *The Canterbury Tales* as our main thread, we observe that the city finds its unit in the diversity of groups that composes itself. We also lean on the documental base provided by the *Calendars of Letter Books*, the *Memorials of London and London Life*, the *Calendar of Wills proved and enrolled in the Court of Husting* and the *Parish Fraternity Register: Fraternity of The Holy Trinity And Ss. Fabian And Sebastian*.

Key words: Medieval city – City identity – Medieval London

RÉSUMÉ

Notre étude porte sur l'analyse de l'identité de la ville dans le Moyen Age Anglais, en particulier, à Londres à la fin du Moyen Age. Londres, comme une grande ville médiévale, a été inséré dans différents réseaux urbains tant au niveau interne, avec les autres villes du royaume anglais, et au niveau extérieur, dans le contexte de l'Occident médiéval. En outre, il a été impliqué dans un conflit de longue durée avec la France, un royaume frère, qui devient un ennemi en même temps. La ville a visé à préserver sa position centrale sur le territoire de l'île. Les citoyens, à leur tour, ont cherché des stratégies pour consolider leur identification avec la ville. On s'enquit dans cette étude sur les vecteurs qui prennent en charge la construction de l'identité de la ville. En prenant Chaucer et son récit *The Canterbury Tales* comme un guide, nous observons que la ville trouve son unité dans la diversité des groupes qui la composent. Nous comptons également sur la base documentaire dans les *Calendars of Letter Books*, les *Memorials of London and London Life*, le *Calendar of Wills proved and enrolled in the Court of Husting* et le *Parish Fraternity Register: Fraternity of The Holy Trinity And Ss. Fabian And Sebastian*.

Mots-clés: Ville médiévale – Identité citadine – Londres médiévale

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
CAPÍTULO 1: PELA JANELA DE CHAUCER: CONSTRUINDO IDENTIDADES NA LONDRES MEDIEVAL	p. 20
1.1. SOB A JANELA DE ALDGATE	p. 21
1.2. ABORDAGENS PARA UMA IDENTIDADE DA CIDADE	p. 30
1.3. CHAVES DE ACESSO À LONDRES MEDIEVAL	p. 44
1.3.1. AS PROCLAMAÇÕES DOS <i>CALENDARS OF LETTER BOOKS</i> E <i>MEMORIALS OF LONDON AND LONDON LIFE</i>	p. 45
1.3.2. <i>CALENDARS OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING</i> E A FUNÇÃO SOCIAL DOS TESTAMENTOS	p. 48
1.3.3. OS REGISTROS DA FRATERNIDADE DA SANTÍSSIMA TRINDADE E DE SÃO FABIANO E SÃO SEBASTIÃO DA PARÓQUIA ST. BOTOLPH WITHOUT ALDERSGATE	p. 50
CAPÍTULO 2: A LINGUAGEM E A ESCRITA DA CIDADE	p. 54
2.1. A PRODUÇÃO LITERÁRIA INGLESA	p. 55
2.1.1. GEOFFREY CHAUCER AND <i>THE CANTERBURY TALES</i>	p. 61
2.1.2. UMA REDE TEXTUAL: AS INFLUÊNCIAS PRESENTES NA OBRA DE CHAUCER	
2.2. QUE LÍNGUA FALAR? ASPECTOS DE UMA CIDADE MULTILÍNGUE	p. 84
CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO DA CIDADE	p. 98
3.1. MEMÓRIAS COMPARTILHADAS	p. 99
3.1.1. MEMÓRIA EM TEMPOS DE GUERRA	p. 109
3.2. ESPAÇOS DE MEMÓRIA	p. 122
3.2.1. EM PROCISSÃO	p. 131

CAPÍTULO 4: RELAÇÕES DE ALTERIDADE NA LONDRES MEDIEVAL	p. 141
4.1. OS CIDADINOS E OS ESTRANGEIROS	p. 142
4.2. O LUGAR DOS MORTOS DA LONDRES MEDIEVAL	p. 154
4.3. RECONHECER-SE E SER RECONHECIDO COMO CIDADINO	p. 171
CAPÍTULO 5: IDENTIDADES CIDADINAS EM QUESTÃO	p. 185
5.1. GUILDAS E FRATERNIDADES	p. 186
5.2. PERTENCER AO GRUPO, PERTENCER À CIDADE	p. 203
CONCLUSÃO	p. 217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 222
ANEXOS	p. 236
ANEXO 1. EXTRATOS DE FONTES	p. 237
ANEXO 2. MAPAS	p. 256
ANEXO 3. BALANÇO TEÓRICO COMPLEMENTAR	p. 260
ANEXO 4. ÍNDICE DE TESTADORES	p. 265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Gêneros narrativos em <i>The Canterbury Tales</i>	p. 74
---	-------

INTRODUÇÃO

Nos séculos finais da Idade Média, as cidades experimentam um movimento de plena expansão de suas redes de influência, comercial, política e cultural, no Ocidente. Londres não fica imune a esta dinâmica, pois, embora seja menor que outras grandes cidades continentais como Paris, é uma cidade central para o reino inglês. Neste contexto, cada cidade, assim como seus cidadãos, ocupa-se em manter sua identidade perante os demais. Esta Tese tem como proposta central a análise dos múltiplos vetores que atuam sobre a construção da identidade cidadina na Londres medieval a partir das relações que os cidadãos estabelecem com sua cidade e entre si. Portanto, adotamos como eixo de análise a conjuntura em que Londres se encontra nos séculos finais do medievo, desde a segunda metade do século XIV até o início do século XV. Este período engloba ainda um dos principais conflitos enfrentados pelos ingleses, a Guerra dos Cem Anos, ao longo da qual se destaca a preocupação com a preservação da imagem e da identidade da cidade, diante das demais cidades do reino e como ponto fundamental de articulação do reino frente ao estrangeiro.

Londres é singular neste período porque já apresentava uma identidade de contornos bem definidos. Em primeiro lugar, diferia de outras cidades importantes do Ocidente medieval devido a sua realidade insular. Além disso, destacava-se dentro do reino entre as cidades já estabelecidas por ser ponto de articulação econômica (controlando boa parte dos rendimentos resultantes das exportações do reino), política (concentrando em seus arredores todo o aparato administrativo régio), militar e cultural. Ao reunir em seu interior uma grande variedade de mercadores e visitantes, a cidade corroborava na construção de uma relação de identidade e alteridade com o estrangeiro, que combatia em batalha, mas com quem também convivía no espaço. Por fim, Londres forja sua unidade a partir da diversidade de grupos que a ocupam e aí interagem.

Em um momento no qual não apenas as cidades como também as redes urbanas se encontram em um processo de expansão acelerado, um movimento para o exterior, que já se depara com limites ao não dar conta de suas próprias disparidades internas, a relevância das questões urbanas para a sociedade fica em evidência. No entanto, não justificamos o estudo da cidade medieval porque consideramos a cidade como uma estrutura atemporal, mas porque, como Marcel Roncayolo, entendemos a categoria cidade como a soma de experiências históricas. Portanto, pensando nessa natureza histórica, torna-se necessário analisar as configurações do ambiente citadino, sua composição territorial e social, assim como as relações

estabelecidas em diferentes momentos.

Os cidadãos imaginavam-se, é certo, como membros de grupos mais amplos, fossem estes paróquias, guildas, ou fraternidades, assim como também estabeleciam relações pessoais dentro dos diferentes grupos dos quais participavam, criando várias esferas de influência. Neste movimento, eixos distintos cooperam para a construção da identidade, como o sentido de pertencimento, a contribuição para o bem comum, a participação política, a memória compartilhada pela comunidade, a percepção da alteridade e a ideia de unidade na diversidade. Nossa proposta visa, nesse caminho, contribuir para a compreensão da cidade medieval, considerando um novo ângulo de análise da identidade social construída, sob a influência de vetores múltiplos, no ambiente cidadão.

Esta tese insere-se em um quadro de estudos das questões urbanas que vem se desenvolvendo em abordagens mais recentes. Adotamos no desenvolvimento de nossa argumentação a perspectiva da História Social ao buscar compreender os mecanismos utilizados para a construção da identidade cidadina, partindo da sua representação, mas ampliando a análise a fim de observar seu desdobramento no âmbito das práticas sociais.

A fim de analisar os aspectos que atuam sobre a identidade cidadina, a Tese foi estruturada a partir de três hipóteses. Em primeiro lugar, propomos que os elementos constitutivos da identidade londrina no medievo apresentam vetores múltiplos. A memória, a língua e demais heranças culturais compartilhadas pelos cidadãos atuam como mantenedoras dos laços identitários que os unem. O espaço urbano, por sua vez, onde operam os grupos sociais, compreende as dimensões física e simbólica das interações que tecem seus vínculos. Portanto, o compartilhamento de um mesmo tempo e espaço geram laços que constroem a imagem interna e externa dos cidadãos. Como segunda hipótese, entendemos que a identidade urbana está em constante processo de transformação, no qual se inscrevem as experiências acumuladas pelo indivíduo e pela comunidade. Por fim, os conflitos sociais e políticos redefinem a imagem da cidade diante do reino.

Neste percurso, Chaucer atua como fio condutor que nos permite caminhar pelas ruas de Londres e observar as relações que aí se desdobram. Nascido em uma família de mercadores de vinho de Londres, Chaucer era um cidadão envolvido em diversos postos a serviço da Coroa, sendo reconhecido em vida muito mais por estes cargos do que por suas narrativas, que ganhariam maior circulação após sua morte em 1400. Envolvido desde muito jovem no ambiente de Corte, este influenciaria sua produção ao lhe permitir o contato com os modos e as histórias que nesta circulavam. Chaucer foi testemunha ocular dos eventos que se desenrolavam

na cidade ou que exerciam impacto sobre esta, além de conhecer profundamente sua estrutura social. Sendo membro da cidade, esta era parte integrante de seu esquema mental e, certamente, influenciaria a produção do poeta. Ao ler *The Canterbury Tales*, que compõe nosso escopo de fontes, vemos no caminho da peregrinação uma cidade viva, cujo burburinho pode ser ouvido mesmo ao se afastar de suas muralhas.

A pesquisa sustenta-se em fontes documentais narrativa e normativas, que lançam luz sobre as práticas que se desenvolviam no espaço da cidade. Os *Calendars of Letter Books G, H e I*, apresentam um levantamento periódico dos registros encontrados nos respectivos *Letter Books* preservados no Guildhall da cidade de Londres.¹ Os *Letter Books* são uma coleção de 55 volumes em que se encontram compilados os documentos jurídicos e administrativos de Londres, como as medidas ligadas ao comércio na cidade, ao controle sobre as atividades e os comportamentos, à relação do governo com as guildas e os cidadãos, além das ações militares. Nos *Calendars*, encontramos um sumário descritivo dos assuntos tratados em cada fólio dos *Letter Books*, entre estes os documentos da *Court of Common Council* e da *Court of Aldermen*.

Enquanto os *Calendars of Letter Books* tratam de modo breve de cada assunto abordado nos fólios, temos nos *Memorials of London and London Life*² uma coletânea de extratos retirados dos primeiros arquivos da cidade, em especial os nove primeiros *Letter Books*. Entre os textos, aqueles em inglês médio são mantidos no original e os demais apresentam uma transposição para o inglês a partir do texto dos fólios e a indicação da língua em que são encontrados originalmente.

Nossa documentação também é composta pelo *Calendar of Wills proved and enrolled in the Court of Husting*,³ que apresentam um levantamento dos testamentos arrolados em Londres entre 1358 e 1688, respeitando nosso recorte até o início do século XV. Os testamentos são ricos em referências às propriedades e aos objetos que são deixados pelos testadores. Contudo, atentamos principalmente para aqueles que recebem estas heranças e doações. As abundantes informações sobre os favores prestados pós-morte são indicações essenciais dos grupos aos quais se pertence, contribuindo para a percepção de eixos fundamentais da

¹ Tal trabalho foi realizado por Reginald Sharpe e publicado em 1899 por Her Majesty's Stationery Office e encontra-se disponível em formato eletrônico em uma plataforma de acesso público no endereço: <http://www.british-history.ac.uk>.

² MEMORIALS OF LONDON AND LONDON LIFE: IN THE 13TH, 14TH AND 15TH CENTURIES (1868). Editado por H. T. Riley. Disponível em <<http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=585>>. Editada pelo tradutor, lexicógrafo e antiquário Henry Thomas Riley, que teve pleno acesso aos registros da cidade, a coletânea foi lançada em 1868 pela Longmans, Green Co em Londres.

³ CALENDAR OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING, LONDON: PART 2: 1358-1688 (1890). Editado por Reginald R. Sharpe. Disponível em <<http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=571>>.

identidade cidadina. Não se pode deixar de mencionar, porém, os limites desse tipo de estudo, uma vez que essa documentação se refere em especial à nobreza e à nova burguesia da cidade, deixando às escuras as práticas mortuárias difundidas por outros grupos sociais que compõem a Londres dos séculos XIV e XV.

Por fim, analisamos ainda o *Parish Fraternity Register: Fraternity Of The Holy Trinity And Ss. Fabian And Sebastian* da Paróquia St. Botolph without Aldersgate.⁴ Este registro, que reúne as duas fraternidades fundidas em 1446, apresenta as regras da fraternidade, listas dos membros e relatos de suas atividades, revelando aspectos essenciais das associações urbanas da Londres medieval. A partir do trabalho de pesquisa apoiado na documentação mencionada, desenvolvemos a argumentação desta tese, dividida em cinco capítulos.

No Capítulo 1, *Pela Janela de Chaucer: Construindo Identidades na Londres Medieval*, caminhamos com Chaucer, que, sendo habitante de Londres e vivendo por anos na torre de um de seus portões, pôde observar atentamente a cidade e a interação entre os que a integravam. Observamos com Chaucer uma cidade fragmentada, mas uma cidade que cria unidade a partir de sua diversidade. Realizamos ainda um balanço a respeito dos estudos sobre identidade e sua pertinência no âmbito da cidade medieval, que foi por muito tempo negado no campo historiográfico. Dialogamos com os principais autores que debateram e aplicaram o conceito de identidade, atentando para o fato de que esta é uma categoria de vetores múltiplos e problematizando os principais eixos para compreender a identidade da cidade, como a cidadania, o bem comum, a memória compartilhada, a participação política, a diversidade e a alteridade.

Ao discutir as relações identitárias no ambiente citadino, ressaltamos a pertinência da pesquisa em relação aos campos da História Cultural e da História Urbana. E, pensando as “Chaves de acesso à Londres medieval”, observamos o contexto de produção dos documentos da cidade. Londres contava com uma estrutura complexa de governo, com uma variedade de postos a serem ocupados pelos cidadãos e com diferentes cortes onde as questões dos cidadãos podiam ser julgadas e registradas. Tal rede demandava uma produção de registros escritos intensa pela mão de escrivães da cidade, que chegaram em parte até nós.

Em nosso segundo capítulo, *A Linguagem e a Escrita da Cidade*, analisamos o contexto linguístico de Londres. Iniciamos o capítulo com a discussão da obra de Geoffrey Chaucer e as condições de escrita da mesma. Considerado por muitos o pai da literatura em

⁴ PARISH FRATERNITY REGISTER: FRATERNITY OF THE HOLY TRINITY AND SS. FABIAN AND SEBASTIAN (PARISH OF ST. BOTOLPH WITHOUT ALDERSGATE)(1982). Editado por Patricia Basing. Disponível em <<http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=591>>.

língua inglesa, Chaucer teria grande influência sobre os autores que se seguiram, em especial no que tange sua narrativa de maior circulação, *The Canterbury Tales*, que destaca a diversidade social da cidade que peregrina. Ao tratar da obra, devemos considerar a participação de diversos atores como escribas, uma vez que a oralidade estava no cerne dessas narrativas, e mecenas, como os membros da Corte com a qual Chaucer conviveu. Discutimos ainda a inserção da narrativa em uma rede de influências textuais, que abrange desde o peso da tradição religiosa até o diálogo com a produção narrativa do Continente.

Através de Chaucer e das fontes normativas, é possível ouvir os ecos de uma cidade em que diversas línguas convivem, seja no ambiente profissional, religioso ou familiar. Londres é uma cidade comercial por excelência, abrindo seus portões e seus portos para os mercadores estrangeiros. Além disso, a cidade, como centro de diversas redes ocidentais, recebia constantemente inúmeros visitantes dentro de suas muralhas. Não podemos deixar de observar a diversidade de homens que circulam na Londres medieval, carregando consigo seus costumes e sua língua. Assim, em “Que língua falar? Aspectos de uma cidade multilíngue”, abordamos a convivência linguística em Londres e atentamos para o fato de que as escolhas linguísticas também falam.

O medo de ser esquecido esteve muito presente no imaginário dos homens do fim do medievo. Portanto, discutimos no Capítulo 3, *Produção do Tempo e do Espaço da Cidade*, as questões da memória medieval. Em “Memórias compartilhadas”, tratamos da transmissão e da circulação das histórias que compunham uma rede memorialística no âmbito da cidade, reforçando uma noção de comunidade. Em Chaucer, encontramos ressonância das histórias que circulavam na cidade e dos eventos que se desdobravam em seu interior ou que atuavam diretamente sobre sua estrutura, como a guerra, as revoltas e as disputas internas. Observamos ainda os desdobramentos da Guerra dos Cem Anos sobre a relação com os franceses, uma relação ambígua, que envolve ao mesmo tempo irmandade e rivalidade.

Em seguida, buscamos observar os espaços de sociabilidade em que ocorrem os encontros e as disputas de seus habitantes, como o mercado, os portões e o pelourinho, e, portanto, constituem parte singular da memória partilhada pelo grupo. A partir das histórias que circulam e das memórias que mantêm, os cidadãos constroem no plano narrativo o tempo e o espaço da cidade.

No quarto capítulo, *Relações de Alteridade na Londres Medieval*, procuramos explicar as diferentes relações de pertencimento (ou não) à cidade. A princípio, visamos entender como se davam os encontros e as oposições entre os cidadãos e os estrangeiros que com eles

conviviam na movimentada Londres medieval. Em “O lugar dos mortos na Londres medieval”, refletimos sobre o papel dos mortos na dinâmica social da cidade no medievo. Embora não estivessem mais presentes fisicamente no plano terreno, os mortos atuavam diretamente sobre o mundo dos vivos. Vivos e mortos mantinham relações de reciprocidade, pois, ao passo que os vivos se beneficiavam dos bens deixados pelos falecidos e de sua intercessão como no caso dos santos, os mortos contavam com as orações dos vivos a fim de garantir sua salvação eterna. Diversas são as estratégias utilizadas para manter a memória viva mesmo após a morte. Os testamentos tornam-se, assim, chave de acesso fundamental aos mais variados aspectos da relação entre vivos e mortos.

Em “Reconhecer-se e ser reconhecido como cidadão”, observamos um vetor essencial que corrobora para uma identificação com a cidade, a participação no bem comum. Nascer em Londres não define o londrino. Há uma série de estratégias que proporcionam a inclusão entre os cidadãos de Londres. Por outro lado, mesmo para os cidadãos, é importante criar mecanismos que reforcem o seu pertencimento à cidade. O fortalecimento dos laços sociais no interior da comunidade é um desses mecanismos e ganha destaque na pesquisa desenvolvida.

Assim, no capítulo final, *Identities Citadinas em Questão*, analisamos as estratégias utilizadas na construção de laços comunitários que corroboram para a legitimação da identidade cidadina. Abordaremos as principais linhas que configuram as associações formadas no âmbito da cidade medieval, assim como as relações construídas internamente nestes grupos de ordem profissional, religiosa e até mesmo espacial, como as guildas, fraternidades e *wards*. Por fim, em “Pertencer ao grupo, pertencer à cidade”, partindo da ideia de que a cidade é um corpo, ao qual todos devem estar integrados, discutimos como a participação política, também associada ao bem comum, é um elemento crucial do pertencimento à cidade. É imprescindível estar inserido em um grupo de cidadãos para garantir a cidadania.

A conclusão retoma cada vetor identitário apresentado ao longo dos capítulos da Tese, a fim de reconstruir a identidade cidadina que se reflete sobretudo no exercício da cidadania. A cidade encontra sua identidade na diversidade de grupos que a compõe, enquanto o cidadão só tem sua identidade reconhecida quando está inserido no grupo e pode participar política, profissional e socialmente no espaço da cidade. É preciso pertencer.

A Tese conta ainda com quatro anexos. O Anexo 1 apresenta extratos de fontes analisadas ou referenciadas nos capítulos, mas que, por sua extensão, optamos por reproduzir à parte do texto a fim de não quebrar a cadência da leitura. O segundo grupo de anexos é composto por mapas que, além de serem explorados nos capítulos, auxiliam o leitor a compreender a

especialidade da Londres medieval. O terceiro anexo consta de um balanço teórico complementar aos autores fundamentais abordados no Capítulo 1. O último anexo, por sua vez, é composto por um índice dos testamentos arrolados no período de nosso recorte, indicando a data de registro, a data em que entra para os *rolls* e o nome e o ofício de cada testador. Tal esforço visa facilitar o exercício do leitor ao acompanhar a argumentação do trabalho.

A partir da argumentação desenvolvida, esperamos contribuir com os estudos sobre a cidade medieval e o medievo inglês. De forma alguma, pretendemos esgotar as possibilidades da temática, entendendo os limites da pesquisa e a existência de diferentes olhares que abrem uma gama de possíveis abordagens. Certamente, as ausências desse estudo reforçam o interesse pelo tema e ampliam os horizontes para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1: PELA JANELA DE CHAUCER: CONSTRUINDO IDENTIDADES NA LONDRES MEDIEVAL

1.1. SOB A JANELA DE ALDGATE

1.2. ABORDAGENS PARA UMA IDENTIDADE DA CIDADE

1.3. CHAVES DE ACESSO À LONDRES MEDIEVAL

1.3.1. AS PROCLAMAÇÕES DOS *CALENDARS OF LETTER BOOKS* E *MEMORIALS OF LONDON AND LONDON LIFE*

1.3.2. *CALENDARS OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING* E A FUNÇÃO SOCIAL DOS TESTAMENTOS

1.3.3. OS REGISTROS DA FRATERNIDADE DA SANTÍSSIMA TRINDADE E DE SÃO FABIANO E SÃO SEBASTIÃO DA PARÓQUIA ST. BOTOLPH WITHOUT ALDERSGATE

CAPÍTULO 1: PELA JANELA DE CHAUCER: CONSTRUINDO IDENTIDADES NA LONDRES MEDIEVAL

1.1. Sob a janela de Aldgate

Por alguns anos de sua vida, Chaucer foi agraciado com a possibilidade de viver nas dependências construídas sobre um dos principais portões de Londres, Aldgate, devido aos seus serviços à Coroa. De seu lugar privilegiado, Chaucer pôde observar a cidade e seus habitantes em movimento, assim como ouvir todos os seus ruídos. Entre estes ruídos, estavam as vozes daqueles que trabalhavam no controle de entrada e daqueles que chegavam à cidade, os barulhos das carroças que traziam mercadorias para a cidade, os sons dos animais que passavam pelo portão, os gritos dos mercadores que anunciavam seus produtos e buscavam atrair boas trocas comerciais, a ebulição das procissões paroquiais e dos ritos cívicos, o tumulto das rivalidades internas e o alarido dos ataques à cidade.

Grant by Adam de Bury, the Mayor, the Aldermen, and Commonalty to Geoffrey Chaucer, of the mansion over Algate, together with the houses built thereon and a cellar beneath the said gate, to hold the same for life. The grantors covenant not to use the gate as a prison during his lifetime, but reserve to themselves the right of entry into and disposal of the premises for safeguarding the City if necessary. Dated in the Chamber of the Guildhall, 10 May, 48 Edward III. [A.D. 1374] ⁵

Chaucer recebe das autoridades londrinas o direito vitalício de viver sobre Aldgate, embora não tenha lá permanecido até seus últimos dias.⁶ A estrutura sobre este portão era usada não só como residência, mas também possuía um papel importante como ponto de observação e proteção da cidade.⁷ Assim, permitia um olhar privilegiado sobre a vida cotidiana e sobre os eventos que impactavam os rumos da cidade, o que influenciaria diretamente a produção narrativa de Chaucer.

⁵ 'Folios cccxxi - cccxxvi: May 1374 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 327-334. *British History Online* <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp327-334> [accessed 1 December 2016]. “Concessão por Adam de Bury, Mayor, pelos Aldermen e pela Comunalidade para Geoffrey Chaucer, da residência sobre Aldgate, reunindo as salas aí construídas e um porão sob o mesmo portão, pelo tempo de sua vida. As entidades concedentes prometem não usar o portão como prisão durante sua vida, mas reservam para si o direito de entrar e dispor do espaço para a proteção da cidade caso necessário. Datado na Câmara do Guildhall, 10 de Maio, 48 Edward III. [D.C. 1374]” (Tradução livre da autora).

⁶ Para o texto completo, conferir o Extrato 1 do Anexo 1, retirados dos *Memorials of London and London Life*. Logo após essa concessão, Chaucer foi nomeado oficial aduaneiro, função que exerceria até 1385. É provável que o autor tenha permanecido nesses aposentos até então, sendo os mesmos concedidos em termos semelhantes a Richard Foster em 1386.

⁷ Conferir Mapa 1 do Anexo 2.

As muralhas e seus portões apontam para uma necessidade dos cidadãos, o reforço de suas defesas contra os ataques e roubos noturnos. Os muros eram reformados e reconstruídos, e principalmente os portões eram reforçados, muitos deles sendo tão seguros que se tornaram prisões como Cripplegate, Newgate e Ludgate, de forma semelhante à Torre de Londres. Havia ainda outras proteções como as torres da Ponte de Londres e uma ponte levantada próxima a Southwark. Se mesmo em tempos de paz a defesa mantinha-se como preocupação geral, tal aspecto destacava-se neste período de guerra. Mantinha-se homens vigiando os portões dia e noite, e durante a noite o número de homens patrulhando a cidade aumentava consideravelmente, além dos barcos observando os rios.⁸ Vê-se assim as precauções tomadas devido ao medo dos ataques externos e da violência interna durante a noite, uma vez que a escuridão criava um cenário propício às emboscadas. No século XIV a defesa já havia se tornado uma tarefa pública, não dependendo de proteções pessoais. Contudo, esperava-se que os cidadãos contribuíssem e participassem das ações de vigilância e defesa, pois os membros da cidade deviam agir em prol do bem comum.

De modo similar, os cidadãos deviam atuar na solução dos outros problemas que afetavam Londres. Um dos principais transtornos era o saneamento, que também acarretava o mal cheiro. Embora leis a respeito fossem criadas, o problema era de difícil solução, pois a remoção do lixo era penosa, o que levava muitos a apenas escondê-lo em outras ruas ou deslocá-lo para áreas mais afastadas. O mal cheiro obrigava os londrinos a manter ervas penduradas em suas casas ou dispor de tecidos perfumados sobre o nariz ao passar por algumas ruas da cidade.⁹ Os bons homens da cidade precisavam observar a limpeza das ruas, cuidar das áreas em que habitavam e denunciar as irregularidades.

Em benefício do bem comum, tinham também que colaborar com o abastecimento de água limpa. Em 1383, o Common Council deliberou uma lei ordenando que se observasse toda a extensão do rio em busca de instalações que produzissem lixo capaz de bloquear o fluxo de água a fim de multar seus proprietários; por outro lado, permitia-se a permanência de latrinas mantidas pelas casas ao longo do rio, desde que o lixo não interrompesse a corrente, sob o pagamento de uma taxa anual para a limpeza do rio.¹⁰ Uma cidade em crescimento implicava em um aumento da provisão de água, logo, as nascentes e os poços tornaram-se insuficientes, estimulando a construção de canais para o fornecimento de água. Assim, os bons cidadãos

⁸ MYERS, A. R. *Chaucer's London: Everyday life in London 1342-1400*. Amberley, 2009, pp. 54-58.

⁹ *Ibidem*, p. 48.

¹⁰ *Ibidem*, p. 50.

podiam fornecer a água de suas propriedades ou contribuir com recursos para a construção dos canais.

Todos estes aspectos demandavam atenção a fim de manter a boa estrutura da cidade. Afinal, Londres era a principal cidade do reino inglês. Sua posição geográfica era muito favorável. Além de ser cortada por um importante rio navegável, o Thames, a cidade estava localizada no melhor ponto de aporte do mesmo e no centro do sistema de estradas. “It was a seaport and also a river port serving a rich hinterland”.¹¹ Desde o século XIII, já se encontrava no centro da rede de distribuição do reino, em grande parte devido ao rio Thames. “But the road system was also well developed and goods that needed to travel between Southampton and London did so by road and not by water”.¹² Desse modo, não apenas atraía muitos mercadores estrangeiros como possibilitava que seus mercadores atuassem em um comércio de longa distância, no interior do reino e além do canal.

Sua posição estratégica favoreceu seu destaque político perante a Coroa. Portanto, para manter esse status da cidade, seus habitantes empreenderam esforços na manutenção da infraestrutura econômica que atraía compradores e vendedores, e assim mantinha seu cabedal, que interessava à Coroa. Ambas sustentavam uma relação de mão dupla: Londres disponibilizava seus recursos para a Coroa com certa frequência e a Coroa garantia sua autonomia política e comercial.

Ao andar pelas ruas da Londres medieval, Chaucer certamente podia encontrar uma profusão de mercados nas ruas. Na rua principal da cidade havia dois mercados de carne, além do Stock Market, no qual o governo da cidade pretendia controlar o comércio de peixes e parte do comércio de carnes. Seguiam-se a estes ainda mercados de outros produtos, além da venda de produtos como leite, mel e pão ao longo das ruas. O aspecto de mercado de rua era ainda completado pelos animais que enchiam as ruas à procura de restos de alimentos, cujo barulho somava-se aos gritos dos vendedores das bancas do mercado e das ruas.¹³

A comercialização em Londres tinha seu preço: a procura de clientes, as longas viagens e as taxas para entrar na cidade e usar espaços nos mercados. Além disso, a cidade regulava o preço das mercadorias, sua qualidade e quando podiam ser vendidas. Por outro lado, a cidade oferecia facilidades de crédito, tribunais para julgar disputas comerciais e cobranças. Toda essa

¹¹ BARRON, Caroline M. *London in the Late Middle Ages: Government and People, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 46. “Era um porto marítimo e também um porto fluvial atendendo ricas regiões do interior”. (Tradução livre da autora).

¹² Idem. “Mas o sistema de estradas era também bem desenvolvido e os bens que precisavam viajar entre Southampton e Londres o faziam por terra e não pela água”. (Tradução livre da autora).

¹³ MYERS, op. cit., pp. 17-18.

regulação, assim como o agrupamento de mercadores, oferecia, na verdade, maior segurança a estes, que, apesar dos custos, eram atraídos para os mercados de Londres.

“The successful commercial environment of medieval London was not the result of chance: it was created, sustained, and enhanced by the co-operative efforts of the Crown, civic regulation, and private charity”.¹⁴ Um desses esforços para garantir condições comerciais favoráveis estava na manutenção e nas melhorias dos portos da cidade, que recebiam embarcações de outros pontos do reino e do continente. Os dois principais portos eram Queenhite, acima da London Bridge, e Billingsgate, abaixo da ponte. Com o desenvolvimento de navios de grande porte que não podiam passar pela ponte, Billingsgate acabou se destacando como principal porto para a descarga de mercadorias.

A cidade esforçava-se para manter os portos em boas condições de uso comercial. “The city thus attempted to ensure that access to London by water, whether from within England or overseas, was comparatively easy and that when the ships reached London there would be wharves available where merchants could unload, store and sell their produce”.¹⁵ Além de facilitar o acesso à cidade, era fundamental garantir locais adequados para o armazenamento e a comercialização dos produtos trazidos pelos mercadores.

Mantendo excelentes condições para o estoque e comércio de tecidos, Londres garantiu seu posto de mercado nacional do produto. Além disso, manter o produto em um local específico facilitava o controle de qualidade do mesmo. O mesmo era válido para os outros produtos comercializados na cidade, que eram muito variados. A cidade controlava a comercialização da lã e dos tecidos, mas também os preços dos grãos, do pão, do sal, do peixe e do vinho; posteriormente, passou a regular também os valores da cerveja, da carne e das aves. A partir da segunda metade do XIV, começou a controlar ainda o preço das comidas preparadas. Com o desenvolvimento das corporações, todavia, muito do controle exercido foi delegado aos seus mestres de ofício.

O crescimento do mercado têxtil estimulou também o desenvolvimento de outros setores, como o mercado da alimentação e hospedagem, devido ao fluxo contínuo de mercadores, dos mais diversos produtos e localidades do reino e fora dele, que chegavam à cidade para negociar. A importância de Londres devia-se, sobretudo, à variedade de negócios

¹⁴ BARRON, op. cit., p. 48. “O ambiente comercial de sucesso da Londres medieval não era fruto do acaso: era criado, sustentado, e destacado pelos esforços colaborativos da Coroa, da regulação cívica, e da caridade privada”. (Tradução livre da autora).

¹⁵ Ibidem, p.50. “A cidade então procurava garantir que o acesso a Londres por água, seja vindo da própria Inglaterra ou de além-mar, fosse comparativamente fácil e que quando os navios chegassem a Londres haveria cais disponíveis onde os mercadores pudessem descarregar, armazenar e vender suas mercadorias”. (Tradução livre da autora).

posta em prática. Mesmo quando a matéria-prima não era de tão fácil acesso, procurava-se desenvolver a produção de artigos com procura nos mercados além-mar, como o peltre¹⁶, as estátuas e telas de alabastro e os bordados ingleses. A variedade do comércio existente pressupunha, então, a existência de diversas oficinas na cidade, a fim de abrigar todas as modalidades artesanais necessárias. Muitas oportunidades colocavam-se para os londrinos, embora não estivessem disponíveis para todos que habitavam a cidade.

Londres “contained means by which a man of relatively modest background might well go far. After all, when Richard II wanted a loan in 1391, he turned not to the ancient nobility but to the city of London, or to the merchants who commanded that city”.¹⁷ Era viável escalar a hierarquia do corpo social que compunha a cidade, mas essa possibilidade estava cada vez mais associada a fatores econômicos.

“Linking the process of realizing a personal identity to goods, or to increased economic opportunity, inevitably draws a line between material wealth or flexibility and inner possibility”.¹⁸ Deste modo, travavam-se diversas disputas pelas melhores oportunidades econômicas, não apenas entre cidadãos e estrangeiros, mas entre grupos da própria cidade que buscavam garantir posições privilegiadas, possibilitando o favorecimento de seus ofícios.

Embora o século XIV tivesse sido um período permeado por instabilidade também na Inglaterra, como o desequilíbrio gerado pela peste e pela guerra, Londres, mesmo sendo afetada, manteve-se em evidência no reino. A cidade testemunhou a emergência de todos esses problemas e foi um ponto chave de articulação em grande parte dos casos. Como indica Staley, esses fatores promoveriam oportunidades de mobilidade social no interior da sociedade urbana.

The more active land market, the increased mobility of labourers and the greater availability of goods in an already vigorous market economy that were some of the results of the plague would inevitably have influenced ways of thinking about personal identity as not necessarily tied to status and birth, thus as potentially flexible.¹⁹

¹⁶ Liga de estanho, cobre, antimônio e chumbo.

¹⁷ STALEY, Lynn. “Personal Identity”. In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 365. “(...) continha meios pelos quais um homem de origem relativamente modesta pode ir longe. Afinal, quando Richard II quis um empréstimo em 1391, ele não se voltou para a antiga nobreza mas para a cidade de Londres, ou para os mercadores que comandavam a cidade” (Tradução livre da autora).

¹⁸ Idem. “Associar o processo de reconhecer uma identidade pessoal a bens, ou a uma maior oportunidade econômica, inevitavelmente traça uma linha entre riqueza ou flexibilidade material e possibilidade interna” (Tradução livre da autora).

¹⁹ STALEY, op. cit., p. 365. “O mercado de terras mais ativo, a possível mobilidade dos trabalhadores e a maior disponibilidade de bens em uma economia já vigorosa que foram resultados da peste teriam inevitavelmente influenciado os modos de pensar sobre a identidade pessoal como necessariamente ligada ao status e ao nascimento, logo potencialmente flexível” (Tradução livre da autora).

A identidade pessoal não dependia mais exclusivamente de fatores hereditários, pois a cidade oferecia várias oportunidades de galgar posições de maior prestígio na hierarquia social. Em Londres, tais chances multiplicavam-se, principalmente devido aos diversos ofícios que conseguiram se destacar. Todos os ofícios encontravam no seio da cidade uma posição definida, contribuindo para o seu bom funcionamento. Assim como cada órgão e membro possui uma função específica, cada ofício e cada grupo cidadão integrava o corpo da cidade de acordo com seu papel. Logo, embora um certo grau de mobilidade fosse possível, era preciso que os cidadãos atuassem conforme sua missão no corpo urbano.

Ao retornar às portas de Aldgate, observamos que sua localização singular em um dos pontos das muralhas de Londres permitia apreciar tanto o que se desdobrava no seu interior quanto o que estava em seu horizonte. Neste horizonte, encontravam-se, por exemplo, os subúrbios da cidade, que eram parte integrante desta, fundamentais para o seu pleno funcionamento. Londres mantinha uma relação interdependente com Westminster, espaço da administração régia, e Southwark, ponto crucial de acesso à cidade.

Westminster destacava o vínculo inegável entre Londres e a Coroa. Londres dependia da Coroa para manter seus direitos à autonomia; em contrapartida, a Coroa contava com as generosas contribuições da cidade para financiar seus interesses. No fim do medievo, Londres estabelece uma relação mais próxima com a Coroa, uma vez que a sede desta, assim como a do Parlamento, fixa-se na cidade e no seu entorno. Além disso, seus cidadãos contribuem com generosas doações em momentos chave para a Coroa, como para os casamentos reais e para as guerras. A cidade assume uma posição central diante do reino, o que influencia também a construção de sua identidade. “Identity – both personal and collective – might be explored and expressed in response to external authority”.²⁰

Londres era importante para a Coroa devido a sua riqueza. Embora a cidade também tivesse sofrido com a queda demográfica causada pelas recentes perturbações, seus efeitos não se comparam às outras cidades inglesas uma vez que continuou a atrair imigrantes de dentro e de fora do reino. Os londrinos, por sua vez, precisavam da Coroa para manter também seus privilégios comerciais. “Londoners needed the support of the king not only to protect their freedom to trade in favourable terms in other English towns but also to control the markets

²⁰ RUBIN, Miri. “Identity”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 403. “Identidade – tanto pessoal quanto coletiva – pode ser explorada e expressa em resposta à autoridade externa”. (Tradução livre da autora).

within London to ensure that they were run by Londoners for Londoners”.²¹ Embora a presença de estrangeiros fosse constante, Londres mantinha o monopólio sobre o controle de pesos e medidas.

Southwark, por sua vez, abrigava muitos daqueles que não podiam habitar o interior das muralhas. Encontravam-se em Southwark aquelas atividades necessárias, embora não fossem agradáveis, como tinturarias e fornos para metais e para a cal, cujo odor era motivo de reclamações daqueles que lá habitavam. Além disso, recebia em suas hospedarias e tavernas os visitantes da cidade devido ao fato de ser ponto de acesso a Londres para aqueles que vinham do sul. Alguns viajantes importantes como o Bispo de Winchester e o Abade de Canterbury mantinham casas aí devido à proximidade com Londres.²²

Southwark, no entanto, não era conhecida apenas por suas casas e estalagens, mas também pela confluência de criminosos atraídos pela ausência de um controle mais rígido como havia em Londres. Para lá, então, afluíam diversos artesãos não aceitos pelas guildas, cujo comércio tornava-se então ilegal, e prostitutas, que podiam atuar mais livremente. Por estes motivos, as tavernas eram uma grande preocupação das autoridades; localizadas nas imediações da cidade, permitiam acesso a Londres durante a noite através do rio, o que nos remete à preocupação dos londrinos com a defesa, como mencionado anteriormente.

Embora fosse um subúrbio de Londres, Southwark tinha uma jurisdição independente, ganhando importância administrativa a partir de 1372, quando Edward III incentivou a criação de uma corte para resolver casos apontados pelos xerifes. Os londrinos não estavam satisfeitos com tal rivalidade, que minava seu monopólio jurídico-administrativo e comercial.²³ No entanto, apesar do seu potencial econômico, Southwark dependia de Londres para mantê-lo.

Como um cidadão, Chaucer não deixaria de reconhecer a importância destas áreas adjacentes às muralhas. É, portanto, em Southwark que ele e seus peregrinos de diversas origens se reúnem para dar início à viagem a Canterbury e à narrativa de *The Canterbury Tales*. “London, for Chaucer and his contemporaries, was not a contained, culturally unified city. Instead, it was a more complicated and expansive location, encompassing court and suburbs as well as the City itself, a place of cultural conflict, jostling rivalry, and incompatible interests”.²⁴

²¹ BARRON, op. cit., p. 38. “Os londrinos precisavam do apoio do rei não apenas para proteger sua liberdade de comercializar em termos favoráveis em outras cidades inglesas, mas também para controlar os mercados de Londres para garantir que seriam levados a cabo por londrinos para londrinos”. (Tradução livre da autora).

²² MYERS, op. cit., p. 11.

²³ WALLACE, David. “Chaucer and the Absent City”. In: HANAWALT, Barbara (ed.). *Chaucer’s England – Literature in Historical Context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

²⁴ TURNER, Marion. “Greater London”. In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and The City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006, p. 25. “Londres, para Chaucer e seus contemporâneos, não era uma cidade contida, culturalmente

Ao pensar a Londres medieval, não se pode esquecer que esta é uma cidade plural, que se estende para além de suas muralhas.

Ao olhar para Chaucer, não podemos esperar encontrar uma cidade homogênea e unificada. Ao contrário, é seu caráter diversificado que se destaca na narrativa chauceriana. Devido a este aspecto fragmentado, muitos estudiosos passaram a enxergar a cidade em Chaucer por sua ausência, por seus silêncios. Para Ruth Evans, ela seria apenas uma presença virtual.

It is time to refuse the critical game of hunt-the-London and to acknowledge that in Chaucer's poetry the medieval city is a powerful *virtual* presence. (...) Chaucer's London does not rise from the pages as a living, unified body but the city's spatial productions, energies and political concerns are omnipresent in his texts.²⁵

Segundo a autora, não se pode buscar Londres na obra de Chaucer porque a cidade não aparece enunciada na narrativa. Não existiria, assim uma unidade que pudesse ser identificada com Londres, embora suas questões e preocupações estejam presentes.

Para David Wallace, principal defensor da ideia de ausência da cidade em Chaucer, o próprio fato de se ter o início das *Tales* em Southwark caracteriza seu distanciamento de Londres. Embora considere tal opção muito realista, já que os peregrinos pernoitavam nos arredores da cidade para começar sua jornada antes mesmo da abertura de seus portões, o pesquisador afirma que Chaucer teria escolhido um marco de Londres para tal encontro caso tivesse o objetivo de falar sobre a cidade.²⁶ No entanto, como bem sinaliza Marion Turner, “the concept of a diverse group of people coming together in a tavern setting is inherently human, and emphasises the fact that Southwark was intimately bound up with the City”.²⁷

De acordo com Wallace, o poeta raramente aborda a cidade. “In Chaucerian fiction, then, the City of London is chiefly remarkable for its absence”.²⁸ Em *The Canterbury Tales*,

unificada. Ao contrário, era um local mais complexo e expansivo, abrangendo corte e subúrbios assim como a própria Cidade, um lugar de conflito cultural, forte rivalidade, e interesses incompatíveis”. (Tradução livre da autora).

²⁵ EVANS, Ruth. “The production of space in Chaucer's London”. In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and The City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006, p. 56. “É hora de negar o jogo de cace-a-Londres e reconhecer que na poesia de Chaucer a cidade medieval é uma forte presença virtual. (...) A Londres de Chaucer não surge das páginas como um corpo vivo, unificado, mas a produção espacial, a energia e as preocupações políticas são onipresentes em seus textos”. (Tradução livre da autora)

²⁶ Wallace compara o caso de Chaucer ao de Boccaccio e sua escolha por Florença a fim de demonstrar como as opções narrativas feitas por Chaucer afastam-no de Londres.

²⁷ TURNER, op. cit., p. 30. “(...) o conceito de um grupo diverso de pessoas reunindo-se em uma taverna é inerentemente humano, e enfatiza o fato de que Southwark estava intimamente ligada à Cidade”. (Tradução livre da autora).

²⁸ WALLACE, op. cit., p. 59. “Na narrativa chauceriana, então, a cidade de Londres é notável especialmente por sua ausência”. (Tradução livre da autora).

Londres só estaria presente no Conto do Cozinheiro e no Conto do Criado do Cônego, pois aparece, então, enunciada. Portanto, seria impossível recuperar uma unidade que representasse a cidade.

There is no idea of a city for all the inhabitants of a space called London to pay allegiance to; there are only conflicts of associational, hierarchical, and antiassociational discourses, acted out within and across the boundaries of a city wall or the fragments of a text called *The Canterbury Tales*.²⁹

Como a narrativa apresenta uma cidade fragmentada, com associações e conflitos específicos, Wallace não enxerga nela a identidade de Londres. No entanto, é justamente neste caráter fragmentado que vemos a possibilidade de observar a cidade em Chaucer. A cidade medieval não é homogênea. Ao contrário, ela se destaca por abrigar em si a diversidade. Diversidade esta que abunda na narrativa chauceriana, com a pluralidade de grupos, espaços, associações e conflitos.

Nossa perspectiva ganha suporte no trabalho de Turner, que ressalta o aspecto fragmentado e diverso da cidade. “London was as politically fragmented as it was geographically incoherent: the permeability of the city walls reflects the nature of the city as a site of conflict”.³⁰ Para a autora, Wallace defende a ausência da cidade porque entende Londres apenas como a cidade amuralhada, sem seus subúrbios, e que, portanto, deveria compor uma unidade coerente. Contudo, como discutimos anteriormente, Londres não pode ser dissociada de seus subúrbios uma vez que estabelece com eles uma relação interdependente em diversos vetores.

Cabe-nos neste trabalho analisar a diversidade que caracteriza a identidade da cidade medieval presente em Chaucer e, mais especificamente, em suas *Tales*. Além disso, amparados pela documentação do período, procuramos traçar e discutir os vetores que permitem construir uma identidade com a cidade de Londres no medievo. Embora esta não apareça diretamente enunciada com frequência na narrativa, Londres é, muito mais que uma presença virtual, uma presença viva, recuperando não apenas um espaço, mas a língua, as interações, os conflitos, os eventos e as memórias compartilhadas pelos cidadãos a esta entrelaçados. Mesmo ao afastar-se espacialmente de Londres no caminho da peregrinação, Chaucer ainda ouve seus ruídos.

²⁹ Ibidem, p.84. “Não há ideia de uma cidade à qual todos os habitantes de um espaço chamado Londres devem ser fiéis; só há conflitos de discursos associativos, hierárquicos e dissociativos, representados dentro ou fora dos limites das muralhas ou os fragmentos de um texto chamado *The Canterbury Tales*”. (Tradução livre da autora).

³⁰ TURNER, op. cit., pp. 25-40. “Londres era tão fragmentada politicamente quanto era incoerente geograficamente: a permeabilidade dos muros da cidade reflete a natureza da cidade como lugar de conflito”. (Tradução livre da autora).

1.2. Abordagens para uma identidade da cidade

Imaginemos o percurso de um cidadão bem estabelecido na Londres do fim do medievo. Ele nasce em uma família de algumas posses, frequenta a escola de gramática e torna-se aprendiz em alguma oficina da cidade, financiado por um pai que almeja para ele um ofício com mais prestígio que o seu próprio. Ao terminar seu período de aprendizado e ser reconhecido como mestre por seus pares, pode ter sua própria oficina. Para constituir família, desposa a filha de outro cidadão. Habita em uma paróquia e em sua igreja participa dos ritos religiosos, podendo unir-se aos membros de uma fraternidade aí fundada. Contudo, como homem de ofício, é também membro de uma guilda, onde pode crescer hierarquicamente até ser eleito como mestre de guilda. Sua posição à frente desta funciona como aprendizado para as tarefas de cargos administrativos da cidade aos quais almeja e para os quais pode ser eleito. De seus três filhos, um segue seu ofício, outro entra para uma das ordens religiosas na cidade e sua filha casa-se em outra família. Ao preparar-se para a morte, organiza em testamento seus assuntos espirituais e terrenos, reafirmando os laços que estabelecera ao longo da vida.

A identidade é um conceito fundamental para compreender as relações sociais concebidas no espaço e no tempo. Há uma gama de relações estabelecidas que contribuem para a construção da identidade. Neste exemplo fictício, apresentamos apenas algumas possibilidades dentre as inúmeras redes relacionais que se estabelecem no interior da cidade medieval e que atuam diretamente na construção da identidade cidadina. Como aponta Ardis Butterfield, “[c]oncepts of identity in the Middle Ages depended not on some single, overarching idea of state, but rather on a variety of often competing allegiances”.³¹ Não há um único fator determinante neste processo. Portanto, é preciso analisar todos os vetores participantes.

Dentre os autores que discutem a identidade, Miri Rubin nos traz algumas contribuições que nos auxiliam a pensar o caso medieval.³² Em primeiro lugar, é essencial compreender a identidade como um conceito relacional, cuja experiência se dá através da afinidade com outros indivíduos, grupos e entidades. Desse modo, a inserção na comunidade é um fator fundamental, ao contrário do que defendia a corrente que negava o conceito de identidade para a Idade Média devido a uma suposta subordinação do indivíduo à comunidade.

³¹ BUTTERFIELD, Ardis. “Nationhood”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 51. “Noções de identidade na Idade Média não dependiam de uma única e dominante ideia de estado, mas de uma variedade de alianças geralmente conflituosas” (Tradução livre da autora).

³² RUBIN, op. cit., pp.383-412.

É essencial ainda não perder de vista o fato de que “[i]dentity was never a process of replacement, but of accumulation”³³, isto é, não se pode criar uma nova identidade para substituir outra anteriormente existente. Ocorre, na verdade, um processo de transformação, em que um substrato recebe a interferência de experiências, como a troca ou o acúmulo de ofícios, uma nova vizinhança ou um casamento, e é por estas modificado. Há uma variedade de camadas de memórias, atitudes e experiências que, ao invés de se sobrepor, se interpõem. A identidade é uma categoria cumulativa.

A identidade é multifacetada, construindo-se não apenas no nível comunitário, mas também privado, pois, associados ao valor de pertencimento a uma comunidade e às limitações que isto impõe, encontravam-se interesses e aspirações singulares. Como aponta Rubin, “identity is the result of a complex interplay between personal and social forces, or between the individual and the community”.³⁴ Dessa forma, há que se considerar a existência de uma gama de signos privados e coletivos que exercem influência sobre a identidade.

Por outro lado, identidades múltiplas coexistem e disputam. Para Genet, cada membro de um grupo possui diferentes identidades de acordo com os diversos grupos a que pertence.³⁵ Essas identidades podem, por sua vez, se justapor, combinar ou hierarquizar, de modo que as identidades reivindicadas por grupos ou indivíduos são representações construídas, que refletem interesses, crenças e valores dos mesmos.

De acordo com Rubin, em pesquisas de diversos campos, historiadores, antropólogos e sociólogos puderam perceber nas relações sociais do medievo uma sociabilidade por vínculos. Os homens medievais criavam alianças a partir de objetivos em comum partilhados por grupos que dividiam um mesmo espaço, fosse este uma cidade, uma paróquia, uma corte, uma propriedade rural ou um palácio. Havia diversas áreas de afinidade possíveis e estas eram fundamentais para a criação de laços sociais.

Complementando a noção de identidade por afinidade de Rubin, é preciso pensar também a ideia de oposição. Não podemos deixar de observar, conforme Tomaz Tadeu da Silva, que o processo de identificação se dá em conjunto com o processo de diferenciação. Identidade e diferença são criações culturais e sociais que possuem estreita conexão com as relações de poder, pois que em sua base está uma disputa pelo acesso privilegiado aos bens sociais. Essa

³³ Ibidem, p. 391. “A identidade nunca foi um processo de substituição, mas de acumulação”. (Tradução livre da autora).

³⁴ Ibidem, p. 412. “[A] identidade é o resultado de um complexo jogo entre forças pessoais e sociais, ou entre o indivíduo e a comunidade” (Tradução livre da autora).

³⁵ GENET, Jean-Philippe. “Identité, espace et langue”. In: *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes*, 19, 200. Disponível em <http://crm.revues.org/11978>.

disputa visa a normalização, isto é, a escolha de uma das identidades coexistentes como a identidade padrão, favorecendo o grupo que a representa.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa, a identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.³⁶

No entanto, para Silva, embora a identidade tenda à fixação, isso é impossibilitado pela instabilidade que as constantes transformações lhe impõem. Não nos esqueçamos que a identidade é uma categoria cumulativa.

A identidade, assim como a diferença, está associada a sistemas de representação ligados a relações de poder. E é a performatividade da representação que garante uma concepção de identidade como movimento e transformação. A representação integra um sistema linguístico, de forma que a identidade configura-se como um ato de criação linguística, isto é, ela precisa ser enunciada. “A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. (...) Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas”.³⁷ Do mesmo modo, suas representações são sistemas de representação.

Como discute Silva, identidade e diferença são mutuamente determinados, pois a construção de uma identidade só se torna possível pelo distanciamento de outro. De forma simplificada, poderíamos aproximar os exemplos dados pelo autor para nosso contexto. Ao enunciar “sou nobre”, pretende-se um afastamento daqueles componentes que não pertencem à nobreza; ao enunciar “sou cidadão”, distancia-se do camponês que habita o campo, mesmo que adjacente às muralhas das cidades.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’.³⁸

³⁶ SILVA, Tomaz Tadeu. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.73-102.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

Ao pensar o papel da enunciação, aproximamo-nos da noção de discurso performativo de Pierre Bourdieu, através do qual a própria enunciação pretende consolidar o que é enunciado. Bourdieu considera como detentor da autoridade aquele que consegue trazer à realidade o que é nomeado, impondo uma nova visão através do reconhecimento de sua palavra. Como afirma Bourdieu,

ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades.³⁹

A identidade é, na verdade, uma forma de representação social, funcionando como um eixo através do qual os sujeitos históricos se movimentam e interagem. A representação que um grupo faz de si não determina o que ele realmente é, mas deixa ver de que forma ele se identifica e opõe dentro de um contexto social mais amplo. Assim, a identidade configura-se, como visto, como um conceito relacional, baseando-se nas relações de afinidade e oposição.⁴⁰ Estas, por sua vez, podem ser tanto relações entre diferentes grupos quanto entre indivíduos participantes destes grupos, importando então as expectativas e experiências por elas forjadas.

Os pesquisadores contemporâneos, trabalhando a partir da perspectiva simbólico-interacionista,⁴¹ cada vez mais têm entendido as interações como redes relacionais. Logo, toda interação é influenciada pelas diferentes redes em que um indivíduo está inserido. As interações são interpretadas e ganham sentido a partir de outras já experimentadas. “Meaning is thus situational”.⁴² Portanto, as relações sociais devem ser observadas como processos interligados. É preciso considerar as relações desenvolvidas em diferentes níveis, em nosso caso, a família, a vizinhança, as oficinas, as instituições, entre outros, a fim de compreender o processo de construção da identidade.

Essas relações, por sua vez, são apresentadas através de signos específicos para cada conjuntura. Rubin chama a atenção para uma gama de signos que corroboram para a construção da identidade medieval, como os nomes, os sobrenomes, os gêneros, os níveis de instrução e as inscrições tumulares.⁴³ Os nomes são o passaporte para o reconhecimento no seio da sociedade

³⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 117.

⁴⁰ RUBIN, *op. cit.*, p. 383.

⁴¹ Conferir o Anexo 4 para uma abordagem mais ampla da corrente teórica.

⁴² BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism – Perspective and Method*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1969, p. 43. “O significado é, portanto, situacional”. (Tradução livre da autora).

⁴³ RUBIN, *op. cit.*, pp. 386-39.

e destacam a rede familiar em que se está inserido; são ainda fundamentais no que tange às heranças familiares. Tal aspecto ganha maiores proporções quando associado às dinastias, que, além de um sobrenome (re)conhecido, carregam consigo o peso da heráldica. “In general, of course, heraldry was a representation of social success”.⁴⁴ De forma semelhante, a materialidade dos túmulos lança luz sobre o sucesso encontrado por certos indivíduos e sua importância nos grupos de que participavam.

Outro vetor de destaque para a identidade seria o gênero. Para os medievais, há valores e funções específicos associados aos papéis masculinos e femininos. Às mulheres, cabia a guarda dos valores familiares e, em especial, dos valores religiosos no seio da família, embora vejamos cada vez mais a presença feminina no mundo do trabalho em fins do medievo. A religião e seus signos, como o batismo, a penitência e a comunhão, eram também eixos cruciais de identificação, permeando diversas áreas, a família, o trabalho e a educação. “The inculcation of appropriate behaviour was thus a major concern of medieval educators”.⁴⁵ Havia uma preocupação com a conformidade, sobreposta a todos os níveis de educação. Contudo, para Rubin, embora haja uma tendência mais marcada para a conformidade, assim como a subversão da identidade considerada padrão, ela é uma escolha. Como discutimos anteriormente, identidade e diferença caminham lado a lado.

Entre outros signos, Rubin ainda destaca a relevância da língua partilhada pela comunidade e, principalmente, dos códigos específicos usados por grupos em seu interior. Consoante, Genet destaca a necessidade de se retomar as discussões sobre a identidade britânica, enfatizando a relação entre língua e identidade. A Inglaterra é reconhecidamente um espaço multilíngue até fins do medievo, o que demonstra principalmente o caso de Londres, onde se conjuga a linguagem utilizada pela Igreja, pela burocracia, pelos cidadãos e pelos estrangeiros que a frequentam, tornando crucial, para nós, a análise das relações estabelecidas entre língua e identidade cidadina.

Nesse sentido, cabe citar a contribuição de Aude Mairey sobre a escolha de línguas no contexto inglês. Os homens associados à corte e os mais abastados valorizavam o francês. A Igreja e aqueles que frequentaram escolas e universidades tinham conhecimento do uso do latim, também muito difundido entre aqueles que prestavam serviços à Coroa e, em especial, entre aqueles que chegavam à universidade. A linguagem do direito era escrita prioritariamente

⁴⁴ Ibidem, p. 387. “Em geral, é claro, a heráldica era uma representação do sucesso social”. (Tradução livre da autora).

⁴⁵ Ibidem, p. 392. “A demonstração de um comportamento apropriado era uma preocupação central dos educadores medievais” (Tradução livre da autora).

em latim e francês, embora já houvesse a partir do século XIV alguma influência do inglês. No comércio, por sua vez, imperava um forte plurilinguismo, em que o latim oferecia a base gramatical sobre a qual se organizava uma mistura do léxico latino, francês e inglês, a fim de permitir a comunicação numa área em que a atividade portuária, e logo o contato com mercadores de origens diversas, se destacava. Na transição entre os séculos XIV e XV, entretanto, o inglês médio passa a destacar-se como opção linguística em diversos campos. Portanto, as escolhas linguísticas não se referem somente ao lugar de origem, abrangendo status, grupo social, nível de instrução e tipo de atividade exercida.

Para além das escolhas presentes, as opções sobre o passado compartilhado pelo grupo são resultado de uma mediação com os sistemas presentes na sociedade receptora, a fim de alcançar ampla recepção e, assim, produzir uma memória coletiva. Desse modo, o passado, assim como a memória, atua como um dos eixos formadores da identidade. Recordar eventos passados, em alguns casos, recriá-los, reforça e cria laços. Como afirma Trexler, lembrar é um aspecto essencial da construção da identidade.⁴⁶ Não apenas é necessário reavivar o passado, mas é ainda fundamental construir narrativas sobre o presente a fim de que ele possa ser posteriormente lembrado, como parte integrante da memória coletiva. Afinal, as memórias compartilhadas trazem coesão ao grupo.

Como nos recorda Mary Carruthers, a cultura medieval era essencialmente memorial. Criavam-se, assim, mecanismos para evocar a memória, como técnicas de memorização e livros. Em sociedade, diversas estratégias entravam também em operação para reavivar a memória, entre estas as narrativas transmitidas oralmente, os sermões, as peças e festas religiosas, as ordenações de ofícios e as proclamações oficiais. Consoante, “it was in trained memory that one built character, judgement, citizenship, and piety”.⁴⁷

Embora Carruthers esteja mais voltada para a memória no âmbito intelectual, traz significativas contribuições para compreender a memória medieval de forma mais abrangente. Segundo a autora, “[in] their understanding of the matter, it was memory that made knowledge into useful experience, and memory that combined these pieces of information-become-experience into what we call ‘ideas’, what they were more likely to call ‘judgements’”.⁴⁸ A memória serve como base para as ideias e, podemos acrescentar, para as ações. Afinal, a

⁴⁶ TREXLER, op. cit., p. 15.

⁴⁷ CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory – A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: CUP, 2008, p. 11. “(...) era na memória treinada que se construía o caráter, o julgamento, a cidadania, e a piedade” (Tradução livre da autora).

⁴⁸ *Ibidem*, p. 11. “Em seu entendimento, era a memória que transformava o conhecimento em experiência, e a memória que combinava esses pedaços de informação-vira-experiência no que chamamos de ‘ideias’, o que eles costumavam chamar de julgamentos” (Tradução livre da autora).

informação deve tornar-se experiência. Ao pensarmos na memória compartilhada por um grupo, seja quanto a eventos ou a normas sociais, ressaltamos a transmissão de um conjunto de comportamentos esperados, com o qual a comunidade deve estar em conformidade.

Segundo Carruthers, a memória é parcial, pois uma parte do todo sempre se perde, importando a permanência do sentido. Tal característica acentua-se em uma sociedade de trocas majoritariamente orais. “Memory advice stresses the empirical observation that remembering what is aurally received is more difficult for most people than remembering what is visual, and the consequent need to secure the one by association with the other”.⁴⁹ Podemos pensar aqui na relevância dos eventos testemunhados pelos homens medievais na construção de sua memória e de sua identidade.

Os eventos locais eram parte fundamental da memória coletiva, tanto os que eram lembrados quanto os que eram esquecidos. Afinal, esquecer é a outra face do lembrar e implica em escolher o que é digno de ser rememorado. “To be a member of a community is to share the sense of what is redundant as well as what is worthy of memory. The resulting sense of belonging creates a familiarity which can be both comforting and suffocating”.⁵⁰ A memória, assim como a identidade, não pode ser desassociada da comunidade que integra e define, no caso deste trabalho, a comunidade cidadina.

A fim de compreendermos a construção da identidade no âmbito da cidade medieval, faz-se necessário discutir primeiramente como entendemos a cidade. Esta, assim como a identidade, é uma categoria múltipla. A cidade apresenta uma variedade de funções e abriga em si a diversidade, aspecto fundamental do espaço urbano. A cidade é um espaço concreto e simbólico que garante a identidade e as relações entre os membros da sociedade urbana medieval. Esse lugar seria uma parcela materializada do que os homens percebem de suas relações com seu território e entre si.

Partimos inicialmente da consideração de Marcel Roncayolo, para quem “[m]ais do que um conceito de análise, a cidade é sem dúvida uma categoria de prática social”.⁵¹ Segundo o autor, é a partir da estrutura social da cidade, entendida não apenas como suas funções, mas como os grupos sociais que a constituem e as relações internas e externas estabelecidas, que se

⁴⁹ Ibidem, pp. 31-32. “Conselhos sobre a memória ressaltam a observação empírica de que lembrar o que é recebido auricularmente é mais difícil para a maioria das pessoas do que lembrar o que é visual, e a consequente necessidade de assegurar um por associação com o outro” (Tradução livre da autora).

⁵⁰ RUBIN, op. cit., p. 406. “Ser membro de uma comunidade é compartilhar a percepção do que é redundante assim como do que é digno de memória. O senso de pertencimento resultante gera uma familiaridade que pode ser tanto confortante quanto sufocante” (Tradução livre da autora).

⁵¹ RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região. Lisboa: Casa da Moeda, 1986, p. 400.

pode compreender a organização da cidade, assim como as desigualdades e a hierarquia daí resultantes. A cidade é construída a partir do vivido, portanto, não é possível adotar um único critério, seja demográfico, funcional ou social, como parâmetro de classificação, uma vez que ao considerar as categorias tempo e espaço há diferentes níveis de urbanização.

Thierry Dutour, por sua vez, atenta para a diversidade que envolve as cidades. Cada época e civilização carrega consigo diferentes concepções sobre a cidade. O autor afirma que a história urbana é parte integrante da história social, pois o fator primordial do fenômeno urbano são as formas de relação social que aí se desenvolvem. Para o autor, a cidade medieval é “es un ser del lenguaje; (...). Su objeto es la organización de la existencia de hombres que, en determinados tiempos y en determinados lugares fueron ciudadanos”.⁵² Dessa forma, ao estudar as cidades, é essencial pensar os indivíduos e as trocas que estes realizam entre si. Afinal, é a organização destes que garante a existência da cidade.

Para Dutour, a cidade estrutura-se como uma aglomeração de homens que favorece a aproximação de homens socialmente heterogêneos e, por vezes, traz a presença de um regime jurídico próprio. As funções da cidade diferenciam-na do campo e conferem-lhe especificidades dentro deste mundo majoritariamente rural. A cidade impulsiona a divisão de tarefas e a prestação de serviços a seus habitantes, além de facilitar a coexistência de grupos sociais e ofícios diversos. Desta forma, ao mesmo tempo em que apresenta uma especialização, a cidade apresenta uma diversificação social.

Enquanto é um centro de comércio que procura amenizar os efeitos da distância, a cidade é também polo de diferenças, marcando certa divisão interna. Nesse contexto, assim como os comportamentos podem determinar a composição territorial, também a composição social, quando heterogênea, pode modificar os comportamentos, acentuando diferenças entre grupos. Contudo, a vida e as práticas associativas desenvolvidas no seio da cidade favorecem as relações sociais. Como atenta Dutour, a própria concentração de homens em um espaço restrito, testemunhada nas cidades, aumenta as possibilidades de se formarem relações entre estes.⁵³ Desse modo, cria-se uma consciência de pertencimento a uma comunidade conjugada a uma noção de territorialidade.

Ao tratarmos mais especificamente da cidade medieval, considerando sua presença em um contexto majoritariamente rural, não se pode ignorar sua relação com o campo. Em primeiro

⁵² DUTOUR, Thierry. *La ciudad medieval: Orígenes y triunfo de la Europa urbana*. Barcelona: Paidós, 2004, p. 23-24. “é um ser de linguagem; (...). Seu objeto é a organização da existência de homens que, em determinados tempos e em determinados lugares foram cidadãos” (Tradução livre da autora).

⁵³ DUTOUR, op. cit., p. 27.

lugar, isso deve-se ao fato de que, como aponta Roberto Lopez, “sem os novos progressos nos campos, a nova cidade dos mercadores teria morrido de fome”.⁵⁴ Para que ocorresse um crescimento urbano, foi necessário que houvesse um excedente da produção rural, uma vez que os cidadãos precisavam deste para se manter. Da mesma forma, foi preciso um excedente populacional, pois grande parte das cidades tiveram seu número aumentado por ondas de imigração originadas no campo. Há, no entanto, diferentes visões sobre essa relação entre cidade e campo.

Para Marc Bloch, as cidades estariam inseridas no sistema feudal uma vez que a sociedade compreenderia um amplo território onde se compartilha um modo de vida, um imaginário, uma religiosidade e práticas comuns. Entretanto, ainda que a cidade necessite do campo, Bloch acredita que estes estejam mais separados, pois a cidade medieval é mercantil e artesanal. De modo oposto, para Le Goff, cidade e campo continuam diretamente interligados, pois, além das diversas áreas cultivadas nos arredores das muralhas, a cidade abriga em seu interior diversos espaços cultivados, como pomares e hortas.⁵⁵

Como Le Goff, entendemos a relação campo-cidade de forma integrada, percebendo a convivência de tais espaços na vida do homem medieval. A cidade precisa do campo para sua sobrevivência, assim como o campo precisa da cidade para dar vazão a sua produção. Entretanto, estes espaços apresentam atividades que lhes são específicas. A cidade é essencialmente um lugar de produção, sendo os ofícios suas categorias produtivas. Ainda pensado essa função produtiva, Benevolo considera que as cidades medievais “tornaram-se centros especializados das atividades secundárias e terciárias”.⁵⁶ Desse modo, dependem dos campos que a circundam, uma vez que destes provem a matéria prima de suas atividades.

Além disso, Benevolo afirma que a cidade “desenvolve um conjunto de iniciativas comerciais, industriais, financeiras e culturais muito extensas, e compete com as outras à escala continental e mundial”.⁵⁷ Segundo o autor, isto só teria sido possível graças ao desenvolvimento das técnicas de cultivo e ampliação das áreas cultiváveis, além da pacificação dos territórios e das condições climáticas, que favoreceram o crescimento demográfico, impulsionando o crescimento urbano.

Para Benevolo, a liberdade política também foi fundamental para o desenvolvimento de cidades, incluindo sua invenção espacial. Entretanto, “[as] cidades da Idade Média não

⁵⁴ LOPEZ, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa: Presença, 1988, p. 81.

⁵⁵ LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 15.

⁵⁶ BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995, p. 43.

⁵⁷ Idem.

sabem o que é ‘a’ liberdade mas ‘as’ liberdades, não sabem o que são categorias institucionais definidas em abstracto mas instituições criadas de propósito para cada caso concreto”.⁵⁸ Essa liberdade, essa autonomia, todavia, limita-se ao perímetro da cidade, não se estendendo ao campo. A população artesã e mercantil pretende, assim, subtrair-se ao sistema político feudal e garantir as condições necessárias para a atividade econômica, através da autonomia administrativa e judiciária e de um sistema de impostos proporcionais ao rendimento e destinado às obras de utilidade pública, sobretudo as fortificações e os equipamentos.

Lopez, por sua vez, entende a cidade como um estado de espírito. Assim, o que a define não é apenas a concentração de habitantes, sua atratividade ou sua personalidade coletiva, mas a consciência que os cidadãos têm deste potencial, para que possam convencer a outros deste fato. De forma semelhante à debatida por Roncayolo, o autor ressalta que, embora haja vários elementos constituintes da cidade, nenhum deles é determinante na definição da cidade. Para Lopez, não é o reconhecimento de uma autoridade ou a construção de uma muralha que garante o êxito de uma cidade, mas a participação ativa dos cidadãos e um aumento produtivo no campo ao seu redor, a fim de abastecê-la.

É preciso destacar ainda a diversidade das ocupações e funções daqueles que habitam a cidade. É a gama de especialistas presentes que favorece o seu desenvolvimento em um centro de troca e produção. Assim, para Lopez, “a cidade medieval por excelência é uma cidade de mercadores e (geralmente em posição subordinada) de artesãos”,⁵⁹ dos mais variados ramos de produção. De acordo com Jacques Rossiaud, a cidade é o cerne de uma nova sociedade que se adapta ao sistema senhorial, sendo um de seus pontos essenciais uma solidariedade ampliada entre seus habitantes, mas não deixando, por isso, de ser hierarquizada. Para o autor, a liberdade aí existente era aquela proveniente de direitos adquiridos, em especial através das concessões dos forais régios, pois não existiria uma liberdade inerente à cidade.

Destacamos aqui a afirmação de Le Goff de que “[a] cidade é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas”.⁶⁰ Essa abundância encontra-se refletida sob diversos aspectos, na profusão de grupos sociais, de ofícios especializados e de trocas entre os cidadãos. A cidade é um centro ativo de produção econômica, mas também cultural, e, por isso, é um lugar de trocas, não apenas comerciais, mas sociais. Ao criar um novo sistema de valores, a cidade dá espaço a um novo

⁵⁸ Idem, p. 58.

⁵⁹ LOPEZ, op. cit., p. 14.

⁶⁰ LE GOFF, Jacques. “Cidade”. In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2, p. 223.

olhar sobre o trabalho, o dinheiro, o luxo e a beleza. Além disso, ela é um espaço jurídico, no qual as atividades estão subordinadas ao sentido comunitário, ao bem comum.⁶¹

Ao pensar a cidade medieval, aproximamo-nos das considerações de Le Goff e Benevolo. Embora esteja em contato com o campo, a cidade distancia-se deste ao abrigar uma multiplicidade de relações sociais, possibilitada pela diversidade de grupos aí presentes. Além disso, a cidade goza de maior autonomia, criando instâncias próprias para gerir suas questões internas, ainda que esteja ligada ao poder régio ou senhorial.

Uma diversidade de grupos convive no interior das muralhas e cada um desempenha um papel específico para o funcionamento da cidade. Para Gurevic, “[a] sociedade é constituída por homens que desempenham as funções sociais que lhes foram atribuídas e cada tarefa, seja pequena ou grande, é importante e necessária para a existência de todos”.⁶² A cidade supera o quadro tripartite das ordens e compõe-se de maneira orgânica. Coincidindo com o corpo místico que caracteriza a Igreja e todos os seus fiéis, a cidade, como mencionamos anteriormente apresenta-se também como um corpo no qual cada membro desempenha uma função específica que o mantém em movimento. A cidade é um corpo social.

Assim como no corpo místico, em que Cristo é a cabeça, há também no corpo social uma hierarquização entre as funções, e grupos, para o seu pleno funcionamento. Cada membro, representado pelos diferentes grupos que habitam o espaço urbano, ocupa um lugar determinado no corpo da cidade, o que se traduz, por exemplo, em eventos cívicos como as procissões. Como nos lembra Vânia Fróes, a imagem do corpo reflete a cidade no plano real e simbólico.

Devido à aglomeração de homens, o cidadão está acostumado a dividir o seu espaço na cidade, seja com a família, com os vizinhos ou com aqueles com quem trabalha. Como afirma Rossiaud, o urbanismo medieval favorece a vida de bairro, pois organiza em seus diferentes núcleos espaciais as famílias e os grupos sociais mais próximos. De modo geral, “a escolha de uma residência na cidade era, em larga medida, determinada por laços de amizade ou de parentesco”,⁶³ ao que acrescentaríamos ainda as relações profissionais, uma vez que muitos homens de ofício se organizam em áreas em comum na cidade. Os vizinhos participavam da vida uns dos outros. Tinham o papel de intervir em caso de conflitos, doenças e perigos, além de estarem presentes em todas as celebrações, seja por nascimento, casamento ou morte. No entanto, a vida no bairro também podia ser conflituosa.

⁶¹ LE GOFF, Jacques. “La fonction culturelle, l’image et le vécu”. In: *Idem* (org.). *La ville en France au Moyen Âge*. 2. ed. Paris: Seuil, 1980, p. 367-370.

⁶² GUREVIC, Aron. “O Mercador”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989, p. 172.

⁶³ ROSSIAUD, 1989, p. 108.

Os laços de vizinhança são, sem dúvida, mais fortes quando a cidade ou o bairro beneficiam de uma grande homogeneidade. Contrariamente, a vizinhança não basta para estabelecer relações estreitas, em unidades que justapõem grupos sociais diferentes. Por si só, a proximidade espacial não é suficiente para aproximar as pessoas e anular as distâncias sociais; pelo contrário, parece levar ao confronto, por vezes agressivo ou defensivo, de experiências e de sensibilidades opostas.⁶⁴

Esses laços de vizinhança dificultavam, por exemplo, a vida dos estrangeiros que chegavam às cidades, fossem estes de outras cidades inglesas ou de outros reinos. Eram frequentes os conflitos entre cidadãos e imigrantes. Os imigrantes eram vistos, ao mesmo tempo, como necessários e perigosos, uma vez que as cidades não podiam conter grandes vagas de imigração. Interessavam como mão-de-obra, mas aqueles que já eram mestres tornavam-se concorrentes dos mestres da cidade quando aceitos pelas corporações. Eram constantemente responsabilizados por quaisquer dificuldades econômicas enfrentadas pelas cidades, intensificando os conflitos. No entanto, havia diferenciações entre recém-chegados bons e maus, sendo aqueles passíveis de maior aceitação, assim como de estratégias para agilizar tal processo, através de casamentos, acúmulo de bens, entre outros.

Embora a cidade não se fechasse aos estrangeiros e aos pobres, esta não lhes garantia quaisquer direitos. A especialização dos ofícios acentua os mecanismos de exclusão, e os que mais sofrem com eles são os pobres. Cada membro da cidade deve exercer sua função para que ela funcione plenamente, e aqueles que não têm uma função definida nesse corpo acabam sendo excluídos. Ainda que estejam na base da hierarquia cidadãos, os pobres ainda são necessários aos demais grupos, afinal, é preciso praticar a caridade e elevar-se moralmente.

Apesar de certos níveis de exclusão e dos conflitos que abriga, um traço fundamental da cidade medieval é a sociabilidade, que encontra no interior e arredores das muralhas espaços que lhe favorecem. Segundo Le Goff, esta é “uma sociabilidade de vida ao ar livre e também, com frequência, sociabilidade ‘em pé’”.⁶⁵ A praça, seja a praça central, a praça do mercado, ou a praça próxima à igreja, destaca-se nessa função, pois nela a cidade se reúne. Nos dias de festas, nos cortejos, no cotidiano, é na praça que os cidadãos se encontram. Ela é lugar de trocas e é berço da cultura urbana, que traz consigo o litúrgico, o cômico, o grotesco e o teatral.

A praça, assim como os portões da cidade, também é espaço dos mendicantes, que, ao se pronunciar, visam tocar a nova sociedade urbana. Os mendicantes instalam-se nas cidades, pois veem nestas um campo frutífero para o combate à heresia e ao dinheiro. Ao redor de seus

⁶⁴ RONCAYOLO, op. cit., p. 430.

⁶⁵ LE GOFF, 1992, p. 189.

conventos, os cristãos se reúnem. Outros espaços religiosos de destaque são as catedrais e as igrejas paroquiais, que são lugares de encontros sociais, devotos, profanos, amorosos, políticos e intelectuais. Em seu interior, encontram-se os grupos que se desenvolvem gradativamente até dar origem às comunidades conhecidas como universidades.

Encontramos no mercado outro foco da sociabilidade urbana. Este é um dos pontos centrais da cidade, localizando-se sempre em áreas de destaque, em especial, nas proximidades dos locais onde os carregamentos são recebidos, por exemplo, perto de portos e das portas das muralhas. Neste espaço, compram-se víveres, vestimentas e outros produtos necessários à vida na cidade. O mercado urbano representa ainda um aspecto fundamental das relações entre campo e cidade, sendo indispensável também ao mundo rural, tanto para camponeses quanto para senhores. É aqui que os camponeses vendem parte da produção, a fim de pagar os censos senhoriais, e compram os itens que não podem produzir. Da mesma forma, o senhor compra e vende no mercado. Além disso, pode tê-lo como fonte de lucros ao cobrar taxas e pedágios sobre o transporte de produtos ao longo de seus domínios. Assim, o mercado é ponto de encontro de cidadãos, mas também ponto de encontro entre cidade e campo.

As cidades contam ainda com outros locais de reunião, como os moinhos, os lavadouros, os chafarizes, as tavernas, principalmente para os marginais⁶⁶, e até mesmo o cemitério. Desde que o mundo medieval empreendeu a urbanização dos mortos, o cemitério tornou-se ativo espaço de reuniões, de divertimentos e até feiras, deixando de ser apenas o lugar de encontro entre vivos e mortos.

Há ainda outros espaços, em alguns casos, profissionais, em outros, religiosos, nos quais a diversidade da cidade medieval se manifesta, as guildas e as fraternidades. As fraternidades eram instituições de acolhimento, reunião e mediação, que associavam homens de diferentes origens, ampliando as redes de relações de solidariedade no interior da cidade. Sua participação na economia da salvação, principalmente através da caridade, e seu caráter coletivo, e de amplo alcance, conferiam às fraternidades um papel fundamental no jogo social.

As guildas, por sua vez, estavam associadas diretamente ao mundo do trabalho, reunindo homens de um mesmo ofício ou de ofícios próximos. Constituíam associações baseadas em juramentos, cujo ingresso se dava por livre escolha, embora a participação nestas fossem uma exigência para aqueles que exerciam um mesmo ofício. As guildas possuíam um lugar de destaque entre as demais instituições do tecido social, pois contavam com um

⁶⁶ Utilizamos aqui o termo como trabalhado por Geremek em GEREMEK, Bronislaw. “O marginal”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

reconhecimento jurídico que lhes garantia o direito de interferir na cidade em que se encontravam. Podiam atuar em questões de paz, na defesa da cidade e, principalmente, tornar-se fontes de recursos para o poder local ou real, como no caso de Londres, seja sob forma de empréstimos ou financiamento de festejos.

Essas instituições associativas minimizavam certas distâncias sociais e criavam um código de conduta e moral, além de dar base à coesão política, na qual, posteriormente, os poderes locais passariam a se apoiar. Elas tornaram-se em um determinado momento uma preocupação para o poder instituído, pois, ao se multiplicarem, sua representação ganhou um importante papel na cidade. No entanto, ao invés de dividir a cidade, as guildas e fraternidades lhe atribuíam coerência, partilhando com esta o dever de assistência. Sendo a caridade um importante princípio de salvação, a assistência aos pobres e doentes é um aspecto central das cidades medievais, sobre o qual estas instituições atuavam diretamente.

Além disso, a assistência aos mortos torna-se uma questão central, presente especialmente nas guildas e fraternidades. Segundo Vincent, um dos traços fundamentais da ação caritativa exercida por estes grupos é o controle da morte.⁶⁷ Sua presença se faz desde os últimos momentos do morto, desde os últimos sacramentos, até o seu sepultamento, cuidando dos ornamentos e rituais necessários. Cuida-se não apenas do sepultamento de seus confrades, mas tem-se também o dever de assistir aqueles cidadãos sem recursos para um funeral decente. Ademais, os confrades têm o dever de garantir o réquiem para os falecidos e, assim, garantir a salvação de suas almas.

Espaço de convívio, de sociabilidade e de solidariedade, a cidade medieval abriga em si relações que englobam todos os seus habitantes, mesmo que em diferentes níveis, e estendem-se não só aos vivos, mas também aos mortos. Afinal, esses também são peça chave na construção da memória e da identidade cidadina. A partir de todas as considerações sobre a cidade, verificamos a possibilidade de estender nosso olhar sobre sua identidade. Como podemos observar a identidade medieval para além do eixo das representações? A identidade cidadina desdobra-se na forma de uma cidadania medieval através de uma série de práticas que permitem acessar, em certa medida, o vivido.

A cidade é espaço político, social, religioso e imaginário, cuja miríade de aspectos corrobora na composição de uma identidade. Ela tem diferentes partes, mas constitui uma

⁶⁷ VINCENT, Catherine. "Dans la cité". In: Idem. *Les Confréries Médiévales dans le Royaume de France (XIIIe - Xve Siècles)*. Paris: Albin Michel, 1994, p. 77.

unidade. Como o faz Chaucer, a cidade vê em sua diversidade, em que uma função complementa a outra, a ponte para uma unidade de amplo alcance.

A cidade é um núcleo político do reino, onde se exerce a cidadania, atuando em direção à construção da autonomia. Nesse sentido, são vitais as funções de governança próprias do ambiente citadino, cuja manutenção depende do esforço de toda a cidade. Contudo, ainda que seja autônoma política, econômica e legalmente, a cidade é interdependente com relação ao reino e à Cristandade.

A cidade é fabrico do homem, mas também se identifica com Cristo. Embora seja laica, uma vez que não é clerical, a cidade é sacralizada. É assim que, em sua diversidade de funções, enxerga-se na metáfora do corpo, como a Igreja, ao invés de identificar-se com a Babel de uma diversidade fora de controle. Portanto, aqueles que com ela estabelecem uma relação de pertencimento são cidadãos, súditos e cristãos, pois são ao mesmo tempo membros da cidade, do reino e da Cristandade.

1.3. Chaves de acesso à Londres medieval

Para passear por todas estas facetas da cidade medieval, precisamos lançar mão de certas chaves que nos permitam adentrar os portões de suas muralhas. Passando primeiramente por Aldgate, percorrendo o interior da cidade e atravessando a Ponte de Londres até Southwark, deparamo-nos com um grupo de peregrinos prontos para colocar a cidade em movimento. Grupos colocam-se, relações e oposições são estabelecidas, espaços são experimentados e memórias são reavivadas. Através da perspectiva de Chaucer em *The Canterbury Tales*, observamos diversos eixos da identidade da cidade desdobrarem-se. No entanto, exploramos esta obra de forma aprofundada no Capítulo 2.

Podemos ainda percorrer outros caminhos da Londres à época de Chaucer através dos documentos escritos por oficiais servindo em diversas cortes da cidade, como a Court of Husting, que nos permitem traçar variados vetores da identidade citadina. Exploraremos a seguir as fontes que dão suporte à análise dos eixos levantados por Chaucer. Entre narrativa, proclamações e testamentos, a cidade coloca-se aos nossos olhos.

1.3.1. As proclamações dos *Calendars of Letter Books* e *Memorials of London and London Life*

Tanto os *Calendars of Letter Books* quanto os *Memorials of London and London Life* permitem acessar as proclamações enviadas pelo rei, pelo Parlamento e pelas autoridades da cidade. Assim, faz-se mister abordar a produção deste tipo de documento. Diversos autores discutem as motivações dos governantes medievais para a emissão destas proclamações. Para Hewitt e Maddicott, estas ajudavam a moldar a opinião pública com relação aos eventos que ocorriam no reino ou envolviam o mesmo, como a Guerra dos Cem Anos. Por outro lado, para Allan, elas funcionavam como meio de propaganda política das autoridades medievais. Já Doig considera que tal documentação auxiliava a publicização de ordens e leis, assim como a circulação de notícias.⁶⁸

Segundo este último, as proclamações podem ser divididas em cinco categorias. A primeira é composta por aquelas que informam sobre assuntos de interesse geral, a segunda pelas acusações a um indivíduo ou grupo, a terceira por aquelas que requisitam a presença de determinados indivíduos, a quarta pelas proibições para realizar certas atividades e, por fim, a quinta por aquelas que encorajam ou garantem algumas ações.⁶⁹

Como um documento oficial, as proclamações seguiam um modelo, uma fórmula. Seu texto tinha início com uma saudação aos oficiais locais e um preâmbulo justificando sua publicação, seguidos, então, pela proclamação em si. Quando emitidas por decisão do monarca ou do Parlamento, elas eram obrigatoriamente autorizadas com o selo real, a fim de garantir sua autenticidade. Estas poderiam ser dirigidas especificamente a um condado, a uma cidade ou ainda a todos os súditos do rei. Neste caso, os mensageiros dividiam o reino em partes para que a proclamação pudesse percorrer todo o reino no menor tempo possível, em geral, uma semana para um condado e de quatro a seis semanas para o todo reino. Já nas cidades elas podiam ser feitas em apenas um dia.⁷⁰

“Clearly it was important that the proclamation be heard by as many people as possible and the writs sent to the sheriffs or some other designated local official included instructions for publication”.⁷¹ Para tanto, as proclamações eram lidas em locais onde se encontravam

⁶⁸ DOIG, James A. “Political Propaganda and Royal Proclamations in late Medieval England”. In: *Historical Research*, Volume 71, Issue 176, pp. 253–280, 1998.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 254.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 263.

⁷¹ *Ibidem*, p. 258. “Obviamente era importante que as proclamações fossem ouvidas pelo maior número possível de pessoas e os documentos enviados aos *sheriffs* ou outro oficial local designado incluíam instruções para publicação”. (Tradução livre da autora).

grupos numerosos, como em feiras e mercados. Em Londres, eram recitadas pelo *Sergeant-at-Arms* em locais como os portões, os canais e as praças dos mercados. Como um todo, elas constituíram um importante instrumento de comunicação política e, portanto, lançam luz sobre as relações entre a Coroa e a cidade.

A fim de que todas as proclamações enviadas para Londres, assim como os documentos produzidos pelas cortes cívicas mencionadas anteriormente, pudessem ser registradas nos *Letter Books*, era necessário um certo número de escribas especializados envolvidos na produção desses volumes manuscritos. Desse modo, as entradas de um mesmo livro eram registradas por mãos diferentes.

The want in many instances of due sequence in the entries is probably owing to the fact that rough copies of the memoranda, or "remembrances," were kept in hand at times for a month or two together, or even longer, and then entered in the volume, without much regard to the chronological order of the facts commemorated; as also, that, at least in some cases, two sets of entries were being made in different parts of the volume at the same period.⁷²

De acordo com Sharpe, em Introdução ao *Letter Book A*, os registros da cidade eram escritos por até quatro escrivães ou homens da lei servindo ao *mayor* em sua corte. Nesse processo, cada oficial guardava o material e os pergaminhos com os quais estava diretamente envolvido, abrindo espaço para diversas interferências em sua produção. Desse modo, é preciso compreender a posição e o papel desses escrivães no governo da cidade e na produção de registros escritos.

Segundo Barron, o número de escrivães servindo à cidade teria subido de oito para cerca de vinte e quatro entre os séculos XIV e XV. Há também uma hierarquia entre os escrivães que servem Londres. No topo desta, encontramos o *recorder* da cidade, responsável pelos registros ligados às eleições, pelos registros das decisões da Court of Husting, por representar a cidade em disputas e por aconselhar os prefeitos eleitos a cada ano. Diferentemente dos demais escrivães oficiais, era proibido de receber qualquer outro tipo de pagamento, por isso, não podia realizar outras atividades. Em seguida, temos o *chamberlain*, encarregado dos registros financeiros da cidade. Em geral, este era eleito entre grandes mercadores pois o cargo

⁷² SHARPE, Reginald R. "Introduction", in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. vii-li <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/vii-li> . "O desejo por uma sequência das entradas deve-se provavelmente ao fato de que cópias dos memorandos, ou 'lembranças', ficavam a mão por um ou dois meses, ou até mais, e então entravam no volume sem muita preocupação com a ordem cronológica dos fatos comemorados; assim como, pelo menos em alguns casos, dois conjuntos de entradas estavam sendo feitos em partes diferentes do volume ao mesmo tempo". (Tradução livre da autora).

não contava com um pagamento como os outros. Por não ser um oficial treinado, contava com a ajuda de outros escrivães escolhidos pelo *common council*, em especial o *clerk of chamber* (escrivão da câmara), responsável por gerenciar e registrar os negócios da cidade sob o *chamberlain* eleito.

Também importante entre os cargos cívicos estava o *common clerk*, cujas atribuições incluíam arquivar os registros da Court of Husting e manter sob custódia parte dos documentos da cidade, principalmente quando da reforma do Guildhall. Outros oficiais eram ainda escolhidos, como *serjeants-at-law*, *serjeants-at-arms*, *waterbailiffs* e *coroners*, além dos escrivães atuando nas cortes antes mencionadas. Grande parte desses oficiais treinados na arte da escrita podia assumir outras tarefas (e receber por estas) por parte de corporações de ofícios, nobres e outros nomes da cidade, entre os quais autores como Chaucer, Langland e Gower.

Mooney and Stubbs realizaram um atento e relevante trabalho de identificação dos escrivães que produziram cópias dos principais e mais antigos manuscritos de obras em inglês médio como *The Canterbury Tales* de Chaucer e *Confessio Amantis* de Gower.⁷³ A partir de uma detalhada comparação entre as inscrições presentes nos manuscritos e nos documentos oficiais registrados no Guildhall de Londres, as pesquisadoras identificaram escrivães servindo à Coroa, à cidade e a diferentes corporações de ofício que também se dedicaram a cópias de narrativas em manuscritos. Assim, puderam estabelecer diversas conexões entre autores e oficiais cívicos, assim como entre a produção de documentos oficiais e a de obras literárias.

Um exemplo desta ligação seria o escriba Adam Pinkhurst, responsável pelos dois manuscritos mais antigos de *The Canterbury Tales*, *Hengwrt* e *Ellesmere*. Embora diversos estudos já o considerassem como o mais provável escriba, entre outros motivos devido ao poema atribuído a Chaucer⁷⁴, Mooney pôde comprovar tal identificação através da comparação de sua escrita em documentos por ele assinados como aquela presente nos manuscritos.⁷⁵ A partir da documentação manuscrita, é possível observar que a relação entre Chaucer e o escriba extrapolava a produção dos manuscritos das *Tales*, uma vez que este teria atuado a serviço de Chaucer em alguns de seus cargos no governo. Além disso, pela presença de sua escrita entre as entradas do *Letter Book I*, relacionadas às eleições, empreende-se que tivesse também ocupado um cargo no Guildhall da cidade, como escrivão da corte do *mayor* ou como escrivão do *recorder*, uma vez que apenas aqueles servindo no Guildhall podiam inscrever registros nos

⁷³ MOONEY, Linne R. e STUBBS, Estelle. *Scribes and the City – London Guildhall Clerks and the Dissemination of Middle English Literature 1375-1425*. York: York Medieval Press, 2013.

⁷⁴ “Chaucer’s words unto Adam his own Sciveyn”, copiado por John Shirley no manuscrito Cambridge, Trinity College, MS R.3.20.

⁷⁵ MOONEY, Linne R. “Chaucer’s Scribe”. In: *Speculum*, n. 81, 2006, pp. 97-138.

Letter Books.⁷⁶ De acordo com as descobertas de Mooney e Stubbs, Pinkhurst teria assumido diversas atividades complementares, atuando não apenas no Guildhall, mas também a serviço de diferentes corporações da cidade e copiando manuscritos de diferentes autores.

Para as autoras, embora já houvesse *scriptoria* com fins comerciais no fim do XIV, esses dedicar-se-iam a obras de maior demanda, como livros de orações, lecionários e livros para os primeiros anos de estudo.⁷⁷ As narrativas medievais, por sua vez, seriam copiadas por oficiais em períodos de menor demanda para o seu cargo, como os intervalos de verão da Court of Husting, após sua jornada de trabalho ou ainda entre o registro de um documento e outro. Essas seriam atividades complementares aos seus cargos oficiais afim de somar rendimentos como lhes era permitido. No entanto, esta não era sua única motivação; Mooney e Stubbs listam outros três pontos fundamentais.⁷⁸ Além do incentivo financeiro, esses escribas aceitavam essas tarefas por outras razões: encomendas especiais por parte de homens importantes como o *mayor* ou *aldermen*, que desejavam ter exemplares prontos para o deleite de algum visitante ilustre; pedidos de autores com quem mantinham contato direto; ou ainda como participantes de um movimento de incentivo à adoção do inglês como língua oficial do governo e do comércio da cidade e do reino.

No entanto, os autores não eram os únicos indivíduos que necessitavam da atuação desses escrivães. Estes eram fundamentais àqueles que recorriam, por exemplo, à Court of Husting para oficializar suas últimas vontades em seus testamentos, como discutimos a seguir.

1.3.2. *Calendars of Wills proved and enrolled in the Court of Husting* e a função social dos testamentos

Outro grupo de textos que se revelou fundamental para nossa temática é composto pelo *Calendar of Wills proved and enrolled in the Court of Husting*.⁷⁹ Os testamentos seguem, em geral, uma fórmula comum. O cidadão escolhe o local onde deseja ser sepultado, e prescreve a quantidade de missas e orações a serem realizadas por sua alma. Por vezes, a data de sua morte é escolhida como celebração perpétua, para o que se direciona uma generosa soma à paróquia de origem ou à paróquia de sua fraternidade. Listam-se, então, as somas deixadas em favor das

⁷⁶ MOONEY e STUBBS, pp. 75-77.

⁷⁷ Ibidem, p. 2.

⁷⁸ Ibidem, “Conclusions”, pp. 132-140.

⁷⁹ CALENDAR OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING, LONDON: PART 2: 1358-1688 (1890). Editado por Reginal R. Sharpe. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=571>.

paróquias, ordens religiosas, hospitais, obras de piedade, obras em favor da cidade e fraternidades de sua preferência. Por fim, atestam-se os bens a serem herdados por sua família e, em alguns casos, amigos.

Embora estes sejam os pontos mais recorrentes nos testamentos, uma outra farta gama de informações se apresenta nos textos do *Calendar*. Alguns testadores preocupam-se com detalhes dos ritos mortuários, como a forma em que se deve dar o traslado da casa até o local do sepultamento. Em certos testamentos, as doações às igrejas paroquiais e seus servos são bastantes específicas, definindo o livro e os objetos litúrgicos que deveriam receber; em outros dava-se atenção aos túmulos e altares que deveriam receber oferendas em favor da alma do testador. O reparo de estradas e pontes é mais um dos aspectos recorrentes na documentação. Afinal, como membro da cidade, é fundamental que se colabore com a sua manutenção. Do mesmo modo, deve-se contribuir para a sobrevivência dos habitantes menos favorecidos da cidade, como os órfãos, os doentes e os presos.

Abundam nos testamentos, obviamente, referências às propriedades e aos objetos que são deixados pelos testadores. No entanto, nossa atenção volta-se principalmente para aqueles que recebem estas heranças e doações. Essas informações sobre os favores prestados pós-morte, assim como o local de sepultamento, são indicações essenciais dos grupos aos quais se pertence, contribuindo para a percepção da identidade construída pelos mesmos.

De acordo com Rubin, “[w]ills clearly reveal the life-worlds of their makers and illustrate efforts to knit together, at the end of a life, a web of associations and memories”.⁸⁰ Permitiam reavivar suas redes associativas, assim como assegurar desejos não realizados em vida, como as peregrinações, que podiam ser então realizadas em nome daquele que já estava morto. Apontavam ainda para as posses do indivíduo e seu status no momento de sua morte. Assim, revelavam a identidade pessoal desses cidadãos, ponto fundamental para nossa temática.

(...): los testamentos y últimas voluntades son capaces de transmitir por escrito, como ningún otro documento notarial, las imbricaciones del outorgante con su mundo de relaciones em lo personal, familiar, profesional, amistoso, afectivo, religioso y social que van desde lo directo a lo indirecto, desde lo próximo hasta lo lejano, um mundo de relaciones que no sólo se teje com los de acá sino que se extiende al más allá a través de defuntos y santos intercessores.⁸¹

⁸⁰ RUBIN, *op. cit.*, p. 388. “Testamentos claramente revelam os mundos em que viviam seus testadores e ilustram os esforços para reunir, no fim da vida, uma rede de associações e memórias” (Tradução livre da autora).

⁸¹ RODRIGO-ESTEVÁN, Maria Luz. “Muerte y Sociabilidad em Aragón”. In: CEA, Juan Carlos Martín (coord.). *Convivir en la Edad Media*. Burgos, Dossoles, 2010, pp. 285-320. “(...) : os testamentos e últimas vontades são capazes de transmitir por escrito, como nenhum outro documento, as imbricações do outorgante com seu mundo de relações pessoais, familiares, profissionais, amistosas, afetivas, religiosas e sociais que vão desde o direto ao

Como aponta Júnia Furtado, os testamentos podem ser testemunhos sobre a morte, mas são, acima de tudo, testemunhos sobre a vida, tanto material quanto espiritual.⁸² Para Gordon e Marshall, os testamentos têm um papel fundamental na interação com os vivos.

Moreover, by bestowing benefactions on the community through their testaments, the dead established a claim on the memory of the living, and, explicitly or implicitly, in a virtually contracted manner, required the 'counter-gift' of prayers for their souls in Purgatory.⁸³

Desse modo, estabelecia-se uma relação recíproca entre os vivos e os mortos. Segundo os autores, acreditava-se que os vivos podiam aliviar os sofrimentos das almas, que agora tinham que passar pelo Purgatório. Assim, as missas, orações e doações em nome dos mortos tornavam-se cada vez mais comuns no fim do medievo, tanto para a salvação dessas almas quanto para a manutenção de sua memória no seio das comunidades de que faziam parte. Esta memória deixava de ser, então, uma responsabilidade exclusiva da família, sendo delegada também a grupos mais amplos, como as guildas, fraternidades e paróquias, o que nos leva ao próximo item.

1.3.3. Os registros da Fraternidade da Santíssima Trindade e de São Fabiano e São Sebastião da Paróquia St. Botolph without Aldersgate

Há ainda mais um grupo de registros de grande relevância, o *Parish Fraternity Register: Fraternity Of The Holy Trinity And Ss. Fabian And Sebastian* da Paróquia St. Botolph without Aldersgate, contendo entre outros documentos as regras da fraternidade. Segundo registros, a fraternidade teria sido fundada na Páscoa de 1374 em honra a Corpus Christi, entretanto, posteriormente, transferiu-se o dia de celebração entre os confrades para o dia da solenidade da Santíssima Trindade. Entre as suas tarefas, destacava-se a manutenção de um

indireto, desde o próximo até o distante, um mundo de relações não apenas com os de cá mas que também se estende ao Além através de defuntos e santos intercessores” (Tradução livre da autora).

⁸² FURTADO, Junia Ferreira. “A Morte como testemunho de vida”. In: DE LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 106.

⁸³ GORDON, Bruce e MARSHALL, Peter. “Introduction: the place of the dead in late medieval and early modern Europe”. In: Idem (eds.). *The place of the dead: death and remembrance in late medieval and early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 4-5. “Ademais, ao direcionara benefícios à comunidade através dos testamentos, os mortos reivindicavam a memória dos vivos, e, explícita ou implicitamente, de forma virtualmente contratual, demandavam o ‘contra-dom’ de orações por suas almas e para as almas do Purgatório”. (Tradução livre da autora).

capelão para celebrar a missa para os trabalhadores no início do dia. Suas ordenações também estão presentes nos registros, embora estejam incompletas devido à falta de dois fólios contendo as cinco primeiras cláusulas. De acordo com suas regras, os mestres da fraternidade deveriam ser escolhidos pelos mestres anteriores a cada festa da Santíssima Trindade, com a aprovação dos demais confrades. As regras apontam ainda para as responsabilidades do padre da fraternidade, com destaque para as missas pelos mortos.

O manuscrito é descrito como um inventário dos bens da fraternidade, um livro de registros preto com calendário. O volume é composto por 10 fólios em pergaminho e 104 fólios em papel, estes com a marca d'água de um peixe. Embora seja datado em junho de 1463, os registros remontam à fundação da Fraternidade da Santíssima Trindade em 1374. A encadernação preservada, por sua vez, data no início do século XIX.⁸⁴ Dentro do método editorial adotado por Basing, as regras, as listas de membros e as entradas em inglês foram inteiramente transcritas, enquanto as entradas em latim foram sumarizadas.

A Fraternidade da Santíssima Trindade não era a única associada à paróquia de St. Botolph without Aldersgate. Havia ainda a Fraternidade de São Fabiano e São Sebastião e a Fraternidade de Santa Catarina, sobre a qual não há registros além de seu certificado. Quanto à Fraternidade de São Fabiano e São Sebastião, acredita-se que tenha sido fundada próxima à fundação da Fraternidade da Santíssima Trindade, mas seu certificado não indica uma data exata. Seus registros aparecem quando de sua absorção pela Fraternidade da Santíssima Trindade em 1446.

As fraternidades eram instituições de acolhimento, reunião e mediação, que associavam homens que partilhavam interesses em comum, ampliando as redes de relações de solidariedade no interior da cidade. As fraternidades encontravam lugar entre as demais instituições do tecido social, pois contavam com um reconhecimento jurídico que lhes garantia o direito de interferir na cidade em que se encontravam. No entanto, não era apenas sua participação no governo da cidade e na economia de salvação que lhes conferia um papel fundamental no jogo social, mas também seu amplo caráter coletivo. Como aponta Basing em sua Introdução ao volume, “[at] the heart of them all lay delight in social activities: friends who

⁸⁴ BASING, Patricia. “Introduction”, in *Parish Fraternity Register Fraternity of the Holy Trinity and SS. Fabian and Sebastian (Parish of St. Botolph Without Aldersgate)*, ed. Patricia Basing (London, 1982), pp. vii-xxviii <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol18/vii-xxviii> [accessed 6 February 2015].

lived near together or who had some common interest met regularly and celebrated at an annual feast, and it was the social cohesion of the group which gave the fraternities their strength”.⁸⁵

Em uma sociedade pautada no Cristianismo, essa sociabilidade entre os confrades desenvolveu-se dentro de um contexto religioso, de forma que suas atividades estivessem geralmente centradas em uma paróquia e marcadas principalmente por missas, procissões e celebrações de cunho religioso. Outros aspectos de ordem assistencial e econômica somavam-se a suas motivações.

In London, fraternities of men engaged in a particular trade and living in the same area were probably the nucleus of many craft guilds: the saddlers had a fraternity in St. Martin le Grand in the twelfth century and the goldsmiths a fraternity of St. Dunstan before 1273, while many others were in existence by late fourteenth century.⁸⁶

No caso da Fraternidade da Santíssima Trindade, embora seus membros não partilhassem o mesmo ofício, eram, em sua grande maioria, membros também da Paróquia de St. Botolph without Aldersgate e viviam no mesmo *ward*, Aldersgate. Os mestres da fraternidade deviam ser paroquianos e alguns de seus membros serviam à paróquia. Entre seus participantes, podemos encontrar também membros eleitos para os juris do *ward* e até mesmo um *alderman* em 1397. Diversos ofícios aparecem nos registros, como açougueiros, tintureiros, alfaiates, carpinteiros e ourives, mas o ofício mais recorrente é o de cervejeiro. Havia ainda muitos membros do clero e oficiais da cidade.

As fraternidades tanto diminuía certas distâncias sociais, ao aproximar por vezes cidadãos de origens diversas, quanto criavam um código de conduta e moral, além de dar base à coesão política, na qual, posteriormente, os poderes municipais passaram a se apoiar. Embora seu número viesse a se multiplicar no fim do medievo, ao invés de dividir a cidade, as fraternidades lhe atribuíam coerência, incluindo o fato de partilharem com esta o dever de assistência, fosse esta assistência dirigida aos doentes ou aos mortos.

*

⁸⁵ BASING, op. cit. “No cerne de todos está o prazer das atividades sociais: amigos que moravam próximos ou que tinham interesses em comum encontravam-se regularmente e celebravam um festejo anual, e era a coesão social do grupo que dava às fraternidades a sua força”. (Tradução livre da autora).

⁸⁶ Idem. “Em Londres, fraternidades de homens envolviam-se em ofícios específicos e habitantes de uma mesma área formavam provavelmente o núcleo de muitas corporações de ofício: os seleiros tinham a fraternidade em St. Martin le Grand no século XII e os ourives uma fraternidade de St. Dunstan antes de 1273, enquanto muitas outras existiram no fim do século XIV”. (Tradução livre da autora)

Embora esteja clara a impossibilidade de tomar os textos como verdade histórica, a análise paralela dos diferentes grupos documentais permite-nos observar aspectos marcantes do corpo social que se desenvolve na cidade. A Londres de fins da Idade Média testemunhou novas formas de interação entre aqueles que a habitavam. De modo semelhante, estabeleceram-se novas relações entre os cidadãos e a cidade, assim como entre a cidade e a Coroa. Estas novas configurações são, portanto, chave de acesso à identidade cidadina que, então, se constrói.

Para observar essa identidade é preciso estar atento à variedade de eixos que a compõe, como levantados ao longo deste capítulo. No desenvolvimento de sua cidadania, os cidadãos atuam na construção de laços de pertencimento com a cidade, agindo em prol do bem comum, participando politicamente e compartilhando memórias e língua. Ao ver em sua diversidade as funções necessárias ao bom funcionamento da cidade que é corpo, a cidade encontra sua unidade, assim como Chaucer nos permite entrever ao abrir sua janela.

CAPÍTULO 2: A LINGUAGEM E A ESCRITA DA CIDADE

2.1. A PRODUÇÃO LITERÁRIA INGLESA

2.1.1. GEOFFREY CHAUCER E *THE CANTERBURY TALES*

2.1.2. UMA REDE TEXTUAL: AS INFLUÊNCIAS PRESENTES NA OBRA DE CHAUCER

2.2. QUE LÍNGUA FALAR? ASPECTOS DE UMA CIDADE MULTILÍNGUE

CAPÍTULO 2: A LINGUAGEM E A ESCRITA DA CIDADE

2.1. A produção narrativa inglesa no medievo

Thus wole oure text. But nathelees, certeyn,
I kan right now no thrifty tale seyn
That Chaucer, thogh he kan but lewedly
On metres and on rymiyng craftily,
Hath seyde hem in swich Englissh as he kan
Of old tyme, as knoweth many a man;
And if he have noght seyde hem, leve brother,
In o book, he hath seyde hem in another.⁸⁷

É desta forma que, através da voz do Magistrado, faz-se referência às habilidades narrativas de Chaucer dentro de sua própria obra. Devido à opção pelo inglês como veículo narrativo e ao grande escopo de histórias (re)contadas, o poeta foi considerado o pai da literatura inglesa. No entanto, ao pensarmos os textos medievais, preferimos nos referir aos discursos narrativos, uma vez que, como aponta Zink, há inadequações ao aplicar o termo *literatura* para o período.⁸⁸

Interpretar, explicar: é investir de sentido um objeto. Um texto, sobretudo se ele é antigo, pode esquivar-se dessa operação. Cabe-nos encontrar a entrada, talvez caiba a nós seduzi-lo, mas isso não autoriza ninguém a pretender que o texto queira dizer tudo. A cada instante de sua duração, enquanto ele subsiste materialmente, o que ele diz é apenas uma visão nova, apropriada por leitores sucessivos daquilo que no começo ele declarou.⁸⁹

Por esta razão, é necessário observar atentamente a conjuntura em que esse texto se insere, assim como seu contexto de produção. As narrativas tornam-se representativas porque dialogam com a sociedade para a qual são produzidas e com os demais textos que aí circulam. Seguindo Zumthor, não cabe à análise somente o texto, mas o texto como acontecimento.⁹⁰

⁸⁷ *INTRODUCTION TO THE MAN OF LAW'S TALE*, 45-52, p. 87. “O único problema é que não consigo pensar em alguma história aproveitável que Chaucer, com muita esperteza, já não tenha contado no inglês que ele sabe, com aquelas métricas e rimas canhestras, - como ninguém ignora. (...) E as histórias que não contou em um livro, contou em outro”. (CHAUCER, 1988:70).

⁸⁸ ZINK, Michel. “Literatura(s)”. In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1, p. 81. Neste texto, o autor discute a possibilidade ou não da utilização do termo para a Idade Média.

⁸⁹ ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 48.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 34.

Desse modo, é imprescindível explorar o que, segundo Nigel Saul, foi “England’s most distinctive achievement in the late middle ages”.⁹¹

Ao falar da produção narrativa inglesa, poderíamos remontar aos seus primeiros registros poéticos. No entanto, limitamo-nos a traçar um panorama sobre sua produção no fim do medievo, passando brevemente pelo processo que definiu suas características de então.

Embora no século XII tenha havido uma fusão das heranças inglesa e normanda com o objetivo de renovar a ideia de unidade, após a Conquista Normanda do século XI, o francês ganhou posição de destaque em detrimento do inglês, tanto no ambiente de Corte quanto nos registros escritos.⁹² O francês era a língua da nova aristocracia, expandindo-se para outras áreas. O latim era a língua oficial da Cristandade e, portanto, manteve-se como a língua da Igreja e das cortes eclesiásticas. Textos em inglês, *Old English*⁹³, ainda podiam ser encontrados, mas eram dirigidos a outro público, como as vidas de santos produzidas para um acesso mais amplo. O inglês perdeu muito do seu espaço para o francês e o latim, o que se estendeu pelos séculos seguintes.

Como língua da Corte, o francês destacou-se na produção literária dos séculos que se seguem à Conquista. Assim como a língua, os temas da poesia normanda são retomados no território insular, em especial, os valores da cavalaria (que se conjugam aos ideais do círculo arturiano) e do *fin’amors*. Além disso, poetas franceses como Marie de France e Chrétien de Troyes exerceram forte influência sobre a produção anglo-normanda, o que se intensifica na poesia do século XIII. “Anglo-Norman literature, didactic, devotional, educational, and recreational, dominates the century”.⁹⁴ Um dos textos poéticos mais significativos do período foi o *Roman de la Rose*, que seria posteriormente traduzido por Chaucer. Mesmo no século XIV, quando o inglês volta a ganhar espaço, o francês ainda mantém sua força na Corte.

O latim era o veículo primordial da historiografia, das instituições políticas e das leis. “Lending authority, or making authoritative, is what Latin was for”.⁹⁵ Para Carlson, o latim era a voz da autoridade e sua escolha conferia autoridade ao texto e ao autor. Por este motivo,

⁹¹ SAUL, Nigel. “Medieval England: Identity, Politics and Society”. In: IDEM. *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: OUP, 1997, p. 24. “O feito mais importante da Inglaterra na Baixa Idade Média” (Tradução livre da autora).

⁹² SAUL, op. cit., pp. 1-24.

⁹³ *Old English*, também conhecida como *Anglo-Saxon*, é uma antiga forma do inglês, muito distante do inglês moderno, utilizada pelos anglo-saxões entre os séculos V e XII. Embora já apresentasse alguns empréstimos do latim, seu vocabulário era majoritariamente de origem germânica.

⁹⁴ PEARSALL, Derek. “Language and Literature”. In: SAUL, Nigel. *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: OUP, 1997, p. 263.

⁹⁵ CARLSON, David. “Anglo-Latin literature in the later Middle Ages”. In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011, pp. 195-216. “Emprestar autoridade, ou transformar em autoridade, é para o que servia o Latim” (Tradução livre da autora).

embora o francês fosse a língua da Corte, o latim ainda se manteve muito tempo como língua das leis e do poder. Em 1399, quando da usurpação do trono por Henrique IV, o Parlamento registra sua proclamação em latim, mesmo já tendo anos antes assumido o francês como sua língua oficial. Em momentos de tensão política, o latim é o veículo mais seguro.⁹⁶ Pela mesma razão, ainda na segunda metade do século XIV, foi a escolha de alguns poetas ingleses.

Tal perspectiva exerceu forte influência sobre o sistema de ensino. Ser letrado implicava em ter o comando de uma língua aprendida, o latim. Os primeiros estágios desse aprendizado, a alfabetização e a escola de gramática, davam-se através de textos básicos previamente definidos, que possibilitavam posteriormente o acesso a outros textos latinos. Os alunos avançavam em sua formação de acordo com suas aspirações para o comércio, o serviço régio, o clero, etc., chegando até a universidade em alguns casos. Ao longo deste processo, destacavam-se, contudo, as demonstrações e os exames orais.⁹⁷ Segundo Hanna, seria apropriado tratar de *aural literacy*⁹⁸ (um “letramento auditivo”) para o período, uma vez que se priorizava a memorização, a performance e a crítica do que se ouvia. Assim como a cultura letrada, o ensino medieval era comandado pelo ouvido.

Consoante, ao analisar os textos medievais, tanto em latim quanto em vernáculos, faz-se mister pensar o conceito de *vocalidade*, definido por Zumthor e retomado por diversos autores, como David Lawton. Para Zumthor, a vocalidade deve ser entendida como “a historicidade de uma voz: seu uso”⁹⁹, que está diretamente ligado à performance. A voz tem, assim, uma existência concreta, pois emana do corpo e é por outro corpo recebida. A vocalidade refere-se, então, a voz que está para além do registro escrito, implicando na necessidade de negociação da autoridade entre texto, leitores e público-ouvinte. Para Lawnton, além da vocalidade, outras duas noções trabalhadas por Zumthor são fundamentais para compreender essa cultura oral: a mobilidade dos textos, devido à instabilidade da memória e dos manuscritos, e a intertextualidade, uma vez que se aproximam e afastam de suas referências e seus contemporâneos.¹⁰⁰

De acordo com Zumthor, as narrativas medievais chegaram à forma escrita com base na oralidade, pois “uma forma qualquer de oralidade precede a escritura ou então é por ela

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ HANNA, Ralph. “Literacy, schooling, universities”. In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011, pp. 172-194.

⁹⁸ Ibidem, p. 174.

⁹⁹ ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p. 21.

¹⁰⁰ LAWTON, David. “English literary voices, 1350-1500”. In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011, p. 239.

intencionalmente preparada, dentro do objetivo performático”.¹⁰¹ A oralidade e, por conseguinte, a vocalidade dos textos seriam responsáveis pela transmissão e atualização de diversas tradições, mitos e temas narrativos. Além disso, para o autor, seria essa voz poética que permitiria a manutenção da memória e, portanto, da identidade social, assumindo “a função coesiva e estabilizante sem a qual o grupo social não poderia sobreviver”.¹⁰² Desse modo, podemos observar o papel de destaque da leitura na transmissão dos textos, em especial, da leitura em voz alta.

“In cultural terms, reading was perceived as an intellectual activity, but writing probably only a handicraft” de modo que “in the Middle Ages vastly more people could read than write”.¹⁰³ Ainda assim, a grande maioria dos homens medievais têm acesso aos textos através do ouvido. Logo, o texto deve ser lido. Entretanto, para que os textos sejam compreendidos por um público mais variado, é necessário que eles sejam lidos, e previamente registrados, na língua por este público utilizada. Por este motivo, na segunda metade do século XIV, o inglês, agora *Middle English*, retoma gradativamente seu espaço na cena literária inglesa; a princípio, como forma de garantir aos iletrados acesso aos textos por meio de traduções e, posteriormente, como escolha de autores e escribas.

When English lost its status, after the Conquest, as a major language of writing and record, the spoken language resumed its more traditional role as the determinant of what was written, and the changes that had been taking place over two centuries, as well as the changes currently taking place, were released fully into the written forms of English.¹⁰⁴

Embora o inglês não tivesse desaparecido de cena (ainda encontramos textos significativos como *King Horn* e *Sir Gawain and the Green Knight*), seu registro em meados do século XIV apresenta uma forma que passou por muitas alterações, fortemente influenciada pela oralidade. Numerosos são os empréstimos vindos do francês normando, assim como do francês parisiense e do latim. Além disso, o inglês médio apresentava algumas variações. Segundo Scase, teríamos duas variedades históricas (*early Middle English* e *late Middle*

¹⁰¹ ZUMTHOR, op. cit., p. 109.

¹⁰² Ibidem, p. 139.

¹⁰³ HANNA, op. cit., p. 173. “Em termos culturais, ler era percebido como uma atividade intelectual, mas escrever apenas como uma atividade manual” de modo que “na Idade Média muito mais pessoas conseguiam ler do que escrever” (Tradução livre da autora).

¹⁰⁴ PEARSALL, op. cit., p. 257. “Quando o inglês perdeu seu status, depois da Conquista, como a principal língua de escrita e registro, a língua falada perdeu seu papel mais tradicional de determinar o que era escrito, e as mudanças que vinham acontecendo há dois séculos, assim como as mudanças que aconteciam no momento, foram completamente liberados sob a forma escrita do inglês” (Tradução livre da autora).

English) e cinco variedades regionais (norte, centro-leste, centro-oeste, sudeste e sudoeste).¹⁰⁵ Tais variações saltam aos olhos nos manuscritos, pois os escribas não eram treinados segundo um padrão único. “What characterizes Middle English above all is diversity in writing the language”.¹⁰⁶

Também os usos desse vernáculo começam a se diversificar no âmbito do reino. “Verse is the more common place medium of didactic instruction in Middle English; prose is generally reserved for an élite of more specialized readers, but English now advances everywhere into territories of prose previously reserved to Latin”.¹⁰⁷ Além disso, multiplicam-se os manuscritos em inglês, como demanda de um novo grupo de leitores das cidades. Na poesia (com o retorno da poesia aliterativa), na prosa, nos escritos religiosos, o inglês estende novamente seus ramos pela produção insular.

Como mencionado anteriormente, ainda na segunda metade do século XIV, o francês é uma forte presença na Corte inglesa. A expansão da recepção da poesia em inglês nesse ambiente coincide com o reinado de Richard II e com a carreira de Chaucer. O reinado de Richard II “was to prove remarkable for the quality, quantity, variety and energy of its literary enterprise in English”.¹⁰⁸ Tal conjuntura foi possibilitada por diversos incentivos dados a nomes importantes como Langland, Gower e o próprio Chaucer.

Clérigo das ordens menores a serviço da Igreja, Langland tinha um bom conhecimento das Escrituras, o que se destaca na sua obra. Seu poema mais conhecido, *Piers Plowman*, é uma narrativa sobre a busca cristã, explorando a aliança de Deus com a humanidade. Como não poderia deixar de ser em uma sociedade identificada com a Cristandade e cada vez mais orientada para a busca da salvação, os temas religiosos e a recuperação do texto bíblico abundam nos escritos do período, como veremos adiante no caso de Chaucer.

Gower, por sua vez, acompanha a gradativa mudança em direção ao inglês, tendo escrito em latim e francês antes de sua escolha pelo texto em inglês. Conhecido pela moralidade de sua obra, o autor foi considerado o principal rival de Chaucer em termos de eloquência e

¹⁰⁵ SCASE, Wendy. “Re-inventing the vernacular: Middle English language and its literature”. In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: CUP, 2009, p. 11.

¹⁰⁶ SCASE, op. cit., p.14. “O que caracteriza o inglês médio é acima de tudo sua diversidade de escrita” (Tradução livre da autora).

¹⁰⁷ PEARSALL, op. cit., p. 267. “O verso é modo mais comum de instrução didática no inglês médio; a prosa é geralmente reservada para uma elite de leitores mais especializados, mas o inglês avança em todos os sentidos de territórios antes reservados ao Latim” (Tradução livre da autora).

¹⁰⁸ SANDERS, Andrew. “Medieval Literature: 1066-1510”. In: IDEM. *The Short Oxford History of English Literature*. Oxford: OUP, 2004, p. 48. “(...) tornar-se-ia marcante pela qualidade, quantidade, variedade e energia de sua empreitada literária em inglês” (Tradução livre da autora).

riqueza de estilo.¹⁰⁹ Ainda em Gower encontramos a noção tripartite de sociedade, *oratores, bellatores e laboratores*, que com o aumento gradativo da influência das cidades foi substituída por uma ideia de maior diversidade social, como observaremos em *The Canterbury Tales*.

O uso do inglês como veículo apresenta-se ainda em alguns autores como reflexo da necessidade de solidificar a tradição narrativa do reino. De acordo com Scanlon, “(...), many writers explicitly called attention to their choice of English, characteristically affirming a similar ideal of commonality and national linguistic identity”.¹¹⁰ Era preciso também reafirmar-se diante de tradições narrativas já estabelecidas no Continente, como a francesa e a italiana.

“The literary resurgence of Richard’s II reign is almost certainly related to the emphatic shift towards the use of English as the pre-eminent medium of communication, government, and entertainment.”¹¹¹ Como no caso de Chaucer, alguns poetas ingleses estavam ligados ao serviço à Coroa, permitindo seu trabalho com as letras e tornando-os mais propensos a circular pelo ambiente de Corte e encontrar patronos para suas obras.

Essa produção vernacular do período ricardiano, principalmente as narrativas de Chaucer, inspirou outros autores que se seguiram como Lydgate e Hoccleve. Com alguns patronos influentes, Lydgate, um monge beneditino, não apenas consolidou as inovações em estilo, versificação e vocabulário de Chaucer, mas também manteve o inglês médio como seu veículo poético. Já Hoccleve, aprofundando a noção de autoria esboçada em Chaucer, produz alguns dos escritos mais autobiográficos do medievo inglês.

“Government service and literary production in this period are partners, not enemies”.¹¹² Embora já possamos considerar a validade dessa afirmação em parte do século XIV, Lawton refere-se aqui ao século XV. Para o autor, nesse período alguns dos oficiais da Coroa e das cidades já assumiam seus cargos em parte para escrever, não como propagandistas ou conselheiros, mas como criadores de capital cultural.¹¹³

O século XV testemunhou também o aumento de obras de cunho religioso, com destaque para experiências espirituais como as de Julian de Norwich e Margery Kempe. No entanto, nem toda produção do período seguiu os padrões esperados pela Coroa e pela Igreja.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 64.

¹¹⁰ SCANLON, Larry. “Introduction”. In: IDEM. *The Cambridge Companion to Medieval English Literature*. Cambridge: CUP, 2009, p. 3.

¹¹¹ Ibidem, p. 48. “O ressurgimento literário do reinado de Richard II está quase certamente relacionado a uma mudança enfática em direção ao uso do inglês como meio de comunicação, governo e entretenimento predominante” (Tradução livre da autora).

¹¹² LAWTON, op. cit., p. 247. “O serviço junto ao governo e a produção literária desse período são parceiros, não inimigos” (Tradução livre da autora).

¹¹³ Ibidem, p. 248.

Diversas são as críticas quanto à corrupção do clero que surgem através de poetas desde Langland até Chaucer. Essas críticas, entretanto, atingem seu auge com John Wicliffe. O teólogo condenava, entre outros pontos, os abusos do poder papal, o parasitismo dos monges e frades e a venda de indulgências. Defendia, por outro lado, a tradução da Bíblia para o vernáculo para garantir mais amplo acesso ao texto daquela que era, como atestavam seus seguidores lolardos, a verdadeira autoridade religiosa. Wycliffe entrou em confronto direto com o papado ao questionar temas delicados como a autoridade dos ministros da Igreja e, principalmente, a transubstanciação. Embora tivesse sido protegido por John of Gaunt em vida, foi condenado como herético após sua morte e teve seus restos mortais queimados.¹¹⁴

Ainda muito atrelado às temáticas religiosas, o teatro inglês se desenvolve, em especial nas festas religiosas, como no caso das famosas peças de *Corpus Christi*. Originalmente religiosos, esses eventos passam a revelar uma nova realidade social das cidades em crescimento, o poder e o prestígio das guildas de ofícios. Estas preocupam-se em garantir a tradição do teatro urbano, mantendo os textos a serem performados e a qualidade do material necessário para a encenação, mas atentam principalmente para a consolidação do status de seus ofícios dentro do corpo social que compõe a cidade.

Seguindo as novas demandas das cidades, cujos habitantes intensificam o contato com as letras e almejam maior acesso aos manuscritos, vemos o surgimento da imprensa com William Caxton em 1476. Essa produção mais especializada influenciou a padronização do vernáculo, favorecida pela sistematização da gramática e da ortografia ao longo do século XV, assim como pela decisão de Henry IV de ter os documentos oficiais registrados em inglês. Segundo Scase, Caxton esperava atingir um público amplo e, por isso, os textos impressos precisavam superar as diferenças linguísticas regionais. Dessa forma, utilizou os textos dos documentos de chancelaria como seu padrão linguístico.¹¹⁵ A imprensa de Caxton seria de grande importância na divulgação das obras de Chaucer em fins do XV e no XVI, uma vez que este tornou-se um dos principais nomes entre suas impressões.

2.1.1. Geoffrey Chaucer e *The Canterbury Tales*

Em 1400, Geoffrey Chaucer era enterrado no interior do Westminster Abbey. Chaucer foi o primeiro poeta inglês a inaugurar o local no interior da abadia que posteriormente ficaria

¹¹⁴ SANDERS, op. cit., p. 51.

¹¹⁵ SCASE, op. cit., p. 21.

conhecido como Poets' Corner. No entanto, à sua época, seu enterro próximo aos túmulos dos reis e rainhas deveu-se aos seus anos de serviço à Coroa como oficial régio. Embora suas narrativas já circulassem no ambiente de Corte e até mesmo em Londres, é principalmente no século seguinte que sua obra ganha maior reconhecimento no reino, e além dele.¹¹⁶

A fim de compreender a conjuntura que favoreceu sua produção literária, faremos um breve percurso por sua vida. Nascido por volta de 1340 em Londres, Chaucer era filho de John Chaucer, membro de uma próspera família de comerciantes de vinho, e sua esposa Agnes de Copton. Não há registros sobre sua infância, mas sua data de nascimento indica que Chaucer atravessou (e sobreviveu a) o período dos surtos de Peste Negra na Inglaterra. Diversas são as hipóteses sobre o tipo de instrução que teria então recebido. Seguindo os padrões da época, Chaucer poderia ter sido educado dentro de seu próprio ambiente familiar ou ainda poderia ter estudado na escola da St. Paul's Cathedral ou em outra escola de gramática próxima a Vintry, área de Londres em que viviam as famílias ligadas ao comércio do vinho. Sabe-se que Chaucer recebeu uma educação básica antes de sua primeira aparição na corte.

Em 1357, já no fim de sua adolescência, aparece na lista dos servidores de Elizabeth, Condessa de Ulster. Chaucer provavelmente a teria servido como pajem na casa do Duque de Clarence, Lionel, que era um dos filhos do rei Edward III. Desde muito jovem, Chaucer esteve, então, inserido no ambiente cavalheiresco e cortês, com a possibilidade de observar e absorver os modos aristocráticos, cortesões, como o manejo das armas, a etiqueta e a língua (em especial, o latim e o francês, signos distintivos nesse ambiente).

Chaucer viveu durante três reinados, os de Edward III, Richard II e, já no fim de sua vida, Henry IV. Embora não tenha servido tão diretamente a Edward III a princípio, pôde acompanhar todos os eventos que envolveram e abalaram essa corte, como a Guerra dos Cem Anos. Além disso, testemunhou o crescimento do poder de Edward, Príncipe de Gales, primogênito de Edward III. Este, que também ficou conhecido posteriormente como Príncipe Negro, obteve muitas conquistas em suas incursões militares à França. Em uma destas, Chaucer, que acompanhava a comitiva do Duque de Clarence, foi capturado em território francês, mas posteriormente resgatado. Embora não haja registros oficiais, acredita-se que Chaucer tenha servido posteriormente na própria casa real.

Um dos elementos que se destacam quanto ao serviço de Chaucer à Coroa são as viagens diplomáticas realizadas entre 1360 e 1378. Entre estas, visitou Gênova e Florença em

¹¹⁶ Philippa de Lancaster, por exemplo, filha de John of Gaunt, um dos patronos de Chaucer, leva sua obra ao conhecimento da Corte Portuguesa ao casar-se com D. João.

1372 e 1373, a França em 1377 e a Lombardia em 1378. Para Scanlon, embora não se tenha registro de que Chaucer tivesse sido um poeta de carreira, reconhecido pela corte de seu tempo, essas viagens indicam que suas habilidades linguísticas já eram reconhecidas, apresentando-se como um representante digno dos interesses da corte.

Scanlon defende que todas as atividades assumidas por Chaucer, tanto nas viagens quanto posteriormente, estavam associadas, ainda que não diretamente, às suas habilidades comunicativas, para as quais havia sido treinado desde jovem no ambiente de corte. Afinal, a atividade diplomática implicava em uma habilidade de compreender as nuances linguísticas das comunidades com que se negociava.¹¹⁷ Além disso, durante essas viagens, Chaucer pôde entrar em contato com a cultura humanista e importantes autores que influenciariam sua poesia, como discutimos no item a seguir.

Richard II foi o sucessor de Edward III, uma vez que seu pai, o Príncipe Negro, já havia falecido. Embora seu reinado tenha trazido inovações, como o incentivo ao uso do inglês, Richard nunca se tornou um monarca conhecido por sua determinação e personalidade, fato pelo qual se considerava o trono em perigo. Por outro lado, foi em seu reinado que a produção narrativa inglesa mais se destacou. Durante este reinado, como mencionado anteriormente, Chaucer conheceria seu período mais produtivo tanto no que tange ao serviço à Coroa inglesa quanto a sua vertente narrativa, sendo contemporâneo de Langland e Gower.

Em 1374, Chaucer foi nomeado Controlador aduaneiro, um posto associado às atividades nos portos de Londres, que manteve por mais de dez anos. No entanto, é entre 1385 e 1400, ano de sua morte, que se multiplicam seus cargos e benefícios. Entre os postos assumidos, foi nomeado Juiz de Paz em Kent (participando do Parlamento como seu representante), Auxiliar de Trabalhos do Rei e Comissário Florestal da Floresta Real de North Petherton, em Somerset.

Acredita-se que Chaucer estivesse ligado a homens influentes da Corte como John of Gaunt, Duque de Lancaster e tio de Richard II, de quem recebeu uma soma anual durante anos a fio. É para a primeira esposa deste, a Duquesa Blanche, que Chaucer escreveria *The Book of the Duchess*.¹¹⁸ Além disso, Chaucer teria se casado com a irmã da segunda esposa de Gaunt, Philippa Chaucer. Juntos, teriam dois filhos, Thomas, de quem se tem mais registros, e Lewis,

¹¹⁷ SCANLON, Larry. "Geoffrey Chaucer". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 167-8.

¹¹⁸ Sua conexão com Gaunt, que evoluiria posteriormente para relações familiares, deixa ver a importante rede de contatos na corte régia em que Chaucer estava inserido. Chaucer convivia não apenas com os cidadãos de Londres, onde exercera cargos distintos, mas também com os membros da corte, de quem obtinha diversos benefícios.

a quem Chaucer dedicaria seu *Tratado sobre o Astrolábio* em 1391. Há ainda dúvidas sobre uma possível filha, Elizabeth, que teria se tornado freira.

O poderio de Gaunt representava, para os conselheiros do rei, uma ameaça ao trono. Contudo, não foi este tio que Richard II teve de enfrentar, mas o Duque de Gloucester, Thomas de Woodstock, a quem seu primo Henry Bolimbroke, filho de Gaunt, aliou-se. Embora seu reinado tenha sofrido abalos com tal confronto, Richard II restabeleceu seu poder em 1389. No entanto, em 1399, após a morte de Gaunt, seu primo tomou a Coroa inglesa, proclamando-se rei Henry IV. Mesmo após a mudança de monarca, Chaucer teve sua pensão restituída devido a todos os serviços prestados à Coroa até então. Todavia, o poeta faleceria no ano seguinte.

Semelhante a suas viagens diplomáticas, seus últimos postos envolviam a capacidade de mediação, através da linguagem. Ambos destacavam, portanto, suas habilidades linguísticas e permitiram que Chaucer ampliasse sua rede de contatos, expandindo seu público leitor/receptor assim como seu círculo de influências poéticas. “Chaucer and his successors looked to the verse of the continental French and Italian courts as models and sources for enriching the versification of English”.¹¹⁹ Dessa forma, inseriam a poesia inglesa em um contexto mais amplo de produção.

Para Pearsall, três seriam as conquistas mais relevantes de Chaucer como poeta: trazer o inglês para o patamar da poesia francesa e italiana da época; fazer da poesia inglesa parte da tradição latina e vernacular da Europa medieval; e inventar o pentâmetro. Por razões como estas, Chaucer é considerado por muitos, como já mencionamos, o pai da literatura inglesa. Não se pode negar o papel da escolha do inglês como veículo por Chaucer na valorização desse vernáculo. No entanto, é importante considerar que outros fatores corroboraram para isso, como a escolha de diversos outros poetas e a decisão de Henry IV de registrar os documentos oficiais em inglês.

Não se sabe ao certo quando Chaucer teria dado início a sua poesia, mas é possível que seus primeiros poemas tenham sido compostos em francês, como ditava a Corte. Entre seus primeiros feitos de destaque estariam as traduções de importantes textos franceses, que se tornavam assim acessíveis a um público inglês mais amplo. No entanto, as atividades de tradução tinham no contexto medieval um alcance muito maior que apenas a transposição entre vernáculos. “Translation needs to be understood in the broadest sense, not just the carrying over of texts in whole or part from one language to another (often with a major degree of adaptation),

¹¹⁹ SCASE, op. cit., p. 19. “Chaucer e seus sucessores viam os versos das cortes francesas e italiana como modelos e fontes para o enriquecimento da versificação do inglês” (Tradução livre da autora).

but also as the carrying over of literary activity itself, often quite unpredictably.”¹²⁰ É neste sentido que devemos compreender a produção poética de Chaucer. Além de suas traduções mais próximas do sentido contemporâneo, muitas obras de Chaucer apresentam adaptações e reinterpretções de histórias já narradas pela tradição latina e de outros vernáculos. Afinal, são parte integrante da noção de criação poética medieval.

Entre suas obras, encontramos algumas pertencentes ao gênero das *dream visions*, como *The Book of the Duchess*, *House of Fame* e *Parliament of Fowls*.¹²¹ A última destas seria *Legend of Good Women*, considerada uma de suas três principais obras.¹²² As outras que completam esse grupo são *Troilus and Criseide*, um poema épico com grande influência do romance, e *The Canterbury Tales*, uma coletânea cujos contos pertencem a gêneros diversos.

Considera-se *The Canterbury Tales* como sua última obra, escrita nas duas décadas finais do século XIV. A narrativa é composta por um conjunto de vinte e quatro histórias em versos, narradas pelos participantes de uma peregrinação que parte de Londres em direção ao túmulo de São Tomás Becket em Canterbury, um dos principais centros de peregrinação do território insular. Como eixo condutor da narrativa, a comitiva, composta por vinte e nove peregrinos, aos quais Chaucer se une, recebe uma proposta por parte do Albergueiro para que se distraiam ao longo do caminho narrando histórias. Pretendia-se que cada peregrino tivesse direito a dois contos na viagem de ida e mais dois em seu regresso, o que somaria cento e vinte histórias a serem narradas. Todavia, encontramos nos manuscritos apenas vinte e quatro contos, alguns com prólogos e epílogos, mesmo considerando a entrada de mais um peregrino, o Criado do Cônego, ao longo do caminho.

As *Tales* têm início no Tabard Inn, em Southwark, uma hospedaria onde Chaucer já se preparava para sair em peregrinação quando vê a chegada de uma grande comitiva com o mesmo objetivo de viagem e resolve juntar-se a eles. Ainda na hospedaria, depois de terem todos se alimentado, ouvem a proposta de distração do Albergueiro, que também parte para a viagem a fim de julgar as histórias contadas, uma vez que aquele que contar a melhor delas receberá como prêmio uma ceia repleta. Os peregrinos narram histórias diversas sobre personagens representativos da sociedade de que participam, em especial da cidade, enquanto são também personagens de outra história mais ampla, a narrativa de peregrinação.

¹²⁰ LAWTON, op. cit., p. 244. “A tradução precisa ser entendida em um sentido mais amplo, não apenas como a transposição de textos inteiros ou de partes destes de uma língua para outra (geralmente com um alto teor de adaptação), mas também como a transposição da atividade literária, frequentemente de forma imprevisível” (Tradução livre da autora).

¹²¹ Gênero recorrente na poesia medieval no qual o personagem central tem uma revelação didática, moral ou espiritual através de um sonho.

¹²² SCANLON, op. cit., p. 170.

“As on the road from London to Canterbury, the city is a space to walk in, away from, and towards – movements that stand for, are, and enable cultural exchange.”¹²³ Tal narrativa permite-nos entrever os desdobramentos do cotidiano citadino, especialmente no que se refere às interações e aos conflitos entre os homens que habitam a cidade, já que estes encontram sua representação na mesma.

Para Scanlon, a disputa narrativa colocada entre os peregrinos-narradores desvia o sentido sagrado da peregrinação para um objetivo profano, embora estes sejam interdependentes. “Its goal is Southwark and the Tabard Inn; where the pilgrimage is linear, the tale-telling contest is circular.”¹²⁴ No entanto, não concordamos com a noção linear da peregrinação. Embora haja um destino espiritual, o centro de peregrinação de escolha, a viagem de peregrinação implica em um destino final, o retorno ao lugar de origem, com o qual há um laço de pertencimento estabelecido e onde é possível provar sua espiritualidade perante o grupo (através das relíquias, certificados de peregrino, entre outros).

Atentamos ainda para a variedade de gêneros dos contos que compõem a narrativa, como demonstra o Quadro 1. Entre os contos, prólogos e epílogos, há seis *fabliaux*, o Conto do Moleiro, o Conto do Feitor, o Conto do Cozinheiro, o Conto do Mercador, o Conto do Homem do Mar e o Conto do Beleguim. Encontramos ainda quatro romances: o Conto da Mulher de Bath, o Conto do Proprietário de Terras, o Conto do Escudeiro e o Conto de Sir Thopas, narrado por Chaucer; duas fábulas: o Conto da Freira e o Conto do Provedor; quatro *exempla*: o Conto do Frade, o Conto do Médico, o Conto do Vendedor de Indulgências e o Conto do Monge; três autobiografias: os Prólogos da Mulher de Bath e do Vendedor de Indulgências e os Prólogo e Conto do Criado do Cônego; uma narrativa antissemítica, o Conto da Prioressa; um tratado filosófico, o Conto de Melibee; e um manual de penitência, o Conto do Pároco. Há, por fim, dois textos de difícil classificação, o Conto do Magistrado e o Conto do Clérigo, que estariam entre romance, *exemplum* e hagiografia secular.¹²⁵

¹²³ LAWTON, op. cit., p. 245. “Como na estrada de Londres para Canterbury, a cidade é um espaço para se aproximar, afastar, e direcionar – movimentos que implicam em, são, e possibilitam a troca cultural” (Tradução livre da autora).

¹²⁴ SCANLON, op. cit., 174. “Seu objetivo é Southwark e o Tabard Inn; onde a peregrinação é linear, o concurso de narração é circular” (Tradução livre da autora).

¹²⁵ Ibidem, p. 175.

Quadro 1. Gêneros narrativos em *The Canterbury Tales*

Gêneros	Contos/Prólogos
<i>Fabliaux</i>	Conto do Moleiro Conto do Feitor Conto Cozinheiro Conto do Mercador Conto do Homem do Mar Conto do Beleguim
Romances	Conto da Mulher de Bath Conto do Proprietário de Terras Conto do Escudeiro Conto de Sir Thopas
Fábulas	Conto da Freira Conto do Provedor
<i>Exempla</i>	Conto do Frade Conto do Médico Conto do Vendedor de Indulgências Conto do Monge
Autobiografias	Prólogo da Mulher de Bath Prólogo do Vendedor de Indulgências Prólogo e Conto do Criado do Cônego
Narrativa antissemita	Conto da Prioressa
Tratado filosófico	Conto de Melibee
Manual de penitencia	Conto do Pároco
Outros	Conto do Magistrado Conto do Clérigo

Elaborado a partir de SCANLON, 2009, p. 175.

Um ponto a ser ressaltado, então, refere-se à compilação dos contos. Envolvendo-se com a escrita dos contos já no final de sua vida, Chaucer, ao morrer, deixou-os sem uma finalização ou uma revisão. Logo, não se tem conhecimento de uma versão final, a partir da qual tivesse sido iniciado o trabalho de produção dos primeiros manuscritos. Do mesmo modo, não existe uma versão original a partir da qual se possa remontar o verdadeiro texto. Segundo

Scala, “there is no ‘original text, no ‘real’ Chaucer to which modern readers might turn”.¹²⁶ Assim, as edições até hoje produzidas são, na verdade, trabalhos de composição, que apresentam variações entre si.

Todos os estudos apontam para a existência de dez fragmentos da obra, nos quais se dispõem os vinte e quatro contos, além do Prólogo Geral, da Retratação e dos prólogos e epílogos de alguns contos. No entanto, com poucas exceções, estes fragmentos não apresentam conexões entre si, embora haja ligações entre vários dos contos, principalmente através dos prólogos, chamados por muitos pesquisadores de *links*. Desse modo, os manuscritos apresentam entre si uma grande variedade, não apenas de estilo e escrita, mas também no que tange ao ordenamento dos grupos de contos.

Conservaram-se 84 manuscritos, entre os quais constam textos completos e fragmentados, cuja produção é datada anterior a 1500. Dentre os 84 remanescentes, considera-se que pelo menos 55 contivessem todo o conjunto de contos, enquanto os demais poderiam ser partes de manuscritos que se fragmentaram ou ainda cópias de contos isolados. Um número tão significativo de cópias preservadas leva-nos a concluir que a obra gozasse de considerável prestígio ao longo do século XV.

Dentre todos os manuscritos, dois ganharam destaque como referência nas análises e nas edições modernas da obra por serem considerados os dois primeiros a aparecerem, o Ellesmere e o Hengwrt. O manuscrito Ellesmere apresenta uma decoração mais elaborada, constando um retrato de Chaucer, assim como miniaturas de 22 dos peregrinos participantes da narrativa. Produzido em pergaminhos, provavelmente de pele de novilhos, o Ellesmere encontra-se na Huntington Library, na Califórnia, em muito bom estado de conservação. Acredita-se que isto se deva ao fato de ter permanecido na biblioteca de Sir Thomas Egerton e sua família por três séculos.

O manuscrito Hengwrt, por sua vez, encontra-se na National Library of Wales, escrito em pergaminhos de pele de ovelha. Hengwrt não apresenta a mesma riqueza de iluminuras de Ellesmere, cujas imagens são abundantemente reproduzidas até hoje. No que tange ao texto, considera-se que ambos tenham sido escritos pelo mesmo escriba. Este é identificado como Adam Pinkhurst, para quem Chaucer já havia escrito um poema. Tal poema parece indicar que Chaucer estivesse preocupado com a preservação de seus textos da maneira em que os havia escrito, uma vez que reclama dos erros cometidos pelo escriba. É interessante notar ainda que,

¹²⁶ SCALA, Elizabeth. “Editing Chaucer”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 483. “Não há um texto original, um Chaucer real ao qual os leitores modernos possam fazer referência” (Tradução livre da autora).

neste caso, o escriba dos dois primeiros manuscritos não seria apenas alguém contratado para a cópia de um texto, mas um escriba que teria mantido relações pessoais com o autor.

Não se tem ainda evidências concretas quanto às datas de produção destes volumes. Entretanto, considera-se que o manuscrito Ellesmere tenha sido produzido entre 1397 e 1405, já nos anos finais da vida do escriba, enquanto o Hengwrt seria anterior a este. Segundo Scala, o fato de terem sido ambos escritos pelo mesmo escriba, traria outros esclarecimentos quanto a sua produção:

Hengwrt appears to have been copied from the material that could be immediately gathered. The scribe then copied Ellesmere after a more careful inventory and editorial preparation could be made of the contents of Chaucer's poem.¹²⁷

Hengwrt e Ellesmere são os dois manuscritos remanescentes mais antigos e, por isso, considera-se que sejam os mais próximos do que Chaucer pretendia. Sendo assim, são os documentos revisitados por todos os editores da obra. Há muitas discussões sobre qual destes seria o manuscrito mais fiel. Ellesmere é o volume mais utilizado pelos editores, pois acredita-se que o escriba, demonstrando maior refinamento estético, tivesse trabalhado com material fornecido por Thomas Chaucer. Este pretendia ter um manuscrito mais refinado da obra do pai. Por outro lado, apesar da ausência de alguns textos, Hengwrt tem sido cogitado como o manuscrito mais fidedigno, por ter sofrido menos alterações.

Além dos diversos manuscritos conservados, existem as edições impressas que tiveram início com a imprensa de Caxton, como mencionado no item anterior, que se localizava em Westminster em meio aos demais artigos de luxo. Com a difusão da imprensa na Inglaterra, apareceriam até finais do século XVI pelo menos dez edições de *The Canterbury Tales*. Tendo sido o primeiro texto secular impresso por Caxton, este produziria ainda uma segunda edição da obra em 1483, uma revisão da primeira possibilitada pela disponibilização de outro manuscrito por um de seus leitores. Por considerar-se que tenham sido baseadas em manuscritos que não sobreviveram, as duas edições de Caxton têm hoje o status de manuscritos.

Outra impressão foi realizada por Richard Pynson, cuja primeira edição data de 1492. Esta estaria baseada nas edições de Caxton, sendo este referido como seu mestre. Pynson, natural da Normandia, teria iniciado os trabalhos de impressão em 1492, ganhando fama com a edição de Chaucer, cuja segunda edição aparece em 1526. Seus livros são considerados os

¹²⁷ SCALA, op. cit., p. 485. “Hengwrt parece ter sido copiado do material que pode ter sido reunido imediatamente [após a escrita]. O escriba então copiou o Ellesmere depois de poder realizar um inventário cuidadoso e uma preparação editorial dos conteúdos do poema de Chaucer” (Tradução livre da autora).

melhores de sua época no que tange à técnica e à tipografia. Deve-se ainda mencionar a edição impressa por Wynkyn de Worde em 1498.

Houve também as edições de William Thyne, que se tratam de coletâneas de diferentes obras de Chaucer, a primeira de 1532, a segunda de 1542 e a terceira por volta de 1545, embora não se saiba a data exata. A edição de Thyne encontra-se em um contexto histórico bastante específico. Com o Ato de Supremacia de Henrique VIII, em 1534, era necessário criar um suporte para a Reforma Inglesa em seu passado. Geoffrey Chaucer foi adotado, então, como um referencial do passado protestante e proto-nacionalista inglês.¹²⁸ A partir de então, tornaram-se mais comuns as adições e recortes dos textos de acordo com a intenção de seus editores.

Em nossa análise, utilizamos a edição *The Riverside Chaucer*, editada por Larry D. Benson e publicada pela Oxford University Press em 2008. Este trabalho de referência reúne todas as obras completas de Geoffrey Chaucer, entre elas *The Canterbury Tales*, na forma mais próxima de seus originais, servindo como texto-base para todos os recentes estudos que envolvem tal narrativa. Deste modo, todas as referências a *The Canterbury Tales* aqui presentes partem deste trabalho, com a indicação do conto, versos e páginas em que se encontram.¹²⁹

2.1.2. Uma rede textual: as influências presentes na obra de Chaucer

Um aspecto fundamental ao se discutir a produção narrativa medieval refere-se à autoria. Se grande parte dessa provém da tradição oral, não se poderia, então, identificar autores. Para Genet, a fluidez do texto medieval dificulta pensar na figura do autor. Este não passa de um ator no processo de produção textual, já que cada cópia do mesmo texto é um texto diferente, por diversas influências. O texto, portanto, nunca está pronto.¹³⁰

A obra, por sua vez, é apenas uma possibilidade de realização de um tipo de texto. O manuscrito é, assim, uma obra mutante. Para Genet, a noção medieval de autoria gira em torno dos conceitos de criação e autoridade. Como no caso bíblico, não está em jogo quem escreveu

¹²⁸ SIMPSON, James. "Chaucer's presence and absence, 1400-1550". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 263-264.

¹²⁹ A fim de facilitar o acompanhamento do leitor, apresentamos nas notas extratos em prosa da tradução da *Tales* publicada por Paulo Vizzioli, com indicação de edição e página, fazendo traduções próprias quando uma maior clareza de sentido se faz necessária. CHAUCER, Geoffrey. *Os Contos de Cantuária*, Paulo Vizzioli (trad.). São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

¹³⁰ GENET, Jean-Philippe. "Acteurs". In: *La genèse de l'Etat moderne. Culture et société politique en Angleterre*, Paris, PUF, 2003.

cada livro, mas a autoridade que os inspirou, Deus. Assim, somente a partir de Dante, uma noção de autoria mais próxima da moderna seria definida.

À época de Chaucer, a identificação da autoria já se encontrava mais difundida, embora não implicasse em uma escritura de todo original, tratando-se as obras muitas vezes de adaptações de textos latinos existentes, de histórias recorrentes na tradição oral, etc. Como afirma Gonçalves,

O autor é primordialmente um produtor, mas não necessariamente um criador, ou, pelo menos, não um criador no sentido que mais tarde este termo viria a ter, que o vincula a uma invenção puramente, ou principalmente, pessoal e subjetiva.¹³¹

Genet, entretanto, afirma ainda que nesse período a figura do poeta já apresentava na Inglaterra uma posição social definida, galgada por sua postura retórica, seu estilo discursivo e seus desenvolvimentos narrativos. Porém, ao observar o caso de Geoffrey Chaucer, constatamos que este só aparece nos registros devido aos seus cargos a serviço da Coroa, sendo apenas reconhecido como autor em suas próprias obras e por autores posteriores.

Ainda pensando em questões ligadas à autoria, pode-se considerar, seguindo Zumthor, que existiria nessa literatura uma forte *intervocalidade*,¹³² percebida com mais evidência devido à proximidade tanto temporal quanto física entre os autores, o que remonta à tradição oral por eles compartilhada. É com as palavras do próprio Chaucer que podemos entender tal dinâmica:

As thus: ye woot that every Evaungelist
That telleth us the peyne of Jhesu Crist
Ne seith nat alle thing as his felawe dooth;
But nathelees his sentence is al sooth,
And alle acorden as in hire sentence,
Al be ther in hir tellyng difference.¹³³

Embora Chaucer estivesse se referindo aos diferentes evangelhos, o mesmo relacionamos às histórias compartilhadas e contadas por diferentes autores. Há diferentes versões de uma mesma história, o que não significa que cada uma delas não seja contada com

¹³¹ GONÇALVES, Síval Carlos Mello. Na medida do impossível: O cavaleiro além da cavalaria nos romances de Chrétien de Troyes (1165-1191). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, pp. 94-95.

¹³² ZUMTHOR, op. cit., 1993, p. 145.

¹³³ *SIR THOPAS*, 955-962, p. 216. “Mas isso é compreensível, como bem o demonstra o caso dos evangelistas que escreveram sobre os sofrimentos de Jesus Cristo. Nenhum deles, como sabem, diz sempre exatamente o mesmo que o outro, o que não impede que todos falem a verdade, pois, se há discrepâncias em pontos menores, todos estão de acordo quanto ao sentido geral” (CHAUCER, 1988:107).

veracidade. Dessa forma, é preciso considerar tal texto sob um contexto mais amplo da produção poética inserida na sociedade medieval, que difundia algumas das concepções arraigadas na Cristandade. Tal noção é fundamental para analisarmos as influências presentes na obra do autor.

A influência do pensamento cristão na sociedade medieval inglesa encontra-se refletido, de forma abrangente, na produção narrativa do período. À época de Chaucer, as narrativas bíblicas eram conhecidas tanto pelos letrados, que podiam acessar os manuscritos, quanto pelos iletrados, que tinham acesso aos sermões, às pregações e às peças de cunho religioso. A educação formal, em geral, começava e terminava com a Bíblia em latim. Os meninos eram alfabetizados lendo os Salmos, e era exigido dos alunos universitários que debatessem os temas bíblicos para que pudessem se formar.¹³⁴ Além disso, as ilustrações de temas bíblicos multiplicavam-se nas paredes, nos murais, nos vitrais e nas esculturas das igrejas.

No período medieval, os livros canônicos já haviam sido estabelecidos. A parte mais extensa, o Antigo Testamento, teve seus textos extraídos das escrituras hebraicas, consistindo basicamente na Lei e nos profetas. Entre seus livros estão os cinco que compõem o Pentateuco, que trata da criação, da lei e do povo escolhido, os livros proféticos, em que se anuncia a vontade de Deus, e alguns livros históricos e de sabedoria, assim como os Salmos. Ao separar-se do Judaísmo, a Igreja reuniu uma nova coleção de livros, o Novo Testamento, fixado em 27 livros pelo Papa Dâmaso I. Entre estes estavam os quatro evangelhos, que narram a vida de Jesus, as cartas de Paulo e outros, exortando os novos fiéis, os Atos dos Apóstolos, que relatam a vida dos primeiros cristãos, e o Apocalipse, narrando a revelação de João.

Na leitura cristã, o Antigo Testamento prepara o Novo Testamento, ou seja, a narrativa da aliança de Deus com seu povo escolhido prepara seu próprio clímax, a salvação na figura de Cristo. Assim, Antigo e Novo Testamentos, reunidos, narram a completa história da salvação. Como seus contemporâneos, Chaucer retoma ambos em sua narrativa poética. No entanto, encontramos referências aos textos em língua vernácula, o que leva muitos estudiosos a considerar a influência da Bíblia de Wycliffe¹³⁵ na obra de Chaucer.

Condenada oficialmente apenas em 1409, após a morte de Chaucer, a primeira tradução completa da Bíblia para o inglês médio jamais havia sido aceita pela Igreja, não apenas pelo uso da língua vernácula, o que restringia o monopólio dos eclesiásticos, mas também

¹³⁴ EDDEN, Valerie. "Bible". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹³⁵ Como visto anteriormente, Wycliffe defendia um acesso direto às Escrituras, não dependendo do intermédio e da interpretação do clero. Com este fim, promoveu a tradução da Vulgata para a língua vernácula.

porque não apresentava a glosa, os comentários extraídos dos Doutores da Igreja e que constituíam, portanto, a interpretação oficial dos textos bíblicos. Wycliffe e os lolardos acreditavam que todos deveriam ter acesso às Escrituras e o direito de interpretá-las. Chaucer, por sua vez, ao escrever em inglês médio tornava mais amplo o acesso aos seus textos. No entanto, este fator não permite a asserção de que o autor tivesse recorrido à tradução de Wycliffe a fim de inserir referências bíblicas em seu texto. Na verdade, em *The Canterbury Tales*, a definição de lolardo aparece como uma característica negativa.

Oure Host answerde: “O Jankin, be ye there?
I smelle a Lollere in the wynd”, quod he.
“Now! good men,” quod our Host, “herkenth me;
Abydeth, for Goddes digne passioun,
For we schal han a predicacioun;
This Lollere heer wil prechen us somewhat.”¹³⁶

Voltamo-nos agora para as referências bíblicas encontradas ao longo da obra. Seria muito complexo quantificar com exatidão todas as referências bíblicas utilizadas por Chaucer, já que, por diversas vezes, elas estão implícitas ou fazem apenas alusão a temas e personagens bíblicos, e não a passagens propriamente ditas. Desse modo, propomo-nos a nos ater às principais referências encontradas na voz do narrador e de seus peregrinos.

A figura bíblica mais citada ao longo de *The Canterbury Tales* é Salomão. Sua sabedoria e seus conselhos são exaltados em diversos contos da obra. Entre diversas outras referências, apenas no Conto de Chaucer sobre Melibeu há 42 citações diretas a Salomão. Neste conto, o Chaucer-peregrino narra a história de Melibeu, um homem cuja casa foi invadida por inimigos invejosos que agrediram sua esposa e mataram sua pequena filha. Após este incidente, Melibeu quer se vingar dos agressores, mas sua esposa Prudência procura dissuadi-lo de tal intento, recorrendo para isso a diversas autoridades, entre elas Salomão.

“Lat calle,” quod Pudence, “thy trewe frendes alle and thy lynage whiche that been wise. Telleth youre cas, and herkneth what they seye in conseillyng, and yow governe after hire sentence./ Salomon seith, ‘Werk alle thy thynges by conseil, and thou shalt never repente’”.¹³⁷

¹³⁶ *THE EPILOGUE OF THE MAN OF LAW'S TALE*, 1172-1177, p. 104. “O Albergueiro retrucou: ‘Oi, Jankin! É você que está aí, padrego? Sinto o cheiro de um fanático no ar.’ E voltando-se para os outros: ‘Atenção, boa gente! Prestem todos atenção. Pela Santa paixão de Cristo, esperem, porque agora vamos ouvir uma prédica. Este lollard aqui quer nos fazer um sermão’”. (CHAUCER, 1988:88).

¹³⁷ *THE TALE OF MELIBEE*, 1001-1002, p. 218. “Convoca”, disse Prudência, ‘todos os teus amigos verdadeiros e teus parentes mais sábios, conta-lhes o teu infortúnio, e ouve o que têm para te aconselhar, seguindo então a sua orientação. Diz Salomão: ‘Pede conselho em tudo o que fizerdes, e nunca te arrependerás’”. (CHAUCER, 1988:109).

Salomão aqui reflete a sabedoria daquele que não se deixa levar pelas fortes emoções e sabe esperar e se aconselhar para tomar a melhor decisão. Na voz de Dona Prudência, o sábio rei é ainda exemplo de perdão, reconciliação e paciência, assim como Jó, que também é citado algumas vezes por sua paciência. Também no Conto do Moleiro o mesmo versículo é retomado na voz do jovem Nicholas: “For thus seith Salomon, that was ful trewe:/ ‘Werk al by conseil, and thou shalt not rewe’”.¹³⁸ No entanto, neste caso o jovem tenta enganar seu anfitrião a fim de deitar-se com sua esposa. É com este intento que aparece na narrativa outra importante referência do Antigo Testamento, o dilúvio e a arca de Noé, presente no livro do Gênesis.

Para enganá-lo com sua mulher, Nicholas convence John de que foi avisado em sonho sobre um segundo dilúvio e que devem preparar três barris para que John, sua esposa e ele possam se salvar.

“Now John”, quod Nicholas, “I wol nat lye
I have yfound in my astrologye,
As I have looked in the moone bright,
That now a Monday next, at quarter nyght,
Shal falle a reyn, and that so wilde and wood
That half so greet was nevere Noes flood.
This world”, he seyed, “in lasse than an hour
Shal al be dreynt, so hidous is the shour.
Thus shal mankynde drenche, and lese hir lyf.”¹³⁹

Nicholas aqui joga com o desconhecimento de John dos detalhes da narrativa bíblica do dilúvio, pois esta termina com o surgimento do arco-íris como sinal da promessa de Deus de que o mundo nunca mais veria um dilúvio como aquele.

Outra importante referência presente na obra é o pecado de Adão e Eva. Esta história é contada e recontada pelos peregrinos, entre os quais, Chaucer, o Monge e o Pároco, seja como exemplo da tragédia humana ou da tendência ao pecado.

Adam oure fader, and his wyf also,
Fro Paradys to labour and to wo
Were driven for that vice, it is no drede.
For whil that Adam fasted, as I rede,
He was in Paradys; and whan that he

¹³⁸ *THE MILLER'S TALE*, 3529-3530, p. 72. “..., como dizia Salomão, que falava sempre a verdade: ‘Siga os conselhos e nunca se arrependerá’”. (CHAUCER, 1988:54).

¹³⁹ *Idem*, 3513-3521. “‘Nesse caso, John’, continuou Nicholas, ‘não vou mentir para você. Descobri, por meio de minha astrologia, enquanto examinava a lua nova, que agora, na próxima segunda-feira, um pouco antes do amanhecer, vai cair uma chuva tão pesada e violenta que, comparado com ela, o dilúvio de Noé não chegou nem à metade. O Mundo’, prosseguiu ele, ‘em menos de uma hora ficará inundado, tão terrível será a tempestade; e a humanidade inteira vai se afogar e morrer’”. (CHAUCER, 1988:54).

Eet of the fruyt defended on the tree,
Anon he was out castto wo and peyne.
O glotonye, on thee wel oghte us pleyne! ¹⁴⁰

A fim de conferir autoridade ao seu sermão contra a gula, o Vendedor de Indulgências confere a Adão e Eva este pecado. Outro texto bíblico utilizado contra este pecado são as Epístolas de São Paulo: “Of this matiere, O Paul, wel kanstow trete:/ ‘Mete unto wombe, and wombe eek unto mete,/ Shal God destroyen bothe,’ as Paulus seith”. ¹⁴¹

Paulo é retomado em diversos outros contos e temas, mas chama atenção sua apropriação pela Mulher de Bath. Alison é uma tecelã que já foi casada cinco vezes e que espera ansiosamente pelo sexto marido. Em seu prólogo e conto, ela procura persuadir a companhia quanto às maravilhas do matrimônio e a importância de se deixar a mulher estar à frente das decisões. Para tanto, Alison lança mão de diversos textos bíblicos que se referem ao casamento como as Bodas de Canaã, o episódio da Samaritana, Salomão e suas esposas e o famoso versículo do Gênesis, “Crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28). No entanto, é a utilização das Epístolas de São Paulo que se destaca, uma vez que ela tanto procura validar sua posição quanto vai de encontro ao que diz o Apóstolo.

Wher can ye seye, in any manere age,
That hye God defended mariage
By expres word? I pray yow, telleth me.
Or where commanded he virginitee?
I woot as wel as ye, it is no drede,
Th’apostel, whan he speketh of maydenhede,
He seyed that precept therof hadde he noon.
Men may conseilliche a woman to been oon,
But conseilliche is no comandement.
He putte it in oure owene juggement;
For hadde God comanded maydenhede,
Thane hadde he damped weddyng with the dede.
Poul dorste nat comanden, ate leeste,
A thing of which his maister yaf noon heeste. ¹⁴²

¹⁴⁰ *THE PARDONER'S TALE*, 505-512, p. 197. “Não duvidem: foi devido a esse pecado que nosso pai Adão e sua mulher foram expulsos do Paraíso para uma vida de trabalho e sofrimento. Enquanto Adão jejuava (segundo o que tenho lido), permaneceu ele no reino do Éden; mas, assim que comeu do fruto proibido, foi condenado a viver de suores e prantos. Oh gula, é mais que justo o nosso lamento”. (CHAUCER, 1988:244-245).

¹⁴¹ *Idem*, 521-523. “São Paulo abordou muito bem o tema, declarando: ‘Os alimentos são para o estômago, e o estômago para os alimentos; mas Deus destruirá tanto estes como aquele.’” (CHAUCER, 1988:245).

¹⁴² *THE WIFE OF BATH'S PROLOGUE*, 59-74, p. 106. “Eu gostaria que me mostrassem onde e quando Deus altíssimo condenou expressamente o matrimônio. Digam-me, por favor. E onde ordenou Ele a virgindade? Sem dúvida, sei tão bem quanto vocês que, quando o Apóstolo Paulo falou da virgindade, reconheceu não ter qualquer preceito sobre o assunto: pode-se aconselhá-la às mulheres. Mas aconselhar não é o mesmo que ordenar. Na verdade, ele a deixou a nosso critério. Mesmo porque, se Deus tivesse imposto a castidade, teriam com isso automaticamente proibido o casamento; e se a semente não pudesse ser plantada, como é que a virgindade iria crescer? De modo algum o Apóstolo ousaria exigir uma coisa que não tivesse sido determinada pelo seu Senhor.” (CHAUCER, 1988:138).

Nesta passagem, a Mulher de Bath apropria-se do discurso paulino a fim de justificar sua necessidade de estar sempre casada. Em I Coríntios 7, 27-28, Paulo diz: “Estás casado? Não procures desligar-te. Não estás casado? Não procures mulher. Mas, se queres casar-te, não pecas; assim como a jovem que se casa não peca. Todavia, padecerão a tribulação da carne; e eu quisera poupar-vos”. Desse modo, Alison pode demonstrar que não está pecando ao casar-se novamente após a morte de seus maridos, já que Deus nunca condenou o matrimônio. No entanto, ela também discorda do Apóstolo quando a palavra deste é contrária à sua vontade.

And seye thise wordes in the Apostles name?
“In habit maad with chastitee and shame
Ye wommen shul apparaille yow,” quod he,
“And noght in tressed heer and gay perree,
As perles, ne with gold, ne clothes riche.”
After thy text, ne after thy rubriche,
I wol nat wirche as muchel as a gnat. ¹⁴³

Aqui podemos claramente compreender sua oposição ao texto de Paulo na I Timóteo 2,9. Alison, sendo tecelã e herdeira de cinco maridos, apreciava vestir-se com suas vestes vermelhas e sapatos muito bem ornados, e não julgava ser isso um pecado. Portanto, era a primeira nas filas em sua paróquia e não havia mulher que ousasse passar a sua frente. Alison lança mão ainda de outras autoridades, que não nos caberá agora discutir.

Há diversas outras referências aos evangelhos e às epístolas do Novo Testamento em outros contos, como a multiplicação dos pães em São Marcos e a sabedoria de Deus na Epístola de São Tiago. No entanto, voltar-nos-emos agora para a presença dos clássicos latinos na obra de Geoffrey Chaucer.

Ao discutir as estratégias de persuasão de Afonso X na Primeira Partida, Carla Barros apresenta três eixos de argumentação para a justificação da lei, a argumentação baseada em uma autoridade, em um modelo e em uma comparação. Interessa-nos, então, pensar na argumentação por autoridade. Para a autora,

A argumentação assente na autoridade divina ou na das Escrituras deve a sua eficácia ao facto de não ser questionável, à ausência de contra-discursos; ela é em si prova

¹⁴³ Ibidem, 341-347, p. 109. “(...), reforçando essa afirmação infeliz com a citação destas palavras do Apóstolo: ‘Da mesma sorte que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso.’ Dou menos importância que um mosquito a esse seu texto e às suas ordens”. (CHAUCER, 1998:142).

suficiente, é prova apodíctica, baseada em raciocínios que não necessitam de ser demonstrados porque emanam do Ser infalível, perfeito.¹⁴⁴

No entanto, como vimos no caso da Mulher de Bath, essa autoridade é, por vezes, questionada. Ainda assim, esta demonstra ser a estratégia de justificação mais eficaz. De forma semelhante, prova ser eficaz a argumentação baseada na autoridade dos clássicos, “nomeadamente os que são traduzidos do hebraico, do grego e do latim, línguas consideradas primitivas, de próxima origem adâmica, e acedendo, por esse facto, a um certo estatuto de perfeição”.¹⁴⁵ Inúmeras são as menções aos autores clássicos ao longo da narrativa de Chaucer.

O latim dominava a tradição clássica, uma vez que o grego não era tão bem conhecido no ocidente medieval. Segundo Helen Cooper, os gregos mais conhecidos eram Aristóteles e Platão, entre alguns outros filósofos.¹⁴⁶ Logo, estes não poderiam estar fora do escopo utilizado por Chaucer. O Filósofo, Aristóteles, é mencionado diversas vezes pelos peregrinos, assim como Platão.

Crist spak hymself ful brode in hooly writ,
And wel ye woot no villeynye is it.
Eek Plato seyth, whoso kan hym rede,
The words moote be cosyng to the dede.¹⁴⁷

Aqui Platão, ao lado de Cristo, aparece na voz do narrador a fim de justificar a necessidade de contar todas as histórias assim como foram narradas pelos peregrinos. Uma autoridade incontestável para justificar a narrativa que se vai desenvolver. Os clássicos gregos, entretanto, aparecem de forma menos extensa. Abundavam, por outro lado, as referências aos clássicos latinos.

Entre os mais citados em *The Canterbury Tales* está Sêneca, que em apenas um dos contos, o Conto de Chaucer sobre Melibeu, é mencionado 17 vezes por Dona Prudência como exemplo de prudência e bom conselho.

¹⁴⁴ BARROS, Clara. Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X. In: Cahiers de linguistique hispanique médiévale. N° 18-19, 1993, p. 408.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 408.

¹⁴⁶ COOPER, Helen. “The classical background”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹⁴⁷ *GENERAL PROLOGUE*, 739-742, p. 35. “O próprio Cristo usou de linguagem franca nas Santas Escrituras; e não me consta que haja ali qualquer imoralidade. Também Platão afirmou, para os que podem lê-lo, que as palavras devem ser gêmeas do ato”. (CHAUCER, 1988:14).

Senek seith: "The wise man shal nat take to greet discomfort for the death of his children,/ but, certes, he sholde suffren it in patience as wel as he abideth the deeth of his owene proper persone."¹⁴⁸

Sendo o matrimônio tema de diferentes contos presentes na obra, esses autores são retomados para reafirmar a importância ou o cuidado que se deve ter diante deste. Neste sentido, Sêneca surge na voz de Justino, que tenta persuadir seu irmão Janeiro, um cavaleiro já sexagenário, a não se casar com a jovem Maio.

Senek, amonges othere wordes wyse,
Seith that a man oghte hym right wel avyse
To whom he yeveth his lond or his catel.
And syn I oghte avyse me right wel
To whom I yeve my good away fro me,
Wel muchel moore I oghte avysed be
To whom I yeve my body for alwey.
I warne yow wel, it is no childes pley
To take a wyf withouten avysement.¹⁴⁹

Virgílio e Ovídio eram os poetas latinos mais admirados, tendo o último encontrado grande repercussão nas obras de Chaucer. Segundo Cooper, a preferência de Chaucer por Ovídio fica clara no seu extenso uso, levando-nos a pensar que seria o poeta melhor conhecido por ele.¹⁵⁰ Entretanto, tal fato pode indicar ainda que os textos de Ovídio fossem de mais fácil acesso aos letrados. Para a autora, grande parte das referências clássicas teriam chegado aos poetas medievais indiretamente, por meio de compêndios e enciclopédias. Essas coleções aparecem na própria narrativa de Chaucer, como menciona a Mulher de Bath.

He hadde a book that gladly, nyght and day,
For his desport he wolde rede alway;
He cleped it Valerie and Theofraste,
At which book he lough alwey ful faste.
And eek ther was somtyme a clerk at Rome,
A cardinal, that highte Seint Jerome,
That made a book agayn Jovinian;
In which book eek ther was Tertulan,
Crisippus, Trotula, and Helowys,
That was abesse nat fer fro Parys,

¹⁴⁸ *THE TALE OF MELIBEE*, 983-984, p. 217. "Diz Sêneca: 'O sábio não deve desesperar-se pela morte de seus filhos, mas deve suportá-la com a mesma paciência com que aguarda a morte de sua própria pessoa'." (CHAUCER, 1988: 108).

¹⁴⁹ *THE MERCHANT'S TALE*, 1523-1531, p. 157. "Sêneca, entre outras palavras de sabedoria, asseverou que um homem deve escolher muito bem o indivíduo a quem confia sua terra ou seu rebanho. E se devo examinar com cuidado a quem entrego as minhas propriedades, com muito mais razão devo examinar aquela a quem entrego meu corpo; pois, ouça bem, o matrimônio não é uma brincadeira de crianças para que se entre nele impensadamente". (CHAUCER, 1998:197).

¹⁵⁰ COOPER, op. cit., p. 257.

And eek the Parables of Salomon,
Ovides Art, and books many on,
And alle thise were bounden in o volume. ¹⁵¹

Este era o volume que possuía o quinto marido de Alison, Janekin, e de onde este lia para ela diversas histórias sobre esposas más a fim de persuadi-la a tornar-se uma boa esposa. Entre as obras citadas, encontramos a *Arte do Amor* de Ovídio. Este e *Remédio de Amor* eram os poemas de Ovídio sobre o amor, mais especificamente sobre sexo, mas que, na lógica do mundo cristão, eram retomados de forma mais séria. Contudo, a obra de Ovídio mais conhecida no Ocidente medieval era *Metamorphoses*, “a collection of all the best of the classical myths, and was therefore both a useful reference book and a wonderful quarry for good stories”.¹⁵²

“But of my tale how shal I doon this day?
Me were looth be likned, doutelees,
To Muses that men clape Pierides –
Methamorphosios woot what I mene;
But nathelees, I recche noght a bene
Though I come after hym with hawebake.
I speke in prose, and lat him rymes make.” ¹⁵³

Além disso, não sendo a originalidade um dos aspectos essenciais da produção narrativa medieval, as histórias narradas pelos clássicos eram recontadas pelos autores medievais. Embora os autores que escreviam em línguas vernáculas desenvolvessem uma tradição própria, sabiam que a verdadeira tradição poética estava nos clássicos. A atividade de Chaucer não seria diferente; todavia, ele não aceita como verdades prontas os textos clássicos, mas desafia-os, recontando-os sob novos ângulos.

Exemplo disso é a adaptação dos mitos narrados por Ovídio em *Metamorphoses*. As histórias presentes na obra tratam de transformações, a forma como pessoas tornaram-se animais ou frutos ou ainda como determinados animais e frutos ganharam sua forma e cor.

¹⁵¹ *THE WIFE OF BATH'S PROLOGUE*, 669-681, p. 114. “Tinha ele uma obra que noite e dia estava sempre lendo com gozo e satisfação; dizia chamar-se *Valério e Teofrasto*, e suas páginas lhe provocavam boas gargalhadas. Além disso, havia outrora em Roma um clérigo, um cardeal, de nome São Jerônimo, que escrevera um livro contra Joviano, que ele também possuía; e mais Tertuliano, Crisipo, Trótula, Heloísa, que era abadessa perto de Paris, os *Provérbios* de Salomão, a *Arte do Amor* de Ovídio, e muitos outros... e todas essas obras estavam encadernadas num só volume”. (Chaucer, 1988:147).

¹⁵² COOPER, op. cit., p. 257-258. “Uma coleção dos melhores mitos clássicos, e era, portanto, tanto um livro de referência muito útil quanto uma maravilhosa fonte de boas histórias” (Tradução livre da autora).

¹⁵³ *THE MAN OF LAW'S PROLOGUE*, 90-96, p. 88. “Que história, porém, eu poderei contar? Como não tenho, podem crer, a pretensão de ser comparado às Musas, conhecidas por Piérides (*As Metamorfoses de Ovídio* sabem o que quero dizer); e como, por outro lado, não me importo nem um pouco em ter que vir atrás de Chaucer com uma mísera tigela de pelancas, vou narrar alguma coisa em prosa e deixar as rimas para ele’.” (CHAUCER, 1988: 71).

Embora retome os mitos, Chaucer abandona o eixo central da obra, encontrando novos temas centrais para as histórias. É o que ocorre, por exemplo, no conto do Provedor. Em Ovídio, a história centra-se em como o corvo ganhou suas penas pretas, já em Chaucer o foco recai sobre o cuidado que se deve ter com aquilo que se fala, um tema muito apropriado dentro do objetivo do passatempo escolhido pelos peregrinos.

Não apenas os temas são extraídos dos clássicos, mas a própria arte da retórica é uma herança greco-romana. Para Curtius, a literatura latina medieval une o mundo antigo e o mundo ocidental.¹⁵⁴ Ressaltamos, então, que este movimento se destaca através da lógica retórica, perpassando as esferas da educação, da ciência, do universo jurídico e da arte. Contudo, não está limitada ao universo da escrita, aproximando-se de aspectos fundamentais referentes ao ritmo, à musicalidade e à performance.

Durante a Baixa Idade Média, a retórica teve as suas funções transformadas, sem, todavia, perder suas características centrais. A ideia central passa a ser, então, ligar a retórica latina à lógica do mundo cristão. A retórica e seus *topoi* servem ao texto como forma de prova. Além disso, os textos possuem uma retórica própria, uma lógica interna a ser seguida, e, portanto, uma forma, recebida também como herança greco-latina e comum entre autores do circuito ocidental.

Chaucer não era um poeta isolado, dialogava com os demais poetas ingleses contemporâneos, como Gower e Langland, mas estava principalmente inserido no contexto de produção literária ocidental, o que pode ser constatado através de seu diálogo com os textos franceses e italianos.

Desde a mais tenra idade, como mencionamos, Chaucer circulara no ambiente de Corte, no qual o francês tinha lugar de destaque como língua nobre. Alguns poetas franceses, por vezes, circulavam na Corte inglesa. No reinado de Edward III, a comitiva da Rainha Philippa de Hainaut recebeu entre seus membros poetas como Jean Le Mote e Jean Froissart. Também na comitiva do Rei francês, João, o Bom, quando este esteve em cativeiro, circularam textos franceses, em especial, os de Guillaume de Machaut. Além disso, Chaucer esteve algumas vezes em território francês; primeiramente, lutando na Guerra dos Cem Anos em favor da Coroa inglesa e, posteriormente, em viagens diplomáticas ao reino francês.

As primeiras obras do autor teriam sido traduções de obras francesas, o que teria tornado Chaucer um grande conhecedor dessa literatura, adequando alguns de seus aspectos a sua própria produção. E é possível que tenha produzido até mesmo alguns primeiros poemas

¹⁵⁴ CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

neste vernáculo. Além disso, é a partir da poesia francesa que desenvolve a sua própria métrica, que influenciaria os poetas ingleses posteriores.

Uma das obras mais referenciadas em *The Canterbury Tales* é o *Roman de la Rose*. Neste, encontramos diversas influências observadas nos textos de Chaucer, como estruturas, personagens e estratégias narrativas. Na obra aqui em questão é possível identificar alguns paralelos: o ambiente primaveril do Prólogo da narrativa, a personificação da figura do Frade e a caracterização da Mulher de Bath. Há ainda menções diretas ao *Roman*:

Amonges othere of his honeste thynges,
He made a gardyn, walled al with stoon;
So fair a gardyn woot I nowher noon.
For, out of doute, I verrailly suppose
That he that wroot the Romance of the Rose
Ne koude of it the beautee wel devyse;
Ne Priapus ne myghte nat suffise,
Though he be god of gardyns, for to telle
The beautee of the gardyn and the welle
That stood under a laurer alwey grene.¹⁵⁵

Ao falar do jardim construído por Janeiro, no Conto do Mercador, seu narrador compara sua beleza à daquele descrito no *Roman* para concluir que não haveria algum igual ao jardim de Janeiro. Há ainda outras presenças da obra, uma vez que alguns contos são, na verdade, adaptações de histórias narradas no *Roman*, como o Conto do Médico, que narra a história da pobre Virgínia, que, por sua beleza, foi cobiçada por um juiz corrupto e acabou sendo degolada pelo próprio pai para que não fosse entregue como escrava.

Acredita-se ainda que grande parte dos autores italianos com os quais Chaucer teve contato tenham chegado ao autor por meio dos manuscritos franceses.¹⁵⁶ Tal proposta condiz com as formas de circulação do período, contudo, não se pode esquecer que Chaucer também viajou em missões diplomáticas à Itália, onde poderia ter entrado em contato não apenas com as obras, mas com os próprios autores.¹⁵⁷ Ademais, era filho de John Chaucer, vindo de uma próspera família de comerciantes de vinho, que realizava diversos negócios com os

¹⁵⁵ *THE MERCHANT'S TALE*, 2028-2037, p. 163. “Entre tantas coisas boas, mandara construir um jardim todo cercado por um muro de pedra, um jardim como não havia outro igual. Sem sombra de dúvida, imagino que nem mesmo o autor do *Roman de la Rose* seria capaz de descrever os seus encantos; nem Príapo, apesar de ser o deus dos jardins, conseguiria retratar toda a beleza daquele lugar e, principalmente, daquele poço debaixo de um loureiro sempre verde”. (CHAUCER, 1988:204-5).

¹⁵⁶ HANLY, Michael. “France”. In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

¹⁵⁷ MATHER, Frank Jewett. “On the Assereted Meeting of Chaucer and Petrarch”. In: *Modern Language Notes*, Vol. 12, No. 1 (Jan., 1897), pp. 1-11.

comerciantes italianos que atracavam no Porto de Londres; grupo com o qual Chaucer também manteria contato ao assumir seu posto de Controlador do Porto.

As influências italianas com maior destaque nas obras de Chaucer são Dante, Petrarca e Boccaccio. Estes autores italianos não são apenas citados, mas algumas de suas histórias são ainda recontadas nas *Tales*. Embora Boccaccio não seja mencionado nominalmente pelo autor, observamos importantes contribuições derivadas de seus textos. O gênero literário adotado em *The Canterbury Tales* assemelha-se àquele utilizado por Boccaccio no *Decamerão*, a novela. Esta seria um gênero intermediário entre o conto e o romance. Segundo Zink, a novela, em oposição ao romance que se projeta no passado, “retrata diretamente o presente, que o pinta, mesmo quando é cômica, com cores sombrias, ataca de maneira lúcida, até cínica”.¹⁵⁸

Sugere-se que Chaucer, embora conhecesse as obras italianas, não possuísse nenhum manuscrito contendo as mesmas em sua coleção, uma vez que seu uso dos autores e suas obras não indicam um conhecimento detalhado do seu conteúdo. Para David Wallace, “it, seems, Chaucer works chiefly from his memory of Italian texts rather than from exemplars at his elbow”.¹⁵⁹ Ainda assim, Chaucer aproxima-se tanto das formas quanto das histórias presentes nas obras italianas. Em *The Canterbury Tales*, não apenas a forma da novela, mas também alguns dos contos são adaptações das narrativas de Boccaccio, a começar pelo primeiro conto do conjunto. O Conto do Cavaleiro traz a história de Palamon, Arcita e Emília, adaptada do *Teseida* de Boccaccio, com omissões, escolhidas por Chaucer, dos trechos que não eram essenciais ao cerne da história.

Também o Conto do Proprietário de Terras baseia-se em uma narrativa apresentada no *Filocolo* e no *Decamerão* de Boccaccio, que versa sobre um episódio na Bretanha antes da cristianização. Por fim, o Conto do Monge segue a forma de coleção de narrativas do *De casibus vivorum illustrium*, escrito por Boccaccio após seu encontro com Petrarca em 1350, quando passou a se dedicar também à escrita em latim, uma escrita mais enciclopedista como demonstra a obra. No entanto, o conto não é uma simples imitação de Boccaccio, pois conta ainda com histórias inspiradas em outros autores, inclusive em Dante.

Este é também um dos autores italianos com grande influência sobre Chaucer. Em *The Canterbury Tales*, é citado em dois contos. No Conto da Mulher de Bath, Dante é retomado para justificar o valor da verdadeira fidalguia, que se baseia em ações nobres.

¹⁵⁸ ZINK, op. cit., p. 86.

¹⁵⁹ WALLACE, David. “Italy”. In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 225. “Ao que parece, Chaucer trabalha muito mais com sua memória de textos italianos do que com exemplares a seu alcance” (Tradução livre da autora).

“Wel kan the wise poete of Florence,
 That highte Dant, speken in this sentence.
 Lo, in swich maner rym is Dantes tale:
 ‘Ful selde up riseth by his branches smale
 Prowesse of man, for God, of his goodnesse,
 Wole that of hym we clayme oure gentillesse’;
 For of oure eldres may we no thyng clayme
 But temporal thing, that man may hurte and mayme. ¹⁶⁰

Já no Conto do Frade, em que se narra a história de um beleguim corrupto que se associa a um diabo, menciona-se a descrição do inferno apresentada por Dante.

But o thyng I warne thee, I wol nat jape:
 Thou wolt algates wite how we been shape;
 Thou shalt herafterward, my brother deere,
 Come there thee nedeth nat of me to leere,
 For thou shalt, by thyn owene experience,
 Konne in a chayer rede of this sentence
 Bet than Virgile, while he was on lyve,
 Or Dant also. Now lat us ryde blyve
 For I wole holde compaignye with thee
 Til it be so that thou forsake me. ¹⁶¹

Em ambos os casos, Dante é retomado como uma autoridade sobre os temas. No primeiro, é utilizada a argumentação pela autoridade; já no segundo tem o valor de sua obra reconhecido, uma vez que só poderá superar sua descrição do inferno aquele que passar pela experiência na própria pele.

O último autor italiano de que trataremos é Petrarca. No Conto do Clérigo, a versão de Petrarca para o último conto do *Decamerão* de Boccaccio é tomada como base; assim como Petrarca, o Clérigo chega à conclusão de que a paciência é uma virtude necessária para todos. É na voz deste que aparece o elogio ao grande poeta laureado:

I wol yow telle a tale which that I
 Lerned at Padowe of a worthy clerk,
 As preved by his wordes and his werk.
 He is now deed and nayled in his cheste;
 I preye to God so yeve his soule reste!

¹⁶⁰ *THE WIFE OF BATH'S TALE*, 1125-1132, p. 120. “Quem tratou magistralmente esse tema foi o sábio poeta de Florença, que se chamava Dante. Eis os versos em que expôs sua opinião: ‘A ação dos homens raramente sobe/ Aos galhos altos, porque é Deus que envia/ A ação que gera em nós a fidalguia.’ Tudo o que recebemos de nossos antepassados são coisas temporais, que o homem pode ferir ou estropear”. (CHAUCER, 1988:154).

¹⁶¹ *THE FRIAR'S TALE*, 1513-1522, p. 126. “Mas faço-lhe uma advertência muito séria: logo você saberá tudo sobre nós, porque dentro em pouco, meu caro irmão, deverá estar onde as minhas lições se tornam desnecessárias, lá, por experiência própria, poderá ditar todo este saber de cátedra, melhor que Virgílio em vida, ou até melhor que Dante. Mas deixe-me apressar o trote; tenho que cavalgar lado a lado com você, pois agora desconfio que queira fugir de mim”. (CHAUCER, 1988:161).

Fraunceys Petrak, the lauriat poete,
Highte this clerk, whos rethorike sweete
Enlumyned al Ytaille of poetrie ¹⁶²

Na verdade, o conto refere-se em grande parte ao contexto em que viveu o grande poeta italiano. Petrarca viveu por anos em uma Milão sob a tirania de Visconti, oposta à república florentina, onde foi empregado como embaixador, negociador político e ícone cultural.¹⁶³ Chaucer, como representante da Coroa inglesa, não foi indiferente à política italiana, mas soube observar esses grandes poetas dentro das limitações que suas condições impunham: um Dante florentino, cuja fidalguia vem das ações, e um Petrarca sob o jugo lombardo, que vê a paciência como solução.

Como pudemos observar, Chaucer viu-se inserido em um círculo mais amplo de produção literária, ao qual não deixou de fazer suas próprias contribuições, traduzindo, retomando, adaptando e reinterpretando.

Salomão, o rei sábio, Paulo, o Apóstolo, Aristóteles, o Filósofo, Ovídio, Sêneca, Boccaccio, Petrarca, Dante... todos estes são retomados nas vozes dos peregrinos de Chaucer a fim de justificar suas narrativas e, algumas vezes, até mesmo para demonstrar como os atos podem ir de encontro às grandes autoridades. Nesse movimento, Chaucer reúne nos mesmos contos referências vindas de origens distintas. Desse modo, Paulo, um ícone da Igreja, aparece ao lado de Platão, um filósofo do mundo pagão, passando ambos a servir à moral da lógica cristã.

Ao relacionar seus textos às grandes autoridades, Chaucer procura validar as versões das histórias que escolhe narrar, não reduzindo seus textos à reprodução dos grandes poetas. O poeta inglês opta por adições e omissões, diverge de certas posições dos autores e transforma as narrativas. Chaucer procura galgar seu lugar entre os grandes poetas.

2.2. Que língua falar? Aspectos de uma cidade multilíngue

A partir de toda a discussão em que pudemos observar como Chaucer insere sua obra em um contexto de produção clássica e ocidental, poderíamos presumir também que Chaucer tivesse inscrito o inglês no circuito dos vernáculos ocidentais. No entanto, essa visão

¹⁶² *THE CLERK'S PROLOGUE*, 26-33, p. 137. "Pretendo contar-lhes uma história que aprendi em Pádua com um letrado de grande valor, como o atestam suas palavras e obras. Rogo a Deus que dê paz à sua alma, pois ele agora está morto e enterrado./Refiro-me a Francisco Petrarca, o poeta laureado, cuja doce retórica iluminou com sua poesia toda Itália". (CHAUCER, 1988:175).

¹⁶³ WALLACE, op. cit., p. 220.

simplificaria a necessária análise da relação do inglês médio com os demais vernáculos continentais, fortemente presentes também dentro da própria Londres medieval.

Há que se considerar muitas nuances linguísticas quando pensamos em tratar-se de um período em que a língua, entre os letrados, é uma questão de escolha e negociação entre línguas que se sobrepõem. Embora haja muitas evidências do trilinguismo na Inglaterra mesmo no fim da Idade Média, com uma efusão de obras em francês e latim, prefere-se dar destaque ao uso do inglês, como a língua do reino. Contudo, vernáculos coexistem no território insular, em especial, o inglês, o francês, e o anglo-francês (o francês da Inglaterra, desprezado por ambos os lados do Canal, pois era francês, mas não seguia o padrão parisiense).

Conforme aponta Butterfield, “Chaucer is more than an English author; he is a cross-channel author, continental as well as insular, committed to a plural linguistic texture and an international imagination that speaks directly to our own”.¹⁶⁴ Logo, sua narrativa deve ser trazida à cena para auxiliar na compreensão do caráter multilíngue inglês, em especial londrino. Deve ser colocada em perspectiva, inserida em um contexto linguístico mais amplo, que também abrange o francês, ao invés de ser vista como a concretização do caráter nacionalista da língua. Afinal, o monolinguismo está longe de ser o modelo inglês.

A fim de discutir tais aspectos linguísticos, como sugere Aude Mairey,¹⁶⁵ recorreremos a alguns conceitos da sociolinguística que ajudam a compreender o campo. O *multilinguismo* caracteriza-se pela coexistência de diferentes línguas em um mesmo espaço, o que propicia os contatos linguísticos, em que os vernáculos podem exercer graus de influência uns sobre os outros.¹⁶⁶ Essa convivência de línguas pode dar-se devido ao contato entre habitantes de diferentes origens que se encontram na mesma área, mas mantem-se de acordo com as diferentes funções políticas, sociais e econômicas que cada língua assume neste contexto.

Uma coexistência linguística ampla permite um movimento entre os vernáculos e seus registros, que ao acontecer em uma mesma enunciação ou em um mesmo texto é identificado como *code-switching*. Herbert Schendl, um dos autores de referência no âmbito dos textos em inglês medieval, define *code-switching* como “the change from one language (or variety) to

¹⁶⁴ BUTTERFIELD, Ardis. *The Familiar Enemy: Chaucer, Language, and Nation in the Hundred Years War*. Oxford: OUP, 2009, p. xxix. “Chaucer é mais do que um autor inglês; ele é um autor intercanal, continental assim como insular, comprometido com uma textura linguística plural e uma imaginação internacional que fala diretamente com a nossa”. (Tradução livre da autora).

¹⁶⁵ MAIREY, Aude. “Multilinguisme et code-switching em Angleterre à la fin du Moyen Âge. Approche historiographique”, in *Reflets de code-switching dans la documentation médiévale?*, CEHTL, 2, 2009, Paris, LAMOP, 2011.

¹⁶⁶ Para mais referências sobre o multilinguismo medieval, cf. TROTTER, D. A. (ed.). *Multilingualism in later medieval Britain*. Cambridge: Brewer, 2000 e CLASSEN, Albrecht. *Multilingualism in the Middle Ages and Early Modern Age. Communication and Miscommunication in the Premodern World*. Berlin: De Gruyter, 2016.

another within one act of communication”.¹⁶⁷ Segundo o autor, haveria duas modalidades de *code-switching*, uma situacional ligada às transformações conjunturais e outra conversacional associada às variáveis sociais, sendo ambas aplicáveis ao medieval inglês.

As línguas encontradas mais amplamente intercaladas com o inglês médio nos textos em que o *code-switching* se fazia presente eram o francês e o latim. Essas opções linguísticas estavam diretamente ligadas ao público ao qual o texto se destinava e ao seu objetivo.

Revennons d’abord sur la chronologie: la période où le code-switching fut le plus fréquent est celle des XIVe-XVe siècles; son usage important, notamment dans les textes anglais, indique qu’effectivement, au moment où l’anglais se développa, les deux autres langues n’étaient pas en situation de relégation.¹⁶⁸

Como demonstra Mairey, o *code-switching* é uma característica fundamental dos textos religiosos, como os sermões, embora não de forma exclusiva, pois também pode ser encontrado frequentemente em escritos comerciais e transacionais. Nestes, o *code-switching* integra a estrutura das frases, apresentando-se como sinal da necessidade de comunicação com os estrangeiros. Estava presente ainda nos textos científicos, médicos, jurídicos e literários, funcionando como marca social, signo de poder (com o francês) ou de autoridade divina (com o latim).¹⁶⁹ Portanto, atuava tanto na dimensão pragmática de compreensão e organização textual quanto como tradição discursiva.¹⁷⁰

Para além do multilinguismo, Hsy defende que a Londres medieval tenha testemunhado um verdadeiro *translinguismo*. Este faria referência a “the capacity for languages within such spaces to interact: to influence and transform each other through networks of exchange”.¹⁷¹ Logo, a interação linguística permitiria compreender como as identidades sociais são expressas através do movimento entre línguas e entre diferentes espaços.¹⁷²

Neste contexto, o *code-switching* presente nos textos caracterizaria os autores *translíngues*. “Rather, translingual writing requires the simultaneous activation of languages at

¹⁶⁷ SCHENDL, Herbert. “Linguistic aspects of code switching in Medieval English texts”, in: TROTTER, D. A. (ed.). *Multilingualism in later medieval Britain*. Cambridge: Brewer, 2000, p. 77. “(...) a mudança de uma língua (ou variedade) para outra em um único ato de comunicação” (Tradução livre da autora).

¹⁶⁸ MAIREY, op. cit., p. 67. “Voltemos então à cronologia: o período em que o *code-switching* foi o mais frequente é aquele entre os séculos XIV e XV; seu importante uso, principalmente nos textos ingleses, indica que efetivamente, no momento em que o inglês se desenvolveu, as outras duas línguas não estavam em situação de relegação” (Tradução livre da autora).

¹⁶⁹ Ibidem, pp. 52-55.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 67.

¹⁷¹ HSY, Jonathan. *Trading tongues: merchants, multilingualism, and medieval literature*. Columbus: The Ohio State University Press, 2013, p. 7. “(...) a capacidade para línguas de certos espaços interagirem: influenciar e transformar umas às outras através de redes de troca” (Tradução livre da autora).

¹⁷² Idem.

any one moment within any given literary text or any similarly stylized document”.¹⁷³ Tal translanguismo seria favorecido pelas *zonas de contato*, ou seja, os espaços compartilhados em que se davam as trocas linguísticas, como as cortes e os mercados e feiras de grande porte.

No caso de Chaucer, Hsy ressalta que sua função como oficial de impostos implicava em sua convivência com um ambiente linguístico misto. “The customs house was, in other words, its own kind of polyglot space, not least because the activities conducted there produced a voluminous amount of mixed-language documents”.¹⁷⁴ Sendo responsável pela cobrança dos impostos sobre as mercadorias que desembarcavam no porto de Londres, o autor-cidadino teve contato direto com mercadores de diversas origens e, embora o francês e o latim fossem utilizados em geral como língua franca, com diversos vernáculos e dialetos. Este tipo de espaço teria, assim, favorecido o translanguismo de Chaucer, estimulando a criatividade de suas representações literárias.

Como se dá tal coexistência linguística na Londres de fins do medievo? Mairey chama atenção para o fato de que é preciso superar o tradicional esquema linguístico traçado para o reino inglês no qual, após a Conquista Normanda, o inglês seria relegado ao segundo plano para somente retomar seu status nos séculos XIV e XV.¹⁷⁵ Como discutido na primeira parte deste capítulo, a situação linguística na Ilha é muito mais complexa. Embora o inglês, ainda *Old English*, perca um pouco de prestígio nos registros, não desaparece destes. Além disso, só é possível observar os vestígios escritos que chegaram até nós, fugindo de nosso escopo a tradição oral (sobre a qual o inglês poderia ter mantido em grande parte sua influência).

Segundo Mairey, no fim do medievo, o uso do inglês é ampliado para abranger novamente as funções sociais, políticas e intelectuais do reino. Afinal, esta é sua língua materna. Com o desenvolvimento da Guerra dos Cem Anos contra os franceses, é preciso dar ao inglês o espaço que lhe pertence no reino. Além disso, seu prestígio renovado estaria associado ao crescimento dinâmico de alguns grupos da sociedade, como as elites urbanas que favoreciam sua língua materna, e até mesmo das instituições eclesiásticas que adotam o vernáculo em suas instruções.¹⁷⁶

Também o status das línguas que coexistem com o inglês deve ser relativizado. Embora o francês ganhe espaço após a Conquista, ele não alcança o mesmo status do Latim,

¹⁷³ Ibidem, p. 56. “Ao contrário, a escrita translíngue requer a ativação simultânea de línguas em qualquer momento de qualquer texto literário ou qualquer documento de estilo similar” (Tradução livre da autora).

¹⁷⁴ Ibidem, p. 38. “A duana era, em outras palavras, um tipo próprio de espaço poliglota, sobretudo porque as atividades aí conduzidas produziam um grande volume de documentos linguisticamente mistos” (Tradução livre da autora).

¹⁷⁵ MAIREY, op. cit., pp. 38-39.

¹⁷⁶ Ibidem, op. cit., p. 43.

sendo este a língua que ocupa o topo da hierarquia. O francês é encontrado principalmente na Corte, nos textos devocionais e literários por esta encomendados e na justiça. Por sua vez, quando o inglês volta a ganhar destaque nos registros escritos, o francês não desaparece, pois continua sendo utilizado pela justiça, pela administração, e pode ser amplamente encontrado nas bibliotecas da nobreza.¹⁷⁷ Este, no entanto, não é apenas o francês de Paris, ele ganha também a sua versão insular (com influências do inglês), além da presença do francês oriundo de outras partes do Continente.

A forte presença do francês pode ser claramente percebida na documentação analisada através de diversas expressões francesas que se apresentam. Nos testamentos, por exemplo, é possível perceber, ao observar os registros das doações e herança de bens, que muitos nomes das propriedades são provenientes do francês, como a “la Belle” em Bercheverlane na paróquia de São Edmundo, deixada pelo alfaiate John de Drayton para sua esposa Anne em 1358.¹⁷⁸ Além disso, inúmeras são as referências ao possível estado de gravidez das esposas no momento em que se escreve os testamentos, para o que se lança mão das expressões francesas. Assim, encontramos um grande número de mulheres *enceintes*¹⁷⁹, além da frequente preocupação com os filhos *en ventre sa mère*¹⁸⁰, que também deveriam ser beneficiados pelas heranças dos pais. No entanto, o francês não é o único vernáculo estrangeiro encontrado nas ruas de Londres.

Estando no centro de várias redes dentro do reino e entre reinos, Londres tem um aspecto bastante cosmopolita, reunindo no interior de suas muralhas e nos seus arredores diversas nações.¹⁸¹ “(...) we find ourselves in a verbal world that is both fragmented and plural, where audiences are not merely ‘English’, but multilingual (in varying degrees), partly local, partly international, and from more than one social, cultural, and intellectual background”.¹⁸² Assim, encontramos escoceses, galeses, mas também italianos (muito envolvidos com o vinho), membros da Hansa (movimentando os mercados da cidade), entre outros.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 44.

¹⁷⁸ 'Wills: 32 Edward III (1358-9)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 1-6. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp1-6> [accessed 26 November 2016].

¹⁷⁹ Grávidas.

¹⁸⁰ No ventre de sua mãe.

¹⁸¹ Utilizamos aqui o termo nação como identificado por Butterfield: seu sentido é aquele de família, origem e nascimento; está relacionado aos diferentes povos. A universidade é, por exemplo, uma instituição multilíngue, polo de encontro da diversidade de ‘nações’, sob o mesmo objetivo pedagógico (p. 132). O universo do comércio também se organizava em um conglomerado de ‘nações’, cujo centro era Bruges. Cf. BUTTERFIELD, op. cit., p. 133.

¹⁸² BUTTERFIELD, op. cit., p. 101. “(...) encontramos-nos em um mundo verbal que é fragmentado e plural, onde audiências não apenas ‘inglesas’, mas multilíngues (em muitos níveis), parcialmente locais, parcialmente internacionais, e pertencentes a backgrounds sociais, culturais e intelectuais diferentes” (Tradução livre da autora).

Os flamengos eram uma dessas nações fortemente presentes em território inglês,¹⁸³ de modo que exerciam uma influência linguística evidente. Casado com a filha de um cavaleiro flamengo,¹⁸⁴ Chaucer não deixaria tal presença passar despercebida. No prólogo de seu conto, o Cozinheiro, identificado na narrativa como um cidadão de Londres, lança mão de um ditado flamengo ao se direcionar ao Albergueiro: “But ‘sooth pley, quaad pley’, as the Flemyng seith”.¹⁸⁵ Para Butterfield, esse emprego da expressão flamenga em uma intervenção irônica de um londrino demonstraria como essa influência era aceita nas interações cotidianas.¹⁸⁶ Por outro lado, ao utilizar a expressão, o Cozinheiro ressalta sua origem, “as the Flemyng seith”, ou seja, enfatiza que esta provém dos estrangeiros.

Segundo Wallace, o emprego deste ditado é paradoxal, pois, embora possa parecer indicar uma proximidade com os flamengos, remonta aos violentos ataques contra esses mercadores em 1381. Wallace destaca que o conhecimento desta linguagem não implicava em relações amigáveis com os flamengos, uma vez que poderia ser aprendida através do contato com as prostitutas dos bordéis de Southwark.¹⁸⁷ De todo modo, a opção linguística do peregrino aponta para a necessária convivência com outra nação.

Este aspecto destaca-se ao pensarmos em um período permeado pela guerra entre dois reinos que, ao mesmo tempo, se afastam e se aproximam. Como demonstra Butterfield, muitas das histórias que versam sobre ambos os lados do Canal tratam das disputas linguísticas que se desenrolam nesse espaço, principalmente no que diz respeito ao anglo-francês. Afinal, o francês tem um papel relevante no território insular. Ao compartilhar (e diferenciar) a mesma língua, as duas culturas se aproximam. Todavia, isto não implica na ausência de conflitos. Ao contrário, a linguagem é “open to confusion”.¹⁸⁸

Entre os dois lados do Canal, há diferenças de pronúncia, escrita e significados, que são motivos de zombaria e mal-entendidos. “This is not just a matter of how the English speak, but of how people register the differences between languages”.¹⁸⁹ E as diferenças entre o francês falado no Continente e na Ilha são sempre evidenciadas. Não é por acaso que Chaucer preocupasse em caracterizar o francês da Prioressa que participa da peregrinação.

¹⁸³ Para maior aprofundamento no tema, cf. Capítulo 4.

¹⁸⁴ THE RIVERSIDE CHAUCER, “Explanatory notes”, p. 853.

¹⁸⁵ THE COOK’S PROLOGUE, 4357, p. 85. “Mas, como dizem os flamengos, ‘brincadeira séria é brincadeira ruim”’. (CHAUCER, 1988:68).

¹⁸⁶ BUTTERFIELD, op. cit., p. 218.

¹⁸⁷ WALLACE, op. cit., p. 71.

¹⁸⁸ BUTTERFIELD, op. cit., p. 82. “(...) aberta a confusão”. (Tradução livre da autora).

¹⁸⁹ Ibidem, p. 83. “Isto não é apenas um caso sobre como os ingleses falam, mas sobre como as pessoas registram as diferenças entre línguas”. (Tradução livre da autora).

Ther was also a Nonne, a Prioeresse,
That of hir smyling was ful simple and coy;
Hir gretteste ooth was but Seinte Loy;
And she was cleped madame Eglentyne.
Ful weel she soong the service dyvyne,
Entuned in hir nose ful seemly;
And Frenssh she spak ful faire and fetisly,
After the scole of Stratford atte Bowe,
For Frenssh of Parys was to hir unknowe. ¹⁹⁰

O poeta-narrador atenta para o fato de que a Prioresa, embora fale francês, não aprendeu a variedade de Paris. A Prioresa seria oriunda do Convento de São Leonardo em Stratford at Bowe, onde Elizabeth de Hainault, irmã da rainha Philippa, também servira como Freira. Acredita-se que por sua presença o francês aí falado tivesse forte influência flamenga. ¹⁹¹ Neste caso, ele indica uma diferença dentro do próprio reino inglês, pois considerava-se que o francês usado pela corte era o francês parisiense. Logo, há ainda barreiras sociais que influenciam na compreensão do que é dito/escrito.

Se há até diferenças internas, os franceses, por sua vez, não reconheciam as variedades insulares da língua como francês parisiense. Afinal, “(...): people can share a language, but still wish to dissociate themselves from the way other people speak it. (...); it is a more complicated process of asserting – even in the same language – one linguistic identity against another.”¹⁹² Essa diferenciação pode ser observada, por exemplo, nas negociações de trégua e resgate entre os reinos, e era motivo de acirramento de conflitos.

“Stimulated by the circumstances of war, peoples from diverse regions found themselves in close proximity, sometimes fighting on the same side, sometimes on the opposite, but in both cases needing to communicate”.¹⁹³ Embora fossem opositores bélicos, ingleses e franceses precisavam comunicar-se tanto oralmente quanto por escrito. Ao avançar pelo território continental, os ingleses tinham de manter contato com os franceses que aí habitavam, seja para conquistar sua lealdade ou para tomar suas terras. Por outro lado, como conquistadores, também podiam recusar-se a utilizar a língua daqueles que haviam vencido. A

¹⁹⁰ *GENERAL PROLOGUE*, 118-126, p. 25. “Lá estava igualmente uma Freira, uma Prioresa, com um sorriso todo simplicidade e modéstia. A maior praga que rogava era ‘por Santo Elói!’ Chamava-se Senhora Eglantine. Cantava graciosamente o serviço divino, com um perfeito tom fanhoso; e falava francês bonito e bem, segundo a escola de Stratford-at-Bow, pois que desconhecia o francês de Paris”. (CHAUCER, 1988:4).

¹⁹¹ *THE RIVERSIDE CHAUCER*, “Explanatory Notes”, p. 804.

¹⁹² BUTTERFIELD, p. 97. “(...): as pessoas podem compartilhar uma língua, mas ainda desejar dissociar-se da forma como outras pessoas falam-na. (...); é um processo mais complicado de afirmar – até na mesma língua – uma identidade linguística em detrimento de outra”. (Tradução livre da autora).

¹⁹³ *Ibidem*, p. 162. “Estimulados pelas circunstâncias da guerra, pessoas de diversas regiões encontravam-se em proximidade, às vezes lutando do mesmo lado, às vezes do lado contrário, mas em ambos os casos precisando se comunicar”. (Tradução livre da autora).

linguagem também coloca o jogo de poder em cena. “Linguistic ignorance, in short, has the potential to be a powerful weapon of its own in English dealings with the continent”.¹⁹⁴ Este não era, entretanto, o modelo preferido pelos ingleses.

Ao longo da guerra, há um aumento significativo dos documentos produzidos por ambos os lados, entre tratados, registros e proclamações, e, a fim de negociações, a Inglaterra vê a necessidade de desenvolver seu registro escrito do francês. Ao explorar as negociações de Leulinghem em 1393, Butterfield destaca o aspecto linguístico que cria confrontos entre os dois lados. Sendo os documentos de conciliação produzidos em francês, língua compartilhada pelos dois lados, os franceses aproveitavam-se das nuances da língua para inserir termos nebulosos para os ingleses, que passaram a ater-se cada vez mais à complexidade da língua. “Far from being trapped in a situation in which they were simply losing out through their linguistic ignorance to French subtlety, the English were reacting with hard-nosed caution to French tactics and exposing them for what they were”.¹⁹⁵

Tal disputa linguística também esteve presente anteriormente nas negociações do Tratado de Brétigny. As negociações haviam sido iniciadas em 1359 com o Tratado de Londres, escrito em anglo-francês. Entretanto, este foi exaustivamente modificado e revisado, sendo finalmente apresentado em francês parisiense, embora expressões do anglo-francês permanecessem. “More broadly, this language of negotiation shows how tensions developed in and through a growing awareness that a difference was being forced between the two cultures”.¹⁹⁶ Ao invés de demonstrar a superioridade de um registro sobre o outro, esse caso aponta o delicado equilíbrio de forças entre os dois reinos, com diversos aspectos culturais, e linguísticos, compartilhados.

A guerra traz insegurança sobre a identidade. Todavia, ressaltamos como Mairey, que a identidade de que aqui tratamos não se aproxima de um sentido de nacionalismo.¹⁹⁷ Esta insegurança refere-se ao fato dos lados oponentes serem próximos, ao mesmo tempo em que veem a necessidade de diferenciar-se. Segundo Butterfield, as noções de ‘inglês’ e ‘francês’ são muito fechadas para encapsular autores como Chaucer, que se movem por esse capital cultural

¹⁹⁴ Ibidem, p. 164. “Ignorância linguística, em suma, tem o potencial de ser uma arma poderosa para os ingleses ao lidar com o continente”. (Tradução livre da autora).

¹⁹⁵ Ibidem, p. 167. “Longe de estarem presos em uma situação em que simplesmente perdiam para as nuances do francês por sua ignorância linguística, os ingleses estavam reagindo com uma precaução implacável para com as táticas francesas e expondo-os pelo que eram” (Tradução livre da autora).

¹⁹⁶ Ibidem, p. 171. “Mais amplamente, essa linguagem de negociação demonstra como as tensões desenvolviam-se em e através de uma crescente consciência de que uma diferença estava sendo forçada entre as duas culturas”. (Tradução livre da autora).

¹⁹⁷ MAIREY, op. cit., p. 42.

anglo-francês/ franco-inglês. Do mesmo, estas noções são fechadas para tratar da diversidade dos povos que ocupam os territórios em questão. Por isso, não se pode isolar as línguas faladas em ambos os lados do Canal.

It is rather the reverse, to show how the centre of gravity in these years was precisely the space of exchange between the continent and the island, and hence that a notion of Chaucer as English is harder to find. (...) The large number of safe conducts, letters, sea voyages, road journeys, and massed military and political progress of battle, marriage or crusading council, radically shook up the process of contact throughout the continent.¹⁹⁸

Chaucer, a serviço da Coroa, esteve neste fluxo constante de pessoas através do Canal. Como já mencionado anteriormente, provavelmente pelo reconhecimento de suas habilidades linguísticas, Chaucer atuou em missões diplomáticas da Coroa inglesa na Itália e na França. Sua escolha estaria ainda associada a sua proximidade com a Corte, mesmo em posições de pouca relevância, tendo servido diferentes príncipes, uma vez que “(...), for the most part the person sent on a diplomatic mission, including secret missions, would be an ordinary knight or clerk from the king’s household, a *familiaris*”.¹⁹⁹ Esse tipo de comunicação exigia um certo grau de sofisticação, afinal, muitas mensagens levadas pelos enviados régios constavam de simples notas que deviam ser desenvolvidas oralmente, formal ou informalmente, de acordo com as condições de recepção que se apresentavam.

A linguagem tinha um papel fundamental na relação entre reinos e entre cidades, mas mostrava-se crucial também nos desdobramentos internos a cada um destes. “The new world of negotiation opened up by the hugely influential practices of war makes trade the primary international medium for cooperation as well as confrontation”.²⁰⁰ Ressaltamos, então, tal aspecto nas diversas relações comerciais que afloram na cidade. Como lembrávamos no início do Capítulo 1, as ruas de Londres eram repletas de diferentes ruídos, entre os quais os gritos dos vendedores de rua e dos mercadores que anunciavam seus produtos.

¹⁹⁸ BUTTERFIELD, op. cit., pp. 175-6. “É ao contrário, para mostrar como o centro gravitacional nestes anos era precisamente o espaço de troca entre o continente e a ilha, e assim que uma noção de Chaucer como inglês é difícil de ser encontrada. (...) O grande número de salvos condutos, cartas, viagens marítimas, jornadas por terra, e os avanços militares e políticos das batalhas, conselhos matrimoniais e cruzadas, movimentaram radicalmente o processo de contato no continente” (Tradução livre da autora).

¹⁹⁹ Ibidem, p. 188. “(...), em geral a pessoa enviada em uma missão diplomática, incluindo missões secretas, seria um cavaleiro comum ou um oficial da casa real, um *familiaris*”. (Tradução livre da autora).

²⁰⁰ BUTTERFIELD, op. cit., p. 233. “O novo mundo da negociação aberto pela forte influência das práticas de guerra fez do comércio o meio internacional básico de cooperação assim como de confronto” (Tradução livre da autora).

O comércio movimentava a cidade medieval. Para além do mercado, seu espaço por excelência, estava presente nas oficinas e lojas pela cidade, nas bancas e ruas. Nestes espaços, multiplicavam-se os profissionais a este dedicados e surgia uma especialização cada vez maior. Neste sentido, Hsy afirma que “(...) medieval London (...) nonetheless emerges as a profoundly polyglot city: a space that absorbs and sustains people of diverse ethnic, social and professional backgrounds”.²⁰¹ Neste contexto, é o comércio que permite ao indivíduo movimentar-se por espaços sociolinguísticos variados.

O comercio é elemento central na circulação linguística, pois para conseguir negociar, e assim gerar e fazer circular dinheiro, é preciso fazer acomodações linguísticas que permitam a comunicação. “Trade is the medium in which cultural cooperation is negotiated. (...) In a fast-flowing trading environment, language changes as people engage in the process of trusting each other enough to exchange money”.²⁰² Este é um contexto favorável ao *code-switching* previamente discutido; ao negociar com mercadores de origens diversas, os mercadores de Londres precisavam se fazer entender, lançando mão da linguagem técnica de seu ofício, com empréstimos tanto do latim quanto do francês.

A linguagem utilizada pela cidade era muito complexa para ser identificada apenas como o inglês de Londres. Cannon defende que a narrativa de Chaucer nos dá acesso a uma linguagem de ofício, uma vez que o poeta teria unido os sons que ouvia pela cidade aos idioletos que criara. Essa variedade linguística dentre os ofícios é reconhecida na própria narrativa. Como afirma o Homem do Mar após o Conto do Magistrado:

My joly body schal a tale telle,
And I schal clynken you so merry a belle,
That I schal waken al this compaignie.
But it schal not ben of philosophie,
Ne phislyas, ne termes queinte of lawe.
Ther is but litel Latyn in my mawe.²⁰³

²⁰¹ HSY, op. cit., p. 4. “(...) a Londres medieval (...) contudo emerge como uma cidade profundamente poliglota: uma espaço que absorve e sustenta pessoas de diversos contextos étnicos, sociais e profissionais”. (Tradução livre da autora).

²⁰² BUTTERFIELD, op. cit., p. 220. “O comércio é meio pelo qual a cooperação cultural é negociada. (...) Em um ambiente de comércio em fluxo constante, a língua muda conforme as pessoas se envolvem no processo de confiar umas nas outras o suficiente para trocar dinheiro” (Tradução livre da autora).

²⁰³ *THE EPILOGUE OF THE MAN OF LAW'S TALE*, 1185-1190, p. 104. “(...) quem vai agora lhes contar uma história é minha alegre pessoa. E o sino que pretendo tocar é tão animado que há de acordar a comitiva inteira. Só que meu conto não tem nada de filosofia, nem de ciência física, nem daqueles termos arresados dos juristas. Tenho pouco latim no papo”. (CHAUCER, 1988:88).

Destaca-se a diferença entre os discursos de alguns membros da comitiva reunida por Chaucer. O Homem do Mar ressalta que não conhece bem o Latim, como o conheceria o Pároco que havia sido chamado para trazer seu conto antes desta interrupção. Tanto a filosofia do discurso do Pároco quanto a linguagem da lei, repleta de termos complexos, do Magistrado, que acabara de narrar seu conto, trariam o requinte do Latim para a competição narrativa, mas o Homem do Mar, por sua vez, promete animar muito mais o grupo com a sua história. “In each case, these vocabularies could be called a craft sound and, taken together, the variety of such sounds constituted the sound of London”.²⁰⁴ De um lado, temos a linguagem rebuscada, influenciada pela autoridade do Latim, e, de outro, a linguagem leve dos homens comuns.

Hooste, quod he, *depardieux*, ich assente;
To breke forward is nat myn entente.
Biheste is dette, and I hole holde fayn
Al my biheste, I kan no better sayn.
For swich lawe as a man yeveth another wight,
He sholde hymselfen usen it, by right ²⁰⁵

Na passagem acima, vemos já no início da fala do Magistrado uma forte influência do francês sobre a linguagem dos homens da lei. No vocábulo *depardieux*, podemos constatar as marcas tanto do francês quanto do latim. *De par* era uma expressão latina comum na lei francesa, enquanto Dieu equivale a Deus em francês. Como lembra Butterfield, “[a] word can hover on the border of being recognized: one moment it is a foreign word, autonomous if not independent; the next it has become unnoticeably English, unthinkingly possessed and used.”²⁰⁶ O vocábulo posteriormente passou a integrar o inglês moderno, mas suas origens remontam às influências medievais sobre a língua. O emprego destes termos latinos e franceses caracterizavam a linguagem aprendida nos Inns of Court por aqueles que trabalhariam com as leis, e marcavam a identificação de seus ofícios.

Em seu conto, o Homem do Mar também chama a atenção para a linguagem mercantil. Em primeiro lugar, chama-nos a atenção o fato de um marinheiro contar uma história sobre um

²⁰⁴ CANNON, Christopher. “Chaucer and the language of London”. IN: BUTTERFIELD, Ardis (ed.) *Chaucer and the City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006, p. 84. “Em cada caso, esses vocabulários podiam ser chamados de um som de ofício e, tomados em conjunto, a variedade de tais sons constituíam o som de Londres”. (Tradução livre da autora).

²⁰⁵ INTRODUCTION TO THE MAN OF LAW’S TALE, 39-44, p. 87. ““*Depardieux*, Albergueiro, só posso anuir plenamente”, respondeu o Magistrado. ‘Jamais me passou pela cabeça quebrar minha palavra, promessa é dívida. E eu lhe asseguro que é com o maior prazer que eu pretendo desincumbir-me desse encargo. Afinal, pelo direito, quem dita leis aos outros deve igualmente submeter-se a elas”’. (CHAUCER, 1988:70).

²⁰⁶ BUTTERFIELD, op. cit., p. 229. “Uma palavra pode pairar às margens de ser reconhecida: em um momento é uma palavra estrangeira, autônoma quando não independente; no próximo tornou-se indiscriminadamente inglesa, espontaneamente possuída e usada”. (Tradução livre da autora).

mercador. Embora muitos pesquisadores que se debruçam sobre o ordenamento das *Tales* atribuam este conto originalmente à Mulher de Bath, a tradição manuscrita associou-o ao marinheiro da comitiva, o que nos indica a pertinência do tema neste contexto. Afinal, os ofícios mercantis e marítimos caminhavam em proximidade. Os mercadores dependiam dos conhecimentos técnicos dos marinheiros a fim de empreender suas viagens comerciais. Os marinheiros, por sua vez, contavam com os mercadores para exercer seu ofício, mas, insatisfeitos com suas pagas, surrupiavam itens dos carregamentos.²⁰⁷

Esta relação remete-nos ainda aos portos da cidade, local em que se davam trocas comerciais, mas também inúmeras trocas linguísticas, e às intensas permutas entre os dois lados do Canal, sentidas de perto por estes homens de ofício. Envolvido neste contexto portuário por meio de seus postos a serviço da Coroa, “Chaucer demonstrates his keen understanding of the polyglot existence of medieval merchants and sailors and ‘the trading of cultures, languages and goods’ that characterizes waterfront activity”.²⁰⁸ Esta temática certamente encontraria forte ressonância em uma cidade de atividade portuária tão vibrante.

Ao narrar a história de um mercador de Saint Dennis que viaja a Flandres a negócios, uma linguagem extremamente associada ao mundo do comércio emerge. Vemos novamente uma linguagem de ofício, como denomina Cannon, delinear-se:

The thridde day, this marchant up ariseth,
And on his **nedes** sadly hym avyseth,
And up into his **countour-hous** goth he
To rekene with himself, wel may be,
Of **thilke yeer** how that it with hym stood,
And how that he despended hadde his **good**,
And if that he **encredsed** were or noon.
His **bookes** and his **bagges** many oon
He leith biforn hym on his **counting-bord**.
Ful riche was his **tresor** and his **hord**,
For which ful faste his countour-dore he shette;
And eek he nolde that no man sholde hym lette
Of his **acountes**, for the meene tyme;
And thus he sit til it was passed pryme.²⁰⁹
(Grifos da autora)

²⁰⁷ Discutimos de forma mais aprofundada, em nossa dissertação, as relações de aproximação e conflito entre mercadores e marinheiros, cf. JESUZ, op. cit.

²⁰⁸ HSY, op. cit., p. 42. “Chaucer demonstra seu profundo entendimento da existência poliglota dos mercadores e marinheiros medievais e as trocas entre culturas, línguas e bens que caracterizam a atividade portuária”. (Tradução livre da autora).

²⁰⁹ *THE SHIPMAN'S TALE*, 75-88, p. 204. “No terceiro dia, contudo, assim que se levantou, o mercador pôs-se a pensar seriamente nos negócios. Subiu então para o seu escritório a fim de, isolado do mundo, fazer um balanço de como estavam as coisas para ele aquele ano, e como havia investido seu dinheiro, e se havia tido lucro ou prejuízo. Espalhou à sua frente, sobre a mesa, todos os seus livros e sacos de moedas. E, como o seu butim e o seu tesouro não eram pouca coisa, trancou muito bem a porta, - ainda mais que não queria ser importunado enquanto fazia os seus cálculos. E lá se deixou ficar até depois da hora prima”. (CHAUCER, 1988:89-90).

O mercador dirige-se ao seu escritório (*countour-hous*) para checar seus negócios (*nedes*). Ele precisa analisar sua contabilidade anual (*thilke yeer*) a fim de saber se seus bens (*goods*) aumentaram (*encressed*) ou não. Para tanto, ele dispõe seus livros (*bookes*) e bolsas (*bagges*) sobre sua mesa (*countying-bord*) e mantém sua porta trancada para que ninguém tenha acesso a suas contas (*acountes*), seu tesouro (*tresor*) e suas provisões (*hord*). Como neste extrato, abundam no conto expressões referentes ao mundo dos mercadores medievais. No entanto, o uso destes termos não se limita às referências ao trabalho do mercador, passando a ser empregados em outros contextos.

Ainda no Conto do Homem do Mar, o diálogo entre o mercador de Saint Dennis e sua esposa retomam a linguagem comercial. Ao descobrir que não terá seu dinheiro de volta, o mercador repreende sua esposa, que responde à demanda:

But sith I se I stonde in this disjoynt,
I wol answey yow shortly to the point.
Ye han mo slakkere dettours than am I!
For I wol paye yow wel and redily
Fro day to day, and if so be I faille,
I am youre wyf; score it upon my taillle,
And I shal paye as soon as I ever may.²¹⁰

Utilizando a linguagem comercial, a esposa traduz sua relação com o marido. Embora não tenha a quantia em dinheiro para devolver a seu marido mercador, a esposa afirma que irá pagá-lo pouco a pouco o que lhe deve. O jogo linguístico aqui presente envolve o uso do termo *taille*. A primeira referência do termo corresponde a uma tábua de registro de madeira em que os mercadores marcavam suas negociações. Logo, o mercador deve marcar a dívida de sua esposa. Contudo, o vocábulo também se aproxima de *tale*, no sentido de conto, história, o que remeteria a um jogo de palavras comum nos *fabliaux* franceses. Para os franceses, o trocadilho *con/conte* aludia à genitália feminina, portanto, Chaucer teria utilizado a mesma estratégia para imprimir tal significado na narrativa com *tale/taillle*.²¹¹ Assim, a esposa sugeriria que sua dívida seria paga por seus deveres matrimoniais.

²¹⁰ Ibidem, 411-417, p. 208. “Numa situação como esta, sem pé nem cabeça, só posso responder-lhe o seguinte, para não gastar muitas palavras: você tem devedores mais caloteiros do que eu! Sim, porque eu, pelo menos, vou pagando um pouco a cada dia; e, se deixo de pagar... Você não tem aquela vara onde marca com talhos o total do que lhe devem? Pois bem, sou sua mulher; debite tudo em minha conta, pondo meu talho em sua vara”. (CHAUCER, 1988:94-5).

²¹¹ BUTTERFIELD, op. cit., p. 229.

Ao jogar com as aproximações e diferenças linguísticas, Chaucer esperava contar com uma audiência que compreendesse essas nuances, um público multilíngue acostumado a interagir com línguas diferentes no âmbito de uma cidade tão comercial. Convivendo em um espaço em comum, esses cidadãos podiam compartilhar não apenas a língua, ou línguas, mas também uma série de experiências e histórias que se articulavam à realidade da cidade.

Um aspecto fundamental apresentado por nossas fontes é a preocupação com a construção de uma memória que deve ser compartilhada com o grupo. Memória destacada pela circulação de narrativas, memória de indivíduos que esperam não ser esquecidos pelos grupos em que estavam inseridos e, principalmente, memória da cidade e de sua rede social.

CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO DA CIDADE

3.1. MEMÓRIAS COMPARTILHADAS

3.1.1. MEMÓRIA EM TEMPO DE GUERRA

3.2. ESPAÇOS DE MEMÓRIA

3.2.1. EM PROCISSÃO

CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO DA CIDADE

3.1. Memórias compartilhadas

Or ellis, first, tragedies wol I telle,
Of whiche I have an hundred in my *celle*.
Tragedie is to seyn a certeyn storie,
As olde books maken us *memorie*,
Of hym that stood in greet prosperitee,
And is yfallen out of heigh degree
Into myserie, and endeth wrecchedly. ²¹²

Ao propor-se a narrar tragédias, das quais faz um verdadeiro inventário, o Monge das *Tales* chama a atenção para a arte da memória. Primeiramente, afirma ter uma centena delas em sua *celle*, termo próximo das formas latinas *cella* e *cellula* bastante usado para designar depósitos.²¹³ Dessa forma, o Monge procura dizer, na verdade, que estas histórias estão armazenadas em sua memória, e não em sua cela no mosteiro. Em seguida, lembra que os livros nos fazem guardar histórias na memória. O livro, inserido em uma cultura memorial, era uma das formas de fazer lembrar, era uma das pistas mnemônicas a serem empregadas.²¹⁴

Para o homem do medievo, *memoria* significava “trained memory, educated and disciplined according to a well-developed pedagogy”,²¹⁵ envolvendo técnicas de memorização, não para recitação mecânica, mas para absorção e posterior composição. Nesse sentido, a memória é como um livro no qual as informações são registradas em páginas específicas. É preciso criar espaços na memória a fim de armazenar conteúdo. Esta é uma memória bastante visual para a qual as iluminuras e demais marcações dos manuscritos são muito mais do que adornos. Há que se criar imagens mentais. No entanto, este não era o único uso da memória.

A *memória* é um conceito bastante amplo, abrangendo diversas áreas do conhecimento, da biologia e da psicologia à antropologia e à história, sendo parte integrante até mesmo da cibernética. Ao pensarmos sobre o medievo, a memória também assume significados diversos e insere-se em contextos distintos: na celebração eucarística, na comemoração ritual dos mortos, na rememoração do sagrado, na legitimação do poder e das leis, no ensino

²¹² *THE PROLOGUE OF THE MONK'S TALE*, 1971-1977, p. 241. Grifo da autora. “Ou ainda, primeiramente, vou contar-lhes algumas tragédias, das quais tenho uma centena na minha *cela*. Uma tragédia é por dizer uma certa história, como os livros nos fazem *memória*, daquele que esteve em grande prosperidade, e cai de sua alta posição na miséria, e acaba seus dias destruído”. (Tradução livre da autora).

²¹³ CARRUTHERS, op. cit., p. 40-1.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 9.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 8. “(...) memória treinada, educada e disciplinada de acordo com uma pedagogia bem desenvolvida” (Tradução da autora).

institucionalizado, na retórica, no convívio de grupos sociais, entre outros.

Discutindo a memória, Le Goff indica várias contribuições dos teóricos que se dedicaram ao tema com destaque para aqueles que pensaram as ciências humanas e sociais. Para Pierre Janet, a própria atividade mnemônica tem uma função social pois que envolve a comunicação. Jack Goody, por sua vez, considera que o acúmulo de informações faz parte do cotidiano das sociedades tanto sem escrita quanto com escrita, enquanto a psicologia e a psicanálise problematizaram a memória individual. Le Goff destaca as considerações de Leroi-Gourhan, que diferencia três tipos de memória (a específica, a étnica e a artificial), e opta pelas fases da história da memória coletiva do autor para fazer seu percurso pela memória.²¹⁶

Le Goff ressalta o aspecto da memória coletiva e sua inserção em um jogo, uma luta pelo poder. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.²¹⁷ Portanto, destaca a necessidade de se analisar a memória social ao longo dos diferentes períodos históricos.

Segundo Patrick Geary, a partir dos diversos sentidos de memória no campo histórico, pode-se depreender três campos de pesquisa: a história da memória, compreendendo as técnicas mnemônicas de apreensão e memorização, a teoria da memória, direcionada às teorias que impulsionaram os pensadores no curso da história, e a memória social, “como o processo que permite à sociedade renovar e reformar a sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente”.²¹⁸ A nós, interessa especialmente este último eixo.

Como no caso do Monge de Chaucer, os religiosos, em especial, o clero regular, eram os especialistas da memória no medievo e sua atividade em prol da memória revelam aspectos importantes da memória medieval. Esta era oral e cerimonial, apoiando-se nos textos escritos, e presentificava o que estava ausente, fosse pela morte ou pela distância. Além disso, era uma memória ativa, seletiva e representativa.²¹⁹ Segundo Le Goff, o medievo foi marcado por um certo monopólio do Cristianismo sobre o domínio intelectual, incluindo-se aí um dos aspectos da memória.

Cristianização da memória e da mnemotecnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca

²¹⁶ LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: IDEM. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 423-427.

²¹⁷ Idem, p. 426.

²¹⁸ GEARY, Patrick. “Memória”. In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2, p. 167.

²¹⁹ Ibidem, p. 171.

penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados de memória (*ars memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média.²²⁰

No entanto, a memória não se limitava ao campo intelectual e ao monopólio clerical. Entre os cristãos laicos, a memória também se encontrava em um entrelace entre o oral e o escrito, embora este jamais pudesse substituir a memória humana.²²¹ Desenvolve-se uma memória feudal, preocupada em legitimar o direito sobre terras, e, com o crescimento e a multiplicação das cidades, uma memória urbana, amparada pela criação dos arquivos.²²² Além disso, a memória apresenta-se também como elemento constitutivo da literatura medieval. Afinal, o texto, muito mais ouvido do que lido como vimos, evoca a memória coletiva de seu público.

Ao analisarmos a documentação e a narrativa, essa memória coletiva salta aos olhos. No texto que é lido, diversos gatilhos são disparados a fim de evocar os eventos compartilhados pela comunidade e que povoam sua memória. Do mesmo modo, nas proclamações lidas diante da cidade, ou nas petições e demais recursos proferidos diante das autoridades da cidade, procura-se despertar essa memória social.

Como na memória treinada e educada, é preciso criar imagens mentais que possam estimular as lembranças dos eventos e tradições compartilhadas pelo grupo. Embora trate mais especificamente da memória treinada, Carruthers ressalta que a memória-imagem é afetiva, carregada pelos sentidos e pela emoção.²²³ De modo, semelhante a memória coletiva também é impregnada de emoção. Afinal, quanto mais temporal e emocionalmente próximos os eventos, mais nítidas e vivas eram as imagens recuperadas pela comunidade.

Nesta perspectiva, detemo-nos neste momento em dois episódios singulares compartilhados pelos cidadãos de Londres na década de 80 do século XIV. A revolta de 1381 e o intenso conflito entre ofícios na cidade certamente marcaram os londrinos que os testemunharam e seus efeitos puderam ser vivenciados a longo prazo. Ao aludir meticulosamente a estes eventos, Chaucer esperava trazer a mente estes quadros que ainda estavam frescos na memória de sua audiência, a priori, os cidadãos de Londres. Debrucemo-nos primeiramente sobre o levante de 1381.

²²⁰ LE GOFF, op. cit., p. 443.

²²¹ GEARY, op. cit., p. 173.

²²² LE GOFF, op. cit., p. 451.

²²³ CARRUTHERS, op. cit., p. 75.

As despesas militares régias recaíam sobre a população sob a forma de pesadas taxações, além dos impostos regularmente pagos, gerando entre esta grande insatisfação. Em fins de 1380, o Parlamento aprovara mais uma *poll tax* (taxação por cabeça), que foi ainda mais complexa e pesada do que as duas anteriores, em 1377 e 1379. Dessa forma, em 1381, deu-se uma onda de sublevações, especialmente nas áreas a este e sudeste do reino, culminando na invasão de Londres em retaliação às autoridades régias.

A revolta teria início com o levante de maio em Brentwood, quando uma das comissões responsáveis por administrar os impostos chegara à região, sendo atacada por vários habitantes das comunidades locais. Tal evento disseminou-se rapidamente e no início de junho já abrangia os condados de Kent e Essex, de forma que rebeldes dessas localidades invadiram Londres em junho de 1381. Os bandos de rebeldes, que seguiam de cidade em cidade, foram controlados com violência pelas autoridades, sendo cerca de 500 rebeldes mortos apenas quatro semanas após o início da revolta.²²⁴

Por ser o centro da administração régia e a principal cidade do reino, os desdobramentos da revolta em Londres ganham um destaque ainda maior. Londres tinha um papel fundamental no jogo político uma vez que os grupos mercantis e artesanais estavam em constante disputa pelo governo da cidade. Os rebeldes de Kent e Essex chegaram a cidade em meio a essa atmosfera de conflito, tendo sua entrada facilitada por londrinos que, envolvidos em um jogo político entre grupos mercantis e artesanais, pretendiam assim fortalecer seus próprios grupos na disputa interna. Embora Richard II tivesse se transferido com a corte para a Torre de Londres devido à vulnerabilidade de Westminster, os rebeldes conseguiram ter acesso à corte, invadindo a torre e assassinando o Arcebispo de Canterbury, o tesoureiro do reino e outros homens cujo envolvimento no processo de taxação era conhecido.

Não se sabe ao certo se havia uma liderança mais ampla do movimento, pois os registros disponíveis são aqueles produzidos pelas autoridades e pelos cronistas, ou seja, um discurso que parte de cima para baixo. Contudo, tem-se conhecimento de alguns nomes relevantes, como Wat Tyler e Jack Straw. Entre suas exigências estava não apenas o fim da dependência das vilas, mas também o fim das relações de senhorio, a redistribuição das riquezas e propriedades clericais, o fim da servidão, e outras mais. Em seus dois encontros com os rebeldes, Richard II cedeu prontamente aos rebeldes como estratégia para dispersá-los. Contudo, assim que os rebeldes deixaram a cidade, a revolta foi duramente reprimida e as

²²⁴ GOLDBERG, P. J. P. *Medieval England: A Social History, 1250-1550*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2010. O autor faz uma longa discussão sobre os eventos no Capítulo 13, “The Peasants’ Revolt, 1381”.

concessões revogadas. Somente em novembro de 1381 a revolta foi dada como completamente eliminada e pôde haver a concessão de perdões.

The intrusion of royal justice in the form of commissions of the peace, the interference of the Statute of the Labourers in the ability of employers and labourers to enter freely into what hitherto had constituted private contracts, and the imposition of a head tax administered by externally appointed officials were all reasons for resentment.²²⁵

Os dois principais fatores que estimularam a revolta foram a imposição de leis aos trabalhadores e a cobrança de uma terceira *poll tax*. O Estatuto dos Trabalhadores de 1351 havia interferido diretamente nas relações de contrato livre acordadas entre trabalhadores e empregadores, beneficiando os grandes empregadores.²²⁶ Tal fato fica ainda mais claro quando observamos que, entre os rebeldes, uma grande maioria era formada por homens envolvidos na administração de terras e de vilas, agricultores e artesãos, ou seja, muitos empregadores, ainda que de pequeno porte.

A imposição das *poll taxes* também afetaram diretamente a vida dos trabalhadores. Os impostos de 1380 foram planejados a fim de resultar em três vezes mais recursos que as cobranças anteriores. Para tanto, seriam cobrados 12 denins por cabeça, recaindo a cobrança por região, ou seja, o imposto poderia ser distribuído de acordo com os rendimentos de cada habitante. Contudo, não se regulamentou de que forma essa redistribuição deveria ocorrer, de forma que em algumas áreas as autoridades cobraram a mesma taxa exorbitante a camponeses e senhores, gerando o grande descontentamento que levaria à revolta.

Segundo Goldberg, a violência foi uma característica fundamental da revolta, contudo, ela parece ter sido muito mais empregada pelas autoridades do que pelos próprios rebeldes.²²⁷ Apesar de algumas execuções, os rebeldes tinham como alvo principal as propriedades, eram ataques mais simbólicos do que pessoais. No entanto, não se pode deixar de considerar que disputas pessoais também encontraram reflexo em alguns acontecimentos da revolta.

Um exemplo claro desse tipo de ataque foi aquele ao Savoy Palace, pertencente a John of Gaunt, um dos principais alvos dos rebeldes, por ser considerado a cabeça do governo, junto a seu sobrinho Richard II. Os cronistas mostraram-se impressionados com a ferocidade com a

²²⁵ Ibidem, p.181. “A intrusão da justiça régia sob a forma de comissões de paz, a interferência do Estatuto dos Trabalhadores na habilidade dos empregadores e trabalhadores de entrar livremente no que antes eram contratos privados, e a imposição de uma taxa por pessoa administrada por oficiais indicados externamente foram todas razões de ressentimento”. (Tradução livre da autora).

²²⁶ Statute of Labourers, 1351, in *Medieval Sourcebook*, disponível em <http://sourcebooks.fordham.edu/Halsall/seth/statute-labourers.asp>.

²²⁷ Goldberg, op. cit.

qual o palácio foi invadido e queimado, mas também se surpreenderam por não haver saques durante o incidente. Chama-nos ainda a atenção o fato de a entrada dos rebeldes na cidade ter sido facilitada pelos próprios londrinos, interessados em tirar proveito do conflito em favor das disputas internas entre seus grupos.

It is evident that the rebels had clearly identified targets and (implicitly) disciplined local leadership. (...) In identifying causes of discord and friction, they looked not so much within their community, but to the ways in which royal government (identified as something without) impinged upon and disrupted the social fabric. ²²⁸

A produção de documentos era um dos meios de imposição de autoridade, em geral favorável aos senhores e à Coroa e seus oficiais. Assim, a queima de documentos foi uma das ações recorrentes nos locais em que a revolta eclodiu. Para Crane, mais importante que a variedade de status dos participantes do movimento era o fato de que todos estavam fora dos círculos de poder.²²⁹ Logo, não participavam dessa produção de documentos no reino.

Para além do ponto de serem ou não letrados, o fato é que os rebeldes formam um grupo que não tem voz. A questão que se coloca é que há uma hierarquia, dentro da qual estão mais próximos da base. Ao queimar forais, cartas e outros documentos, os rebeldes forçam escrivães a reescrevê-los segundo seus interesses, atacando a própria ideia de uma autoridade superior. “From a more generalized perspective, the rebels’ attacks on writing together with their demand for new charters perceive writing to be an instrument of control”.²³⁰ Desta vez e por um curto período, são eles que estão no controle e, por isso, tem a autoridade para produzir, ou mandar produzir, novos documentos.

Como instrumento de controle, a escrita é válida porque representa o discurso de um grupo privilegiado, que tem seu sistema de poder legitimado. Embora subvertam essa ordem, os rebeldes não conseguem legitimar seu discurso, uma vez que são rapidamente abafados pelas forças do reino. Eles não têm direito a uma voz.

So hideous was the noyse – a, benedictee! –
Certes, he Jakke Straw and his meynee
Ne made nevere shoutes half so shrille

²²⁸ Ibidem, p. 181. “É evidente que os rebeldes tinham identificado claramente alvos e (implicitamente) disciplinados lideranças locais. (...) Ao identificar causas de discórdia e atrito, eles olhavam não tanto para a comunidade local, mas para as formas como o governo régio (identificado como algo externo) afetava e perturbava o tecido social”. (Tradução da livre autora).

²²⁹ CRANE, Susan. “The writing lesson of 1381”. In: HANAWALT, Barbara. *Chaucer’s England - Literature in Historical Context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, p. 202.

²³⁰ Ibidem, p. 205. “Sob uma perspectiva geral, os ataques dos rebeldes à escrita com sua demanda por novos documentos percebem a escrita como um instrumento de controle”. (Tradução livre da autora).

Whan that they wolden any Flemyng kille,
As thilke day was maad upon the fox. ²³¹

Narrando o conto sobre o galo Chantecler que, por sua vaidade, é enganado pela raposa, o Padre da Freira recorda o estardalhaço causado pela invasão de Jack Straw e seus associados a Londres. Entre as ações do grupo, é sabido que atacaram os prósperos mercadores flamengos²³² e alguns oficiais e propriedades ligados à Coroa, como mencionamos anteriormente. Como nas crônicas analisadas por Crane, também em Chaucer, dos rebeldes, só ouvimos gritos e barulho. Não há um discurso coerente que se possa entender. Os rebeldes não têm voz, só fazem ruído. Não tem autoridade, são apenas um incômodo, do qual se pode livrar.

Os fólhos do Letter Book H fazem referência aos levantes pelo reino apenas para atestar como foram violentamente rechaçados e seus líderes executados.²³³ Em seguida à invasão da Torre de Londres e à repressão da revolta, em 14 de junho, o Rei apressa-se em dirigir cartas às autoridades da cidade para que protejam Londres e seus subúrbios, reprimindo qualquer sublevação, como indicam os *Calendars*.

Letters patent appointing William Walleworth, the Mayor, Robert Bealknap, Robert Knolles, John Philippot, Nicholas Brembre, Robert Launde, and William Cheyne to be commissioners for safeguarding the City and suburbs and preventing insurrections. Witness the King at London, 15 June, 4 Richard II. [A.D. 1381]. ²³⁴

Da mesma forma, Richard II afirma que os responsáveis pelas últimas perturbações na cidade devem ser investigados e punidos. Não nos esqueçamos que alguns cidadãos tiveram que facilitar o acesso aos portões para que os rebeldes pudessem invadi-la. Tal traição, à cidade e ao Rei, não poderia ficar impune.

Letters patent appointing the above or any six, five, four, three, or two (the Mayor or Robert Bealknap being one) to be Commissioners to investigate the recent outbreak and punish offenders during the absence of the King, who was about to visit the

²³¹ *THE NUN'S PRIEST'S TALE*, 3393-3397, p. 260. “Tão horrendo foi o barulho – ah, Deus nos proteja! – que certamente nem Jack Straw e seu bando deram gritos tão agudos, quando mataram alguns flamengos, como naquele dia se fez por causa da raposa” (Tradução livre da autora).

²³² Sobre o ataque os flamengos, discutiremos este ponto adiante ao tratar dos estrangeiros em Londres no Capítulo 4.

²³³ Exemplo disso é o relato do levante em Kent sob o comando de Wat Tyler. Embora não nos caiba aqui discutir o texto do mesmo, este está disponível entre os extratos do Anexo 1 para referência do leitor.

²³⁴ 'Folios cxxxi - cxl: March 1380-1 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 161-179. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp161-179> [accessed 24 December 2016]. “Cartas indicando William Walleworth, *Mayor*, Robert Bealknap, Robert Knolles, John Philippot, Nicholas Brembre, Robert Launde, e William Cheyne como encarregados por proteger a Cidade e seus subúrbios e evitar insurreições. Testemunha o Rei em Londres, 15 de Junho, 4 Richard II. [D.C. 1381].” (Tradução livre da autora).

disaffected counties. Witness the King at London, 15 June, 4 Richard II. [A.D. 1381].
235

Da mesma forma que o galo Chantecler previne-se para não cair novamente nas artimanhas da raposa, a cidade prepara-se para não ser pega de surpresa novamente. Como apontam os *Calendars*, a cidade deve ocupar-se de “guarding the several gates of the City by day and night with armed men in manner prescribed”.²³⁶ Além disso, no mesmo ano, promulgam-se medidas para que os portões sejam fechados às 6h da noite e para que ninguém carregue armas na cidade, a não ser os cavaleiros e escudeiros a serviço da Coroa. A cidade precisa prevenir-se, e isto é responsabilidade tanto das autoridades quanto dos cidadãos que zelam por ela.

Ao remontar a este evento, que marcou a vida dos habitantes de Londres, a narrativa evoca tal imagem, tanto dos acontecimentos em si quanto da resposta da cidade. Entrelaçada ao sentido de pertencimento, a memória compartilhada pela comunidade presentifica o passado. Portanto, assim como no passado, ainda é presente a tarefa dos cidadãos de proteger e manter a paz de Londres.

De forma semelhante, a narrativa chauceriana recupera mais um dos principais conflitos que permearam a Londres da segunda metade do século XIV, a disputa entre os *victuallers*, ligados aos ofícios fornecedores de artigos alimentícios, e os *nonvictuallers*, como o eram todos os ofícios têxteis. O conflito teve seu ápice na disputa pelo governo da cidade entre Nicholas Bembre e John of Northampton entre 1383 e 1384, mas já se desenrolava desde fins do reinado de Edward III.

Tal embate teve início quando as principais guildas de *victuallers*, como as dos mercadores de peixes e vinhos, começaram a expandir a comercialização de seus produtos e a minimizar a ação dos mercadores estrangeiros internamente. Esse monopólio sobre os itens alimentícios resultaria em um aumento nos preços e na escassez de alguns itens esporadicamente, o que levaria à insatisfação dos mercadores interessados nas atividades de exportação, como aqueles envolvidos nas atividades têxteis, que procuraram inflamar os trabalhadores contra as intenções dos *victuallers*.

Neste contexto, os *victuallers* assumem diversos postos no governo da cidade,

²³⁵ Idem. “Cartas indicando os acima mencionados ou quaisquer seis, cinco, quarto, três, ou dois (o Mayor ou Robert Bealknap sendo um deles) como encarregados de investigar os conflitos recentes e punir os culpados durante a ausência do Rei, que estava prestes a visitar as áreas afetadas. Witness the King at London, 15 June, 4 Richard II. [A.D. 1381].” (Tradução livre da autora).

²³⁶ Idem. “(...) guardando vários portões da Cidade durante o dia e a noite com homens armados à maneira descrita”. (Tradução livre da autora).

acirrando a rivalidade com os *non-victuallers*. Também insatisfeito com a predominância dos *victuallers* na cidade e com o sucesso de suas empreitadas privadas contra a pirataria no Canal, John of Gaunt decide apoiar o grupo de oposição, na figura de seu líder, John Northampton. A partir de então, cada grupo passa a alimentar uma campanha contra/a favor do monopólio inglês e da ação de mercadores estrangeiros na cidade.

A cidade atravessou todo este período de conflito, em que as guildas, de diversos núcleos de artesãos, lideradas por John Northampton, passaram a disputar a participação ativa no governo da cidade e a ameaçar a oligarquia dos mercadores, representada por Nicholas Bembre. Depois de sucessivas vitórias dos *victuallers* nas eleições da cidade, Northampton torna-se Mayor em 1381, após o enfraquecimento dos *victuallers*, acusados de ajudar os rebeldes em seu favor, como nos ataques aos mercadores flamengos e ao Savoy Palace, de Gaunt.

O conflito incluiu diversas disputas jurídicas, em que muitos cidadãos prestaram depoimentos, quanto à proteção e à abertura do mercado interno, com um final favorável ao favorito da Coroa, Nicholas Bembre, que viria a derrotar o então governante Northampton nas eleições de 1383. Neste contexto de agitação, o Rei delibera para que se evitem reuniões, que poderiam resultar em conspirações.

The Mair, Shirreues, and Aldermen, and alle othere wyse wyth hem, that habbeth the governaille of the Citee, under oure lige Lord the Kyng, by vertue of the Chartre of oure franchise, comaundeth on the Kynges bihalf, and on hire owene also, that noman make none congregaciouns, conuenticules, ne assembles of poeple, in priue nen apert, ne no more than other men, with oute leue of the Mair; ne ouer more in none manere ne make alliances, confederacies, conspiracies, ne obligaciouns, forto bynde men to gidre, (...); upon peyne of enpresonement (...).²³⁷

Mesmo com as medidas de prevenção, tumultos surgem. O líder dos *non-victuallers* não aceita a derrota e tenta articular uma revolta, que é suprimida por Bembre e condenada pelo Rei, que sentencia um dos aliados de Northampton à morte. Como observamos no extrato replicado nos *Memorials*, o Rei comunica ter recebido das autoridades de Londres a acusação de que John Constantyn, sapateiro, esteve “going among, counselling, comforting, and inciting

²³⁷ 'Memorials: 1383', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 476-482. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp476-482> [accessed 18 December 2016]. “Mayor, Xerifes, e Aldermen, e todos os sábios que com eles governam a Cidade, sob a proteção do Senhor Rei, em virtude do Foral de nossas liberdades, comandam sob as ordens do Rei, que ninguém reúna congregações, convenções, ou assembleias de pessoas, nem privadas nem públicas, nem com nenhum outro homem, sem o consentimento do Mayor; e nenhuma outra de nenhuma maneira nem faça alianças, confederações, conspirações, nem obrigações(...); sob pena de prisão (...).” (Tradução livre da autora).

the people of the said city to close their shops, and through his iniquitous contrivances, in the way of rumour, commotion, disturbance, and insurrection”.²³⁸ Por isso, com justiça, “and upon this was recently arraigned, and on the testimony of witnesses sworn and examined, and upon his own acknowledgment thereon, and for other reasons, sentenced to death, and beheaded”,²³⁹ para o bem da cidade.

Ao desenvolver sua narrativa, Chaucer não poderia deixar de fazer referência a tal evento, afinal, estava presente na memória dos cidadãos de então e seria facilmente evocado. É assim que no Conto do Cozinheiro, o peregrino mais associado à cidade, o Cook of Londoun, apresenta-se, ainda que inconclusivamente, a história de um aprendiz de um dos ofícios dos *victuallers*:

A prentys whilom dwelled in oure citee,
And of a craft of vitailliers was hee.
Gaillard he was as goldfinch in the shawe,
Broun as a berye, a proper short felawe,
With lokkes blake, ykembd ful festily.
Dauncen he koude so wel and jolily
That he was cleped Perkyn Revelour.²⁴⁰

Apesar de ser um aprendiz entre os *vitailliers*, os ofícios responsáveis pelo abastecimento de itens alimentícios, Perkyn era reconhecido por ser um farrista, como o indica sua alcunha. Frequentador de tavernas e jogador de dados, chegava a roubar da loja de seu mestre para financiar seus prazeres. Por este motivo, antes mesmo do fim do período de aprendizado, seu mestre resolve expulsá-lo antes que influenciasse os demais aprendizes com seu mau comportamento.

Além de observarmos aqui uma importante referência à relação entre mestres de ofícios e seus aprendizes, cabe ressaltar que, ao invés de simplesmente indicar de que ofício Perkyn era aprendiz, o narrador do conto faz questão de mencionar que seu ofício integrava o grupo dos *victuallers*. Chama atenção o fato de ser um conto que se refere a formação de bandos

²³⁸ 'Memorials: 1384', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 482-483. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp482-483> [accessed 28 December 2016]. “(...) circulando entre, aconselhando, confortando, e incitando o povo da cidade a fechar suas lojas, e através de suas iníquas maquinações, sob a forma de rumor, comoção, perturbação, e insurreição”. (Tradução livre da autora).

²³⁹ Idem. “(...) e sob acusação recente, e sob o testemunho de testemunhas juradas e averiguadas, e com sua própria notificação, e por outras razões, foi sentenciado à morte, e decapitado” (Tradução livre da autora).

²⁴⁰ *THE COOK'S TALE*, 4365-4371, p. 85. “Havia antigamente em nossa cidade um aprendiz que trabalha em uma mercearia. Jovial como um pintassilgo no bosque, era ele um sujeito baixo, moreno qual amora madura, e com os cabelos negros bem repartidos e encaracolados. Sabia dançar com tanto jeito e com tamanha graça que todos o chamavam de Perkin-o-Farrista.” (CHAUCER, 1988:68-9).

e dos tumultos que estes podiam causar. Ao inserir estas informações, podemos ver se formando no horizonte uma imagem clara dos eventos vividos pela comunidade londrina e que, certamente, ainda não estavam esquecidos.

“Local experience of struggles and disputes became part of the memory and identity of local communities, at least for a while.”²⁴¹ O pertencimento a uma comunidade implicava em compartilhar o que era digno de se guardar na memória, criando laços entre os membros do grupo. Assim, a identidade era também construída através da manutenção da memória coletiva, construída pelas experiências compartilhadas e revividas pelos cidadãos.

3.1.1. Memória em tempo de guerra

“A world geared to war was unlikely to question why it should break out. It formed part of the accustomed and natural order”.²⁴²

Parte da ordem natural da sociedade no medievo, a guerra era também parte natural e essencial da memória dessa sociedade. Este aspecto ganha contornos ainda mais nítidos ao analisarmos Londres no período do conflito franco-inglês, e atua diretamente sobre as formas de identificação com a cidade. Assim, após fazer um percurso pelos principais episódios da Guerra dos Cem Anos, que perpassaram diferentes reinados da Coroa Inglesa, propomos analisar como seus desdobramentos tornaram-se parte integrante da experiência e da memória coletiva dos cidadãos.

A guerra é uma instituição medieval, atuando diretamente sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais dos reinos envolvidos. Como bem aponta McFarlane, há sempre uma redistribuição de poder e riquezas seja por seu aumento ou redução.²⁴³ Afinal, a guerra requer homens, que deixam suas atividades, demanda dinheiro, trazendo o peso das taxações e doações, e pode levar à devastação de áreas produtivas. Por outro lado, há diversos ganhos como os butins de guerra e as novas áreas conquistadas. Através dessa redistribuição, a guerra põe em curso novas formas de mobilidade social, fundamentais para compreender as

²⁴¹ RUBIN, op. cit., p. 405. “A experiência local de lutas e disputas tornava-se parte da memória e da identidade das comunidades locais, pelo menos por algum tempo”. (Tradução livre da autora).

²⁴² ALLMAND, Christopher. *The Hundred Years War: England and France at War c.1300-c.1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 6. “Um mundo preparado para a Guerra provavelmente questionava porque esta começava. Ela formava parte da ordem comum e natural”. (Tradução livre da autora).

²⁴³ MCFARLANE, K. B. “War, the economy and social change: England and the Hundred Years War”. In: Idem. *England in the Fifteenth Century – Collected Essays*. London: The Hambledon Press, 1981.

identidades em cena. Além disso, ela era tanto memória quanto presença para os londrinos do XIV e XV.

Durante o período de nosso recorte, estiveram à frente da Coroa inglesa Edward III, Richard II, Henry IV e Henry V. Durante seu longo reinado, Edward III retomou as disputas sobre os territórios escocês e francês, e deu início ao conflito que ficaria conhecido como a Guerra dos Cem Anos, que abalou a Inglaterra e a França entre os anos de 1337 e 1453. Esta resultara da disputa pela sucessão da Coroa da França, quando Filipe IV morre sem deixar herdeiros diretos, iniciada por Filipe VI de Valois, sobrinho do falecido rei que assume o trono, e Edward III, rei da Inglaterra e neto de Filipe IV pelo lado materno. Por mais de um século, os reis ingleses continuaram a reivindicar o trono francês, aproveitando-se de seus territórios continentais para lançar duras ofensivas contra a França, sem, contudo, conseguir alcançar seu objetivo final.

Ao tratar das motivações para a guerra, em seu trabalho chave sobre a Guerra dos Cem Anos, Allmand afirma que

In France and England it was the breakdown of the historic feudal order, no longer able to meet the demands of changing times, and its gradual replacement by an order of nations increasingly aware of their growing national characteristics.²⁴⁴

Embora o ponto culminante para o início da guerra tenha sido o direito à Coroa francesa, as origens do conflito remontam ao século XIII. Em 1259, Henry III, descendente de Eleonor de Aquitânia, foi nomeado duque da Aquitânia pelo rei francês. Contudo, como aponta Butterfield,²⁴⁵ este gesto generoso trazia em si uma complicação feudal, pois o rei inglês, assim como seus sucessores, tornava-se vassalo do rei francês e, portanto, lhe devia homenagem. Além disso, como vassalo, o rei inglês estava obrigado a prestar ajuda militar ao rei francês quando necessário e não poderia se aliar a qualquer inimigo francês. Na Aquitânia, o rei/duque inglês estava hierarquicamente subordinado à Coroa francesa. Com a morte de seu avô, Edward III enxergou a possibilidade de dar fim ao problema, reclamando o direito ao trono francês ao mesmo tempo em que Filipe de Valois reclamava o direito francês sobre o território da Aquitânia.

²⁴⁴ Ibidem, p. 7. “Na França e na Inglaterra foi a queda da histórica ordem feudal, não mais capaz de atender as demandas dos tempos de mudança, e sua gradativa substituição por uma ordem de nações cada vez mais conscientes de suas características nacionais” (Tradução livre da autora).

²⁴⁵ BUTTERFIELD, op. cit., p. 52.

Para Butterfield, a Guerra dos Cem Anos ganha outra perspectiva quando observada a partir do Continente. Nesta perspectiva, a guerra foi muito menos uma disputa entre reinos por um território e mais um conflito familiar em que se procurava retomar o controle sobre a herança em mãos de um familiar rival. A guerra apresentava-se ainda como um conflito interno entre dois modelos opostos de poder: um modelo mais centralizador como o francês e um modelo de poder ausente no Continente como o inglês. Desse modo, o lado inglês atraiu importantes aliados no Continente.

Assim como o reino inglês abrangia a Escócia, Gales e a Irlanda, o reino francês estava dividido em alguns territórios, alguns dos quais viram na alternativa inglesa uma possibilidade de garantir sua autonomia. Um exemplo destes foi a Gascônia, que somou importantes forças ao lado dos ingleses. “When they fought for the English they did so, paradoxically, to assert their own Independence, to maintain that distance between their way of life and the centralizing desires of northern French kings that being ‘English’ had enabled for many generations”.²⁴⁶ Os gascões não se sentiam franceses tampouco ingleses, mas o poderio ausente da Coroa inglesa era muito mais atrativo para a manutenção de seus próprios costumes e língua.

A Guerra dos Cem Anos foi marcada por diversos períodos de tréguas, mas também por importantes disputas armadas. Exemplo disso foi a expedição do Príncipe Negro entre 1355 e 1356 que venceu a armada francesa em Poitiers e capturou o rei João II, trazendo muitas possibilidades de negociação para o trono inglês e problemas de desordem para a França. As negociações entre os reinos convergiram para o Tratado de Brétigny, em 1360, através do qual Edward III se comprometia a abdicar da Coroa francesa em troca de soberania na Aquitânia e de uma grande soma paga como resgate do rei francês. Segundo Allmand, este era um tratado de bases feudais, ocupando-se de dividir territórios e a soberania sobre os mesmos.²⁴⁷ Além disso, embora o tratado findasse as hostilidades entre os reinos, ou ao menos lhes impusesse uma trégua, outros problemas se colocaram, como a insatisfação de senhores franceses com a troca de soberania em algumas áreas e o número de tropas que, com a paz, ficavam sem atividade e causavam transtornos em ambos os reinos.

Edward III, com a ajuda de seu primogênito, o Príncipe Negro, construiu para o seu reinado uma narrativa de difíceis e importantes vitórias contra a França, como as de Crécy, Calais, que se tornou um porto inglês fundamental, e Poitiers. Richard II, filho do Príncipe

²⁴⁶ Ibidem, p.54. “Quando eles lutavam pelos ingleses eles o faziam, paradoxalmente, para garantir sua própria independência, para manter a distância entre o seu modo de vida e os desejos centralizadores dos reis franceses que ser ‘inglês’ permitiu por tantas gerações”. (Tradução livre da autora).

²⁴⁷ ALLMAND, op. cit., p. 20.

Negro, herdaria de seu avô, aos 10 anos, não só a Coroa inglesa, mas também a guerra e o dever de garantir o trono francês.

É importante pensar no deslocamento de homens do reino para compor as atividades militares em território francês. As armadas inglesas, embora conseguissem vitórias fundamentais, não eram numerosas. Os registros mostram que o maior contingente teria sido aquele da batalha de Calais, constando cerca de 30 mil homens; Crécy teria contado com metade desse número, enquanto as outras batalhas teriam números ainda menores.²⁴⁸ Segundo McFarlane, o recrutamento de soldados teria afetado muito pouco a mão de obra inglesa, uma vez que o número de homens em cada expedição não chegava a 1% da população do reino.

Recrutava-se principalmente os homens de arma do reino. “The higher up a man was in the social hierarchy, the more likely he was to fight”.²⁴⁹ Duques, condes, barões, cavaleiros e, com a redução do número destes, escudeiros eram esperados a unir-se aos contingentes militares que seguiam para o Continente. Afinal, deviam partilhar dos valores de fidalguia e cavalaria. Com o sucesso das empreitadas, a guerra tornou-se atrativa pelos despojos, pagamentos e recompensas disponíveis. Segundo Prestwich, a população em geral esteve muito menos envolvida fisicamente na guerra do que a aristocracia.²⁵⁰ Poucas são as evidências do recrutamento de soldados em vilas, com exceção daquelas que tinham o serviço militar como tradição, como Cheshire. Complementava-se o contingente das expedições com aqueles que estavam à margem, como os criminosos nas prisões do reino.²⁵¹

Apesar desses números que podem parecer reduzidos, esses conflitos indicavam a nova amplitude dos enfrentamentos militares, acrescidos ainda pela presença de mercenários e tropas a soldo, que tinham por característica o prolongamento dos conflitos. Ainda assim, eram possíveis os acordos em busca de tréguas. No entanto, as tréguas, como aquela gerada pelo tratado, também traziam perturbações para a Inglaterra, uma vez que era preciso, então, lidar com um grande número de soldados acostumados a uma vida mais livre de combates e saques, que voltavam para o reino sem ter qualquer tarefa. Nada, contudo, pesava mais que a manutenção da guerra.²⁵²

²⁴⁸ PRESTWICH, Michael. “The enterprise of war”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

²⁴⁹ Ibidem, p. 75. “Quanto mais alto um homem estivesse na hierarquia social, mais suscetível a lutar ele estava”. (Tradução livre da autora).

²⁵⁰ Ibidem, p. 79.

²⁵¹ Idem.

²⁵² GOLDBERG, op. cit., p. 162.

Edward III procurou preparar o reino para um conflito de tamanha magnitude, pois, além dos impostos, reuniu recursos através de empréstimos com outros reinos e importantes mercadores do Continente. Além disso, o Rei buscou aproximar e fortalecer o Parlamento para que este pudesse apoiá-lo nas decisões referentes à guerra. A aprovação do Parlamento mostrava-se cada vez mais essencial para a estabilidade do reino, uma vez que influenciava diretamente na percepção da guerra internamente.

Para McFarlane, a Guerra dos Cem Anos foi principalmente uma guerra de incursões para os ingleses, que dependiam dos recursos reunidos pela Coroa.²⁵³ Taxações diretas e indiretas foram criadas a fim de angariar fundos para suprir a guerra. Segundo o autor, cerca de 3,25 milhões foram coletados diretamente, enquanto quase 5 milhões teriam sido resultado de taxaçoão indireta, como a da exportação da lã.²⁵⁴ Taxações sobre os leigos e sobre o clero, por pessoa e por produtos, sobre os súditos da Coroa e sobre os mercadores estrangeiros... era preciso custear a guerra.

Este não era, no entanto, o único conflito em que a Coroa inglesa esteve envolvida no período. Em seu reinado, Edward III procurou alternar as campanhas no território francês e no território escocês, que lutava por sua independência desde o século XIII. Ao contrário dos irlandeses e galeses que se viam como súditos da Coroa inglesa, os escoceses consideravam-se súditos da Coroa escocesa, em mãos da aristocracia anglo-escocesa.²⁵⁵ Os escoceses aproveitaram-se do conflito com o Continente para formar uma aliança com os franceses a fim de desestabilizar a campanha bélica inglesa em ambos os lados, tornando as disputas mais longas e onerosas para a Coroa.

Com o peso das despesas militares régias recaindo sobre a população, como novas e onerosas taxaçoões, a grande insatisfaçoão gerada fez eclodir conflitos internos. Exemplo disso, é a revolta de 1381, previamente discutida, que se dissemina por diversas cidades do reino. Este conflito de grande magnitude ocorreu durante o reinado de Richard II que havia, ainda muito jovem, assumido o lugar de seu avô no trono inglês.

Richard II esteve à frente de um reinado enfraquecido, tanto por conflitos internos quanto por derrotas na guerra no Continente. A paz de Brétigny havia se rompido desde 1368, quando o rei francês Charles V decidiu exercer sua soberania sobre a Aquitânia ao aceitar os apelos dos senhores contra a taxaçoão imposta pelo Príncipe Negro. Em 1369, os reinos

²⁵³ MCFARLANE, op. cit., p. 142.

²⁵⁴ Ibidem, p. 143.

²⁵⁵ BUTTERFIELD, op. cit., p. 54.

encontravam-se em guerra novamente. No entanto, a armada inglesa já não contava com o mesmo vigor que lhe garantira importantes vitórias anteriormente.

Na década seguinte, Richard II e Charles VI, sucessores dos reis de então, seriam mais favoráveis à paz. “Both kings came to be surrounded by uncles who sought to further war for their own ends. Each, in his own way, reacted against avuncular pressure. Both came to favour peace”.²⁵⁶ Embora tivesse buscado a trégua na guerra, Richard II teve que enfrentar problemas internos, sendo o principal deles o antagonismo de seu primo Henry of Bolimbroke, que o obrigaria a renunciar à Coroa e tornar-se-ia o rei Henry IV.

Henry IV empreendeu uma luta ferrenha pela Coroa inglesa. No entanto, como rei inglês, não apresentou a ambição de conquistar também o trono francês. Na verdade, durante seu reinado, o território da Aquitânia foi bastante negligenciado. Seus interesses no Continente só emergiriam com o Tratado de Bourges, estabelecido com os duques de Berry, Bourbon e Orléans, que buscaram seu apoio. Pelo tratado, Henry IV tentava novamente recobrar a soberania sobre a Aquitânia. Contudo, os direitos desse tratado só seriam buscados por seu successor, Henry V.

Like Edward III he proclaimed himself king of France, but this time his sense of what was involved included not only making good ancient English rights, but also seizing land, and conquering it through settlement as well as force of arms.²⁵⁷

Henry V buscaria os direitos concedidos pelo Tratado de Bourges, assim como aqueles que datavam do Tratado de Brétigny. Além disso, exigiu os bens que não foram pagos como resgate do rei João II e pediu a mão de uma das filhas do rei francês em casamento. Não tendo suas exigências atendidas, o rei entraria novamente em guerra, por justiça. Entre todas as batalhas que se seguiram, temos a importante batalha de Agincourt. “In the meanwhile, England and her king were to live for many years on the reputation won on that autumn day. Only too evidently had God given his judgement in favour of the English claim for justice”.²⁵⁸ Henry V almejava ampliar seu número de conquistas militares e exigia lealdade dos senhores que ocupavam os territórios conquistados. Aqueles que se negavam a segui-lo tinham suas terras e

²⁵⁶ ALLMAND, op. cit., p. 24. Ambos os reis estavam rodeados por tios que procuravam estender a Guerra por motivos próprios. Cada um, a sua maneira, reagiu contra a pressão avuncular. Ambos vieram a favorecer a paz”. (Tradução livre da autora).

²⁵⁷ BUTTERFIELD, op. cit., p. 55. “Como Edward III ele se autoproclamou rei da França, mas desta vez sua ideia sobre o que estava envolvido incluía não só recobrar os antigos direitos ingleses, mas também apreender terras, e conquista-las através da ocupação assim como da força das armas” (Tradução livre da autora).

²⁵⁸ ALLMAND, op. cit., p. 28. “Enquanto isso, a Inglaterra e seu rei viveriam por muito tempo sob a reputação ganha naquele dia de outono. Evidentemente Deus havia dado seu julgamento favorável à causa inglesa por justiça”. (Tradução livre da autora).

bens confiscados e viam-se obrigados a se dirigir para outras áreas. Essas terras eram, então, distribuídas entre súditos da ilha e do Continente que se aliavam ao lado inglês, o que atrairia ainda mais aliados para a causa inglesa.

Entretanto, seu sucessor não teria empreitadas de tanto sucesso. Com Henry VI, o reino inglês perdeu grande parte dos territórios conquistados no Continente. Embora tivesse se casado com Margaret de Anjou, sobrinha do rei Charles II de França, os laços familiares não abrandaram as disputas entre os reinos. Em seu reinado, a Inglaterra veria a derrota definitiva na Guerra dos Cem Anos.

Mas quais são as consequências de um conflito tão prolongado? Para Franco Cardini, até os séculos finais da Idade Média, “a guerra e a prática das armas passam do estatuto de privilégio aristocrático ao de serviço público”.²⁵⁹ No conflito franco-inglês, a guerra é, sobretudo, um serviço régio. Sinal dessa condição em território inglês é a fundação da *Order of the Garter* em 1348 por Edward III, com o objetivo de dar reconhecimento aos nobres por seus serviços militares.²⁶⁰ Embora o movimento das Ordens Militares tivesse sua origem no século XII com um cunho militar-religioso, no século XV seu foco já havia se transformado.

A passagem das Ordens Militar-religiosas às Ordens de Corte é um aspecto do processo de laicização do Antigo Regime. Os soberanos europeus envolvidos com a lenta mudança do regime da monarquia feudal para o do Estado absoluto não deixaram de conferir um tom cristão aos símbolos e, em certa medida, à própria substância do discurso cavaleiresco, deste modo revisitado. Entretanto, substituíram a fidelidade devida à Igreja por um novo tipo de fidelidade (e assim, por um novo tipo de honra), aquela devida antes de tudo ao rei.²⁶¹

Na ordem inglesa, Edward III escolhe São Jorge, o santo-soldado, como patrono, seguindo o exemplo de Edward I ao associar o santo patrono da cavalaria às armas inglesas. A ordem privilegiava os ideais cavaleirescos de ética e lealdade, mas também tinha papel fundamental na política régia ao estreitar seus laços com a nobreza e garantir apoio à guerra.

262

Outras formas de reconhecimento eram buscadas pelos nobres e pelos demais participantes das atividades militares. Diante do interesse nos ganhos bélicos, como resgastes,

²⁵⁹ CARDINI, Franco. “Guerra e Cruzada”. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v1.

²⁶⁰ A ordem tornar-se-ia posteriormente um instrumento diplomático da Coroa inglesa ao eleger príncipes e nobres de outros reinos entre seus membros, fortalecendo laços existentes e promovendo novas cooperações. Para um estudo aprofundado sobre a ordem no medievo, conferir COLLINS, Hugh, E. L. *The Order of the Garter 1348 - 1461 – Chivalry and Politics in Late Medieval England*. New York: OUP, 2000.

²⁶¹ CARDINI, op. cit., p. 482.

²⁶² COLLINS, op. cit., p. 20.

espólios, terras e títulos, o ideal cavaleiresco ficava em segundo plano. Os pagamentos por participação nas expedições também se tornaram comuns, mas outros benefícios eram mais visados pela aristocracia militar.

Os homens que se encontravam no topo da hierarquia social estavam interessados principalmente nas novas terras conquistadas e muitos estenderam seu senhorio para o Continente. “He [Edward III] made no fewer than 358 grants of Norman land, establishing a strong English interest in retaining the duchy”.²⁶³ Em uma sociedade que privilegiava a aristocracia proprietária de terras, não poderia haver melhor recompensa. Para McFarlane, embora os senhores tivessem sofrido o peso das taxações, foram os que mais se beneficiaram com os resultados das campanhas.²⁶⁴ A concessão de rendas anuais era também um benefício almejado por esses homens que se lançavam aos embates, assim como os resgates pagos pelos prisioneiros de guerra. Além disso, os espólios das áreas invadidas e conquistadas eram um grande atrativo para os soldados ingleses que se juntavam às comitivas.

A guerra atuava diretamente sobre as estruturas sociais, embora isso se desse de formas diferentes dentro da hierarquia. A mobilidade social foi sentida principalmente nos níveis mais altos, cujos membros mais se beneficiaram das concessões de terras e anuidades. Dificilmente um soldado de baixo escalão ascenderia somente pela guerra. Como aponta Philippa Madden, em geral, a mobilidade social era resultado de múltiplos fatores convergentes.²⁶⁵ Por exemplo, através de seus bons serviços na guerra, um escudeiro poderia conseguir um bom casamento em uma escala acima da sua na hierarquia social, uma vez que o casamento era um dos principais vetores da ascensão social. Desse modo, embora não agisse isoladamente, a guerra influenciava a estrutura da sociedade.

A guerra afetava diretamente a economia do reino, não apenas pelas taxações como já mencionamos. Demandava, por exemplo, cavalos de boa qualidade com grande frequência para substituir os cavalos perdidos em batalha, estimulando a importação de cavalos do sul do Continente. Estimulou ainda o mercado de armas de guerra, em especial, de arcos e flechas, pelos quais a armada inglesa se destacava, assim como de materiais para tendas.²⁶⁶ A necessidade de navios para o transporte das tropas, seus cavalos e armas também teve grande

²⁶³ PRESTWICH, op. cit., p. 81. “Ele [Edward III] fez nada menos que 358 concessões de terras normandas, estabelecendo um grande interesse inglês em manter o ducado”. (Tradução livre da autora).

²⁶⁴ MCFARLANE, op. cit., 148.

²⁶⁵ MADDERN, Philippa C. “Social mobility”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

²⁶⁶ PRESTWICH, op. cit., p. 82-83.

impacto sobre a economia do reino, uma vez que muitos desses eram navios de mercadores requisitados pela Coroa, afetando muitos portos comerciais.²⁶⁷

Outro aspecto essencial era o dos suprimentos alimentícios para as tropas nas expedições. A alimentação do contingente militar teve grande influência sobre a agricultura, uma vez que os oficiais régios coletavam os grãos necessários para abastecimento. “The impact of such demands was not felt equally; regions near the campaigning areas, and the ports where the troops mustered, were especially hard hit”.²⁶⁸ Com o sucesso da campanha inglesa, o peso sobre a agricultura diminuiu, uma vez que se esperava que as tropas se mantivessem com a produção de suas áreas na França, além do contrato da Coroa com mercadores para o abastecimento das armadas.²⁶⁹ Assim, observamos efeitos econômicos tanto positivos quanto negativos advindos da guerra.

O impacto da guerra sobre a cidade não era menor. Afinal, a função militar das cidades era um aspecto essencial de sua inserção no reino. Embora Londres não fosse, em geral, obrigada a fornecer um contingente de soldados, uma vez que seus habitantes eram, cada vez mais, homens treinados em um ofício e não nas armas, sua contribuição era fundamental e constantemente requisitada pela Coroa, sob a forma de um generoso financiamento da guerra. “For the aristocracy and the knightly classes fighting was a way of life, perhaps their only way of life, but the Londoners knew of other, and easier, ways of making a living and they tacitly accepted the need to pay someone else to do the fighting”.²⁷⁰ Embora os londrinos não estivessem envolvidos fisicamente na guerra, a cidade foi um ponto central para a manutenção da mesma.

Além de sua posição estratégica no reino, os cidadãos inserem Londres na memória da guerra como a cidade que estava (quase) sempre pronta para servir à Coroa através de seus recursos monetários. Tal feito pode ser observado nos fólios referentes a anos diversos, como em 1369, quando o Mayor, os Aldermen e outros homens do Conselho aprovam a soma de £2,000 a ser entregue ao Rei no fim de agosto “for furnishing 240 armed men and 240 archers, to be sent in three ships and one “flune” (fluna), with wages, &c., for one month, and other

²⁶⁷ Ibidem, p. 84.

²⁶⁸ Ibidem, p. 83. “O impacto destas demandas não era sentido igualmente; regiões próximas das áreas de campanha, e os portos onde as tropas se reuniam, eram especialmente afetados”. (Tradução livre da autora).

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ BARRON, op. cit., p. 18. “Para a aristocracia e as classes de cavaleiros lutar era um modo de vida, talvez seu único modo de vida, mas os londrinos conheciam outros, e mais fáceis, modos de ganhar a vida e eles tacitamente aceitavam a necessidade de pagar alguém para lutar”. (Tradução livre da autora).

matters touching the City”.²⁷¹ Como esta, Londres faz inúmeras doações à Coroa, além de outros numerosos empréstimos e das frequentes taxações que já recaiam sobre todos os súditos do reino.

A cidade, é claro, sente o peso dessas inúmeras coletas de recursos, que, sob uma forma ou outra, ocorre quase anualmente, e, por vezes, vê-se na situação de não poder corresponder às demandas do Rei. No entanto, mesmo quando não consegue colaborar com a causa régia, a cidade não o deixa esquecer de sua fidelidade. Este é o caso do pedido de isenção de 1356.

Whereas the good folk of the City had been charged for taxes and tallages above all others of the Commons, and whereas they had lent the King at Durghdreit more than £60,000, (...); and whereas they had lent the King at one time £5,000, and at another £2,000, which had not been repaid; and whereas they had lent for the King's use when before Calais and elsewhere the sum of £40,000, (...), and at divers other times more than £30,000, which had not been repaid; and whereas they had been at greater charges than others of the Commons in respect of the King's expeditions to Scotland, Gascony, Brabant, Flanders, Brittany, and France, as well as the siege of Calais, and against the Spaniards in providing men-at-arms, archers, and ships in aid of the war; (...) they pray the King to take these matters into consideration, as also the manner in which the City had been at all times loyally kept and the peace preserved, thus setting an example to the whole realm.²⁷²

Ao enviar seu pedido de isenção, as autoridades de Londres fazem questão de lembrar ao Rei das diversas vezes em que contribuíram com os pedidos da Coroa, recordando ainda que uma boa parte dos empréstimos feitos ainda não foi paga. Como demonstram, a Cidade colaborou muito mais que todas as outras, participando do financiamento de muitas empreitadas militares da Coroa. Neste momento, privados de maiores recursos, pelo peso dos recursos já doados e pela morte de muitos de seus ricos mercadores após a peste, a Cidade vê-se impossibilitada de atender o Rei, mas continua sendo testemunho de fidelidade perante todo o

²⁷¹ 'Folios ccxxx - ccxl: June 1369 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 248-258. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp248-258> [accessed 7 January 2017]. “(...) para prover 240 homens armados e 240 arqueiros, a serem enviados em três navios e uma fluna (?), com ordenados, &c., para um mês, e outras tarefas referentes à Cidade”. (Tradução livre da autora).

²⁷² 'Folios li - lxi: Sept 1356 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 67-88. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp67-88> [accessed 24 December 2016]. “Ao passo que os homens de bem da Cidade foram cobrados por taxas e impostos acima de todos os demais súditos, e que emprestaram ao Rei em Durghdreit mais de £60,000, (...); e que emprestaram ao Rei de uma vez £5,000, e de outra £2,000, que não foram devolvidos; and whereas they had lent for the King's use when before Calais and elsewhere the sum of £40,000, (...), e de diversas outras vezes mais de £30,000, que não foram devolvidos; e que estiveram sob mais cobranças que os demais súditos no que diz respeito às expedições do Rei à Escócia, à Gascônia, ao Brabante, à Flanders, à Bretanha, e à França, assim como no cerco a Calais, e contra os espanhóis providenciando homens armados, arqueiros, e navios em ajuda à guerra; (...) eles clamam ao Rei que leve estes pontos em consideração, assim como a maneira em que a cidade foi em todo tempo lealmente mantida e sua paz preservada, constituindo um exemplo para todo o reino”. (Tradução livre da autora).

reino. A mensagem enviada pela cidade é clara: Londres é a fiel cidade do reino. E assim deve ser preservada na memória do Rei, dos demais súditos e de seus próprios cidadãos.

Nem todas as imagens forjadas na memória dos londrinos eram tão nítidas, entretanto. Envolvidos no confronto com os franceses, a relação com estes era ainda bastante paradoxal. Embora estivessem em guerra contra os franceses, várias regiões e casas francesas já haviam se aliado aos ingleses, e o contato com estas mantinha-se próximo. O francês, como vimos anteriormente, era abundantemente usado na cidade e franceses aí residiam. Eram os franceses irmãos ou inimigos? Nem mesmo a Coroa tinha uma resposta pronta para essa pergunta.

Os franceses, embora pertencessem ao reino inimigo, estavam presentes em Londres. Assim como no caso de estrangeiros de outras origens, conflitos eclodiam. No entanto, em se tratando dos franceses, estes eram potencializados pelo contexto da guerra. Em 1376, o Rei recebe acusações de que franceses estavam atacando embarcações inglesas durante a trégua. A Cidade recebe e faz conhecer uma “Proclamation bidding all those who had suffered loss at sea at the hands of the French, since the truce, to come to the Guildhall on Thursday the eve of the Assumption [15 Aug.] and state the amount of their loss, before the Mayor and Aldermen”.²⁷³ Afinal, a trégua devia ser respeitada por ambos os lados do Canal para que as relações comerciais pudessem ser reestabelecidas e a quebra do acordo merecia uma punição. O Rei, então, buscando a justiça para seus súditos, envia uma petição ao *Mayor* e aos *Sheriffs* para que recolham os bens dos franceses em território inglês em retaliação aos ataques franceses aos mercadores ingleses.

Um caso singular dos contatos entre o Continente e a Ilha são os vários reféns da guerra levados para a Inglaterra, muitos deles mantidos em Londres, como o caso mais ímpar do rei Jean II após Poitiers. Esta foi uma das principais vitórias do reino inglês, liderada pelo Príncipe Negro, que não deixa de comunicar à leal cidade o feito.²⁷⁴ Em sua carta, o príncipe relata como sua comitiva armada superara todas as dificuldades no continente pelo bem do Rei e do reino e como finalmente venceram e capturaram o rei opositor. Depois dessa derrota, Jean II passaria algum tempo em Londres.

²⁷³ 'Folios xxxi - xl: Aug 1376 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 24-32. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp24-32> [accessed 5 March 2017]. “Proclamação convocando todos aqueles que sofreram perdas no mar em mãos de franceses, desde o período da trégua, a vir ao *Guildhall* na quinta-feira véspera da Assunção [15 Ago.] e afirmar o tamanho de suas perdas, diante do *Mayor* e dos *Aldermen*”. (Tradução livre da autora).

²⁷⁴ A carta encontra-se disponível em 'Memorials: 1356', in Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 280-294. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp280-294> [accessed 30 December 2016].

O rei francês contava com seu próprio séquito durante o cativeiro em território inglês, cercado por figuras importantes e de sua confiança. A princípio, Jean II gozou de uma vida agradável em Londres. Vivendo nos arredores do Savoy Palace, podia caçar, participava de banquetes e torneios e recebia muitos presentes, como cavalos, carne de caça e peixes. Além disso, teve acesso a livros e teve a seu serviço médicos e pintores. No entanto, ele também enfrentou problemas, especialmente de ordem financeira, uma vez que o rei inglês cobrava as despesas de manter um prisioneiro nessas condições privilegiadas.²⁷⁵

Edward III e Jean II viam-se em uma situação delicada: por um lado, eram irmãos, pelos laços familiares e cortesias, por outro, eram inimigos legítimos.

Their relationship is indeed closely fraternal, and their inability to let the circumstances of war deny that fraternity is one of the great marvels of Anglo-French kingship in the fourteenth century. (...) Veering between feasts and colossal debt, elaborate displays of honour and appalling humiliations, Edward II and Jean II lived these profound contradictions in a language that was elastic enough to accommodate them even if it showed subtle signs, at times, of breaking under its own politesse.²⁷⁶

Para Butterfield, o Conto do Cavaleiro revela muitos aspectos dessa conturbada relação de irmãos-inimigos dos reis.²⁷⁷ Ao retratar como os primos e fieis companheiros Palamon e Arcita voltam-se um contra o outro pelo amor de Emília, pode-se entrever a relação anglo-francesa. Isto não configura, entretanto, apenas uma influência direta do francês sobre a escrita de Chaucer. O poeta tinha um amplo conhecimento das narrativas francesas, latinas e italianas, sendo Boccaccio uma de suas influências. Boccaccio, por sua vez, vivendo na corte angevina de Nápoles, bebeu dos romances franceses. Logo, ao ler o Teseida, Chaucer pôde observar as semelhanças com o gênero anglo-francês. Além disso, Chaucer tinha um exemplo muito próximo, na Corte e na própria cidade dessas relações de cortesia e rivalidade no período de Guerra.

Destacamos aqui um momento da narrativa sobre os infortúnios dos nobres Palamon e Arcita, primos que se tornam inimigos pelo amor de Emília, que nos remete à dupla relação dos reis em questão.

²⁷⁵ BUTTERFIELD, op. cit., p. 177.

²⁷⁶ Ibidem, p. 179. “Sua relação era realmente muito fraternal, e sua inabilidade em deixar as circunstâncias da guerra negarem essa fraternidade é uma das maravilhas do reinado anglo-francês no século XIV. (...) Revezando entre banquetes e débitos colossais, elaboradas exibições de honra e humilhações terríveis, Edward II e Jean II viveram essas profundas contradições em uma linguagem que era elástica o suficiente para acomodá-las mesmo se mostrasse sinais sutis, por vezes, de desmoronar sob sua própria cortesia”. (Tradução livre da autora).

²⁷⁷ Idem.

This Palamon gan knytte his browes tweye.
“It nere”, quod he, “to thee no greeete honour
For to be fals, ne for to be traitour
To me, that am thy cosyn and thy brother
Ysworn ful depe, and ech of us til oother,
That nevere, for to dyen in the peyne,
Til that the deeth departe shal us tweyne,
Neither of us in love to hyndre oother,
Ne in noon oother cas, me leeve brother,
(...).²⁷⁸

Quando Arcita alega também estar enamorado da bela dama que vira de sua cela, Palamon lembra ao primo que estão unidos por juramento e devem lealdade um ao outro acima de qualquer outra coisa. Lealdade essa que só termina com a morte, caso contrário seriam traidores. Essas palavras soam bastante apropriadas para esse mundo envolvido pela cortesia, fosse pela proximidade com a Corte e os nobres ou pelo conhecimento das histórias sobre esses que tanto circulam.

Butterfield lembra ainda que os excessos do funeral de Arcita remontam ao funeral de Jean II na Inglaterra. Embora tivesse retornado à França após Brétigny, deixando outros reféns em seu lugar, Jean II volta voluntariamente a Londres depois da fuga de um dos prisioneiros que haviam tomado seu lugar no cativo inglês, tendo gasto seus últimos quatro anos reunindo a soma pedida como resgate.

The scale of the funeral in London was huge and spectacular; the body was returned to France in state. (...) A king dying abroad is always intensely inappropriate; for the French king to die in England in 1364 must have been the ultimate embarrassment, especially since he had voluntarily submitted to the territorial displacement of his person.²⁷⁹

Curiosamente, a morte do rei francês encontra outro paralelo na história enovelada pelo Cavaleiro. Assim como Jean II é liberado sob as condições do Tratado de Brétigny, Arcita é liberado de seu cativo sob a condição de nunca mais voltar a Atenas. No entanto, por seu amor à Emília, o nobre decide retornar à cidade, onde vem a encontrar a morte acidentalmente após vencer uma batalha. Palamon, por sua vez, embora estivesse em inimizade com Arcita até

²⁷⁸ *THE KNIGHT'S TALE*, 1128-1136, p. 40. “Palamon fechou o sobreceño: ‘Nada honroso te seria mostrar-te falso e desleal comigo, que sou teu primo e teu irmão de sangue. Lembra-te do solene juramento que nós dois fizemos, comprometendo-nos, mesmo sob tortura e até que a morte nos separasse, a não prejudicar-nos mutuamente, nem no amor nem em coisa alguma’”. (CHAUCER, 1988:20).

²⁷⁹ BUTTERFIELD, op. cit., p. 185. “A escala do funeral em Londres foi gigante e espetacular; o corpo foi devolvido à França com pompa. (...) Um rei morrendo fora era sempre intensamente inapropriado; o rei francês morrer na Inglaterra em 1364 deve ter sido um grande constrangimento, especialmente por ter se submetido voluntariamente ao seu deslocamento territorial”. (Tradução livre da autora).

então, chora copiosamente sua morte. Afinal, era um homem honrado e seu primo. Como o soberano francês, Arcita não foi obrigado a retornar à cidade oponente, retorna espontaneamente e aí encontra seu fim.

Vida imita a arte ou arte imita a vida? Chaucer, em sua habilidade narrativa, faz opções minuciosas e acertadas sobre as histórias que confere a seus peregrinos. Como o Conto do Cavaleiro, seus contos ativam as histórias e eventos que estão na memória daquela que seria sua audiência. O poeta insere o receptor na arte de narrar, ao ressignificar o texto lido/ouvido, e aproxima a comunidade que compartilha a mesma experiência.

3.2. Espaços da memória

O espaço e o tempo são conceitos que sempre desafiaram o homem, sendo objetos de especulação filosófica ao longo de milênios. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que ambos são conceitos construídos cultural e historicamente. Logo, assim como o tempo, o espaço cria e abriga relações entre os homens. No entanto, como nos lembra Ciro Cardoso, por muito tempo, o espaço não recebeu atenção suficiente por parte da historiografia, que testemunhou a predominância da temporalidade sobre a espacialidade. Para Cardoso, embora a noção de espaço antecederesse a de tempo, uma vez que a exploração do espaço precede a verbalização do tempo no ciclo vital, aquela foi deixada em segundo plano.²⁸⁰

Ainda que nosso foco não esteja no estudo do espaço da cidade, este é um aspecto fundamental do entrelace de redes sociais que atuam diretamente sobre os eixos identitários da cidade. Desse modo, embora não tenhamos por objetivo nos alongar nas discussões sobre a categoria espaço, é preciso levantar algumas questões centrais, no que tange os estudos socioculturais, para compreender os espaços de memória da cidade.²⁸¹

Poderíamos remontar a Aristóteles para pensar a categoria tempo-espaço, mas ativemo-nos a alguns autores centrais para nossa perspectiva. Para Geertz, a percepção do espaço, assim como do tempo, faz parte dos sistemas organizados de símbolos significantes que são permeados de significados específicos em cada cultura, a partir de concepções produzidas socialmente.²⁸² Também pensando no papel da cultura, Gurévich entende que o homem não

²⁸⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. “Repensando a construção do espaço”. In: Idem. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

²⁸¹ Desenvolvemos uma reflexão aprofundada sobre o conceito espaço no Capítulo 1 de nossa dissertação de Mestrado. Há uma excelente discussão sobre as categorias espaciais no primeiro capítulo da tese de Doutorado da Prof^a Beatriz Bissio: BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc XIV) – O Exemplo de Ibn Batuta*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2008.

²⁸² GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanbara, 1989.

nasce com um ‘sentido de tempo’, logo, suas noções espaciais e temporais, são determinadas pela cultura à qual pertence e sobre a qual atua.²⁸³ Durkheim, por sua vez, atenta para a origem social do espaço, englobando seus valores afetivos. Para o autor, é o caráter social do espaço que destaca a necessidade de categorias, tornando necessários valores e distinções comuns aos homens de uma civilização.²⁸⁴

Já para Lefebvre, o espaço é um conjunto de operações, não apenas uma categoria de estudo. O autor atenta para o espaço social, uma categoria múltipla, fruto das relações entre a natureza, a história, a cultura e as forças produtivas.²⁸⁵ O espaço social não corresponde ao espaço geográfico, mas também não representa apenas o espaço ocupado por uma comunidade. Assim, sua forma seria o encontro simultâneo entre o que é produzido pela natureza e pela sociedade. O espaço social incorpora os atos sociais, logo, cada sociedade organiza o espaço de uma forma que lhe é própria. Lefebvre chama nossa atenção para o fato de que os espaços são produzidos. Do mesmo modo, são produzidas as memórias a estes associadas.

“O espaço é, portanto, para o homem, o suporte das práticas sociais, fundamento da organização, da disciplina, da funcionalidade; ele é concebido a partir e ao redor de um lugar como uma rede de atividades e de valores”.²⁸⁶ O espaço humano é heterogêneo, sendo transformado pelas necessidades biológicas e sociais dos que o habitam. O espaço é, assim, uma coleção de lugares, cuja espacialidade é definida pelas suas qualidades sensoriais e pelo significado atribuído. Tais significados são partilhados pela comunidade em que circulam, encontrando na memória um de seus aspectos centrais.

Como discute Camille em seu artigo sobre os sinais da cidade, não existe algo como o espaço para os homens medievais.²⁸⁷ Considera-se os lugares em que se desenvolve a vida social, não uma categoria abstrata. O espaço físico interessa-nos, nesta perspectiva, ao abrigar as práticas sociais que estruturam a comunidade. Pensamos aqui nas especificidades do espaço social, em que os significados são negociados por aqueles que sobre ele atuam. Voltemo-nos, então, para os espaços da memória,²⁸⁸ cujos valores são evocados pelas tradições e narrativas que circulam pelo grupo social.

²⁸³ GURÉVICH, Áron. *As Categorias da Cultura Medieval*. Alfragide: Editorial Caminho, 1991.

²⁸⁴ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

²⁸⁵ LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000 (4 ed).

²⁸⁶ BISSIO, op. cit., p. 30.

²⁸⁷ CAMILLE, Michael. “Signs of the City – Place, Power, and Public Fantasy in Medieval Paris”. In: HANAWALT, Barbara & KOBIALKA, Michal (eds.). *Medieval Practices of Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, 9.

²⁸⁸ Não optamos pelo termo lugares de memória, como cunhado por Pierre Nora, pois este conceito está relacionado aos lugares do passado, em contraste com o presente. Em nossa perspectiva, tratamos dos espaços cuja memória é compartilhada como parte integrante do grupo.

A praça destaca-se nessa função social, pois nela a cidade se reúne. É na praça que os cidadãos se encontram nos dias de festas, nos cortejos e no próprio cotidiano. Para Le Goff, além de ser lugar de trocas, na praça encontra-se o berço da cultura urbana.²⁸⁹ Assim como os átrios das igrejas, a praça é o espaço para ver e ser visto. É também na praça que, em geral, se pronunciam os mendicantes, cujo discurso visa tocar a nova sociedade urbana. Chama-nos a atenção o fato de não haver muitas referências à praça da cidade nas *Tales*. Esta aparece associada à praça do mercado e envolvida nas atividades religiosas, como no Conto do Beleguim, em que este narra as peripécias de um frade desonesto.

“Now, maister,” quod this lord, “I yow biseke -”
“No maister, sire,” quod he, “but servitor,
Thogh I have had in scole that honour.
Gos liketh nat that ‘Raby’ men us calle,
Neither in market ne in youre large halle.”²⁹⁰

O frade, cuja ordem não é identificada, afirma que não deve ser chamado de mestre nem mesmo nos salões ou nos mercados, que aqui podemos associar à praça do mercado. Os mendicantes instalam-se nas cidades, pois veem nestas um campo frutífero para o combate à heresia e ao dinheiro. Por isso, não ficam reclusos nas casas das Ordens, que recebem inclusive muitas doações nos testamentos da cidade. Em geral, os testamentos fazem referência às quatro grandes ordens na cidade, como o do joalheiro John Wetherisfeld, registrado nos fólhos de 1365: “To the Carmelite Friars of London two trentals, and to the Preaching Friars, Friars Minors, and Augustinian Friars respectively one trental”,²⁹¹ sendo os dominicanos designados como Frades Pregadores e os franciscanos como Frades Menores. Todavia, alguns testamentos referem-se às cinco ordens de Londres, o que nos leva a inserir entre as outras grandes ordens os Frades da Cruz, que se destacam no século XIV na cidade.²⁹²

Os mendicantes circulam pela cidade e pregam não somente nos arredores de suas Casas, mas principalmente em pontos de reunião de cidadãos, como nas praças dos mercados.

²⁸⁹ _____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

²⁹⁰ *THE SUMMONER'S TALE*, 2184-2188, p. 135. “Agora, mestre,” disse este senhor, “Eu vos peço...’/”Mestre não, senhor”, disse ele, “mas servo, embora eu tenha tido na escola essa honra. Deus não gosta que nos chamem de ‘Rabi’, nem nos mercados nem nos salões”. (Tradução livre da autora).

²⁹¹ 'Wills: 39 Edward III (1365-6)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 84-91. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp84-91> [accessed 9 January 2017]. “Para os Carmelitas de Londres dois trentais (series de trinta missas), e para os Frades Pregadores, os Frades Menores e os Frades Agostinianos, respectivamente um trental”. (Tradução livre da autora).

²⁹² RÖHRKASTEN, Jens. *The Mendicant Houses of Medieval London – 1221-1539*. Münster: LIT Verlag, 2004. O autor elabora uma vasta discussão sobre o papel das Ordens Mendicantes em Londres ao longo de três séculos.

Este grupo, no entanto, é bastante criticado ao longo das *Tales*, assim como boa parte dos demais religiosos, por sua desonestidade. Como no caso do Conto do Beleguim, esses religiosos atuam como farsantes que só procuram tirar proveito de fieis tementes a Deus, mas, cedo ou tarde, recebem seu castigo. Como bem lembra a esposa do doente que o frade tenta enganar: “Ye, God amende defautes, sire,” quod she”,²⁹³ ou seja, Deus corrige os erros, que pode ser melhor entendido nesse contexto como Deus pune os erros. Embora esta fosse uma frase de contrição comum no período, ao pedir que “Deus corrija nossas faltas”, a esposa alerta também para as mentiras do frade, que receberá o devido castigo.

Há uma preocupação recorrente com a honestidade e uma forte noção de que a falsidade deve ser punida. Encontramos em Chaucer alguns exemplos dessa preocupação, como o Conto do Feitor. A narrativa versa sobre um moleiro valentão chamado Symkyn e como este foi passado para trás por dois estudantes, Aleyn e John, do Solar Hall de Cambridge. Symkyn vivia com sua esposa, sua jovem filha e seu filho menor em Trumpington, próximo a Cambridge. Sendo muito trapaceiro, o moleiro roubava do trigo e do malte de todos que utilizavam seu moinho. Quando esses roubos se tornaram maiores e mais frequentes, o diretor do Solar Hall enviou dois de seus alunos para supervisionarem o trabalho do moleiro. Muito esperto, Symkyn engana os estudantes, soltando seus cavalos e roubando sua farinha, mas acaba sendo obrigado a acomodá-los em sua casa para o pernoite. Depois da ceia, estando todos embriagados, Aleyn seduz Molly, a filha do moleiro, e John consegue enganar a esposa do mesmo e deitar-se com ela.

Embora trate-se de uma revanche do Feitor sobre o Moleiro, que havia contado uma história sobre os infortúnios de um carpinteiro, ofício de origem do Feitor, o conto levanta uma questão relevante para esta sociedade. A desonestidade deve ser punida, em especial, quando associada ao mundo do trabalho. Este problema encontra-se diretamente relacionado a um dos pontos centrais da cidade, o mercado, que é ponto de encontro de cidadãos, mas também ponto de encontro entre cidade e campo. O mercado localiza-se sempre em áreas de destaque, em especial, nas proximidades dos locais onde os carregamentos são recebidos, por exemplo, perto de portos e das portas das muralhas. Neste, compram-se víveres, vestimentas e outros produtos necessários à vida na cidade. O mercado urbano é indispensável também ao mundo rural. O senhor compra e vende no mercado, mas é neste também que os camponeses vendem parte de sua produção e compram os itens que não podem produzir. Este é um espaço fundamental para a memória dessa sociedade.

²⁹³ *THE SUMMONER'S TALE*, 1810, p. 130. “Deus corrija nossas faltas, senhor” (Tradução livre da autora).

Os ofícios devem atuar em plena cooperação com o bem comum da cidade. Portanto, trapacear nas atividades de seu ofício é um crime, de modo que as autoridades passam a dar cada vez mais atenção a esses delitos. Em 1359, por exemplo, entre os fólios do Letter Book G, encontra-se uma lista com dezenas de homens de ofício e outros trabalhadores sentenciados pelos *sheriffs* e por oficiais régios a pagar multas por abuso de pesos e medidas na comercialização de seus produtos.²⁹⁴

Todo abuso deve ser punido. Uma opção era a aplicação de multas, como no caso acima, ou ainda o recolhimento das mercadorias. No caso do moleiro da narrativa, que roubava parte da farinha que moía, o castigo vem sob forma moral, ao ter sua filha deflorada e descobrir outro com sua esposa dentro de sua própria casa. Havia ainda outra forma de punição tanto moral quanto física muito recorrente. Em uma sociedade que valoriza a honra, o castigo moralizante tinha tanto o papel punitivo quanto o papel didático.

On the 9th day of the month of November, in the 37th year, William Cokke, of Heese, was taken, because that on the same day, he, the same William, carrying a sample of wheat in his hand, in the market within Neugate, in London, followed one William, servant of Robert de la Launde, goldsmith, who wanted to buy wheat, from sack to sack, and said that such wheat as that he would not be able to buy at a lower price than 21 pence; whereas on the same day, and at that hour, the same servant could have bought such wheat for 18 pence.

Upon which the same William Cokke being questioned, before the Mayor, Recorder, and certain of the Aldermen, he acknowledged that he had done this to enhance the price of wheat, to the prejudice of all the people. It was therefore awarded by the said Mayor and Aldermen, that the said William Cokke should have the punishment of the pillory.²⁹⁵

Encontramos neste extrato dois espaços fundamentais para a memória compartilhada pela cidade, o mercado de Newgate, próximo a um dos principais portões de Londres, e o pelourinho, espaço de punição e exemplificação. Atentamos para o fato de ser ressaltado que o aumento do preço do trigo significava o prejuízo de todos, ou seja, a venda acima do preço de

²⁹⁴ 'Folios lxxxii - xc: Oct 1359 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 115-127. *British History Online* <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp115-127> [accessed 15 July 2016].

²⁹⁵ 'Memorials: 1363', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 312-315. *British History Online* <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp312-315> [accessed 17 July 2016]. "No nono dia do mês de novembro, no 37º ano, William Cokke, of Heese, foi levado, porque nesse mesmo dia, ele, o mesmo William, carregando uma amostra de trigo em suas mãos, no mercado em Newgate, em Londres, seguiu um certo William, servo de Robert de la Launde, ourives, que queria comprar trigo do saco, e disse que tal trigo não poderia ser comprado por menos de 21 *pence*; enquanto no mesmo dia, e naquela hora, o mesmo servo poderia ter comprado o trigo por 18 *pence*. O que o mesmo William Cokke, ao ser questionado, perante o Mayor, Recorder, e alguns Aldermen, reconheceu ter feito para aumentar o preço do trigo, para o prejuízo de todos. Portanto, foi decidido pelo Mayor e Aldermen, que o dito William Cokke deveria ser punido no pelourinho" (Tradução livre da autora).

mercado não prejudicava apenas aquele que comprava, mas trazia danos a todos que negociavam o mesmo produto. Afinal, todos deveriam seguir as mesmas regras, pesos, medidas e valores, definidos pelas autoridades. William Cokke prejudica assim o bom funcionamento do corpo social e deve ser punido. Ao ser levado ao pelourinho, William não apenas paga por seu crime, como também serve de exemplo para que outros não caiam no mesmo erro.

As menções ao pelourinho são muito frequentes, tanto nos *Calendars of Letter Books* quanto nos *Memorials*, e as formas de punição podem encontrar variações muito interessantes, como no caso de Richard Quelhogge em 1353.

On Wednesday next after the Feast of St. Petronilla the Virgin [31 May], in the 27th year etc., it was found by the inquisition upon which Richard Quelhogge had put himself, that he, the same Richard, bought a pig that had been lying by the water-side of the Thames, putrid and stinking, of one Richard Stevenache, porter, for 4 pence; and from the same had cut two gammons for sale, and had sold part thereof, in deceit of the people; as in the said inquisition taken thereon, and entered in the Rolls of Remembrances of the Chamber, in the time of Adam Fraunceys, Mayor, more fully appears.

Therefore, by award of the Mayor, Sheriffs, and Aldermen, the said Richard Quelhogge was put upon the pillory, and the residue of the said gammons was burnt beneath him there. ²⁹⁶

Richard Quelhogge é condenado pelo *mayor*, pelos *sheriffs* e pelos *aldermen* ao pelourinho por vender carne de porco podre. No entanto, ele não deve apenas ficar preso ao pelourinho. Devido ao tipo de delito, venda de comida estragada, os restos da carne foram colocados aos seus pés e ali queimados enquanto estava no pelourinho para que sentisse os odores do produto estragado que havia vendido. Certamente, este tipo de exemplo marcava a memória compartilhada pelos cidadãos.

Quanto mais apurado o controle sobre as atividades realizadas na cidade, maior o número de infrações registradas e punidas. Exemplo disso, é a década de 80 do século XIV, em que vemos o auge do conflito entre ofícios na cidade anteriormente discutido; das inúmeras condenações ao pelourinho apresentadas nos *Memorials*, onze aparecem no ano de 1382, quando Northampton implementa medidas austeras de fiscalização na cidade. Como bem

²⁹⁶ 'Memorials: 1353', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 270-273. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp270-273> [accessed 15 July 2016]. “Na quarta-feira seguinte a Festa de St. Petronilla a Virgem [31 de Maio], no 27º ano, foi descoberto por interrogatório com Richard Quelhogge, que ele, o mesmo Richard, comprou um porco que estava deitado no leito do Thames, podre e fedendo, de um certo Richard Stevenache, por 4 *pence*; e do mesmo ele cortou dois pedaços para vender, e vendeu-os, enganando as pessoas; mais detalhes no interrogatório feito e registrado nos Rolls of Remembrances of the Chamber, no período de Adam Fraunceys, Mayor. Portanto, por decisão do Mayor, Sheriffs, e Aldermen, o dito Richard Quelhogge foi colocado no pelourinho, e os restos daqueles pedaços foram queimados embaixo dele” (Tradução livre da autora).

lembram Hanawalt e Kobialka, reconhecer as práticas espaciais implica em regular o acesso e o uso desses espaços especiais.²⁹⁷

Com a especialização dos ofícios e o aumento do número de homens de ofício na cidade, as autoridades de Londres precisaram criar regulamentações mais rígidas a fim de garantir o bom funcionamento dos mercados da cidade, já que sua capacidade comercial era sua principal garantia dos diversos benefícios dentro do reino e junto à Coroa. Por estar no centro de diferentes redes comerciais, Londres recebia inúmeros viajantes e mercadores dentro de suas muralhas. Para tanto, precisava de instalações preparadas para bem recebê-los. Já na abertura das *Tales*, faz-se referência ao papel das tavernas e hospedarias na cidade.

Bifil that in that season on a day,
In Southwerk at the Tabard as I lay
Redy to wenden on my pilgrimage
To Caunterbury with ful devout corage,
At nyght was come into that hostelrye
Wel nyne and twenty in a compaignye
Of sondry folk, by aventure yfalle
In felawshipe, and pilgrims were they alle,
That toward Caunterbury wolden ryde.²⁹⁸

Chaucer refere-se ao Tabard Inn, uma hospedaria de Southwark, um subúrbio ao sul de Londres. Southwark era conhecido tanto por suas hospedarias e tavernas quanto por seus bordéis. O Tabard era assim chamado devido ao seu símbolo, um “tabard”, um gibão sem mangas e com brasão bordado. Assim como os peregrinos reúnem-se no Tabard, grupos de viajantes, mercadores e outros habitantes reuniam-se nas demais hospedarias e tavernas da cidade e de seus subúrbios. Estes localizavam-se geralmente próximos a pontes e ao longo dos caminhos pelos quais passavam viajantes, como mercadores, agentes reais e eclesiásticos e, certamente, peregrinos. Este é o caso do Tabard, que se localizava em Chepe (Cheapside), a principal estrada que cortava Southwark, no início do caminho para Canterbury.

Segundo Britnell, a partir do século XIII, as tavernas e hospedarias tornaram-se também pontos de comércio. Ao mesmo tempo em que ofereciam acomodação e alimentação aos viajantes e seus cavalos, as hospedarias eram locais onde se fechavam negócios e contratos. “Inkeepers were themselves often actively engaged in a wider range of business, assisted by the

²⁹⁷ HANAWALT, Barbara & KOBIALKA, Michal. “Introduction”. In: Idem (eds.). *Medieval Practices of Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. xvii.

²⁹⁸ *GENERAL PROLOGUE*, 19-27, p. 23. “Naquela época, aconteceu que um dia, achando-me eu em Southwark, no ‘Tabardo’, pronto a partir em peregrinação a Cantuária, com o coração cheio de fé, chegou de tardezinha àquela hospedaria uma comitiva de bem vinte e nove pessoas diferentes, que haviam se reunido por acaso. E todos os seus membros eram peregrinos que cavalgavam para Cantuária”. (CHAUCER, 1988:3).

numerous contacts they gained through keeping open house”. Agindo em uma variedade de vertentes comerciais, os albergueiros eram por vezes associados a atividades imorais, como, por exemplo, a prostituição e a jogatina, o que era o caso de muitas hospedarias localizadas em Southwark. Por isso, era preciso também controlar estes espaços.

As regulamentações mais comuns tratam da venda de vinho nas tavernas, tanto no que tange o controle de qualidade do produto quanto o controle do preço, mas havia outras preocupações:

Ordinances proclaimed Tuesday the Feast of St. Martin [11 Nov.], 28 Edward III [A.D. 1354], for the government of the City to the following effect: (1) that no one wander in the City or suburbs after curfew, unless he be of good repute or the servant of such a one, and then only for good cause and with a light; (2) that no one carry arms in the City except the King's Serjeants-at-arms and others; (3) that hostellers warn their guests to lay aside their arms on entering their hostels; (4) that any one of the King's peace may arrest felons and others and convey them to the Sheriffs; (5) that no one maintain or join outlaws; (...); (7) that no taverner mix good and bad wine, and that customers be allowed to see whence their wine is drawn, &c (...).²⁹⁹

Além do controle dos produtos comercializados, as autoridades da cidade têm de se preocupar com os hóspedes que ocupam as camas da cidade. Por isso, destaca-se que os albergueiros devem orientar seus hóspedes a colocar suas armas de lado, a fim de evitar possíveis conflitos regados a vinho. Acima de tudo, torna-se proibido andar pela cidade à noite, depois do toque de recolher. Afinal, as ruas escuras da cidade medieval eram um convite à ação dos criminosos.

A violência era um aspecto presente nas cidades medievais. A cidade não era um lugar de quietude e paz. Brigas podiam ocorrer em qualquer local e a qualquer momento, dia ou noite, embora esta fosse preferida uma vez que as ruas escuras facilitavam as aventuras dos jovens, que queriam burlar a lei e acabar com seu tédio, e de outros criminosos. As noites das cidades medievais testemunham muitas ciladas, lutas e ataques violentos. Esse elemento estava inscrito nessa sociedade regada a vinho e munida de armas, e eram os próprios filhos da cidade os

²⁹⁹ Folios xxi - xxx: Sept 1354 -, in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 25-35. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp25-35> [accessed 13 July 2016]. “Ordenações proclamadas na Terça-feira da Festa de St. Martin [11 Nov.], 28 Edward III [A.D. 1354], para o governo da Cidade a respeito de: (1) que ninguém ande pela Cidade ou subúrbios depois do toque de recolher, a menos que ele seja de boa reputação ou servo deste, e mesmo assim só por uma boa causa e com alguma luz; (2) que ninguém carregue armas na Cidade exceto os oficiais do Rei; (3) que os albergueiros avisem seus convidados para deixar as armas de lado ao estar nas hospedarias; (4) que qualquer um servindo a paz do Rei possa prender malfeitores e leva-los aos sheriffs; (5) que ninguém proteja ou se junte a criminosos; (...); (7) que nenhum taberneiro misture vinhos bons ruins, e que fregueses possam ver quando seu vinho for servido, &c (...)”. (Tradução livre da autora).

responsáveis por isso. Por sua vez, eram os pobres que mais sofriam suas consequências. Por isso, esse controle é um cuidado frequente das autoridades.

As ruas eram espaços essenciais das cidades. Com a proximidade entre as casas e as portas das oficinas abertas, as ruas, estreitas e sinuosas, eram espaços de convívio e trocas sociais. Enquanto à noite cuidava-se de sua paz, à luz do dia a atenção recaía sobre a manutenção e a limpeza das ruas. Em geral, o cuidado com as ruas ficava sob a responsabilidade dos ocupantes das casas que lhe faziam frente. No entanto, com frequência, as autoridades da cidade precisam interferir e manter vigilância para que a limpeza seja mantida, como nas proclamações de novembro de 1372:

That no one by night or day, secretly or openly, place rubbish, dung, &c., in the water of the Thames or the City ditches; that each one keep his street clean according to the ordinance thereon made; that no one cast water or anything else out of window, but bring it down and put it in the kennel, under penalty of paying 2s. for each default. ³⁰⁰

Dessa forma, controla-se não apenas a disposição do lixo, mas também da água utilizada nas casas. Diversos relatos de viajantes remontam ao forte odor das ruas das cidades, intensificado pela disposição dos dejetos e da água suja utilizada nas casas. Tal situação não era diferente na Londres medieval. Por isso, preocupa-se em regular a disposição daqueles.

De modo semelhante, atenta-se também para a limpeza da água que abastecia as casas e demais construções da cidade. Entre as doações feitas pelos cidadãos, várias direcionam-se aos canais de abastecimento de água da cidade.

Grant by Alice, late wife of William de Chabham, of the vill of Tybourne, co. Middlesex, to Adam Fraunceys, the Mayor, and the Commonalty of the City, of a parcel of land twenty-four feet square, to serve for a fountain head to the Conduit of London, according as the Mayor and Commonalty for the time being may select in all her land situate "atte Cherchende" in the said vill of Tybourne, between the land belonging to the Hospital of St. Giles towards the west and the highway on the east, together with a right to dig, lay cisterns, and make subterranean ways under forty feet of her land adjacent to the aforesaid parcel of land. Dated 20 Feb., 28 Edward III. [A.D. 1353-4]. ³⁰¹

³⁰⁰ Folios ccxci - ccc: May 1372 -, in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 296-306. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp296-306> [accessed 15 July 2016]. “Que ninguém de dia ou de noite, secreta ou abertamente, coloque lixo, restos, etc, na água do Thames ou nos canais da Cidade; que cada um mantenha sua rua limpa de acordo com a ordenação feita; que ninguém jogue água ou qualquer outra coisa pela janela, mas que o traga para baixo e o coloque no fosso, sob a penalidade de pagar 2s. por cada falta”. (Tradução livre da autora).

³⁰¹ Folios clxxxii - cxc: Sept 1366 -, in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 210-216. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp210-216> [accessed 26 June 2016]. “Concessão de Alice, esposa de William de Chabham, da vila de Tybourne, co. Middlesex, para Adam Fraunceys, o *Mayor*, e o Concelho da Cidade, de um pedaço de terra de vinte e quatro pés quadrados, para server como fonte para o Duto de Londres, de acordo com o que o Mayor e o Concelho

Alice permite que as autoridades da cidade disponham de uma parte de sua propriedade para gerar uma nova fonte para o Canal de Água de Londres, além do direito de cavar e construir cisternas e fazer dutos subterrâneos. Atenção também é dada à manutenção dos dutos já existentes. Entre abril e maio de 1379, ordena-se que cada área da cidade escolha um trabalhador para cuidar do Canal de Água, definindo um dia sob a responsabilidade de cada *ward*. Cada *aldeman* deveria, então, cuidar para que sua área, seu *ward*, cumprisse com seu compromisso no dia indicado.

A Cidade está repleta de espaços que marcam a memória dos cidadãos, favorecendo as relações sociais que aí se desdobram. Os cidadãos, por sua vez, têm por dever reunir-se para mantê-los em boas condições. É preciso cuidar da cidade que está sob os olhos do Rei.

3.2.1. Em procissão

Os espaços da cidade abrigam ainda cerimônias que espelham a sua estrutura social e são “designed to impress events on collective memory”.³⁰² Segundo a perspectiva tradicional de Pythian-Adams, essas cerimônias são elementos estruturados, que participam da construção ritualística da sociedade.³⁰³ Em seu volume sobre a cidade e o espetáculo, Hanawalt e Reyerson afastam-se de certa forma da noção de ritual, através de contribuições que enfatizam o espetáculo como um evento voltado para interesses de grupos específicos.³⁰⁴ Ao invés de representar a sociedade como um todo, ele participa da construção de um grupo social em especial. Podemos entender, então, que o ritual indicaria a unidade do corpo social e o espetáculo a diferença. No entanto, optamos por não traçar essa divisão em nossa análise, pois não devemos perder de vista o fato de que esta é uma sociedade hierárquica, em que a distinção exerce seu papel. Deste modo, tanto a unidade quanto a diferença integram a identidade da comunidade em Londres.

da época escolherem em suas terras situadas em "atte Cherchende" na vila de Tybourne, entre as terras pertencentes ao Hospital de São Giles na direção oeste e a estrada a leste, assim como o direito de cavar, instalar cisternas e fazer caminhos subterrâneos quarenta pés abaixo das terras adjacentes ao pedaço acima referido. Datado a 20 de Fevereiro, 28 Edward III. [A.D. 1353-4]”. (Tradução livre da autora).

³⁰² HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn. “Introduction”. In: Idem (eds.). *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, p. ix.

³⁰³ PYTHIAN-ADAMS, Charles. “Ritual constructions of society”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

³⁰⁴ HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn (eds.). *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

Partindo de ambas as contribuições, observamos as cerimônias como momentos fundamentais para forjar a identidade da comunidade, assim como para definir o papel de cada grupo dentro do corpo social, pois é preciso colocar-se dentro desta hierarquia orgânica da cidade. Assim, esses eventos podem reforçar tanto a ordem hierárquica quanto o sentido mais amplo de pertencimento ao grupo, que envolve todos os membros.

O caso mais relevante dentre estas cerimônias refere-se a um dos desdobramentos centrais do sacramento eucarístico para o mundo medieval, a procissão de *Corpus Christi*. Neste contexto, a metáfora assume importância vital, pois torna-se um recurso de presença. É possível observar que a analogia contribuiu para a produção de presença no contexto eucarístico medieval, não apenas no que se refere ao ato sacramental, mas ainda à configuração do cortejo processional.

Já no século XIII, através da *Bula Transitorius*, o Papa Urbano IV conclamava toda a Cristandade a participar da solenidade do Corpo de Cristo, cujos objetivos centrais seriam a intensificação do culto ao Santíssimo Sacramento e da piedade eucarística. No entanto, a festa do Corpo de Cristo afirmou-se somente no século seguinte, após o Concílio de Viena, quando passou a comportar entre seus ritos o formato de procissão. Este configura-se primeiramente na Alemanha, na França e na Itália, difundindo-se posteriormente por toda a Cristandade e recebendo rapidamente grande aceitação entre os ritos cristãos.

Tal processo deveu-se em grande parte a um movimento de renovação das sensibilidades que ganhava força no Ocidente medieval, levando os cristãos a desejarem uma relação mais próxima com Deus. Contemplar a figura de Deus, comunicar-se diretamente com Ele ou aproximar-se através da intercessão da Virgem ou dos santos tornaram-se aspectos fundamentais dessa religiosidade renovada, que está ligada ao desenvolvimento das cidades, testemunhado desde o século XII. A difusão de novos ritos cristãos associa-se diretamente a este processo, a partir do qual se percebe que o modelo de vida cristã proposto pela Igreja pouco se adequava à nova realidade. A crescente mentalidade do lucro e a possibilidade de uma maior mobilidade levavam estes homens a buscarem uma espiritualidade adaptada ao seu modo de vida, que tinha no trabalho um de seus pontos fulcrais.

Aspirando a uma vida religiosa sem, no entanto, serem obrigados a manter um vínculo com qualquer ordem religiosa, os leigos almejavam permanecer em seu estado social e sua vocação profissional, seguindo os valores ensinados por Cristo, isto é, esperavam viver no mundo sem viver de forma mundana. Na verdade, já no século XI, começava a se expressar o desejo de participação no plano de salvação, expresso significativamente pela participação nas

primeiras cruzadas. O povo recebia, então, uma missão de Deus, tomando para si uma participação ativa na busca da salvação; papel este que ganharia mais destaque através das aspirações dos novos cidadãos. Exemplo disso é a própria procissão de Corpus Christi, que envolve toda a cidade, uma vez que todos os grupos procuram ter sua participação, integrando a cidade, assim, na lógica da Cristandade.

Nesse movimento em direção a Deus, e, por conseguinte, à salvação, a eucaristia assume um papel de destaque. Afinal, não há outro modo de estar mais próximo de Deus do que recebendo, contemplando e aproximando-se de seu próprio corpo. Voltemo-nos, então, para este sacramento. Assim como os demais sacramentos, este conjugava um aspecto performativo a uma fórmula, ambos realizados pelo sacerdote, mas, principalmente, criava uma relação entre um significante e um significado. É exatamente o que ocorre durante a consagração: transforma-se um elemento comum, neste caso o pão, em signo, o signo do Cristo presente. Tal relação não pode ser estabelecida senão de modo analógico. O pão, antes multiplicado por Cristo para alimentar a multidão e repartido por Ele entre os apóstolos na Santa Ceia, transubstancia-se em Corpo do próprio Cristo, que deve ser multiplicado e repartido para alimentar toda a Cristandade. O sacramento apresenta-se, dessa forma, como um signo eficaz.

Esta é apenas uma das infinitas possibilidades de semantização do mundo, uma vez que todas as coisas podem ser transformadas em signo. Entretanto, não se pode esquecer que o universo cristão é análogo a Deus. Portanto, tudo o que existe deve se tornar signo que direcione a Deus, seja diretamente, como no ato eucarístico, seja indiretamente, indicando outro elemento que, por sua vez, levará a Deus. Este é o ápice da cadeia analógica. Observamos aqui a força do recurso metafórico; o pão não é comparável (e não é comparado) a Cristo, mas, após a consagração, o pão é Cristo, pois é através deste que Cristo se faz presente entre os fiéis. Desse modo, a tensão entre a diferença e a identidade, entre significado e significante, é estabilizada por um recurso de semelhança que produz presença.

A festa de Corpus Christi transporta para a rua o momento mais esperado da celebração litúrgica, a contemplação eucarística, que aproxima o fiel de Deus, então, presente na figura de Cristo. Neste momento, esse signo eficaz torna-se também signo de reconhecimento para aqueles que dele partilham. A eucaristia é um signo cristão, em torno do qual os fiéis se reúnem, identificando uma comunidade de pertencimento, a Cristandade. Do mesmo modo, a procissão transforma-se também em signo, como observamos a seguir.

Ao descrever a cidade do ponto de vista do caminhante, Lewis Mumford ressalta que a cidade nunca deixou de ser um palco para as cerimônias religiosas, como as procissões em

que tomavam parte homens de todos os ofícios e condições.³⁰⁵ As procissões representam a cidade, que, superada a noção de ordem pela de estado, torna-se, na verdade, o corpo que reúne os ofícios e a vida urbana como um todo. Deste modo, evidencia a composição social da cidade em sua diversidade e, ao mesmo tempo, remete às hierarquias que aí se desdobram.

Sabemos que a sociedade medieval primava pela cultura do gesto, sendo inegável o valor e o poder conferido à performance. Em uma sociedade extremamente ritualizada, os gestos permitiam a confirmação do pertencimento a determinados grupos, além de ressaltar hierarquias entre os grupos sociais e dentro dos mesmos. Os gestos transmitiam poder e, por isso, eram constantemente regulados pelas autoridades. Como aponta Miri Rubin, Londres não apresentava uma procissão que englobasse toda a cidade, mas tinha a Festa do Corpo de Cristo marcada por procissões paroquiais menores e por uma grande procissão da Guilda dos Skinners.³⁰⁶ No entanto, é possível pensar nas características dessas procissões no reino através de documentos sobre as procissões em outras cidades, como York e Winchester.

Ao tratar das provisões para a celebração de Corpus Christi em York, ressalta-se que a procissão “begins at the great gates of the priory of Holy Trinity in York and goes in procession to York cathedral, and then to the hospital of St. Leonard in York, where the sacrament is delivered up”.³⁰⁷ As procissões da cidade deveriam percorrer seu eixo central, seguindo da Santíssima Trindade à Catedral. Contudo, além do percurso do cortejo, o que mais chama nossa atenção é o ordenamento dos grupos que dele podiam participar. O sacramento seguia pelas ruas da cidade “preceded by numerous lighted torches and a multitude of priests dressed in surplices, and is followed by the mayor and citizens of York with crowds of other people flocking behind”.³⁰⁸ Assim, em York, a eucaristia é seguida imediatamente pela principal autoridade da cidade e pelos cidadãos que possuem as liberdades da cidade.

Pensar tal ordenamento é fundamental para compreender o sistema medieval. O mundo medieval é analógico, portanto, é hierárquico, o que pode ser bem entendido através da procissão. Deus é, por excelência, o divino e, por isso, encontra-se no topo da hierarquia. Desse modo, por analogia, os demais seres podem apenas ser identificados como mais divinos ou

³⁰⁵ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 3ed., 1991.

³⁰⁶ RUBIN, Miri. *Corpus Christi: The Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: CUP, 1991.

³⁰⁷ *Provision for proper attention to the Corpus Christi and other divine services*, disponível em <http://users.trytel.com/tristan/towns/florilegium/community/cmreli21.html>. “(...) começa nos portões principais do priorado da Santíssima Trindade e segue em procissão até a catedral de York, e então até o hospital de São Leonardo em York, onde o sacramento é entregue”. (Tradução livre da autora).

³⁰⁸ Idem. “(...) antecedido por muitas tochas acesas e uma multidão de padres vestidos com sobrepelizes, e é seguido pelo *mayor* e os cidadãos de York com uma aglomeração de pessoas atrás”. (Tradução livre da autora).

menos divinos, assumindo seu lugar na hierarquia de acordo com essa identificação, o que está diretamente ligado à função que cada um desses grupos deve exercer dentro do corpo social. Na procissão, essa hierarquia é identificada através do posicionamento dos grupos que devem estar mais afastados ou mais próximos de seu ponto central, o Santíssimo Sacramento.

Outro texto relevante para pensarmos este ordenamento trata dos preparativos para a procissão de Corpus Christi em Winchester.

At the congregation held at Winchester on 31 May 1437, an ordinance was made by Richard Gater mayor of the city of Winchester, John Gymere and Henry Putte bailiffs of that city, and agreed to by all the citizens and the community of that city, concerning the public procession on the festival of Corpus Christi by the various crafts within the city. Which is that the carpenters and tilers should go together in the first section of the procession, the smiths and barbers in the second section, the cooks and butchers in the third, the shoemakers with two lights in the fourth, the tanners and coverlet-weavers in the fifth, the fraternity of St. Thomas and the tailors' assistants in the sixth, the fishermen and the skinnners in the seventh, the vintners and the fraternity of St. Anne in the eighth, the weavers with two lights in the ninth, the fullers with two lights in the tenth, the dyers with two lights in the eleventh, the mercers with two lights in the twelfth, wives with one light and John Blake with the other light in the thirteenth section of the procession. (...).³⁰⁹

Podemos notar que no extrato esses grupos são identificados por meio de seus ofícios. Embora o desenvolvimento das cidades e o crescimento de uma economia monetária tivessem afastado a noção de profissões ilícitas e criado novas atitudes com relação a estas, alguns ofícios continuaram a ter precedência sobre outros. Em Winchester, abriam a procissão os carpinteiros e ladrilheiros, seguidos pelos ferreiros e barbeiros, e depois pelos cozinheiros e açougueiros. É interessante notar que, embora participem da procissão, estes grupos não carregam consigo velas como os demais.

Entre estes encontramos os açougueiros, que já haviam superado o tabu do sangue ao qual seu ofício estivera associado, uma vez que estavam inteiramente integrados à economia monetária e estavam entre os mais abastados das cidades. No entanto, eram ainda relacionados

³⁰⁹ *Arrangements for the procession at Winchester*, disponível em <http://users.trytel.com/tristan/towns/florilegium/community/cmreli21.html>. “Na assembleia reunida em Winchester em 31 de Maio de 1437, uma ordenação foi feita por Richard Gater mayor da cidade de Winchester, John Gymere e Henry Putte oficiais de justiça da cidade, e com aprovação de todos os cidadãos e da comunidade da cidade, no que se refere à procissão da festa de Corpus Christi com os diversos ofícios da cidade. Por esta carpinteiros e ladrilheiros deviam seguir juntos na primeira seção da procissão, os ferreiros e os barbeiros na segunda seção, os cozinheiros e açougueiros na Terceira, os sapateiros com duas velas na quarta, os curtidores e os tecelões de colchas na quinta, a fraternidade de São Tomás e os assistentes de alfaiate na sexta, os pescadores e os peleiros na sétima, os vinhateiros e a fraternidade de Sant’Ana na oitava, os tecelões com duas velas na nona, aqueles que preparam a lã com duas velas na décima, os tintureiros com duas velas na décima primeira, os mercadores de tecido na décima segunda, as esposas com uma vela e John Blake com outra vela na décima terceira seção da procissão. (...)”. (Tradução livre da autora).

à sujeira dos restos das carnes e do mau cheiro que atormentava os cidadãos. Em diferentes cidades da Cristandade, constantes são as reclamações que chegam às autoridades quanto ao mau cheiro que impregna as áreas em que açougueiros exerciam sua atividade e, cada vez mais, veem-se afastados das áreas centrais. Seu ofício é essencial para o bem comum, a alimentação da cidade, mas ainda não se encontra entre os mais valorizados. Os outros ofícios que os antecedem parecem estar em uma situação semelhante.

Após estes primeiros grupos, caminham os sapateiros, carregando duas velas, aos que se seguem os curtidores, os tecelões de colchas, a fraternidade de St. Thomas, os assistentes de alfaiate, os pescadores, os peleiros e os vinhateiros. Ao fim desta camada, seguem os grupos com as velas que devem iluminar o caminho percorrido pela Eucaristia. Assim, caminham ordenados os tecelões, os homens que preparavam a lã, os tintureiros, os mercadores de tecido e, por fim, as esposas. É necessário observar a disposição desses grupos.

Apresentam-se os ofícios integrantes das artes mecânicas, que representavam a parte numericamente mais importante das cidades medievais. No entanto, destacam-se os ofícios ligados à tecelagem. Afinal, esta é a atividade comercial mais relevante entre as cidades do reino, e também responsável pela exportação inglesa para o continente. Em sua maioria, são estes ofícios que têm a honra de carregar as luzes da procissão.

Nesse contexto, ser visto assume um papel essencial de representação, ressaltando a posição social. Esta é também uma preocupação dos que participam não apenas dos grandes festejos, mas dos eventos do cotidiano, como é o caso das missas dominicais. Podemos citar como exemplo a descrição da Mulher de Bath, extraída de *The Canterbury Tales*, na qual se destaca a via de mão dupla do ver e ser visto:

I hadde the bettre leyser for to pleye,
And for to se, and eek for to be seye
Of lusty folk. What wiste I wher my grace
Was shapen for to be, or in what place?
Therefore I made my visitaciouns
To vigilies and processions,
To prechyng eek, and to thise pilgrimages,
To pleyes of miracles, and to mariages,
And wered upon my gaye scarlet gytes.³¹⁰

³¹⁰ *THE WIFE OF BATH'S PROLOGUE*, 551-559, p. 112. “(...), isso me deixava com mais liberdade para divertir-me, para ver pessoas interessantes e ser vista por elas... pois como eu podia saber o que o destino me reservava de bom, e em que lugar? Por isso, eu estava sempre participando de procissões e vigílias, pregações e romarias, peças de milagres e casamentos, e sempre com minhas alegres roupas vermelhas”. (CHAUCER, 1988:145).

Estimava todo tipo de passeio, pois eram os momentos em que podia se dar a ver aos demais. Em sua lista, podemos ver diferentes momentos em que os cidadãos se reuniam, como as peças de milagres, realizadas nas praças para toda a cidade, as pregações, que com a ampliação da ação das Ordens Mendicantes ganhou outros espaços além do interior das igrejas, e, sem dúvida, as procissões. É nesses eventos que melhor se observa os modos de ordenação não só de grupos, mas da cidade como um todo.

Observamos o recurso metafórico operando em dois eixos na festa de Corpus Christi. Um eixo refere-se à hóstia consagrada exposta na procissão, que não representa Cristo, mas é o Corpo de Cristo, e, assim, torna-o presente junto à comunidade cristã. O outro é a metáfora da procissão. Na diversidade de sua composição, esta é o corpo social, a própria cidade. De modo semelhante, inserida na lógica da Cristandade, ela é o Corpo da Igreja, cuja cabeça é o próprio Cristo.

Esta, entretanto, não é a única celebração em que constam procissões. Além das festas dos santos paroquiais e dos santos patronos de guildas e fraternidades, Londres testemunhava outros cortejos cívicos, como a anual marcha do *mayor* eleito no dia da posse e as entradas régias para homenagear o rei que retorna à cidade. Bryant faz um interessante estudo sobre estas no contexto do curto reinado duplo de Henry VI, analisando a entrada do rei em Paris para ser coroado em 1431 e sua entrada em Londres ao retornar para a Ilha em 1432.³¹¹ O autor destaca que, enquanto a cerimônia em Paris ressalta o papel das instituições francesas e seu valor para um bom reinado, a entrada régia em Londres afirma a íntima relação da cidade, representada pelo *mayor*, com o Rei e sua alegria em tê-lo presente.³¹² Como vimos, Londres apresenta-se ao rei como a cidade fiel, pronta a servir a Coroa.

Gostaríamos aqui de focar em outra procissão que chama atenção na documentação. Esta é uma

solemn procession to Westminster made on the morrow of SS. Simon and Jude [28 Oct.] by the Mayor, Aldermen, and an immense number of the Commonalty, on foot like pilgrims, to return thanks for the joyous news that had arrived of the King's victory at Agincourt, before the new Mayor was admitted and sworn before the Barons of the Exchequer.³¹³

³¹¹ BRYANT, Lawrence. "Configurations of the Community in Late Medieval Spectacles – Paris and London during the Dual Monarchy". In: HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn (eds.). *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

³¹² Breves relatos dos eventos podem ser encontrados em 'Folios 101-110: 1431-33', in Calendar of Letter-Books of the City of London: K, Henry VI, ed. Reginald R Sharpe (London, 1911), pp. 135-145. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volk/pp135-145> [accessed 3 January 2017].

³¹³ 'Folios cxliii - clx: Oct 1414 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: I, 1400-1422, ed. Reginald R Sharpe (London, 1909), pp. 130-146. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter->

O cortejo acontece após a Festa de São Simão e São Judas, data em que, anualmente, o *mayor* eleito assumia seu cargo no Guildhall de Londres. Tradicionalmente, como definido pelas ordenações da cidade, no dia seguinte à cerimônia no Guildhall, o *mayor* seguia a cavalo, acompanhado pelos Aldermen, até Westminster, onde deveria apresentar-se diante dos Barões do Tesouro Real. Contudo, em outubro de 1415 decidem que devem seguir em procissão a pé como agradecimento à vitória do Rei em Agincourt.

Em primeiro lugar, podemos refazer o caminho percorrido do Guildhall até Westminster.³¹⁴ Ao sair do Guildhall, a comitiva atravessaria Chepe até alcançar a Walting Street. Subindo por esta, atravessaria Cordwainer, Bread Street e Castle Baynard, passando por St. Paul's, até os portões de Ludgate. Após cruzar os portões, a procissão deveria, então, seguir por Fleet Street e depois descer por Strand, passando pelo Savoy Palace, até chegar a Westminster. Neste caminho, percorrem os principais pontos administrativo (Guildhall), comercial (Chepe) e religioso (St. Paul's) da cidade, dando destaque ainda aos *wards* que podem testemunhar a procissão de suas portas e janelas.

Embora os *Calendars* apenas indiquem o evento, os *Memorials* apresentam a tradução do texto latino do relato presente nos fólios do Letter Book I, revelando mais detalhes.³¹⁵ Faz-se questão de registrar que a opção pela procissão a pé não deve ser tomada como precedente para as cerimônias dos próximos *mayors* a serem eleitos, pois foi realizada desse modo exclusivamente em homenagem ao Rei vitorioso. Isso porque a cidade esteve em profunda aflição “as to the army of our Lord the King, who was valorously struggling to gain the rights of his realm in the parts beyond sea, and in which all our affections lay centred”,³¹⁶ até ter notícias da vitória de seu Rei.

But however, after thus being ardently athirst, in expectation to hear some encouraging news of the success of the royal expedition, it was not long before a trustworthy report of the truth arrived to refresh the longing ears of all the City; how

books/voli/pp130-146 [accessed 10 January 2016]. “(...) solene procissão até Westminster realizada no dia seguinte à Festa de São Simão e São Judas [28 Out] com o Mayor, os Aldermen, e um imenso número dos cidadãos, a pé como peregrinos, para agradecer pelas alegres notícias que chegaram sobre a vitória do Rei em Agincourt, antes do Mayor ser admitido e jurado diante dos Barões do Tesouro Real”.(Tradução livre da autora).

³¹⁴ Trabalho feito a partir dos mapas disponibilizados no Anexo 2.

³¹⁵ O texto pode ser encontrado entre os extratos do Anexo 1.

³¹⁶ 'Memorials: 1415', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 601-624. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp601-624> [accessed 30 November 2016]. “(...) por causa da armada de Nosso Rei, que estava valorosamente lutando para conseguir os direitos sobre seu reino além-mar, e sobre a qual todos depositamos nossas afeições”. (Tradução livre da autora).

that our said Lord, our illustrious King, the Lord giving His aid therein, had by such grace gained the victory over his enemies and adversaries (...).³¹⁷

A Cidade alegra-se pela vitória do Rei, pois a vitória da Coroa é também sua vitória. Não nos esqueçamos que Londres contribui constantemente com os recursos de que a Coroa necessita para manter a guerra, o que a auxilia a manter sua precedência no reino, mas também traz um peso enorme para seus habitantes. O relato destaca a ansiedade dos londrinos por notícias do Rei e, como no caso estudado por Bryant, a Cidade coloca-se em uma relação de muita proximidade com seu soberano. Os cidadãos de Londres não são súditos como os demais.

As autoridades da cidade fazem uma escolha precisa do momento para dar graças pela vitória do Rei, atrelando-o ao próprio cerimonial da cidade. As eleições do *mayor*, dos *aldermen* e dos demais oficiais da cidade são o principal símbolo da liberdade da cidade, concedida e confirmada por forais a cada reinado. Ao associar a procissão em homenagem ao Rei à usual ida do Mayor a Westminster, reafirma-se a ligação entre a cidade e a Coroa, assim como a liberdade da cidade. Por meio de sua fidelidade ao Rei, Londres busca também manter seus privilégios.

“The rituals attached to coronations, funerals, marriages, and entries reinforced the power of the monarchy, with the accompanying reassurance of the privileges of the townspeople”.³¹⁸ As autoridades, representantes oficiais da cidade, peregrinam até a catedral de Westminster, onde dão graças pela conquista militar do Rei, “in presence of our Lady the Queen, and very many other lords and peers of the realm, and in company of the more substantial men, both spiritual and temporal”,³¹⁹ ou seja, unem-se às figuras mais importantes do reino. Ao registrá-lo no Letter Book, reafirmam seu lugar na hierarquia do reino.

Dessa forma, a cidade esforça-se para desenvolver gestos coletivos complexos que possam inseri-la e, mais que isso, destacar sua posição dentro de uma hierarquia, na qual está mais próxima do Rei não só espacialmente. Assim como em Corpus Christi o cerne da cerimônia é o sacramento, nesta celebração cívica o centro encontra-se na figura do Rei. No gesto do *mayor* e dos *aldermen*, oriundos de diversos *wards* e ofícios, é a cidade que se encontra ao redor do Rei.

³¹⁷ Idem. “No entanto, depois de estarmos ardentemente sedentos, à espera de receber notícias encorajadoras sobre o sucesso da expedição régia, não tardou a chegar um relato confiável sobre a verdade para refrescar os ouvidos ansiosos de toda a Cidade; como nosso Senhor, nosso ilustre Rei, com a ajuda de Deus, tinha por sua graça conseguido a vitória sobre seus inimigos e adversários” (Tradução livre da autora).

³¹⁸ HANAWALT & REYERSON, op. cit, p. xi. “Os rituais associados a coroações, funerais, casamentos e entradas reforçavam o poder da monarquia, com a garantia dos privilégios dos cidadãos”. (Tradução livre da autora).

³¹⁹ 'Memorials: 1415', op. cit. “(...) na presença da nossa Rainha, e muitos outros lordes e pares do reino, e na companhia do homens mais importantes, tanto espiritual quanto temporalmente” (Tradução livre da autora).

Seja no âmbito cívico ou religioso, cuja separação é muito tênue, ao incluir os diversos grupos que compõem o universo citadino, a procissão apresenta e representa a própria cidade, ou melhor, o corpo formado pela mesma. Embora haja diferenças quanto ao seu estado e status, cada grupo mantém uma posição própria no corpo que constitui a cidade. Desse modo, a procissão insere a cidade no novo modelo de vida cristã, proativo, tornando-a parte de um corpo ainda maior, aquele da Cristandade.

CAPÍTULO 4: RELAÇÕES DE ALTERIDADE NA LONDRES MEDIEVAL

4.1. OS CITADINOS E OS ESTRANGEIROS

4.2. O LUGAR DOS MORTOS – ENTRE VIVOS E MORTOS NA LONDRES MEDIEVAL

4.3. RECONHECER-SE E SER RECONHECIDO COMO CITADINO

CAPÍTULO 4: RELAÇÕES DE ALTERIDADE NA LONDRES MEDIEVAL

4.1. Os citadinos e os estrangeiros

The mooder of the Sowdan, welle of vices,
Espied hath hir sones pleyn entente,
How he wol lete his olde sacrifices;
And right anon she for hir conseil sente,
And they been come to knowe what she mente.
And whan assembled was this folk in-feere,
She sette hire doun, and seyde as ye shal here.

“Lordes,” quod she, “ye knowen everichon,
How that my sone in point is for to lete
The hooly lawes of our Alkaron,
Yeven by Goddes message Makomete.
But oon avow to grete God I heete,
The lyf shal rather out of my body sterte
Or Makometes lawe out of myn herte!

(...)

“We shul first feyne us cristendom to take –
Coold water shal nat greve us but a lite! –
And I shal swich a feeste and revel make
That, as I trowe, I shal the Sowden quite.
For thogh his wyf be christened never so white,
She shal have need to wasshe away the rede,
Thogh she a font-ful water with hire lede.”³²⁰

Vemos aqui a mãe de um Sultão da Síria em profundo desacordo com a decisão de seu filho de desposar uma nobre cristã. Afinal, para tal intento, o Sultão haveria de converter-se ao Cristianismo e abandonar as leis do Corão. Perversa, sua mãe planeja dar fim a seus planos e a todos os cristãos em seu território, incluindo seu próprio filho. Nessa intensa passagem do Conto do Magistrado, o narrador destaca a maldade e a falsidade da mãe do Sultão, associadas à sua recusa em deixar de seguir as leis de Maomé e aceitar a Cristo.

O conto é desenvolvido em torno da história de Constância, filha de um Imperador, cuja beleza e bondade deveriam lhe garantir reinar por toda Europa. A história baseia-se na

³²⁰ *THE MAN OF LAW'S TALE*, 323-357, p. 92. “A mãe do Sultão, que era um poço de maldade, sabendo do claro intuito do filho de abandonar os velhos sacrifícios, convocou imediatamente o seu Conselho, que logo se apresentou para saber o que queria. Assim que viu sua gente reunida, ela sentou-se e disse o que segue: ‘Senhores, todos vós sabeis que meu filho está prestes a renunciar às santas leis do nosso Corão, transmitidas a nós por Maomé, o mensageiro de Deus. Faço, porém, ao grande Alá este voto: será mais fácil a vida deixar este meu corpo, que a fé islâmica deixar meu coração. (...) Primeiro fingiremos aceitar o cristianismo... A água fria não vai nos fazer tanto mal! Depois, prepararei um banquete e uma festa a fim de, espero, poder enganar o Sultão. E lá, mesmo que sua esposa esteja branca e imaculada pela graça do batismo, não terá água bastante para lavar o vermelho, ainda que traga consigo uma fonte a transbordar.’” (CHAUCER, 1988:75).

versão da crônica do frei dominicano Nicholas Trevet, recebendo adições por parte de Chaucer. Acredita-se que a bela e virtuosa Constância faça referência à filha do Imperador Bizantino Tiberius Constatinus e esposa de seu sucessor, Mauricius Flavius Tiberius, que na narrativa aparece como seu filho.³²¹ No entanto, não nos concentraremos aqui nos paralelos entre as figuras históricas e as personagens, mas na construção do discurso de Chaucer sobre o Outro.

A narrativa sobre os sofrimentos e as virtudes de Constância é construída como um romance cristão, aproximando-se por diversas vezes do modelo das vidas de santos. Mais que uma figura da realeza, Constância é apresentada como um exemplo de vida cristã e torna-se um símbolo da expansão da fé. Seu primeiro desafio se apresenta quando o Imperador, *of his grete noblesse*, concede sua mão ao Sultão da Síria, que toma conhecimento da donzela por meio de mercadores sírios que visitaram Roma. Tão grande é o encantamento do Sultão pelas reconhecidas virtudes da jovem que ele se propõe a abandonar os preceitos ensinados por Maomé: “And he answered, ‘Rather than I lese/ Custance, I wol be cristened, douteles.’”³²² Entretanto, a mãe do Sultão tem outros planos e decide matar o Sultão, seus seguidores e todos os cristãos que acompanharem Constância. Ela assim o faz e deixa Constância à deriva em uma pequena embarcação.

Por anos velejaria a filha do Imperador, sempre protegida por Deus, até que sua embarcação alcançasse a Nortúmbria, onde foi acolhida pelos guardiões do castelo do Rei Aella. Também aí Constância encontra sofrimentos, assim como conduz pagãos à conversão, a começar por aqueles que a acolheram. “And so ferforth she gan oure lay declare/ That she the constable, er that it was eve/ Converteth, and on Crist made hym bileve.”³²³

Entre os convertidos estava o próprio Rei, com quem Constância se casa e tem um filho. Contudo, a mãe pagã do Rei não aceita a escolha do filho e aproveita sua ausência para preparar uma armadilha para Constância, que é novamente deixada à deriva, agora com um filho em seus braços, e novamente tem que contar com a ajuda divina, recorrendo à Virgem. Mais uma vez, uma mãe que não aceita a fé cristã, e, portanto, não pertence ao reino dos filhos de Deus, opõe-se à cristianíssima Constância. Em ambos os casos, assim como o islamismo e o paganismo, na figura das mães do Sultão e do Rei, inspiram a maldade, Constância, com suas virtudes e devoção, inspira a conversão. Ela é um sinal da fé cristã que alcança outros reinos.

³²¹ Cf. “Explanatory notes”, in THE RIVERSIDE CHAUCER, op. cit., p. 857.

³²² THE MAN OF LAW’S TALE, 225-226, p. 90. “Disse então o soberano: ‘Para não perder Constância, prefiro ser batizado.’” (CHAUCER, 1988, p.73).

³²³ Ibidem, 572-574, p. 95. “E tão clara foi ela ao expor sua fé que, antes do anoitecer, já havia convertido o condestável à religião de Jesus”. (CHAUCER, 1988, p. 79).

Diversas são as dificuldades impostas à Constância, que sempre as supera com a ajuda da graça divina, antes que ela consiga, em Roma, reencontrar seu marido e, por fim, seu pai, o Imperador. Seu filho Maurício, então, é sagrado Imperador após a morte do avô. “This child Maurice was sithen Emperour/ Maad by the Pope, and lyved cristenly;/ To Cristes chirche he dide greet honour.”³²⁴ Maurício torna-se um exemplo de imperador ao servir à igreja de Cristo, assim como sua mãe fora o modelo cristão por excelência.

Ao longo do Conto, o Império e seus representantes aparecem sempre associados à fé cristã, à sua defesa e difusão. O poder imperial é concedido por Deus, por meio do Papa, e a principal missão imperial é defender a Igreja. O Império é, acima de tudo, o Império de Cristo e este engloba toda a Cristandade. Embora esteja fora de seu território de origem, Constância carrega consigo a bandeira da Cristandade, o que a inclui em um círculo muito mais amplo. Há, assim, ao longo de toda a narrativa uma distinção entre os que pertencem e aqueles que não pertencem à Cristandade. O estrangeiro não é apenas aquele que não se encontra em território imperial, mas principalmente aquele que se recusa a abraçar o Cristianismo. Pelo exemplo de Constância, a filha do imperador, que, ao inspirar a conversão, inclui os conversos no reino de Cristo como todos os seus filhos, Chaucer destaca o valor de pertencer ao maior dos Impérios.

A postura perante o estrangeiro sempre assumiu contornos complexos no medievo. Os estrangeiros são, por vezes, desejáveis, e, por outras, excluídos; por vezes, estão inseridos na comunidade e, por outras, representam uma ameaça para aqueles que participam da mesma. “Essa ambivalência na avaliação dos estrangeiros e da diversidade surge, de resto, nas atitudes e nos costumes tradicionais, que garantem ao forasteiro hospitalidade e auxílio, mas que, ao mesmo tempo, revelam um medo orgânico dos estrangeiros”.³²⁵

Tal atitude ambígua destaca-se em uma cidade tão comercial como a Londres do XIV. Dependente do mercado de exportações e importações, a cidade precisa dos mercadores estrangeiros que a abastecem com os itens que não são produzidos ou não estão disponíveis internamente, mas, ao mesmo tempo, enxerga-os como uma ameaça aos seus privilégios comerciais dentro do reino. Desse modo, embora haja em geral uma convivência pacífica entre ingleses e estrangeiros no espectro da cidade, há também momentos de acirrada oposição.

Pessoas das mais diversas origens trabalhavam e conviviam no cerne da cidade, como “people from areas of the French-speaking continent, from Milan, Genoa, and Florence, the

³²⁴ Ibidem, 1121-1123, p. 103. “O menino Maurício foi, mais tarde, sagrado Imperador pelo Papa, vivendo sempre cristãmente e honrando a santa Igreja...” (CHAUCER, 1988, p. 86).

³²⁵ GEREMEK, Bronislaw. “O marginal”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989, p. 234.

Savoie, Hanse merchants, people from Flanders and Brabant (who settled especially in Westminster and Southwark), Czech-speakers, even a few Greeks”.³²⁶ Certamente, já tratamos anteriormente da complexidade dos contatos entre ingleses e franceses através do canal. Portanto, abordaremos agora os vínculos ingleses com estrangeiros provenientes de outros reinos.

Ao longo do século XIV, Londres tornara-se o principal centro de exportação de lã, com mais de metade dessa cota, e gradativamente controlaria a exportação de tecidos, através dos Merchants Adventurers, cuja maioria provinha de Londres. A cidade ainda possuía privilégios geográficos em relação aos outros portos, pois estava mais próxima dos Países Baixos, um dos principais mercados para sua lã.

If agriculture provided English society with its subsistence, trade provided much of its wealth. England lay on the great maritime artery from Scandinavia to the Atlantic and Mediterranean, but what made it a natural entrepôt – second only to the Low Countries – was its production of wool.³²⁷

Teria início, na segunda metade do XIV, uma transição entre a exportação de lã e a exportação de tecidos de lã manufaturada.³²⁸ A Inglaterra deixaria, então, de se destacar apenas como fornecedora de matéria-prima, atendendo especialmente os mercados flamengos, e tornar-se-ia uma das três grandes áreas da indústria têxtil, ao lado da Flandres e da Itália, com as quais manteve intensos contatos comerciais.

Neste período, entretanto, a rivalidade entre os mercadores ingleses e flamengos desencadeou um processo através do qual diversos embargos se colocaram para a atuação destes na Inglaterra, abrindo, então, espaço para os mercadores italianos, que se tornaram os principais negociantes da lã inglesa no século XIV. Este movimento possibilitou o desenvolvimento da fabricação de tecidos finos italianos, antes impossibilitado pela má qualidade de sua lã. Contudo, os mercadores ingleses procuravam, por sua vez, tomar a frente da comercialização dos seus produtos. Assim, o controle sobre o fornecimento da matéria-prima, aliado aos benefícios fiscais garantidos pela tecelagem inglesa, transferiu a Inglaterra da posição de

³²⁶ BUTTERFIELD, op. cit., p. 203. “(...) pessoas de áreas falantes de francês do continente, de Milão, Gênova e Florença, de Saboia, mercadores da Hansa, pessoas de Flanders e Brabant (que se abrigavam especialmente em Westminster e em Southwark), falantes de tcheco, até alguns gregos”. (Tradução livre da autora).

³²⁷ HARRIS, Gerald. *Shaping the Nation: England 1360-1461*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 256. “Se a agricultura dava à sociedade inglesa sua subsistência, o comércio dava muito de sua riqueza. A Inglaterra encontrava-se na grande artéria marítima que ligava a Escandinávia ao Atlântico e ao Mediterrâneo, mas o que a tornou um entreposto natural – atrás apenas dos Países Baixos – foi sua produção de lã”. (Tradução livre da autora).

³²⁸ RIGBY, S. H. “Society and politics”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 31.

exportadora de lã para a de produtora de tecidos de lã, bastante difundidos no mercado europeu.

Neste contexto, destacamos a relação ambígua entre os mercadores ingleses e flamengos. Um aspecto importante do período da guerra franco-inglesa era a relação entre os dois reinos e os Países Baixos. A área de atuação política inglesa estendia-se de Flanders até a Holanda, o ducado de Brabante, o condado de Hainault e a Picardia, e desde o século XIII os interesses econômicos da Inglaterra e de Flanders eram interdependentes: Flanders contava com a lã inglesa, enquanto a Inglaterra esperava pelos tecidos de lã produzidos na Flanders.

Both England and France had strong reasons for wanting to trade with and, if necessary, annex these lucrative Flemish sources of capital and financial acumen; conversely, the Flemish courts and cities need grain from France as well as wool from England, and could not afford to allow either side to deny them access to the other.

329

A proximidade dos flamengos com os franceses não deixava de ser uma preocupação para a Coroa inglesa, levando-a a interferir, por vezes, em seus negócios. Em Agosto de 1378, por exemplo, Richard II envia a Londres uma proclamação quanto a um acordo entre ele e Louis, Conde de Flanders “to the effect that Flemish merchants may traffic freely with England, provided they do not surreptitiously load their ships with French or Spanish merchandise”.³³⁰ Os mercadores flamengos são aceitos, mas é preciso vigiar seus negócios com os inimigos.

Uma maior oposição entre ingleses e flamengos coloca-se a partir do desenvolvimento da produção de tecido inglesa. O crescimento do mercado têxtil inglês foi impulsionado a princípio por Edward III a fim de suprir as demandas internas, mas conseguiu também abastecer regiões como a Gascônia, expandindo-se posteriormente. “English cloth had been banned from Flanders since 1346, but it had a ready market in the Netherlands either for finishing or for onward sale to Cologne and distribution throughout Germany”.³³¹ A Coroa inglesa concede diversos benefícios aos seus mercadores de tecidos, como uma substancial queda na taxa sobre o produto. O acesso à lã e as taxas para exportação reduzidas favorecem a entrada do

³²⁹ BUTTERFIELD, op. cit., p. 118. “Tanto a Inglaterra quanto a França tinham fortes razões para querer negociar com [Flanders] e, se necessário, anexar essas lucrativas fontes de capital flamengas e seu tino para os negócios; por sua vez, as cortes e cidades flamengas precisavam dos grãos franceses assim como da lã inglesa, e não podiam permitir que nenhum dos dois lados lhes negasse acesso ao outro”. (Tradução livre da autora).

³³⁰ 'Folios xci - xcix: Sept 1378 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 97-111. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp97-111> [accessed 28 December 2016]. “(...) a efeito de que os mercadores flamengos podem negociar livremente com a Inglaterra, desde que não carreguem seus navios clandestinamente com mercadorias francesas e espanholas”. (Tradução livre da autora).

³³¹ HARRIS, op. cit., p. 256. “O tecido inglês havia sido banido de Flanders desde 1346, mas tinha um mercado pronto na Holanda tanto para finalização quanto para repasse para Colônia e distribuição pela Alemanha”. (Tradução livre da autora).

tecido inglês nos mercados europeus, ao passo que reduz o acesso de Flanders à lã inglesa. Nas décadas finais do XIV, a produção inglesa passa a impor uma verdadeira competição aos mercados flamengos, o que acirra a disputa já existente.

Os mercadores flamengos eram uma presença constante na Londres medieval, o que não passaria despercebidamente na narrativa chauceriana. Entre as influências presentes, um ditado flamengo passa a integrar a fala de um londrino, o Cozinheiro,³³² e palavras flamengas são naturalizadas por outro, o Albergueiro.

Flemish merchants were a key cultural presence on the continent and in England for over two centuries: and although they signified, especially for the English, the principal route towards prosperity and expansion, their efforts to conduct business without let or hindrance erupted several times in several cities into scenes of extreme violence.³³³

Ao tratar dos antagonismos e das reações violentas, não se pode deixar de lembrar do ataque aos flamengos em Londres na revolta de 1381. Os rebeldes, ao invadir a cidade, voltam-se contra os representantes da Coroa, considerados responsáveis pela nova taxa, mas atacam também os estrangeiros, que não eram igualmente taxados embora vivessem no reino. Neste caso, a própria diferenciação linguística teria traído os flamengos que habitavam a cidade, pois, ao serem requisitados a dizer “Breede and Cheese”, os flamengos diriam “Case and Broode”, sendo assim reconhecidos e assassinados.³³⁴ Para além da diferença linguística, este evento revela ainda a dificuldade destes estrangeiros de se integrarem por completo à cidade de Londres.

O Provedor, participante das *Tales*, ressalta o fato de que, às vezes, é necessário calar-se, lembrando que “Daun Salomon, as wise clerkes seyn,/ Techeth a man to kepen his tonge weel”.³³⁵ Ao encerrar sua história sobre o corvo de Febo, um corvo que tem sua aparência transformada por seu dono como punição por falar demais, o provedor-narrador discorre sobre a importância de se saber controlar a língua. Ainda, depois de citar Salomão, Davi e Sêneca, chama nossa atenção para um ponto muito interessante:

³³² Cf. Capítulo 2.1.

³³³ BUTTERFIELD, op. cit., p. 219. “Os mercadores flamengos foram uma presença cultural chave no continente e na Inglaterra por mais de dois séculos: e embora eles significassem, especialmente para os ingleses, a principal rota para a prosperidade e a expansão, seus esforços para conduzir seus negócios sem impedimentos geraram diversas vezes em diversas cidades cenas de extrema violência”. (Tradução livre da autora).

³³⁴ WALLACE, op. cit., p. 71.

³³⁵ *THE MANCIPILE'S TALE*, 314-315, p. 286. “Não é à toa que Dom Salomão, segundo os sábios, nos aconselha a dominar a nossa língua”. (CHAUCER, 1988:281).

The Flemyng seith, and lerne it if thee leste,
That litel janglyng causeth muchel reste.
My sone, if thou no wikked word hast seyde,
Thee thar nat drede for to be biwreyde;
But he that hath mysseyde, I dar wel sayn,
He may by no weyclepe his word agayn.
Thing that is seyde is seyde, and forth it gooth,
Though hym repente, or be hym never so looth.³³⁶

Como indica o Provedor, são os próprios flamengos que aconselham a falar pouco, reforçando seu discurso sobre os cuidados com a palavra falada. Ironicamente, não teriam seguido seu ditado nos eventos de 1381. Ao recorrer novamente a um ditado flamengo, inserindo-o neste contexto, Chaucer, na voz do Provedor, evoca a memória de sua audiência para os eventos testemunhados.

Outra marca da presença flamenga em Londres, e que também destaca estes dos demais londrinos, é o chapéu de castor, como o do mercador que participa da comitiva da peregrinação. Para Butterfield, é difícil definir se isto o caracterizava como um flamengo, ou apenas como um mercador que adotou tal acessório. No entanto, é um claro indício das relações próximas com o continente. Se, por outro lado, seguirmos pensando no valor da inserção na comunidade com a qual se convive, este chapéu destaca-se como mais um signo de diferenciação.

O mercador traz ainda o importante aspecto das representações mercantis na narrativa. Ao longo da Guerra, os mercadores foram muito requisitados pela Coroa, pelos bens de que esta necessitava para abastecer as tropas e pelos navios. Alguns ricos mercadores puderam aproveitar-se desse contexto para ganhar mais espaço no reino; “(...) for instance the attribution of a tale about a knight to the Merchant is usually held to be revealing of an aspiration towards gentrification that is typical of the late fourteenth-century affluent urban middle class”.³³⁷ Entre estes mercadores que viram no período de Guerra uma chance de mobilidade, estavam não só mercadores ingleses, mas também mercadores de outras origens.

Embora neste momento estejamos nos referindo a estrangeiros oriundos de regiões que não pertencem ao reino inglês, é importante lembrar que a categoria *estrangeiro* é muito mais ampla para os homens do medievo.

³³⁶ Idem, 349-356. “Convém recordar-se do que dizem os flamengos: pouca conversa, muito sossego! Meu filho, quem não diz malevolências, não teme trair-se; mas – posso assegurar-lhe, - quem diz o que não deve, não tem como chamar de volta o que falou. O que está dito está dito, e ninguém segura mais; não adianta arrepender-se ou ficar triste”. (CHAUCER, 1988: 2383).

³³⁷ BUTTERFIELD, op. cit., p. 223. “(...) por exemplo a atribuição de um conto sobre um cavaleiro ao Mercador é geralmente tomada como reveladora de uma aspiração à *gentrificação* que é típica da afluyente classe média urbana de fins XIV”. (Tradução livre da autora).

The terms *alien* or in the vernacular *forein* or *straunge* [*foreyns et estraungers*] were often used, but with more than one meaning. Although *alien* was perhaps the most usual term for a foreigner, that is in terms of legal and taxation status ‘someone who had been born outside the king’s dominions’, a *forein* or *alien* was more narrowly someone who was not a freeman (or citizen?) of London; *straunge* could also mean this, but it might as often simply refer to someone who was not from London, but another part of England.³³⁸

Havia o estrangeiro oriundo de outros reinos, o estrangeiro de outras partes do reino e até mesmo o estrangeiro nascido na própria cidade, mas que não gozava de seus direitos. Cannon, analisando as proclamações da cidade, afirma ainda que não pertencer a um ofício aparece como equivalente à proveniência de um local fora da cidade de Londres.³³⁹ Aqui novamente destaca-se a importância do pertencimento a uma comunidade. É preciso estar inserido e, para tanto, diversas estratégias eram utilizadas por aqueles que não eram originalmente filhos da cidade.

The degree to which London assimilated speakers of different languages who came from outside the city—including immigrants of Flemish, Hanseatic, Italian, and Iberian origins—varied from group to group, and the rates at which Continental immigrants gained citizenship varied as well. Although some Flemings (like the ones evoked in *London Lickpenny*) were itinerant, other more skilled craftsmen known as “Duchmen”—an expansive Middle English term that could denote a range of Flemish, Dutch, or German laborers—were highly valued, and a few of these immigrants even gained admittance into some of London’s most prominent craft guilds.³⁴⁰

Entre os métodos mais eficazes para admissão às liberdades da cidade, estavam o casamento com as filhas de famílias bem estabelecidas e a inserção em uma corporação de ofício relevante. Além disso, sendo a contribuição para o bem coletivo um aspecto substancial, alguns estrangeiros encontravam aí sua válvula de entrada, fazendo consideráveis doações à cidade e, principalmente, à Coroa, em busca de seu favorecimento, como será explorado a

³³⁸ Ibidem, pp. 203-4. “Os termos *alien* ou no vernáculo *forein* ou *straunge* [*foreyns et estraungers*] eram geralmente usados, com mais de um sentido. Embora *alien* fosse talvez o termo mais comum para um estrangeiro, isto é, em termos legais e status de taxaço ‘alguém que nasceu fora dos domínios do rei’, um *forein* ou *alien* era mais especificamente alguém que não tinha as liberdades (ou um cidadão?) de Londres; *straunge* também podia significar isto, mas pode com frequência referir simplesmente a alguém que não é de Londres, mas de outra parte da Inglaterra.” (Tradução livre da autora).

³³⁹ CANNON, op. cit., p. 84.

³⁴⁰ HSY, op. cit., pp. 18-9. “O grau em que Londres assimilava falantes de diferentes línguas que vinham de fora da cidade – incluindo imigrantes de origem flamenga, hanseática, italiana e ibérica – variava de grupo para grupo, e os níveis em que os imigrantes continentais ganhavam cidadania também variavam. Embora alguns flamengos (como aqueles evocados no *London Lickpenny*) fossem itinerantes, outros homens de ofício mais habilidosos conhecidos com “Duchmen” – um amplo termo do inglês médio que podia denotar uma gama entre trabalhadores flamengos, holandeses ou alemães – eram altamente valorizados, e alguns desses imigrantes até conseguiam ser aceitos em algumas das corporações mais proeminentes de Londres”. (Tradução livre da autora).

diante. “In comparison with other urban centers throughout Europe, boundaries between native and alien communities in the city were in many cases quite fluid, and alien Londoners were not necessarily segregated from native residents, nor confined to ethnic enclaves”.³⁴¹ Contudo, nem todos os estrangeiros que residiam em Londres buscavam ser admitidos na cidade. Alguns destes mantinham suas próprias comunidades no interior das muralhas.

Como atenta Harris, o comércio regular com regiões distantes demandava a instalação de representantes nessas localidades. Portanto, assim como mercadores ingleses instalaram-se em áreas dos bálticos, mercadores hanseáticos e italianos estabeleceram-se em Londres. Os mercadores da Hansa, no início do XIV, já haviam formado uma pequena comunidade, com cerca de 20 residentes e suas famílias, à beira do Thames. Sob a proteção de um *alderman* da cidade, tinham jurisdição sobre seus membros e isenção de taxações.³⁴² Este agrupamento viria a ser conhecido posteriormente como “Steelyard”, organizando-se como uma comunidade murada, com alojamentos e depósitos próprios, dentro da cidade.³⁴³ Na segunda metade do século, organizada em uma Liga, a Hansa passa a negociar diretamente com a Coroa inglesa em prol de seus representantes em solo inglês.

Os mercadores da Hansa tinham papel fundamental, por exemplo, no abastecimento de peles, cuja importação mantinham sob seu monopólio. Este era um item fundamental do vestuário inglês, sendo a pele de esquilo vermelho a mais abundante, embora só os mais abastados pudessem ostentar peles importadas. Os mercadores hanseáticos compravam peles em Novgorod e levavam-nas a Riga, compravam também em Danzig e encaminhavam-nas para Lubeck e Bruges, de onde eram enviadas para Londres. Importavam ainda as peles mais valiosas provenientes do inverno russo e escandinavo.³⁴⁴

Embora as relações comerciais fossem constantes, as relações entre ingleses e hanseáticos, no entanto, não eram de todo pacíficas. Os ingleses buscavam nas cidades da Hansa os mesmos benefícios que seus mercadores gozavam em território inglês e, quando não eram atendidos, buscavam junto à Coroa minimizar esses benefícios. Os mercadores hanseáticos, por sua vez, opunham-se às novas taxações e ao monopólio inglês sobre as medidas. Diversos conflitos emergiriam daí, alguns dos quais resultariam em acordos e tratados entre a Coroa e a

³⁴¹ Ibidem, p. 20. “Em comparação com outros centros urbanos pela Europa, fronteiras entre comunidades nativas e estrangeiras na cidade eram em muitos casos bastante fluidas, e londrinos estrangeiros não estavam necessariamente segregados dos residentes nativos, nem confinados a enclaves étnicos”. (Tradução livre da autora).

³⁴² HARRIS, op. cit., p. 267.

³⁴³ HSY, op. cit., p. 20.

³⁴⁴ HARRIS, op. cit., p. 266.

Hansa. Contudo, estes não evitavam um crescente antagonismo em direção aos estrangeiros.³⁴⁵

Este sentimento de rejeição não era direcionado apenas aos mercadores hanseáticos. Em geral, estava associado aos homens de ofício que não pertenciam à cidade, mas que aí exerciam suas funções, e pode ser observado claramente nas proclamações e petições registradas nos *Letter Books*. Em 1378, por exemplo, temos cinco menções diferentes referentes à preocupação com o controle dos estrangeiros que atuam na cidade. Em abril, proclama-se uma exigência para que os estrangeiros não vivam sozinhos, mas que residam junto a algum anfitrião da cidade. Em seguida, pede-se que os mercadores de víveres, os mercadores de tecidos, os mercadores de peixes, os ourives, os mercadores de peles, os ferreiros e os vinhateiros elejam homens para procurar mercadores, “alien and foreign”, que estejam comercializando na cidade. Os eleitos devem, então, fazer um juramento:

You shall swear that you will make due search that no merchant who is not of the franchise of the City of London sell by retail any wines or other merchandise within the said City or suburbs thereof; and that all merchants coming to England sell their merchandise within forty days after their arrival, and that they board at the tables of a freeman hosteler of the City and not keep hostel or company by themselves; and that no merchant stranger of the franchise of the City (*nul marchaunt estraunge de la fraunchise de la Citee*) sell his merchandise within the franchise thereof to another merchant stranger, and that no such merchant stranger buy such merchandise of another merchant stranger, under penalty of forfeiture of the same merchandise.³⁴⁶

A atuação dos mercadores estrangeiros deve estar sempre sob os olhares atentos dos homens da Cidade, pois, ao comercializar em seu espaço, precisam seguir suas regras. No mesmo ano, os mercadores de tecido fazem uma petição às autoridades da cidade para que possam fiscalizar as mercadorias trazidas pelos mercadores estrangeiros, a fim de controlar a qualidade e a forma de venda das mercadorias. E são atendidos. Também os tecelões fazem sua petição para que nenhum estrangeiro se intrometa em seu ofício, já que “such foreigners and strangers being for the most part exiled from their own country as notorious malefactors, and

³⁴⁵ Ibidem, p. 268.

³⁴⁶ 'Folios lxxxii - xc: Jan 1377-8 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 86-97. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp86-97> [accessed 24 December 2016]. “Você deve jurar que você agirá devidamente para que nenhum mercador que não pertença à Cidade de Londres venda a varejo qualquer vinho ou outras mercadorias dentro da Cidade e seus subúrbios; e que todos os mercadores vindo para a Inglaterra vendam suas mercadorias dentro de quarenta dias a partir de sua chegada, e que eles atuem junto a algum anfitrião na cidade ao invés de residirem sozinhos; e que nenhum mercador estrangeiro já aceito nas liberdades da cidade venda suas mercadorias para outro mercador estrangeiro, e que nenhum desses mercadores estrangeiros comprem mercadorias de outros mercadores estrangeiros, sob pena de apreensão de tais mercadorias”. (Tradução livre da autora).

unwilling to place themselves under the rule of free Weavers”.³⁴⁷ Estes utilizam um forte tom de rejeição perante os estrangeiros, estes malfeitores saídos de outros territórios, e têm também seu pedido aceito. As autoridades ampliam o alcance de sua decisão a fim de que todos os estrangeiros não admitidos sejam observados pelos homens da Cidade.

Tal precedência é mantida pelo Rei no foral concedido à Cidade em 1383.³⁴⁸ No entanto, no mesmo ano, Richard II envia ao Mayor uma proclamação quanto ao abastecimento de peixes. “Writ to the Mayor and Aldermen to proclaim that foreigners and aliens may freely bring fish and other victuals to the City by land and water, and that no one is to prevent them from so doing. Witness the King at Westminster, 5 March, 7 Richard II. [A.D. 1383-4]”.³⁴⁹ Embora reitere as liberdades da cidade, o Rei não anula por completo a ação dos estrangeiros. Afinal, sua atividade também gera recursos para o reino. O mesmo acontece em relação a diversos outros ofícios ao longo do seu reinado, a contragosto de seus súditos.

Não podemos deixar de ressaltar ainda a marcante presença dos mercadores italianos. Já no juramento anteriormente citado, chama nossa atenção o destaque ao controle da venda de vinho, entre outras mercadorias, o que nos remete aos vinhateiros italianos. Para além da comercialização de vinhos, os mercadores italianos estavam envolvidos com especiarias, lã e tecidos. Florentinos, genoveses ou venezianos, os italianos viam em Londres um centro comercial substancial, no qual formaram uma comunidade fixa com cerca de 50 residentes.³⁵⁰ A relação entre mercadores ingleses e italianos também era ambígua, embora não fosse tão conflituosa quanto aquela com flamengos e hanseáticos, envolvendo questões de taxaço e reciprocidade entre cidades. Os ingleses precisavam não só das mercadorias trazidas pelos italianos, mas principalmente dos serviços financeiros por estes oferecidos, uma vez que os banqueiros italianos possuíam um sistema de crédito desenvolvido.³⁵¹ Tamanho era o potencial financeiro dos italianos que passaram a fazer empréstimos à Coroa inglesa e a receber sua proteção e certos privilégios, causando a insatisfação dos mercadores ingleses.

³⁴⁷ Idem. “(...) tais estrangeiros são em grande parte exilados de seu lugar de origem como notáveis malfeitores, e relutantes em seguir as regras dos tecelões da cidade”. (Tradução livre da autora).

³⁴⁸ 'Folios clxi - clxix: Jan 1382-3 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 209-224. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp209-224> [accessed 24 December 2016].

³⁴⁹ 'Folios clxx - clxxx: Nov 1383 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 224-249. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp224-249> [accessed 24 December 2016]. “Mandato para o Mayor e os Aldermen para proclamar que os estrangeiros podem trazer livremente peixes e outros víveres para a Cidade por terra ou por água, e que ninguém deve proibi-los de fazê-lo. Testemunha o Rei em Westminster, 5 de Março, 7 Richard II. [D.C. 1383-4]”. (Tradução livre da autora).

³⁵⁰ HARRIS, op. cit., p. 269.

³⁵¹ Idem.

O incomodo com os empréstimos provenientes de mercadores estrangeiros era um dos motivos que impulsionava a Cidade a corresponder sempre que possível às demandas da Coroa por recursos financeiros, como veremos no próximo capítulo. Afinal, não desejavam perder os privilégios anteriormente concedidos por forais em benefício dos estrangeiros. Aos mercadores ingleses interessa que os estrangeiros permaneçam em Londres o menor tempo possível, lembrando sempre do prazo máximo de quarenta dias para a venda de suas mercadorias. Como em 1405, solicitam que as autoridades da cidade “take steps to prevent foreigners creating disturbance in the City, and make a return of the names of such foreigners as ought to have left the kingdom, pursuant to an order of the present Parliament, and have not done so”.³⁵²

Apesar do controle sobre o comércio de vários produtos, a maior preocupação inglesa era o cuidado com o mercado têxtil, sua principal atividade depois da agricultura. Diversas medidas são implementadas para garantir o monopólio inglês sobre a atividade têxtil dentro do reino, mas destacamos aqui as ordenações de Bakwellehalle, de 1398. Pelo texto das ordenações, fica definido que “no manner of person, foreigner or stranger, bringing woollen cloth to the said city for sale, shall house, shew, or sell the same, at any other place within the said city, or in the suburbs thereof, than at Bakwellehalle”.³⁵³ As ordenações definem, além do local, o horário em que os tecidos podem ser vendidos, entre 11 horas da manhã de quinta-feira e 11 horas da manhã de sábado, para que todos saibam onde e quando são vendidos.

Os tecidos devem ser expostos e vendidos no local e hora determinados, após terem sido vistoriados pelos mercadores da cidade, pois a eles cabe o controle deste comércio. Essa medida é tomada pelas autoridades da cidade após inúmeras reclamações dos cidadãos quanto ao fato de que “foreign drapers bringing woollen cloths to the City of London for sale, do sell the same in divers hostelries in secret, where they make many disorderly and deceitful bargains, (...), to the great scandal and damage of all the City”.³⁵⁴ O estrangeiro aparece como um enganador, que burla as leis do reino e as regras da cidade para benefício próprio. Logo, ele não

³⁵² 'Folios xli - l: May 1405 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: I, 1400-1422, ed. Reginald R Sharpe (London, 1909), pp. 42-49. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/voli/pp42-49> [accessed 25 December 2016]. “(...) tomem medidas para evitar que estrangeiros criem perturbações na Cidade, e registrem os nomes daqueles que já deveriam ter deixado o reino, conforme a ordem do Parlamento, e ainda não o fizeram”. (Tradução livre da autora).

³⁵³ 'Memorials: 1398', in Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 546-552. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp546-552> [accessed 4 January 2017]. Para o texto dos *Memorials* na íntegra, cf. o Anexo 1. “(...) ninguém, nem estrangeiro, que traga tecido de lã para vender na cidade, poderá armazenar, exhibir ou vender o mesmo, em qualquer outro lugar da cidade, ou seus subúrbios, que não em Bakwellehalle”. (Tradução livre da autora).

³⁵⁴ Idem. “(...) mercadores de tecido de lã estrangeiros que trazem tecidos para venda na cidade de Londres vendem os mesmos em segredo em diversas albergarias, onde fazem negociações desordeiras e enganadoras, (...), para escândalo e prejuízo de toda a Cidade”. (Tradução livre da autora).

contribui para o bom funcionamento da cidade. Aliás, ele não se preocupa com esta, pois não faz parte deste corpo.

Além disso, as ordenações advertem que tais atos desordenados ferem as liberdades da cidade concedidas e reiteradas pelos forais régios, assim como lesam os impostos devidos à cidade e à Coroa. Portanto, é preciso apertar as amarras ao redor desses mercadores para que “our said Lord the King may be the better paid his custom and other duties upon the said cloths”.³⁵⁵ Em busca de apoio régio para sua implementação, as autoridades ressaltam que tais medidas visam garantir o direito régio aos impostos devidos. Impostos estes que já são justamente pagos por seus fiéis súditos. Ao defender seus privilégios, a Cidade reafirma sua fidelidade ao Rei.

Há uma preocupação constante por parte dos cidadãos de atestar sua ligação e sua fidelidade à Coroa, como garantia de seus privilégios, tanto aqueles da cidade quanto os de grupos específicos. A cidade não é homogênea porque há uma hierarquia, e privilégios correspondentes. Vemos um exemplo disso na formação das guildas, que aprofundaremos no capítulo a seguir. Para formar uma guilda, obtém-se primeiramente o monopólio de um ofício, afunilando o direito ao exercício das atividades profissionais. Esse movimento acirra os confrontos sociais, em especial no que tange aos homens de fora da cidade.

Tanto na narrativa quanto nas proclamações, o estrangeiro é o infiel, a Deus e ao reino. Não segue suas leis, apenas a própria vontade. Age em benefício próprio e não contribui para o bem da comunidade. Portanto, não pertence a esta. Como tal, não pode gozar dos benefícios que a cidade proporciona, pois estes estão reservados aos verdadeiros cidadãos, que mantêm sua relação com a Cidade mesmo em outro plano.

4.2. O lugar dos mortos – entre vivos e mortos na Londres medieval

Os mortos, e a morte, são uma presença constante no Ocidente medieval. No meio cidadão, ocupam seu espaço físico, como nos cemitérios e igrejas, mas, principalmente, marcam presença no espaço simbólico da cidade. As atitudes perante a morte foram modificadas ao longo dos séculos do medievo, contudo, esta “inscreve-se sempre no interior de

³⁵⁵ Idem. “(...) nosso Senhor, o Rei, seja melhor pago em seus impostos e outras taxas sobre tais tecidos”. (Tradução livre da autora).

redes de relações e de trocas hierarquizadas, de estruturas de autoridade e poder, de sistemas simbólicos cuja coerência e lógica convém reencontrar”.³⁵⁶

Sua existência no cotidiano e no imaginário constituía um tema recorrente das narrativas transmitidas pela tradição oral. Embora apenas uma pequena parcela dos textos transmitidos oralmente tenha sido registrada em manuscritos,³⁵⁷ algumas dessas narrativas sobre a morte puderam ser retomadas sob o registro escrito, ao lado de outros textos clássicos que eram traduzidos, comentados e copiados. Seguindo tal modelo, Chaucer também apresenta a morte entre os temas de *The Canterbury Tales*, como no extrato a seguir:

And whan the devel herde hire cursen so
Upon hir knees, he seyde in his manere,
“Now, Mabely, myn owene mooder deere,
Is this youre wyl in ernest that ye seye?”
“The devel”, quod she, “so fecche hym er be deye,
And panne and al, but he wol hym repente!”
“Nay, olde stot, that is not myn entente,”
Quod this somonour, “for to repente me
Foy any thyng that I have had of thee.
I wolde I hadde thy smok and every clooth!”
“Now, brother,” quod the devel, “be nat wroth;
Thy body and this panne been myne by right.
Thou shalt with me to helle yet tonight,
Where thou shalt knowen of oure privetee
Moore than a maister of dyvynytee.”³⁵⁸

O Conto do Frade versa sobre o encontro de um beleguim, que acusava e entregava muitos fiéis inocentes à Justiça Eclesiástica, e um diabo, que andava pelo mundo a recolher aquilo que lhe pertencia. Por decidirem que se assemelhavam muito, passam a se tratar como irmãos e caminhar lado a lado. No entanto, uma das vítimas do beleguim, como indica o extrato, pede que ele seja levado pelo diabo. Este, então, não pode deixar de desempenhar sua tarefa e levá-lo para o inferno. Em primeiro lugar, este conto é exemplo marcante da forte presença das

³⁵⁶ LAUWERS, Michel. “Morte e mortos”. In: LE GOFF e SCHMITT, Dicionário Temático do Ocidente Medieval, São Paulo: EDUSC, v2, 2002.

³⁵⁷ BATANY, Jean. “Escrito/Oral”. In: In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1, p. 389.

³⁵⁸ *THE FRIAR'S TALE*, 1624-1638, p.127. “Ao vê-la rogar a praga de joelhos, perguntou-lhe o diabo: “‘Mabel, minha avozinha querida, você está falando sério?’ / ‘Sim!’ repetiu ela. ‘A menos que se arrependa, o diabo pode leva-lo agora mesmo, com panela e tudo!’ / ‘Arrepende-me, vaca velha?!’ interveio o beleguim. ‘Nunca! Jamais hei de arrepender-me de esfolar você. Eu bem que gostaria de levar também o seu manto e todas as suas roupas!’ / ‘Irmão’, falou o diabo, ‘não fique zangado comigo, mas acho que tenho direito a seu corpo e a esta panela. Esta noite você vai comigo para o inferno, onde irá conhecer nossos segredos mais que um professor de teologia.’” (CHAUCER, 1988:163).

criaturas do mal no imaginário da Cristandade medieval.³⁵⁹ Os diabos andam pelo mundo procurando perder as almas. São presença viva não apenas em sonhos, mas nos relatos que circulam. Cabe aos cristãos observar o que manda a Igreja e pôr em prática os atos pios que os afastam dos perigos do inferno, outro mote elencado na narrativa. É este medo da condenação ao inferno um dos motivos que levam a uma aproximação cada vez maior entre vivos e mortos no fim do medievo.

Devemos nos perguntar inicialmente o que significa morrer no Ocidente medieval? Seguindo a lógica cristã do Ocidente, a vida do homem medieval era conduzida pela meta da salvação. Logo, morrer implicava em alcançá-la. Os homens do medievo empreendiam, assim, suas ações cristãs de ajuda à Igreja e ao próximo, como a caridade aos pobres, a fim de garantir um lugar privilegiado na vida eterna. No entanto, desde o século XIII, com a formalização da ideia de um lugar intermediário entre o Céu e o Inferno, o Purgatório, consolidou-se a noção de que grande parte dos falecidos deveria, ainda após a morte, purgar os seus pecados para alcançar a salvação. A salvação não dependia mais exclusivamente dos atos pios praticados em vida, uma vez que os falecidos passavam a contar também com a eficácia dos ritos empreendidos após a sua morte.

Acreditava-se, então, que os vivos podiam, e tinham a responsabilidade de, aliviar os sofrimentos dessas almas, que passavam pelo Purgatório.³⁶⁰ A própria Igreja atesta essa proposta, “os sufrágios dos vivos podem ser úteis aos defuntos que mereceram se beneficiar deles”.³⁶¹ Sufrágios estes que podiam se dar de três formas: a oração, a celebração da eucaristia e as esmolas por intenção dos falecidos. De certo modo, a Igreja, antes detentora do monopólio sobre a morte através da última confissão, da extrema-unção, da redação dos testamentos e das missas pelas almas, passa a reconhecer o papel exercido por aqueles que pertencem aos círculos mais próximos dos defuntos.

“Os herdeiros deviam, em compensação, cultivar a lembrança daqueles de quem haviam recebido um nome e uma condição, bens e terras: eles tinham que administrar uma memória que foi ao mesmo tempo pacificada e fecunda”.³⁶² A memória destaca-se, a partir de então, como uma questão fundamental dos ritos *post mortem*. As disposições testamentárias atuam também em direção à memória. Segundo a pesquisadora Maria Luz Rodrigo Estevan,

³⁵⁹ Sobre as criaturas do mal na pedagogia dominicana e no imaginário medieval, conferir ROCHA, Tereza Renata Silva. *As criaturas do mal na hagiografia dominicana – uma pedagogia do século XIII*. Dissertação de Mestrado, UFF, ICHF, Departamento de História, 2011.

³⁶⁰ GORDON & MARSHALL, op. cit., p. 2.

³⁶¹ LAUWERS, op. cit., p. 245.

³⁶² *Ibidem*, p. 247.

“las disposiciones testamentarias pueden ser comprendidas a partir de la consideración del testador como integrante del cuerpo social pero también como membro de um colectivo concreto que perpetua continuamente su memoria colectiva.”³⁶³

Tais apontamentos nos testamentos abrangem desde a escolha do local de sepultamento até as mais minuciosas doações deixadas ainda em vida. Seguindo a fórmula básica dos testamentos, a primeira disposição apresentada nesses textos é o local onde o cidadão deseja ser sepultado e, por vezes, o detalhamento da forma de sepultamento escolhida, como indica o testamento de um vendedor de especiarias, arrolado em 13 de outubro de 1369:

Evenefeld (John de), pepperer.—To be buried in the church of S. Mary de Aldermariechirche near the tomb of Dionisia his late wife. (...) His body not to be left above ground, but to be placed in a chest underground, and to be previously covered with ten ells of black or russet cloth of the value of forty pence the ell; the same to be afterwards distributed to five poor people. Provision also made for wax tapers.³⁶⁴

John de Evenefeld descreve o local onde deve ser enterrado, no interior da igreja e próximo ao túmulo de sua falecida esposa, estendendo, assim, os seus laços em vida ao seu descanso eterno. O testador detalha ainda como deseja ser sepultado, coberto por tecido e dentro de uma urna, e, para isso, deixa os recursos pecuniários necessários. Além disso, direciona uma soma aos pobres como seu último ato de caridade. Afinal, é preciso ser caridoso até o fim.

Outra disposição fundamental dos testamentos consistia na prescrição da quantidade de missas e orações a serem realizadas pela alma do falecido. Em diversos casos, escolhe-se a data de morte como celebração perpétua, direcionando-se uma generosa soma à paróquia encarregada dos ritos, em geral, a de origem ou aquela de sua fraternidade. Um traço marcante é a individualização cada vez maior das orações pelas almas, cujo processo implica no destaque dado aos nomes dos defuntos, que devem ser lembrados nos ritos.

Para Lauwers, desde o século XIII, a individualização da morte havia se intensificado. “O mundo dos defuntos foi cada vez menos encarado de maneira coletiva; a preocupação com a salvação individual prevalecia doravante sobre a vontade de preservar a memória ancestral”.³⁶⁵ Embora não estejamos de acordo com a ideia de perda do caráter coletivo da

³⁶³ RODRIGO-ESTEVÁN, op. cit., p. 296.

³⁶⁴ 'Wills: 43 Edward III (1369-70)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 123-134 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp123-134> [accessed 5 July 2015]. “A ser enterrado na igreja de S. Mary de Aldermariechirche próximo ao túmulo de Dionísia, sua esposa. Seu corpo não deve ser deixado sobre o solo, mas colocado abaixo deste em uma urna, e deve ser previamente coberto por 10 *ells* de tecido preto ou avermelhado de 40 *pence* cada; o mesmo valor a ser distribuído posteriormente a cinco pobres. Provisões também para velas”. (Tradução livre da autora).

³⁶⁵ LAUWERS, op. cit., p. 254.

morte, observamos claramente que a preocupação em retomar o nome dos falecidos em inúmeros ritos após sua morte destaca a salvação de almas particulares.

Todavia, a rememoração do nome de cada falecido nos atos litúrgicos, encomendados já em testamento ou posteriormente por entes mais próximos, marca um aspecto crucial para a manutenção da memória dos falecidos como membros do grupo social (cristão, familiar e profissional). Assim, as missas, orações e doações em nome dos mortos tornavam-se cada vez mais comuns no fim do medievo, tanto para a salvação dessas almas quanto para a manutenção de sua memória no seio das comunidades de que faziam parte.

Derby (Agnes, relict of William de, tailor).—To be buried near her late husband under a marble stone in the church of Aldermariecherche. Bequests to the said church and ministers thereof; also for funeral expenses, tapers, &c. (...) The sum of 4l. 3s. 4d. to be expended in the celebration of one thousand masses for the good of her soul. Dated London, Saturday the morrow of the Feast of S. Barnabas, Apostle [11 June], A.D. 1361. Roll 89 (120).³⁶⁶

Entre outros acertos mortuários, a senhora Derby preocupa-se em deixar uma soma referente à celebração de mil missas em intenção de sua alma. Não se mede esforços para garantir a salvação. Afinal, é a eternidade que está em jogo. Por outro lado, cabe aos vivos garantir que todos os ritos prescritos em testamentos sejam realizados conforme a vontade do falecido. Além disso, a responsabilidade de executar essas últimas vontades está a cargo de um grupo particular dentre os vivos, o clero.

A celebração repetitiva, quase ininterrupta, de missas pelos mortos tinha como única finalidade tecer novos elos, inumeráveis com o Além, aproximar vivos e defuntos. Nas igrejas urbanas, o clero foi dobrado: (...). Os conventos de frades mendicantes tiraram proveito deste novo mercado da morte: uma parte essencial de suas rendas provinha dos serviços funerários que ofereciam nos conventos.³⁶⁷

As atitudes perante a morte no baixo medievo alimentaram o crescimento do corpo clerical, responsável pela celebração contínua de incontáveis ritos *post mortem*, a construção de inúmeras capelas no interior de igrejas e catedrais, assim como a multiplicação de túmulos

³⁶⁶ 'Wills: 35 Edward III (1361-2)', *Calendar of wills proved and enrolled in the Court of Husting, London: Part 2: 1358-1688* (1890), pp. 13-64. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=66902> Date accessed: 10 September 2014. "Derby (Agnes, viúva de William de, alfaiate) – A ser enterrada perto de seu marido sob um pedra de marfim na igreja de Aldermariecherche. Doações para tal igreja e seus ministros; também para despesas funerárias, velas, etc. (...) A quantia de 4l. 3s.4d. a ser usada na celebração de mil missas pelo bem de sua alma. Datado em Londres, Sábado anterior a Festa de São Barnabás, Apóstolo [11 de Junho], D.C. 1361. Roll 89 (120)." (Tradução livre da autora).

³⁶⁷ LAUWERS, op. cit., p. 258.

suntuosos. A morte acentua-se como parte integrante da economia medieval.

Estabelece-se uma forte interdependência entre vivos e mortos. Do mesmo modo que os mortos precisam dos vivos para garantir sua salvação, os vivos precisam dos mortos para exercer sua caridade e, assim, somar a sua própria meta de salvação. É preciso cuidar dos seus, mas também daqueles que não têm quem olhe por eles. Assim como é fundamental cuidar dos doentes e moribundos, deve-se cuidar dos pobres defuntos que não possuíam recursos para escrever seus testamentos e fazer doações pelo bem de suas almas.

Essa interação entre vivos e mortos levou alguns pesquisadores, como Natalie Zemon Davies,³⁶⁸ a enxergar os mortos como um grupo social, com direitos e deveres próprios. Dessa forma, eles assumem um papel na sociedade em que se encontram. Seguindo esta linha de pensamento, os falecidos seriam parte integrante do corpo social que compõe a cidade medieval, atuando através de seus testamentos e de sua memória junto à comunidade de que participavam.

Outro aspecto essencial desses testamentos são as doações previamente endereçadas. Há que se definir, então, as somas deixadas em favor de obras pias, seja para paróquias, ordens religiosas, hospitais, obras de piedade, obras em favor da cidade ou fraternidades da preferência do testador. Por fim, indica-se os bens a serem herdados por sua família e, em alguns casos, amigos e até mesmo aprendizes.

Apresentamos a seguir um exemplo bastante representativo dos temas recorrentes nos testamentos e das redes através destes remontadas, através do testamento do cordoeiro Richard de Wycombe, “buried in the church of All Hallows at the Hay, to which he leaves sums of money for maintenance of chaplains”.³⁶⁹

O cordoeiro indica, em primeiro lugar, onde e como deve ser sepultado, deixando uma soma para a igreja que será sua última morada. Preocupa-se também em encomendar cânticos e orações em favor de sua alma, assim como das almas de sua esposa, seus pais, seu mestre e outros entes próximos. Este aspecto, recorrente em grande parte dos testamentos, reitera a noção então difundida de que as intercessões realizadas em intenção dos falecidos tinham um papel fundamental na sua salvação ou, como indica a narrativa anteriormente citada, podiam definir sua condenação imediata. No entanto, destacamos, sobretudo, aqui as redes pessoais que se

³⁶⁸ DAVIS, Natalie Zemon. “Some tasks and themes in the Study of Popular Religion”. In: TRINKAUS, Charles and OBERMAN, Heiko, *The Pursuit of Holiness in Late Medieval and Renaissance Religion*. Brill, 1974.

³⁶⁹ 'Wills: 35 Edward III (1361-2)', Calendar of wills proved and enrolled in the Court of Husting, London: Part 2: 1358-1688 (1890), pp. 13-64. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=66902> Date accessed: 10 September 2014. “(...) enterrado na igreja de All Hallows at the Hay, para a qual deixa uma quantia para a manutenção de capelães”. (Tradução livre da autora). O extrato completo pode ser encontrado no Extrato 4 do Anexo 1.

desenham. O testador empenha-se em prover orações para os membros da família que já haviam partido, tecendo no Além a rede familiar na qual estava inserido. Da mesma forma, este cidadão não abandona sua identidade dentro deste corpo social, cuidando também de contribuir para a salvação da alma de seu mestre e, assim, cumprindo seu papel dentro de sua rede profissional.

Entretanto, não é somente com os já falecidos que o testador estabelece interações. Embora, no momento da execução de suas vontades, ele não esteja mais no plano terreno, preocupa-se em reforçar seus vínculos com os vivos. Começa por dividir sua herança entre as filhas e sua segunda esposa (à primeira esposa, já falecida, couberam orações em favor de sua alma). Ainda no âmbito familiar beneficia seu irmão e seu sobrinho, levando-nos a considerar que este último também integrava laços profissionais, uma vez que recebe como herança seus instrumentos de trabalho, como podemos ver: “(...) he leaves to each of his apprentices in the Ropery ten shillings; (...) ; and to John his nephew, son of John his brother, all his balances, weights, and other implements of trade belonging to his shop in the Ropery”.³⁷⁰

Nesta esfera, atentamos para a menção a sua oficina, *the Ropery*, e para o fato de colocar seus aprendizes entre seus herdeiros. O ofício é um eixo essencial da identidade desses cidadãos e, por isso, mesmo no momento da morte, os laços profissionais são reforçados. Afinal, como mestre de ofício, é principalmente neste meio que sua memória será mantida.

Chama-nos a atenção a preocupação em garantir a herança das mulheres da família, presente no extrato apresentado e retomado em inúmeros testamentos. Nestes, diferentemente dos homens, que são identificados por seu ofício ou posto régio/administrativo, as mulheres aparecem sempre associadas aos seus laços familiares, sendo referidas como filhas, esposas ou viúvas de outrem.

To Alice his daughter he leaves forty shillings; and to Johanna his daughter, a nun of Berkyngg, twenty shillings. To Petronilla his wife, by way of dower, five hundred marks of silver, and divers cups of silver and of mazer, as well as other household goods. To Isabella his daughter two hundred marks of silver for her marriage, and his best silver *spicedisse*.³⁷¹

Tratemos primeiramente dos recursos deixados para as filhas no extrato acima.

³⁷⁰ Idem. “(...) deixa para cada um de seus aprendizes na Ropery dez *shillings*; (...); e para John seu sobrinho, filho de John seu irmão, todas as suas balanças, pesos, e outros instrumentos de ofício pertencentes a sua loja na Ropery”. (Tradução livre da autora).

³⁷¹ Idem. “Para Alice sua filha deixa quarenta *shillings*; e para Johanna sua filha, freira em Berkyngg, vinte *shillings*. Para Petronilla sua esposa, por direito, quinhentos *marks* de prata, e diversas taças de prata e madeira, assim como outros bens domésticos. Para Isabella sua filha duzentos *marks* de prata para seu casamento, e sua melhor bandeja de prata”. (Tradução livre da autora).

Richard não deixa nenhuma de suas três filhas desamparadas, cada uma em seu estado. Isabella, sua filha ainda solteira, recebe um legado considerável: duzentos marcos de prata para seu casamento e sua melhor bandeja de prata, além de ser designada para receber os rendimentos das propriedades em All Hallows upon the Cellar, depois da morte de Petronilla (segunda esposa de Richard). Observamos que há um favorecimento com relação à filha solteira, que precisaria de uma quantia considerável para fazer um bom casamento, assim como para se manter com a falta de seu pai. No entanto, as outras filhas também recebem seu pecúlio; a Alice e a Johanna, esta freira em Berkyngg, destina respectivamente quarenta e vinte *shillings*. Podemos inferir através da diferença de valores que por já terem se estabelecido, pelo casamento e pela vida religiosa, Alice e Johanna não dependeriam tanto do suporte paterno quanto Isabella.

O cuidado com o futuro das filhas solteiras é recorrente nos testamentos e, em geral, procura-se deixá-las, assim como seus bens, sob os cuidados de um mentor (ou uma mentora) até que se casem. Podemos observar a proporção de algumas dessas heranças nos testamentos dessas filhas que morrem solteiras, ou seja, o valor de seus bens herdados é tal que permite que elas próprias registrem seus testamentos, como no caso da filha do ourives William Everard, Johanna.

Everard (Johanna, daughter of William, late goldsmith).—To be buried in the church of S. Dunstan near Fancherch. Bequests to ministers in S. Paul's, to John Ive, rector of the church of S. Michael in Wodestrete, the rectors of S. Dionisius, S. Peter in Bradstrete, S. Margaret in Fridaystrete, and S. Alphege. To Alice Necleswelle forty shillings, and all her cloths and kerchiefs (flammiola), except a cloak, which she leaves to Margaret Prentis. To Johanna Kent a red Wytel (fn. 10) and a white Witel. Certain rents in Hosiherslane, parish of S. Mary le Bow, to be sold for pious uses. Dated in the parish of S. Michael in Wodestrete, the Feast of S. Dunstan [19 May], A.D. 1365. Roll 93 (61).³⁷²

Sem herdeiros diretos, Johanna deixa grande parte de seus bens para diferentes igrejas, clérigos e obras de piedade. Além destas doações, deixa alguns itens de uso pessoal, como lenços e mantas, para mulheres de seu círculo de convívio.

³⁷² 'Wills: 39 Edward III (1365-6)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 84-91 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp84-91> [accessed 29 December 2015]. "Everard (Johanna, filha de William, ourives). — A ser enterrada na igreja de S. Dunstan near Fancherch. Doações para os ministros em S. Paul's, para John Ive, reitor da igreja de S. Michael em Wodestrete, os reitores de S. Dionisius, S. Peter em Bradstrete, S. Margaret em Fridaystrete e S. Alphege. Para Alice Necleswelle quarenta *shillings*, e todos os seus tecidos e lenços, exceto uma capa, a qual ela deixa para Margaret Prentis. Para Johanna Kent um cobertor vermelho e um branco. Algumas propriedades alugadas em Hosiherslane, paróquia de S. Mary le Bow, a serem vendidas para usos pios. Datado na paróquia de S. Michael em Wodestrete, na Festa de S. Dunstan [19 Maio], D.C. 1365. Roll 93 (61)" (Tradução livre da autora).

Ainda no testamento de Richard de Wycombe supracitado, encontramos outro ponto recorrente no que se refere à herança das esposas. Em diversos documentos, os testadores preocupam-se em assinalar que suas esposas devem receber o que lhes é de direito, *by way of dower*, ou seja, cerca de um terço dos bens do marido falecido. Mais um benefício das viúvas era o *free bench*, isto é, o direito de permanecer na propriedade em que viviam com o marido. Esses direitos adquiridos podiam ainda ser acrescidos de mais bens de acordo com a generosidade e o número de herdeiros do testador.

Contudo, em alguns casos, essa generosidade estava subordinada à conduta da viúva após a morte do esposo. Uma inquietude comum nos testamentos diz respeito ao fato de a viúva não se casar novamente, possivelmente por ser esta uma prática popular no período. Atentemos para os últimos desejos do alfaiate Roger Lunt:

Lunt (Roger), tailor.—To be buried in the choir of the church of S. Brigid de Fletstrete under the lamp. Bequests to the said church and ministers thereof, to the fabric of S. Paul's, various orders of friars in London, to the almonry of the Fraternity of Tailors of S. John the Baptist of London, the inmates of various hospitals, and prisoners in Neugate, Ludgate, and Flete, &c. Provision made for chantries and for torches to burn at his funeral, to carry which twelve poor men are to be employed, clothed in gowns of russet with hoods. Bequests also for a chantry in the church of the vill of Stutton, co. Suffolk, where he was born. To Sarah his wife he leaves a tenement near Fletebrigge for life, so long as she remain unmarried, otherwise the same is to be sold, and the proceeds devoted to chantries in the church of S. Brigid aforesaid. Among other bequests are the following:—To Nicholas his son a coat of mail formerly fitted with Basinet, a dublet lined with coat of mail (*cum lorica infra ordinata*), a pair of gloves of Plate, a bed, coverlet, &c.; to Johanna his daughter a sum of money, a bed and coverlet with tapestry worked with birds of a dark colour, a matras, sheets, &c.; to Agnes his sister, living at Holbrok, co. Suffolk, three yards of blue cloth, price four shillings a yard, for making herself a gown; to John Samford de Fulham a coat of mail with long sleeves and a pair of gloves of Plate; to Robert Mauncer a gold fermail "anaymayled"; and to Reymund Goldsmyth his new short baselard. Dated London, 20 November, A.D. 1387. Roll 116 (79).³⁷³

³⁷³ 'Wills: 11 Richard II (1387-8)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 261-269 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp261-269> [accessed 2 January 2016]. "Lunt (Roger), alfaiate. — A ser enterrado no coro da igreja de S. Brigid de Fletstrete sob a luminária. Doações para esta igreja e seus ministros, para as obras em S. Paul's, várias ordens religiosas em Londres, para a assistência aos pobres da Fraternidade dos Alfaiates de S. John the Baptist de Londres, para os internos de vários hospitais, e prisioneiros em Neugate, Ludgate e Flete, &c. Provisões para a capela e para tochas a serem queimadas em seu funeral, as quais devem ser carregadas por doze homens pobres para isso contratados, vestidos em batas ocre com capuz. Doações para uma capela na igreja da vila de Stutton, em Suffolk, onde nascera. Para Sarah sua esposa deixa uma propriedade próxima a Fletebrigge enquanto viver, desde que não se case novamente, do contrário a mesma deve ser vendida, e o valor investido em capelas na igreja de S. Brigid antes mencionada. Entre outras doações estão:—Para Nicholas seu filho uma cota de malha antes usada com elmo, um gibão com uma cota de malha (*cum lorica infra ordinata*), um par de luvas, uma cama, colcha, &c.; para Johanna sua filha uma quantia de dinheiro, uma cama e colcha com tapeçaria trabalhada em pássaros escuros, um colchão e lençóis, &c.; para Agnes sua irmã, morando em Holbrok, Suffolk, três jardas de tecido azul, no preço de quatro *shillings* a jarda, para uma veste; para John Samford de Fulham uma cota de malha com mangas longas e um par de luvas; para Robert Mauncer uma fivela de ouro; e para Reymund Goldsmyth sua adaga nova. Datado em Londres, 20 Novembro, D.C. 1387. Roll 116 (79)." (Tradução livre da autora).

O alfaiate deixa claro que sua esposa Sarah deve manter a propriedade próxima a Fletebrigge enquanto viver, desde que não se case novamente. Caso Sarah opte por casar-se novamente a propriedade deve ser vendida, e o valor proveniente da venda investido em capelas na igreja de S. Brigid. Podemos imaginar que tal aspecto estivesse ligado ao fato de que, ao casar-se novamente, a viúva passaria a contar com o suporte de seu novo esposo. No entanto, em alguns casos, torna-se evidente que a inquietação não se refere apenas a manutenção financeira da viúva. Há uma preocupação com a castidade da viúva após a morte de seu marido.

Bonauntre (Thomas), "tapicer," of the parish of S. Deonisius de Bakchirche.—To be buried in the porch under the belfry of the said parish church. To Matilda his wife a brewery, bakehouse, shops, and houses in Fanchirchestret at the corner of Martlane in the parish of All Hallows de Stanyng for life, so long as she remain unmarried and chaste; remainder in trust for sale to fulfil his testament concerning his goods and chattels if necessary, and for pious uses in the aforesaid church for the good of his soul, the souls of William his father, Agnes his mother, Matilda his wife, and others. Also to his aforesaid wife he leaves his tenements in the parishes of S. Deonisius de Bakchirche and S. Mary de Fanchirche for life; remainders to William, John senior, and John junior, his sons, for their several lives; remainder in trust for pious uses. Among the tenements is mentioned a brewery called "le Papegeay" in the parish of S. Mary aforesaid. To Sir William de Calceby, rector, and churchwardens of the church of S. Deonisius aforesaid, an annual rent of ten shillings issuing from a brewery and shops called "le Sterre on the hoop," situate in the High Street of the parish of S. Deonisius, for keeping his obit. (...). Dated London, 15 April, A.D. 1394. Roll 123 (12).³⁷⁴

O tapeceiro Thomas Bonauntre define que sua esposa Matilda herdará diversas propriedades, com destaque para uma cervejaria, uma padaria e outras lojas, na paróquia de All Hallows de Stanyng enquanto viver, mas, para isso, ela deve não apenas continuar em seu estado de viúva, mas deve permanecer casta. Em caso contrário, todos os bens destinam-se à venda, em especial, para obras de piedade na igreja mencionada para o bem de sua alma, e

³⁷⁴ 'Wills: 18 Richard II (1394-5)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 310-316 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp310-316> [accessed 2 January 2016]. "Bonauntre (Thomas), tapeceiro da paróquia de S. Deonisius de Bakchirche. — A ser enterrado no portal abaixo do campanário da referida paróquia. Para Matilda sua esposa uma cervejaria, uma padaria, lojas e casas em Fanchirchestret na esquina de Martlane na paróquia de All Hallows de Stanyng enquanto viver, desde que não se case novamente e permaneça casta; caso contrário ficam os bens a venda para cumprir seu testamento no que se refere aos seus bens se necessário, e para usos pios na igreja mencionada para o bem de sua alma, e das almas de William seu pai, Agnes sua mãe, Matilda sua esposa, entre outras. Também para sua esposa deixa suas propriedades nas paróquias de S. Deonisius de Bakchirche e S. Mary de Fanchirche enquanto viver; ficam depois para William, John senior, and John junior, seus filhos; ficam por fim para usos pios. Entre as propriedades é mencionada uma cervejaria chamada "le Papegeay" na paróquia de S. Mary já mencionada. Para Sir William de Calceby, reitor, e responsáveis pela igreja de S. Deonisius, uma renda annual de dez shillings oriundos de uma cervejaria e de lojas chamadas "le Sterre on the hoop," situadas na the High Street da paróquia de S. Deonisius, por cuidar de sua morte. (...). Datado em Londres, 15 de Abril, D.C. 1394. Roll 123 (12)" (Tradução livre da autora).

das almas de entes queridos. A viúva deve ser casta em honra à memória de seu marido. Ao falar em castidade da viúva, não podemos deixar de remeter a uma das personagens da narrativa de Chaucer.

Encontramos na Mulher de Bath de *The Canterbury Tales* um aspecto importante dessas heranças recebidas pelas mulheres. No texto original a palavra utilizada para nomeá-la é *wif*, isto é, esposa. Assim, comporta um significado mais específico que aponta para o papel do casamento em sua identidade. O uso desse termo não se refere apenas ao fato de que ela tenha se casado cinco vezes, mas também está ligado aos frutos gerados por estes casamentos, ou melhor, pela sua viuvez.

Experience, though noon auctoritee
Were in this world, is right ynogh for me
To speke of wo that is in marriage;
For, lordynges, sith I twelve yeer was of age,
Thonked be God that is eterne on lyve,
Housbondes at chirche dore I have hade five –
If I so ofte myghte have ywedded bee –
And all were worthy men in hir degree.³⁷⁵

Tendo se tornado viúva por várias vezes, Alice torna-se herdeira de um bom patrimônio, em especial quando da morte dos três primeiros maridos: “The thre were goode men, and riche, and olde”.³⁷⁶ Velhos, portanto, mais próximos da morte, e ricos, garantindo uma polpuda herança por direito, estes maridos falecidos deixam sua viúva em uma situação favorável, incluindo-se o que diz respeito a sua participação dentre os ofícios ao herdar uma oficina de tecelagem.

Como aponta Le Goff, a mulher também tem seu papel no mundo do trabalho: desde os níveis mais baixos nas colheitas e oficinas até os níveis mais altos dessa hierarquia: “a mulher também pode se tornar patroa, ‘dona do trabalho’. A viúva do mestre ocupa seu lugar na oficina, nas corporações, na sociedade urbana”. E assim, assume um papel de destaque na hierarquia do trabalho. Tal característica pode ser encontrada na Mulher de Bath.

Após suas três grandes heranças, assume uma posição que não pode ser igualada por nenhuma outra mulher de sua paróquia, mesmo daquelas que fossem talvez esposas dos mestres, pois está ela mesma envolvida com *clooth-makyng*. Assim, nenhuma outra mulher de

³⁷⁵ *THE WIFE OF BATH'S PROLOGUE*, 1-8, p. 105. “Ainda que neste mundo não existissem os ensinamentos da autoridade, a mim bastaria a experiência para falar dos males do matrimônio: e isso, cavalheiros, porque desde os meus doze anos de idade (louvado seja Deus, que tem a vida eterna, por ter-me permitido casar-me tantas vezes) tive já cinco maridos à porta da igreja, - e todos homens de bem à sua maneira”. (CHAUCER, 1988:137).

³⁷⁶ *Ibidem*, 197, p. 107. “Os três eram bons homens, e ricos, e velhos” (Tradução livre da autora).

sua paróquia poderia na missa fazer uma oferta antes que a Mulher de Bath o fizesse. Além disso, vê-se que sua posição lhe permite realizar atividades como a própria peregrinação, uma vez que na comitiva, com exceção das religiosas, é a única mulher presente.

As viúvas desses abastados artesãos e mercadores herdavam, por vezes, não apenas as propriedades, lojas e oficinas, mas recebiam também os aprendizes nestas servindo. Afinal, era preciso manter os negócios em andamento. É o que acontece no caso da viúva do cozinheiro William Lygh:

Lygh (William), cook.—To be buried in the churchyard of S. Sepulchre without Neugate near his children. Bequests to the vicar and chaplains of the said church, the inmates of the Hospital of S. Bartholomew de Smethefeld, the master and brethren of the same; also to Sister Johanna Percevale and Sister Lora. To Johanna his wife he leaves the remaining term of service of his apprentices, and his tenement in the parish of S. Sepulchre aforesaid in fee. His said wife to cause three masses de Sancta Maria to be sung every Saturday for the good of his soul so long as she shall live. To William, clerk, a message and a piece of silver of twenty shillings weight or the sum of twenty shillings. Dated London, 14 August, 42 Edward III. [A.D. 1368].³⁷⁷

Johanna torna-se responsável por levar até o fim o período de aprendizado daqueles que trabalhavam junto ao seu falecido esposo; herda, assim, a função de mestre em sua oficina.

Destacamos a descrição da Mulher de Bath pois evoca a imagem dessas viúvas herdeiras, mas principalmente por sua postura contra a castidade, como discutida no Capítulo 2, que a leva a contrair cinco matrimônios conforme a morte de seus maridos. No conjunto dos testamentos, encontramos diversas testadoras que encomendam orações para as almas de maridos diferentes ou ainda que mencionam um marido falecido, mas deixam por herdeiro um marido vivo. A seguir, citamos o caso de Agnes de Salesbury:

Salesbury (Agnes, formerly wife of Adam (de), and afterwards wife of John Hamond, both being peppers.—To be buried in the tomb of Adam [de] Salesbury her former husband in the church of S. Mary de Bothawe. A certain tenement in the parish of S. Swithin in Candelwykstret to be devoted to the maintenance of a chantry in the aforesaid church for the good of her soul and the souls of her aforesaid husbands. One moiety of the residue of her goods to go to Thomas her son, and the other to be devoted

³⁷⁷ 'Wills: 44 Edward III (1370-1)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 134-138 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp134-138> [accessed 2 January 2016]. "Lygh (William), cozinheiro. —A ser enterrado no cemitério da igreja de S. Sepulchre without Neugate próximo a seus filhos. Doações para o vigário e para os capelães desta igreja, para os internos do Hospital de S. Bartholomew de Smethefeld, para o mestre e os irmãos deste; também para a Irmã Johanna Percevale e a Irmã Lora. Para Johanna sua esposa deixa o período remanescente do serviço de seus aprendizes, e suas propriedades na paróquia de S. Sepulchre antes mencionada. Sua esposa fica encarregada de fazer celebrar três missas de Sancta Maria todo Sábado pelo bem se sua alma enquanto ela viver. Para William, clérigo, uma propriedade comercial e um pedaço de prata no valor de vinte *shillings*. Datado em Londres, 14 de Agosto, 42 Edward III. [A.D. 1368]" (Tradução livre da autora).

to pious uses. Dated Thursday, 7 October, A.D. 1361.³⁷⁸

Agnes fora casada com dois vendedores de especiarias, Adam Salesbury e John Hamond, ambos já falecidos. Ao preparar-se para a morte, a viúva escolhe ser enterrada junto a seu primeiro marido, mas preocupa-se em encomendar orações para as almas de ambos. Afinal, deve tecer no Além suas redes familiares. Casos como o de Agnes ressaltam a recorrência da prática do casamento de viúvas, remontando à preocupação dos maridos falecidos anteriormente mencionada.

Os testamentos revelam ainda uma atenção especial voltada aos filhos não nascidos. Vários são os casos em que os testadores designam uma parte de sua herança para os filhos esperados por suas esposas no período de registro do testamento e até mesmo para os filhos que podem vir a ser concebidos posteriormente. Este é o desejo do *alderman* Stephen de Cavendissh ao registrar seu testamento em 1372: “To Matilda his wife all his rents and tenements in the City of London and suburbs not otherwise disposed of, so long as she remain a widow, with remainder to his infant *en ventre sa mère*, if any there be”.³⁷⁹ Sua esposa herda todas as propriedades em Londres e seus subúrbios e a renda proveniente destas enquanto permanecer como viúva. Em caso de um novo casamento, todos os bens devem ser revertidos para a criança que ela viesse a conceber antes de sua morte. Era preciso se preparar para a morte com antecedência, logo, os testamentos eram, em geral, registrados antes mesmo que alguma doença acometesse o testador. Deste modo, fazia-se necessário garantir os direitos dos filhos gerados nesse meio termo.

Em alguns casos, verificamos que já se tinha ciência da gestação quando da escrita do testamento, como para o boticário John Maryns, cujo texto data de 1381, mas só entra para os rolls em fevereiro de 1385.

To Mary his wife all his lands and tenements in London and suburbs for life;

³⁷⁸ 'Wills: 36 Edward III (1362-3)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 64-75 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp64-75> [accessed 2 January 2016]. “Salesbury (Agnes, anteriormente esposa de Adam de), e posteriormente esposa de John Hamond, ambos vendedores de especiarias. — A ser enterrada no túmulo de Adam de Salesbury seu primeiro marido na igreja de S. Mary de Bothawe. Uma certa propriedade na paróquia de S. Swithin em Candelwykstret a ser empregada na manutenção de uma capela nesta igreja para o bem de sua alma e das almas de seus falecidos maridos. Uma metade do que restar de seus bens para Thomas seu filho, e a outra a ser empregada em usos pios. Datado em uma Quinta-feira, 7 de Outubro, D.C. 1361” (Tradução livre da autora).

³⁷⁹ 'Wills: 46 Edward III (1372-3)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 144-153 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp144-153> [accessed 4 January 2016]. “Para Matilda sua esposa todas as terras e propriedades na cidade de Londres e subúrbios remanescentes, desde que permaneça viúva, do contrário ficam os bens para a criança ainda no ventre se sua mãe, caso haja alguma” (Tradução livre da autora).

remainder, as to tenements in the parishes of All Hallows de Stanyngchirche and Fanchirche, to Edward his son in tail. To John his son the reversion of tenements in the parish of S. Giles without Crepulgate in tail. To his child en ventre sa mère lands and tenements in the parishes of S. Margaret in Briggestrete, in the lane called "Puddynglane," of S. Martin in the Vintry, and of S. Nicholas Acon in the lane called "Seint Nicholaslane".³⁸⁰

John preocupa-se em garantir o futuro de todos os seus filhos, o que não poderia ser diferente para aquele que sua esposa esperava ao escrever o testamento. Embora não se saiba o sexo da criança, ou até mesmo se sobreviverá à primeira infância, a ela destina-se uma considerável herança em propriedades na cidade. O exemplo do boticário nos faz atentar ainda para o fato de que geralmente há uma distância entre o momento de escrita do testamento e seu registro oficial nos livros da Husting Court, que pode ser de semanas, meses ou anos, de modo que o destino dos bens deve ser decidido com cautela.³⁸¹

Como mencionado anteriormente, os falecidos procuram marcar em seus testamentos seu lugar no corpo social. Para tanto, não se esquecem de deixar sua contribuição para o bem social. No exemplo de Richard de Wycombe, observamos que ele cuida de reservar partes de sua herança para os pobres de sua paróquia (All Hallows de Wycombe), para diversas ordens religiosas de Londres, para as prisões e hospitais, assim como para as obras de St. Paul's e da London Bridge. Essas duas últimas doações nos remetem a dois pontos essenciais. O primeiro refere-se às indulgências concedidas por algumas instituições religiosas. Em Londres, St. Paul's torna-se uma das principais conessoras ao buscar atrair doações para suas obras de ampliação e restauração. O segundo aponta para a participação como membro da cidade; esses cidadãos que podem registrar seus testamentos são cidadãos reconhecidos de Londres e, como tais, inserem entre suas últimas vontades uma forma de contribuir para o bem da cidade, reforçando sua presença nos laços associativos desta e preservando sua memória. Este ponto, entretanto, aprofundaremos no item a seguir.

De acordo com Rubin, "[w]ills clearly reveal the life-worlds of their makers and

³⁸⁰ 'Wills: 8 Richard II (1384-5)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 241-248 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp241-248> [accessed 4 January 2016]. "Para Mary sua esposa todas as terras e propriedades em Londres e subúrbios enquanto viver; após sua morte, as propriedades nas paróquias de All Hallows de Stanyngchirche e Fanchirche, para Edward seu filho. Para John seu filho a renda das propriedades da paróquia de S. Giles without Crepulgate. Para seu filho ainda no ventre da mãe terras e propriedades nas paróquias de S. Margaret em Briggestrete, na rua chamada "Puddynglane," de S. Martin em Vintry, e de S. Nicholas Acon na rua chamada "Seint Nicholaslane".". (Tradução livre da autora).

³⁸¹ Essas datas podem ser acompanhadas no Índice de Testadores elaborado pela autora, disponibilizado no Anexo 4 da Tese.

illustrate efforts to knit together, at the end of a life, a web of associations and memories”.³⁸² Permitiam reavivar suas redes associativas, assim como assegurar desejos não realizados em vida, mas que podiam ser então realizados em nome daquele que já estava morto. Uma dessas possíveis aspirações são as peregrinações, que assumem no medievo uma função de destaque na busca de objetivos espirituais, em especial, na purgação dos pecados.

Esta é, por exemplo, a opção de Roger Crede ao registrar seu testamento em 1385: “Also if he happen not to go to Rome before he dies he leaves ten marks for some honest man to go there on his behalf and there remain, visiting the stations (*staciones ituro*) and praying for his soul, throughout Lent (*per totam quadragesimam*)”.³⁸³ O tecelão reserva, então, parte da sua herança para que seja feita uma peregrinação à Roma em seu nome, detalhando o período e o itinerário a ser seguido pelo peregrino, ou seja, a visita às estações que rememoravam a vida de Jesus e de seus apóstolos, durante a Quaresma.

Neste caso, depende-se recursos, pois o que realmente importa é que o benefício espiritual seja assegurado, não a jornada pessoal em si. A peregrinação por procuração ganhou seu espaço, e os recursos para tal empreitada tornaram-se um ponto recorrente em testamentos londrinos. Afinal, todas as formas de conseguir a salvação da alma deviam ser buscadas, não importando a distância. No entanto, embora essas viagens lancem luz sobre os deslocamentos de longa distância empreendidos pelo homem medieval, é importante lembrar que estes eram em sua maioria deslocamentos de âmbito regional, direcionando os viajantes para não muito mais distante do que paróquias e cidades vizinhas,³⁸⁴ como no extrato a seguir:

Copyn (Thomas), butcher.—To be buried in the church of S. Botolph without Algate. Bequests to the said church, Sir Ralph the rector, and other ministers thereof; to each order of friars in London for a trental of masses; to the inmates of various hospitals and of Neugate prison. Provision made for eight chaplains in the church of S. Botolph aforesaid, and for a pilgrim to travel on his behalf to the various shrines of S. Mary de Walsyngham, S. Edmund, S. Mary de Stokes, S. Mary de Manlond, and S. Thomas the Martyr at Canterbury, and there to make offerings. To Alice his wife, by way of dower, he leaves for life a tenement with shops in the aforesaid parish of S. Botolph; remainder to Thomas his son and to the infant with which his said wife is enceinte, and to the heirs of their respective bodies; remainder in trust for sale for pious uses. Dated London, 28 May, A.D. 1361. Roll 94 (152).³⁸⁵

³⁸² RUBIN, op. cit, p. 388. “Testamentos claramente revelam os mundos de vida de seus criadores e ilustram esforços para reunir, no fim da vida, uma rede de associações e memórias”. (Tradução livre da autora).

³⁸³ 'Wills: 9 Richard II (1385-6)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 248-259 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp248-259> [accessed 5 July 2015].

³⁸⁴ DUFFY, Eamon. “Religious belief”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 315-6.

³⁸⁵ 'Wills: 40 Edward III (1366-7)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 92-98 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp92-98> [accessed 5 July 2015]. “Copyn (Thomas), açougueiro. —A ser enterrado na igreja de S.

O testamento do açougueiro faz referência aos principais centros de peregrinação do território insular. Para Webb, as peregrinações de curta distância e duração seriam, para uma grande maioria, a regra, não a exceção.³⁸⁶ Tal situação dever-se-ia principalmente ao custo dessas viagens. Antes de partir, era preciso planejar os detalhes da jornada, como a época do ano, a duração do percurso, a hospedagem ao longo do caminho e no destino, pois todos esses fatores determinavam os gastos da viagem. Por isso, para muitos ingleses, mesmo após a morte, os santuários e sepulcros insulares eram os únicos aos quais se podia almejar.

A peregrinação refletia uma característica básica do cristão, já anunciada nos textos sagrados. O cristão não pertence a este mundo, portanto, só se encontra neste de passagem, é um peregrino que tem como meta última alcançar a Jerusalém celeste. Segundo Baschet, a peregrinação é uma metáfora da vida cristã. A peregrinação reflete o aspecto passageiro da vida terrena. O cristão é o *homo viator*, mantém-se em movimento, pois está em busca da salvação. Embora esteja ausente de seu lugar de origem, mantém-se integrado à Cristandade, esperando retornar àquele. Esta peregrinação última deve conduzir toda a vida do cristão.

Como aponta Eamon Duffy, a morte é o ápice da vida cristã. É a última e mais longa peregrinação, que afasta o indivíduo do que lhe é familiar em direção ao divino.

The symbolic language here is plain: death itself is being presented as the last long pilgrimage, the culmination of the Christian life conceived as a journey away from the familiar towards the divine. (...) All this was evoked in the liturgy of death itself ('Go forth Christian soul, go from this world'), and in the very name given to the dying Christian's last communion – *viaticum*.³⁸⁷

Portanto, lançam-se à peregrinação, ou lançam outros a peregrinar em seu nome, a fim de retornar ao seu destino final, que não está no plano terreno, mas no Além.

Botolph without Algate. Doações para esta igreja, para Sir Ralph o reitor, e para outros ministros da mesma; para cada ordem religiosa em Londres para as trinta missas do primeiro mês; para os internos de vários hospitais e da prisão de Neugate. Provisões para oito capelães na igreja de S. Botolph mencionada, e para um peregrino viajar em seu nome para os santuários de S. Mary de Walsyngham, S. Edmund, S. Mary de Stokes, S. Mary de Manlond, e S. Thomas the Martyr em Canterbury, e para fazer ofertas nestes. Para Alice sua esposa, por direito, deixa uma propriedade com lojas na paróquia de S. Botolph enquanto viver; o restante para Thomas seu filho e para a criança que sua esposa espera, e para os herdeiros de seus corpos; o restante para usos pios. Datado em Londres, 28 de Maio, D.C. 1361. Roll 94 (152)". (Tradução livre da autora).

³⁸⁶ WEBB, Diana. *Pilgrimage in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2000, p. xiv.

³⁸⁷ DUFFY, op. cit., p. 315. "A linguagem simbólica aqui é clara: a própria morte é representada como a última longa peregrinação, o cume da vida cristã concebida como uma jornada partindo do familiar em direção ao divino. (...) Tudo isso era invocado na própria liturgia da morte ('Siga adiante alma cristã, saia deste mundo'), e no próprio nome dado a última comunhão do cristão à beira da morte – *viaticum*". (Tradução livre da autora).

Tal aspecto das peregrinações por procuração nos atenta ainda para o alcance dos bens que os testadores possuíam em vida e que podiam ser distribuídos, na eminência da morte, entre herdeiros, doações e atos pios. Desse modo, os testamentos apontavam para as posses do indivíduo e seu status no momento de sua morte, revelando aspectos fundamentais da identidade desses cidadãos. Como aponta Júnia Furtado, os testamentos podem ser testemunhos sobre a morte, mas são, acima de tudo, testemunhos sobre a vida, tanto material quanto espiritual.³⁸⁸

Estes dois eixos caminham lado a lado na documentação uma vez que, quanto maiores as posses do indivíduo, em maior número surgem os atos pios previstos em testamento. Todos os testadores aludem, ao menos, a uma igreja, sua igreja paroquial ou aquela que escolhem para seu sepultamento, e para esta fazem uma doação. Todavia, quando observamos os testamentos dos cidadãos mais abastados, há uma profusão de doações a diversas igrejas e ordens religiosas da cidade, e até mesmo em outras cidades do reino. A exemplo disso, citamos o testamento de Edelena Atte Legh, esposa de um mercador de peixes:

Atte Legh (Edelena, wife of Thomas, late "stokfishmongere").—To be buried in the cloister of the collegiate church of S. Laurence near Candelwykstrete. Bequests to the master and chaplains of the said church; the chaplains of the church of S. Michael de Crokedelane, to the high altar of which she leaves her best tablecloth and towel; to the Abbot and Convent of Abyndon, and the Priory of Assherugge; to the church of Eton near Wyndesore, where she was baptized, for the maintenance of a chantry therein; to the work of S. Paul's, the five orders of friars in London, the inmates of divers hospitals, the Prior and Convent of the house called "le Charthous" near Smythfeld; the lepers at la loke, of S. James's near Westminster, of S. Giles's, and at Hakeneye; prisoners in Neugate, &c. Three thousand masses to be sung for the good of her soul within one month after her decease, and provision made for her funeral, observance of month's mind, &c. A long cloth of russet to be purchased for covering her coffin at her funeral, having a fair cross of white cloth in the middle; the same to be distributed to the poor after her funeral. (...) Dated London, Tuesday next after the Feast of Translation of S. Thomas the Martyr [7 July], A.D. 1375.³⁸⁹

A testadora indica diversas doações a instituições religiosas variadas, como a igreja

³⁸⁸ FURTADO, op. cit, p. 93.

³⁸⁹ 'Wills: 49 Edward III (1375-6)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 167-186 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp167-186> [accessed 5 July 2015]. "Atte Legh (Edelena, esposa de Thomas, mercador de peixes salgados). — A ser enterrado no claustro da igreja de S. Laurence próxima a Candelwykstrete. Doações para o mestre e os capelães desta igreja; para os capelães da igreja de S. Michael de Crokedelane, cujo altar deve receber suas melhores toalhas; para o Abde e o Convento de Abyndon, e o Priorado de Assherugge; para a igreja de Eton próxima a Wyndesore, onde for a batizada, para a manutenção de uma capela; para as obras em S. Paul's, para as cinco ordens em Londres, para os internos de diversos hospitais, para o Prior e o Convento da casa chamada 'le Charthous' próxima a Smythfeld; para os leprosos em S. James's Westminster, of S. Giles's, e Hakeneye; prisioneiros em Neugate, &c. Três mil missas a serem cantadas pelo bem de sua alma dentro de um mês após sua morte, e provisões para seu funeral, observância da missa de um mês, &c. um longo tecido ocre a ser comprado para cobrir o seu caixão no funeral, com uma cruz de tecido claro no meio; o mesmo deve ser distribuído entre os pobres depois do funeral. (...) Dated London, Tuesday next after the Feast of Translation of S. Thomas the Martyr [7 July], A.D. 1375" (Tradução livre da autora).

em que seria sepultada e a igreja onde fora batizada, encomendando as orações que estas deveriam realizar, além de doações aos leprosos, presos e pobres. Essas ações caritativas eram consideradas cruciais na busca pela salvação, mas não bastavam. Desse modo, a cidadina define previamente as orações que devem ser feitas em intenção de sua alma, e não poupa esforços: devem ser celebradas 3 mil missas em seu benefício no período de um mês, além da missa de 1 mês (*month's mind*).

No entanto, estas missas pelos falecidos não eram uma responsabilidade exclusiva das igrejas. Nestas, deviam se fazer presentes seus familiares, seus vizinhos, seus confrades e companheiros de ofício, assim como todos aqueles que haviam sido beneficiados pelas doações testamentárias. No momento da morte e na produção dos testamentos, os cidadãos destacavam suas redes pessoais, profissionais e caritativas, através de doações e obrigações mortuárias. Desse modo, estabelecia-se uma relação recíproca entre os vivos e os mortos. A manutenção da memória deixava de ser, então, uma responsabilidade exclusiva da família, sendo delegada também a grupos mais amplos, como as guildas, fraternidades e paróquias. Afinal, os mortos também são parte da cidade.

4.3. Reconhecer-se e ser reconhecido como cidadão

O cidadão medieval criou diversas estratégias para ser reconhecido como membro da cidade, o que não seria diferente para os londrinos dos séculos XIV e XV. Ao estudarmos as atitudes com relação ao trabalho, principalmente o trabalho manual, observamos que sua gradativa aceitação a partir do século XIII deveu-se principalmente à noção de contribuição para o bem comum.³⁹⁰ Essa atuação em prol da cidade e de seus habitantes reflete-se de forma mais ampla e destaca-se como uma das estratégias de afirmação de pertencimento. É preciso contribuir com o bom funcionamento do organismo urbano como um todo.

O bem comum pode ser observado aqui a partir de duas perspectivas complementares. Em primeiro lugar, a contribuição para o bem comum pressupõe a participação no coletivo, nos aspectos partilhados pela comunidade em que o cidadão está inserido, corroborando para o sentido de pertencimento ao grupo. Não menos importante, o bem comum apresenta-se como um princípio ético-político pelo qual o reino se organiza. Todos são irmãos e, como membros

³⁹⁰ Este tema foi discutido no Capítulo 3 de nossa dissertação de Mestrado. JESUZ, Viviane Azevedo de. *A cidade sobre o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

do reino, e da cidade, devem contribuir para sua organização. Em ambos os casos, o bem comum aproxima o cidadão da noção de cidadania medieval, através da qual participa das experiências coletivas como membro da cidade, do reino e da Cristandade.

Em Londres, vemos este artifício sendo empregado abundantemente no conjunto dos testamentos arrolados na Husting Court. Os testadores designam os bens a serem herdados não apenas pelos membros de seus círculos mais próximos, mas voltam atenção especial às doações que almejam realizar. Sem dúvidas, grande parte dessas doações, como visto no item anterior, dirigiam-se à Igreja e seus servos, pois esta era uma sociedade profundamente inserida na Cristandade e guiada pela busca da salvação. Além das igrejas paroquiais dos testadores e das ordens mendicantes em Londres, destacam-se os recursos dirigidos às obras da St. Paul's Cathedral.

Alguns testadores fazem doações bastante específicas, como o peleiro Stephen Dawben, da paróquia de S. Michael upon Cornhull, que em 1387 concede recursos “to the work of the south entrance of S. Paul's”,³⁹¹ ou seja, para as obras de manutenção na entrada ao sul da catedral. Todavia, em geral, as doações referem-se aos “old and new works at St. Paul's”, incluindo tanto a parte mais recente quanto a mais antiga da catedral.³⁹² Grande relevância era dada à manutenção daquela que era a principal igreja da cidade.

St. Paul's integrava o coração da cidade, funcionando também como importante local de reunião dos londrinos. Portanto, não surpreende o fato de ser beneficiada por inúmeros cidadãos. O peso da conservação das igrejas era considerável e, em um momento em que os recursos do reino (inclusive das taxações sobre o clero) estavam voltados para guerra, era preciso contar com as doações dos fieis mais favorecidos para manter os templos sagrados em bom estado. Além disso, as doações em favor da catedral garantiam aos benfeitores a graça das indulgências, o que não se repetia nas demais igrejas paroquiais que abundavam na cidade, o que também atraía um maior número de benfeitores.

Encontramos em todos os testamentos alguma forma de contribuição à Igreja. Entretanto, salta aos olhos o volume de doações direcionadas aos menos favorecidos, às

³⁹¹ 'Wills: 10 Richard II (1386-7)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 259-261 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp259-261> [accessed 4 January 2016]. “...para as obras da entrada sul de St. Paul's” (Tradução livre).

³⁹² Após o incêndio de 1087 em Londres, a Catedral foi reconstruída de forma que a catedral medieval era, na verdade, a quarta igreja levantada no local. Entre os séculos XIII e XIV, uma nova área foi adicionada à estrutura já existente, expandindo o coro da ala leste da catedral. Esta nova parte da catedral ficou conhecida como New Work, em oposição às edificações que datavam do XI e XII, Old Work. Cf. SCHOFIELD, John. “The Archaeology of St Paul's Cathedral”, disponível em <http://www.gresham.ac.uk/lectures-and-events/the-archaeology-of-st-pauls-cathedral>.

instituições de acolhimento e às obras para manutenção da cidade. Concentremo-nos, então, neste aspecto, do qual o testamento de William Trippelowe nos traz alguns temas.

Trippelowe (William), armourer.—To be buried in the churchyard of S. Brigid, Virgin, in Fletestrete, under the north wall of the church between la porch and la looge. Bequests to the said church, Sir Thomas de Hayton its rector, and ministers therein, the light of the Blessed Mary, &c. To Agnes his wife all his lands and tenements in Fletestrete for life, charged with keeping his obit and paying yearly five pence to five poor men in honour of the five joys of the Blessed Virgin, the mother of God; after her decease the same to be sold, and the proceeds devoted to prisoners in London, to poor men and sick widows in the parishes of S. Brigid, S. Martin at Ludgate, S. Sepulchre without Neugate, S. Andrew in Holbourne, and S. Dunstan in Fletestrete, and to the repair of roads near London. (...). Dated London, 19 August, A.D. 1390. Roll 119 (54).³⁹³

O armeiro, após agradecer a igreja em que será sepultado e garantir a herança de sua esposa, designa também de que modo devem ser beneficiados, após sua morte, os pobres, as viúvas e os presos, além de reservar recursos para o reparo de estradas. Escrever um testamento implica em encontrar meios de contribuir para o bem comum.

Em primeiro lugar, devemos considerar as doações aos menos favorecidos. Embora estas estejam também associadas às obras de caridade e, por isso, à busca do perdão dos pecados e da salvação, elas atuam diretamente junto à ideia do bem comum da cidade, uma vez que estes grupos nela habitam e precisam de suporte para que não causem transtornos à ordem e à paz. Logo, é possível pensar o bem comum pela perspectiva da caridade.

The courts of aldermen and common council did not take up much time in dealing with ‘social’ problems, nor did they expect to impose taxation on London citizens to pay for welfare benefits, yet there was a common, unofficial expectation that those well endowed by God in this world should accept the obligation to care for their less fortunate neighbours.³⁹⁴

³⁹³ 'Wills: 14 Richard II (1390-1)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 278-289 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp278-289> [accessed 4 January 2016]. “Trippelowe (William), armeiro.— A ser enterrado no cemitério de S. Brigid, a Virgem, em Fletestrete, abaixo da parede norte da igreja entre o pórtico e o pavilhão. Doações para a referida igreja, seu reitor Sir Thomas de Hayton, e seus ministros, a luz da Santíssima Virgem, &c. Para Agnes sua esposa todas as terras e propriedades em Fletestrete enquanto viver, sob a responsabilidade de guardar sua morte e pagar anualmente a soma de cinco *pences* a cinco homens pobres em honra das cinco alegrias da Santíssima Virgem, a mãe de Deus; após a morte de Agnes tais bens devem ser vendidos e a renda revertida para os presos de Londres, para os pobres e as viúvas doentes da paróquia de S. Brigid, S. Martin em Ludgate, S. Sepulchre without Neugate, S. Andrew em Holbourne, e S. Dunstan em Fletestrete, e para o reparo das estradas próximas a Londres. (...). Datado em Londres, 19 de Agosto, D.C. 1390. Roll 119 (54)”. (Tradução livre da autora).

³⁹⁴ BARRON, op. cit., p. 267. “As cortes dos *aldermen* e o concelho da cidade não dedicavam muito tempo aos problemas ‘sociais’, nem esperavam impor taxações sobre os londrinos para pagar por benefícios do bem comum, ainda assim havia uma expectativa extraoficial de que aqueles favorecidos por Deus neste mundo deveriam aceitar a obrigação de cuidar de seus vizinhos menos afortunados”. (Tradução livre da autora).

Já observamos em exemplos anteriores que os pobres eram favorecidos em diversos testamentos, recebendo tecidos utilizados em funerais, o valor monetário equivalente àquele gasto em velas nos ritos fúnebres, entre outros. No caso de William, citado acima, sua benesse é bastante específica ao definir que a cada ano, enquanto sua esposa viver, cinco homens pobres deverão receber a soma de cinco *pences*; doação esta feita em favor da Virgem Maria. Em se tratando do período medieval, não é possível separar aqui as motivações morais das motivações religiosas que impulsionavam a generosidade *post obit*.

Segundo Barron, a existência dos pobres era oficialmente reconhecida pois estavam isentos do pagamento de impostos. No entanto, era preciso diferenciar os pobres indignos dos pobres dignos.³⁹⁵ O primeiro grupo correspondia àqueles que tinham condições de trabalhar, mas mantinham-se como pedintes, não colaborando para o funcionamento da cidade; entre os que compunham o segundo grupo estavam os inválidos, as crianças, as viúvas, os doentes e os idosos. Era aos pobres dignos que se devia direcionar doações.

Havia, então, outras formas de auxiliar aqueles que não podiam manter-se sozinhos, como os órfãos, os doentes e as viúvas pobres. Em 1385, a viúva do mercador Simon Mordon, Alice, detentora de um significativo patrimônio e aparentemente sem herdeiros de seu ventre, mostra-se muito generosa para com os meninos e as meninas pobres.

Mordon (Alice, relict of Simon de, late "stokfisshmongere").—To be buried in the church of S. Michael in la Crokedlane. Bequests to the said church and ministers therein, the old and new work of S. Paul's, the five orders of mendicant friars in London, the inmates of various hospitals and the poor sick on beds (*in grabatis*) within the City and suburbs of London, and the lepers at le loke, near Hakeneye, and near the Hospital of S. Giles without Holbourne. To Sir William de Walworth, Knt., she leaves her best girdle, and to Dame Margaret his wife her best jewel. Bequests also to Johanna her kinswoman, to the child of Thomas de Fulham by the said Johanna, John Olyver, her servants, and others. All her lands, tenements, &c., in the City and suburbs to be sold, and the proceeds devoted to the maintenance of chantry priests in the churches of S. Michael in Crokedlane and S. Michael upon Cornhull, and to providing marriage portions for poor girls, educating poor boys, the relief of debtors, repair of roads, and similar charitable uses. Dated London, Friday the Feast of SS. Tiburcius and Valerian [11 Aug.], A.D. 1385. Roll 116 (67).³⁹⁶

³⁹⁵ Ibidem, p. 273-278.

³⁹⁶ 'Wills: 11 Richard II (1387-8)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 261-269 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp261-269> [accessed 1 January 2016]. "Mordon (Alice, viúva de Simon de, mercador de peixes salgados). — A ser enterrada na igreja de S. Michael em la Crokedlane. Doações para a referida igreja e seus ministros, as partes antiga e nova de S. Paul's, as cinco ordens mendicantes em Londres, os internos de vários hospitais e os pobres doentes em camas na cidade e seus subúrbios, e os leprosos em *le loke*, próximo a Hakeneye, e próximo ao Hospital de S. Giles without Holbourne. Para Sir William de Walworth, Knt., ela deixa sua melhor cinta, e para a Senhora Margaret esposa deste sua melhor joia. Doações para Johanna sua parente, ao filho de Thomas de Fulham com Johanna, John Olyver, seus servos, e outros. Todas as suas terras e propriedades na cidade e seus subúrbios a serem vendidas e seus rendimentos revertidos para a manutenção de capelães nas igrejas de S. Michael em Crokedlane e S. Michael em Cornhull, e para a provisão de dotes matrimoniais para meninas pobres,

Entre todas as obras de caridade a serem beneficiadas pela venda de todas as suas propriedades na cidade e subúrbios, preocupa-se em financiar a educação de meninos pobres, o que lhes ajudaria posteriormente a trabalhar em oficinas melhores, e em garantir o dote matrimonial de meninas pobres, que poderiam então conseguir melhores casamentos na cidade. Essa atenção aos dotes das pobres donzelas repete-se nos desejos póstumos de outros testadores. Afinal, “there was an underlying assumption that all citizens had a responsibility to protect those too young to look after themselves”.³⁹⁷

Outro aspecto reiterado em inúmeros testamentos é o cuidado com os doentes, principalmente com os doentes pobres da cidade, pois estes não possuem recursos para buscar um tratamento com médicos e boticários. Ademais, como no caso supracitado, frequentemente oferta-se quantias aos hospitais da cidade, destinadas tanto aos irmãos e irmãs religiosas que aí servem quantos aos que neste se abrigam, não apenas doentes como também viúvas menos favorecidas, viajantes e alguns habitantes pobres. Também entre os doentes da cidade, alguns testamentos ocupam-se de cuidar dos leprosos, que habitavam instituições isoladas, como vemos no testamento de um mercador de vinhos em 1375: “Further bequests to (...), the poor and decrepit in various hospitals, the lepers of *le loke* and S. Giles's Hospital; also for marrying poor maids, the repair of bridges and highways within twenty miles of the City of London”.³⁹⁸ John de Rothyng, além de retomar o cuidado com o dote de moças pobres, atenta em especificar as instituições voltadas para os leprosos dentre as outras.

Havia uma gama de hospitais no interior dos muros de Londres e em seus arredores. Segundo Kate Kelsey Staples, embora o objetivo das doações fosse auxiliar as instituições, esperava-se que seus internos rezassem pelos seus benfeitores em retorno.³⁹⁹ Se pensarmos na importância dada à intercessão pelas almas, não devemos estranhar a generosidade em prol

para a educação de meninos pobres, para o pagamento de dívidas, para o reparo de estradas, e obras de caridade semelhantes. Datado em Londres, Sexta-feira da Festa de SS. Tibúrcio e Valeriano [11 Aug.], A.D. 1385. Roll 116 (67)” (Tradução livre da autora).

³⁹⁷ BARRON, op. cit., p. 272. “havia um pressuposto de que todos os cidadãos tinham a responsabilidade de proteger aquele que eram muito jovens para cuidar de si”. (Tradução livre da autora).

³⁹⁸ ‘Wills: 50 Edward III (1376-7)’, in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 186-193 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp186-193> [accessed 1 January 2016]. “Mais doações para os reitores de Londres para suas misérias, para os internos de Neugate, Flete, e da Marischalsea, os pobres e decrépitos em vários hospitais, os leprosos de *le loke* e do Hospital S. Giles; também para o casamento de moças pobres, para o reparo de pontes e estradas nas vinte milhas ao redor de Londres” (Tradução livre da autora).

³⁹⁹ STAPLES, Kate Kelsey. *Daughters of London: Inheriting Opportunity in the Late Middle Ages*. Brill Academic Publishers, 2011.

dessas entidades. O clérigo William apresenta-nos uma lista de alguns hospitais e prisões da região ao registrar seu testamento em 1372:

Further bequests for the maintenance of the light of S. Mary in his church of S. Olave near the Tower, and of the light of Wolwyrchers in the same; to various orders of friars, the brethren and sisters of the hospitals of S. Thomas de Southwerk, Elsingspitele, S. Mary without Bisshopesgate, S. Giles without Holborne, and others; to prisoners in the King's prisons, viz., in Neugate, in the Marshelsea at Westminster, Hertford, Royston, Colchester, Canterbury, Rochester, Sarum, Ilchester in co. Somerset, the prisons of Dorset and Exeter, as well as in the bishops' prisons, viz., at Storteford, Canterbury, Rochester, Westminster, Sarum, Wells, and Oxford.⁴⁰⁰

O testador direciona sua generosidade não só aos hospitais da cidade, como também de seus arredores, como o hospital de São Thomas de Southwark, um dos subúrbios de Londres. Além disso, não se esquece daqueles que estão nas prisões do Rei, estendendo ainda sua benesse a outras cidades do reino. Dentre as prisões de Londres, refere-se a Newgate. Em geral, Newgate e Ludgate são as prisões mais mencionadas nos testamentos arrolados em Husting. No entanto, havia ainda outra importante prisão, Fleet, próxima ao rio de mesmo nome.

Muitos presos dessas instituições dependiam da caridade alheia para sobreviver, pois “[m]edieval polities rarely provided their prisoners with the range of services that are customary (and mostly free) today, such as meals, medical aid, spiritual guidance, and recreational and educational programs”.⁴⁰¹ Embora houvesse internos que podiam manter-se, muitos outros não possuíam recursos para garantir condições mínimas de vida. Conforme o número de presos crescia e as prisões ganhavam destaque, aumentavam também as doações a fim de melhorar suas condições, uma vez que sem estas a alimentação de alguns poderia ser ínfima, como apenas um pedaço de pão por dia.⁴⁰² Ainda que estivessem em uma situação de certo isolamento, esses presos estavam inseridos na cidade, na qual haviam construído suas redes relacionais. Desse modo, a cidade, personificada em seus cidadãos, tinha por dever auxiliá-los na tribulação.

⁴⁰⁰ 'Wills: 46 Edward III (1372-3)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 144-153 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp144-153> [accessed 4 January 2016]. “Mais doações para a manutenção da luz de Santa Maria na igreja São Olavo próxima a Torre, e a luz de Wolwyrchers na mesma; para várias ordens de freis, para os irmãos e irmãs dos hospitais de S. Thomas de Southwerk, Elsingspitele, S. Mary without Bisshopesgate, S. Giles without Holborne, e outros; para prisioneiros nas prisões do Rei, em Neugate, na Marshelsea em Westminster, Hertford, Royston, Colchester, Canterbury, Rochester, Sarum, Ilchester em Somerset, nas prisões de Dorset e Exeter, assim como nas prisões dos bispos, em Storteford, Canterbury, Rochester, Westminster, Sarum, Wells, e Oxford.” (Tradução livre da autora).

⁴⁰¹ GELTNER, Guy. “Medieval Prisons: Between Myth and Reality, Hell and Purgatory”, In: *History Compass* 4, Blackwell Publishing, 2006. “As autoridades medievais raramente davam aos seus prisioneiros a variedade de serviços que são comuns (e geralmente gratuitos) hoje, como refeições, ajuda médica, aconselhamento espiritual e programas recreativos e educacionais” (Tradução livre da autora).

⁴⁰² Idem.

Alguns desses são, por vezes, bastante específicos em suas contribuições, como John Scorfeyn, que se preocupa em aliviar as condições das mulheres presas em Newgate e Ludgate. Outros temas saltam aos olhos em seu testamento:

Scorfeyn (John), armourer.—To be buried in the common churchyard of S. Paul's, by the side of Alice his mother. Bequests to the church of S. Augustine near S. Paul's Gate; also to the church of Ifeld, and to the poor in the parish thereof; to each order of mendicant friars in London, the Prioress and Nuns of Roughsparre, the new and old work of S. Paul's, the repair of the highway between Nomanneslonde and Iseldon, &c. To Peter his brother, Isabella his sister, William his sister's son, Johanna atte Brook, William atte Brook, Ralph Scorfeyn his kinsman, and others, he leaves sums of money. To Agnes his wife his tenement called "le harwe on the hope" in the parish of S. Dunstan in Fletestrete for life so long as she remain unmarried; remainder in trust for sale, the proceeds being devoted to poor prisoners, more especially women, in Ludgate and Newgate, and other charitable uses. Dated London, 16 March, A.D. 1389.

403

Há muitos testamentos em que encontramos quantias direcionadas ao reparo de estradas, principalmente na cidade de Londres e seus arredores. Em alguns casos, como no testamento de John Scorfeyn, designa-se estradas e trechos de estradas específicos que devem ser reparados segundo o desejo do falecido, o que nos leva a considerar que estas fossem vias mais frequentemente utilizadas por estes indivíduos,⁴⁰⁴ ou até mesmo necessárias para o desempenho de seus ofícios, que assim conheciam o seu estado de conservação. No testamento de William Trippelowe acima citado, este atenta para o cuidado com as estradas nos arredores de Londres, fundamentais para o fácil acesso à cidade. Esta era uma das preocupações recorrentes entre aqueles que dependiam das mercadorias e do mercado vindo de outras cidades.

A preocupação com o bem comum implica na participação política, especialmente em uma cidade que conta com uma auto-gestão, bastante autônoma da Coroa, como Londres. Além da inserção nos quadros das autoridades da cidade, um aspecto fundamental da participação

⁴⁰³ 'Wills: 14 Richard II (1390-1)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 278-289 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp278-289> [accessed 4 January 2016]. "Scorfeyn (John), armeiro. — A ser enterrado no cemitério de S. Paul's, ao lado de sua mãe Alice. Doações para a igreja de S. Augustine próximo ao Portão de S. Paul; também para a igreja de Ifeld (em Kent), e para os pobres desta paróquia; para cada ordem mendicante de Londres, para a Prioressa e as freiras de Roughsparre, para as partes antigas e novas de S. Paul's, para o reparo da estrada entre Nomanneslonde e Islington. Para Peter seu irmão, Isabella sua irmã, William filho de sua irmã, Johanna atte Brook, William atte Brook, Ralph Scorfeyn seu parente, e outros, ele deixa quantias de dinheiro. Para Agnes sua esposa deixa sua propriedade chamada "le harwe on the hope" na paróquia de S. Dunstan em Fletestrete enquanto viver, desde que não se case novamente; do contrário, deve ser vendida e os rendimentos revertidos para os presos, mais especificamente as mulheres, em Ludgate e Newgate, e outras obras de caridade. Datado em Londres, 16 de Março, D.C. 1389" (Tradução livre da autora).

⁴⁰⁴ 'Introduction', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. i-liv <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/i-liv>.

política era garantir as condições que faziam de Londres a principal cidade do reino. Assim, o bem comum também se desenvolve sob o aspecto político.

Embora houvesse uma taxa para entrada e saída de carroças nos portões e pontes de Londres, esses rendimentos não eram suficientes para a manutenção de tantas estradas de acesso constantemente utilizadas. Portanto, as doações recebidas eram fundamentais para uma melhor conservação destas. Todos os aspectos físicos da cidade fazem parte da vida cotidiana desses londrinos, por isso, eram os mais indicados a identificar suas necessidades, assim como indica o testamento de Robert Boxford:

Boxford (Robert), draper.—To be buried in S. Paul's churchyard called "Pardounchirchewawe." One moiety of his movable goods he leaves to Clemence his wife by way of her share of his goods, and out of the residue he makes divers bequests to the fabric of S. Paul's and of the church of S. Vedast, to poor prisoners in Neugate and Ludgate, to the Prior, Canons, &c., of S. Mary de Overee in Suthwerk, the Master of the College of S. Laurence Pounteneye near Candelwykstrete, the ministers of the church of S. Mary Magdalen de Suthwerk; also for the repair of roads in the neighbourhood of London, and for distribution among the poor and infirm lying "bedreden" in the City and suburbs, &c. Bequests also to John Prentis his brother, John Gibbes, William Symme, and others. A certain rent issuing from a tenement called "le cok on the hoop" in the parish of S. Giles without Crepulgate to be sold to pay his debts. Dated at the priory aforesaid, the Feast of the Purification of V. Mary [2 Feb.], 16 Richard II. [A.D. 1392-3].—Also to old Thomas, the bellringer of the priory, three shillings and fourpence. Roll 121 (145).⁴⁰⁵

O mercador de tecidos também volta sua atenção para as estradas nos arredores de Londres, o que deve ser ressaltado ao considerarmos que a cidade era um ponto central da rede da tecelagem no reino. Outro aspecto presente refere-se às estradas utilizadas para a peregrinação, como no caso daquela que seria utilizada por peregrinos que tomassem o mesmo rumo da comitiva de *The Canterbury Tales*. O território insular contava com centros de peregrinação próprios como Canterbury e Walsingham. Portanto, era preciso garantir o acesso

⁴⁰⁵ 'Wills: 16 Richard II (1392-3)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 295-301 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp295-301> [accessed 1 January 2016]. "Boxford (Robert), mercador de tecidos. — A ser enterrado no cemitério de S. Paul's chamado "Pardounchirchewawe." Uma metade dos seus bens móveis ele deixa para Clemence sua esposa como sua parte de seus bens, e do restante faz várias doações às obras em S. Paul's e na igreja de S. Vedast, aos presos pobres em Neugate e Ludgate, ao Prior, e aos Cônegos de S. Mary de Overee em Southwark, ao Mestre do College of S. Laurence Pounteneye próximo a Candelwykstrete, aos ministros da igreja de Santa Maria Madalena de Southwark; também para o reparo de estradas nas vizinhanças de Londres, e para ser distribuído entre os pobres e os enfermos acamados na cidade e seus subúrbios. Doações também para John Prentis seu irmão, John Gibbes, William Symme, e outros. Uma certa renda derivada de uma propriedade chamada "le cok on the hoop" na paróquia de S. Giles without Crepulgate a ser vendida para pagar suas dívidas. Datado no priorado mencionado, na Festa da Purificação da Virgem Maria [2 de Fevereiro], 16 Richard II. [D.C. 1392-3]. — Também para o velho Thomas, responsável pelo sino do priorado, três *shillings* e quatro *pences*. Roll 121 (145)" (Tradução livre da autora).

dos peregrinos ingleses (e até estrangeiros) a estes santuários, uma vez que eram, de modo geral, os destinos de peregrinação mais possíveis.

Embora não fossem estradas pavimentadas com pedra e cascalho, demandavam reparos constantes. “Essentially these roads were earthen tracks, which from heavy use (especially from livestock being driven to market or between manors) could easily become ‘hollow ways’”.⁴⁰⁶ Sua manutenção não estava, em geral, a cargo das autoridades das cidades. A responsabilidade recaía sobre aqueles que possuíam terras e propriedade por elas cortadas; era tarefa de alguns indivíduos e da comunidade.⁴⁰⁷ Entre as formas de reparo mais comuns, estavam os métodos de cobrir áreas alagadas com placas de madeira e galhos mais finos e de preencher os buracos com areia. Por mais simples que possam parecer, essas estratégias exigiam mão de obra, material e transporte do mesmo, implicando em gastos de manutenção. Em se tratando de vias muito utilizadas, como aquelas de acesso a Londres, e de manutenção rudimentar, esses gastos eram constantes. Todas as doações faziam-se necessárias para tanto.

Para Sharpe, a necessidade moral atribuída às contribuições para o reparo e conservação de estradas ganhava ainda mais força ao se tratar da construção e manutenção de pontes. Este já era um costume que remontava ao período Anglo-Saxão em que havia a obrigação de corresponder a *trinoda necessitas*.⁴⁰⁸ Variadas pontes aparecem nos textos dos testamentos da Husting Court, mas a London Bridge é, sem dúvida, a mais beneficiada.

London Bridge era a principal ponte de Londres, e a mais antiga, embora tivesse sido reconstruída diversas vezes e só no século XII tivesse ganhado sua estrutura em pedra. Tornar-se não apenas uma travessia comercial essencial para a cidade, mas também uma área residencial. Por sua importância para a cidade era frequentemente mencionada nos testamentos, como no extrato a seguir:

Potman (John), fishmonger.—To be buried in the church of S. Magnus near London Bridge. Bequests to the said church and ministers therein, also to the work of London Bridge and to the priest in the chapel upon the same. To Juliana his wife his tenement upon Fichwharf in the parish of S. Magnus aforesaid for life; remainder to Guydo and Henry his sons in tail; remainder to the wardens of the Fraternity of Salve Regina in the aforesaid church. The residue of his goods to be divided equally among his said

⁴⁰⁶ WHITE, Graeme J. *The Medieval English Landscape 1000-1540*. London and New York: Bloomsbury Academic, 2012. “Essencialmente essas estradas eram caminhos de terra, que devido a um uso pesado (especialmente de gado sendo levado para o mercado ou para outras terras) podiam facilmente tornar-se caminhos com buracos” (Tradução livre da autora).

⁴⁰⁷ STAPLES, op. cit, p 35.

⁴⁰⁸ A *trinoda necessitas* refere-se às três obrigações fundamentais de todos no período anglo-saxão; estas eram o serviço militar, o reparo e a construção de pontes e a construção e manutenção de fortificações.

wife and sons. Dated the Feast of S. Mathias, Apostle [24 Feb.], A.D. 1373. Roll 102 (147).⁴⁰⁹

O mercador de peixes deixa sua doação para as obras de manutenção da ponte, mas também se refere a uma capela. Por ser uma área de grande movimentação e bem povoada, devido à facilidade de acesso, contava com algumas igrejas nos seus arredores. Além disso, seguindo a prática da época, era comum haver capelas sobre as pontes, especialmente em estruturas de grande porte como a London Bridge. Tais capelas também eram destinatárias das doações dos falecidos, afinal, encontravam-se em um ponto crucial da cidade. Era principalmente por meio da generosidade desses cidadãos que capelas eram ricamente ornamentadas, como mostra o inventário da Capela sobre a London Bridge em 1350: contava esta com um arsenal de livros sagrados, como três breviários com capa de couro, três Legendas de Santos, quatro saltérios, missais, entre outros.⁴¹⁰

Desde sua reconstrução do século XII, a ponte contava com a colaboração de uma guilda, *Brethen of the Bridge House* (Irmãos da Casa da Ponte), e com os rendimentos das propriedades construídas nas terras doadas pelo Rei João, que formavam o núcleo da Bridge House Estate. Esta, por sua vez, estava sob os cuidados das autoridades da cidade, a quem se endereçavam as doações para a manutenção da ponte, como observamos a seguir:

Mordon (John), called "Rothynge," stockfishmonger.—To be buried in the churchyard of the church of S. Mary atte Hill. Matilda his wife to take the issues and profits of all his tenements in the parish of S. Edmund the King in Lumbardestret until his son Henry come of age; and if the said Henry die during minority, then until his son John come of age. If both sons die without issue of their bodies, the said tenements are to go to the Mayor and Commonalty of London, and to the Wardens of London Bridge for the time being and their successors, for the maintenance of the said bridge. Dated London, Thursday the Feast of S. Clement, Pope [23 Nov.], A.D. 1385. Roll 116 (78).⁴¹¹

⁴⁰⁹ 'Wills: 48 Edward III (1374-5)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 156-167 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp156-167> [accessed 4 January 2016]. "Potman (John), mercador de peixes. — A ser enterrado na igreja de São Magno próxima a London Bridge. Doações para esta igreja e seus ministros, também para as obras de manutenção da London Bridge e para o padre da capela sobre a mesma. Para Juliana, sua esposa, sua propriedade sobre Fichwharf na paróquia de São Magno mencionada enquanto viver; após sua morte, esta fica para Guydo e Henry seus filhos; após a morte destes fica para os guardiães da Fraternidade Salve Regina na mesma igreja. O restante de seus bens deve ser dividido igualmente entre sua esposa e seus filhos. Datado na Festa de São Mathias, Apóstolo [24 de Fevereiro], D.C. 1373. Roll 102 (147)". (Tradução livre da autora).

⁴¹⁰ 'Memorials: 1350', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 247-265. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp247-265> [accessed 3 July 2016].

⁴¹¹ 'Wills: 11 Richard II (1387-8)', in *Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting*, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 261-269 <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp261-269> [accessed 1 January 2016]. "Mordon (John), chamado "Rothynge," mercador de peixes salgados. — A ser enterrado no cemitério da igreja de S. Mary atte Hill. Matilda sua esposa deve receber todos os rendimentos provenientes de suas propriedades na paróquia de São Edmundo, o Rei, em Lumbardestret até a

Não só nos testamentos podemos encontrar vestígios dessa preocupação com o bem comum discutida. Sendo a London Bridge um dos pontos de acesso centrais da cidade, grande era a preocupação com a sua proteção, especialmente em períodos em que o Rei ou o reino encontravam-se envolvidos em conflitos, como demonstram as ordenações sobre a defesa da cidade estabelecida pelo *mayor* e os *aldermen* em 1321 e posteriormente reafirmada.

And that two good and strong boats shall be provided on the Thames at night, with armed men, on the one side of London Bridge, towards the West, and two boats on the other side, towards the East; so as to guard the water by night, and watch that no one may enter this part of the City to do mischief; and, if they see peril, to warn the people of those Wards which are keeping guard upon the water. ⁴¹²

A Cidade - e seus habitantes - tinha por dever prover os meios para a proteção da ponte, envolvendo-se física (homens armados, vigias e guardas) e materialmente (recursos financeiros, barcos, armas). Ser parte da cidade implicava em protegê-la dos perigos externos, e internos como visto no Capítulo 3. E tais perigos tornavam-se ainda mais prováveis nos períodos de guerra, o que nos remete novamente à Guerra dos Cem Anos.

Como observado por Harriss em seu trabalho sobre o rei e seus súditos, era uma obrigação do rei pagar por seus próprios custos, assim como era seu direito pedir a contribuição de seus súditos em momentos de dificuldade e emergência.⁴¹³ No caso de Londres, que sempre recebera benefícios da Coroa, a cidade tinha por dever auxiliar o monarca, e o reino, em suas urgências. É o que se dá em março de 1356, quando uma congregação composta por *mayor*, *aldermen* e representantes de todos os *wards* da cidade se reúne para decidir a quantia devida por cada área para atender a um pedido régio. A cidade consegue arrecadar cerca de £480 para o reparo de duas embarcações utilizadas na guerra.

maioridade de seu filho Henry; e se este Henry morrer enquanto for menor, então até a maioridade de seu filho John. Caso os dois filhos morram sem herdeiros, as propriedades devem ser entregues às autoridades de Londres e aos guardiães da London Bridge da época e seus sucessores, para a manutenção desta ponte. Datado em Londres, Quinta-feira da Festa de São Clemente, Papa [23 de Novembro], D.C. 1385. Roll 116 (78)” (Tradução livre da autora).

⁴¹² 'Memorials: 1321', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 142-144. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp142-144> [accessed 3 July 2016]. “E que dois barcos bons e fortes sejam providenciados para permanecer no Thames à noite, com homens armados, ao lado da London Bridge, na direção oeste, e dois barcos do outro lado, em direção leste; para guardar as águas à noite, e observar que ninguém entre nesta parte da Cidade para fazer malfeitos; e caso vejam perigos, para avisar às pessoas dos Wards que estão mantendo vigia sobre a água” (Tradução livre da autora).

⁴¹³ HARRISS, G. L. “The King and his subjects”. In: HORROX, Rosemary (ed.). *Fifteenth-century attitudes – Perceptions of society in late medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 (2008), p. 24.

O reino, no entanto, não estava envolvido apenas no conflito com a França. Havia ainda conflitos internos, como aquele com o País de Gales, com o qual a cidade também tinha o dever de contribuir. Em novembro 1404, Londres envia ao Rei a soma de £733 6s. 8d. para financiar o cerco ao Castelo de Coityf, em Gales.⁴¹⁴ Em outubro, o Rei havia sido pressionado para resgatar o Senhor de Coityf, que era prisioneiro dos rebeldes galeses, liderados por Owen Glendower, em seu próprio castelo. A cidade age rápido para financiar o cerco; o Rei, por sua vez, compromete-se a devolver a quantia o quanto antes, neste caso, com os recursos disponibilizados pelo Parlamento até o Natal. A Coroa reconhece a presteza de Londres em servi-la e recompensa a cidade de diversas formas, especialmente pela concessão de privilégios dentro do reino.

Além dos pedidos pontuais do Rei em direção à cidade, havia ainda taxações definidas pelas reuniões do Parlamento, como a *poll tax*. Em 1379, Andrew Pykeman, John Shelford, Thomas Reynham, John Vyne, John Rote, William Badby, Walter Doget e William Venour são nomeados para arrecadar na cidade a *poll tax* instaurada pelo Parlamento de Maio, devendo retornar os valores até a Festa de São João Batista, 24 de junho, e a Festa de São Pedro de Vincula, 1º de agosto.⁴¹⁵ Como definido nesta ocasião, o Duque de Lancaster deveria pagar 10 *marks*, o *mayor* de Londres £4 (a mesma quantia devida pelos condes do reino), os *aldermen* £2 (o mesmo valor recolhido dos barões do reino), até os menores níveis, em que todos acima de 16 anos deveriam pagar 4 *pences*.

Segundo HARRISS, essas doações e empréstimos não podiam ser requisitados continuamente.

By constitutional tradition stretching back over two centuries, taxes could only be asked for the exceptional needs of the king and the realm, most obviously and usually in time of war. Subjects were obliged to contribute their own goods when the safety of the realm was threatened, though they could only be taxed with their own consent.

416

⁴¹⁴ 'Folios xxx - xl: Jan 1403-4 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: I, 1400-1422, ed. Reginald R Sharpe (London, 1909), pp. 30-42. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/voli/pp30-42> [accessed 18 June 2016].

⁴¹⁵ 'Folios cxi - cxx: May 1379 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 127-147. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp127-147> [accessed 18 June 2016].

⁴¹⁶ HARRISS, op. cit. p. 23. "Por tradição constitucional remontando a dois séculos, taxas só poderiam ser pedidas em caso de necessidades excepcionais do rei e do reino, mais obviamente e comumente em tempos de Guerra. Os súditos eram obrigados a contribuir com seus bens quando a segurança do reino era ameaçada, embora só pudessem ser taxados com seu consentimento" (Tradução livre da autora).

No entanto, como já vimos anteriormente, é possível observar que o não-consentimento dos súditos podia, por vezes, não ser levado em consideração, como em 1369. As autoridades recebem uma carta endereçada à cidade informando a necessidade do Rei de 100,000 *marks* para uma viagem de seu filho Duque de Lancaster e Robert de Knolles a serviço real, assim como para a defesa do reino. Pede-se que Londres empreste £5,000 à Coroa. Tendo a cidade já contribuído diversas vezes com as necessidades régias, recorre ao Rei para que seja liberada, mas sem sucesso.

After due consideration of the above it was decided to send a deputation to the King to ask that the City might be excused in consideration of the heavy burdens it had already been called upon to bear. The King refused. Thereupon it was agreed that the money should be lent to the King by those persons whose names appear on the next folio, together with the amount lent by each, on the security of the custom and subsidy of wool, woollens, and leather in the Port of London, (...). And be it known that Stephen Cavendisshe and John Warde, Aldermen, and John Philipot and John Organ, Commoners, were appointed to collect the money, which was delivered to the King, as appears by acquittance of the King's Treasurer in the custody of the Chamberlain of the Guildhall.⁴¹⁷

Diante do pedido real e da recusa de isenção, Londres precisa recorrer aos seus cidadãos mais abastados para cumprir com seu compromisso com a Coroa. Embora os nomes tenham sido posteriormente apagados dos fólhos do *Letter Book G*, esses homens que emprestam dinheiro ao Rei representam à cidade. São estes filhos da cidade que a auxiliam nos momentos urgentes, assim como a Cidade auxilia a Coroa. Chama a atenção o fato de indicarem os servidores régios que recebem as quantias arrecadas para o Rei. Esta era uma preocupação importante e justificável para as autoridades da cidade, uma vez que deviam prestar contas das somas devidas à Coroa, que por vezes não chegavam ao Rei, como vemos em 1409. O *mayor* escreve ao Rei “assuring him that the sum of 7,000 marks, required for his expedition into Wales, had been paid to divers of the King's officers, in manner as specified, although the writers had been informed by the Prince that the money had not come into the King's hands”.

⁴¹⁷ 'Folios ccxli - ccli: Jan 1369-70 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 258-263. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp258-263> [accessed 27 June 2016]. “Depois de considerar o que está acima [no fólho] foi decidido enviar ao rei uma delegação para pedir que a Cidade fosse liberada em consideração aos pesados fardos que já havia suportado. O Rei negou. Portanto, foi acordado que o dinheiro seria emprestado ao Rei pelas pessoas cujos nomes aparecem no folio seguinte [posteriormente apagado], junto com as quantias emprestadas por cada um, asseguradas pelas taxas e subsídio da lã e do couro no Porto de Londres, (...). E que seja de conhecimento que Stephen Cavendisshe e John Warde, Aldermen, e John Philipot e John Organ, Commoners, foram nomeados para arrecadar o dinheiro, que foi entregue ao Rei, como aparece para o Tesoureiro Real sob custódia do Chamberlain do Guildhall” (Tradução livre da autora).

⁴¹⁸ A cidade consegue reunir a quantia requisitada para auxiliar a expedição régia em Gales e entrega-a aos oficiais régio, mas a quantia nunca chega até o Rei.

Dois anos mais tarde, novamente alguns londrinos fazem empréstimos ao Rei, reunindo uma grande soma. O Rei, por sua vez, permite que esses empréstimos sejam pagos com os recursos provenientes da exportação de lã e couro no Porto de Londres, autorizando o *major*, alguns *aldermen* e outros cidadãos a recolherem os devidos valores.⁴¹⁹ Todos têm seus nomes registrados nos fólhos com as respectivas quantias disponibilizadas. Esses homens integram a cidade e são assim reconhecidos.

O reconhecimento como cidadão inscreve-se no sistema de representação política da cidade, sendo o bem comum um aspecto político fundamental, em especial no que tange à cidadania. Por meio deste princípio organizador, todos devem ser reconhecidos como irmãos e, portanto, devem contribuir para garantir as condições necessárias para o bem da coletividade, seja esta circunscrita apenas à cidade ou ao conjunto do reino que integra.

⁴¹⁸ 'Folios lxxxii - xc: June 1409 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: I, 1400-1422, ed. Reginald R Sharpe (London, 1909), pp. 74-83. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/voli/pp74-83> [accessed 22 June 2016]. "... assegurando que a soma de 7000 *marks*, requisitadas para sua expedição em Gales, havia sido paga para vários oficiais do Rei, da maneira especificada, embora os escrivães tenham sido informados pelo Príncipe que o dinheiro não havia chegado às mãos do Rei" (Tradução livre da autora).

⁴¹⁹ 'Folios cclxi - cclxx: Dec 1370 - ', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 272-282. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp272-282> [accessed 18 June 2016].

CAPÍTULO 5: IDENTIDADES CIDADINAS EM QUESTÃO

5.1. GILDAS E FRATERNIDADES

5.2. PERTENCER AO GRUPO, PERTENCER À CIDADE

CAPÍTULO 5: IDENTIDADES CIDADINAS EM QUESTÃO

5.1. Guildas e Fraternidades

An Habberdassher and a Carpenter,
A Webbe, a Dyere, and a Tapycer –
And they were clothed alle in o lyveree
Of a solempe and a greet fraternitee.
Ful fresh and newe hir geere apiked was;
Hir knyves were chaped noight with bras
But al with silver, wroght ful clene and weel,
Hire girdles and hir pouches everydeel.
Wel semed ech of hem a fair burgeys
To sitten in a yeldehall on a deys.
Everich, for the wisdom that he kan,
Was shaply for to been an alderman.
For catel hadde they ynogh and rente,
And eek hir wyves wolde it wel assente;
And ells certeyn were they to blame.
It is ful fair to been ycleped ‘madame’,
And goon to vigils al bifore,
And have a mantel roialliche ybore.⁴²⁰

Como um elemento fundamental de organização da cidade em fins do medievo, as guildas não poderiam estar ausentes do quadro pintado por Chaucer nas *Tales*. Embora não ganhem voz como narradores de algum dos contos, seus membros têm destaque no Prólogo em que se desenvolve o mote da narrativa. Encontramos, então, cinco homens de ofícios distintos que pertencem a uma “solene e importante fraternidade”. A associação da qual participam não é, assim, uma guilda profissional exclusiva a um ofício, mas provavelmente uma guilda paroquial, categoria que ganha espaço e importância em Londres, e da qual ofícios diferentes podem participar.

Of a solempe and a greet fraternitee. Tratemos brevemente dos diferentes tipos de associação urbana no medievo, em especial das guildas profissionais e paroquiais. As guildas profissionais, *craft guilds*, eram guildas que associavam homens de um mesmo ofício, com o objetivo de regulamentar sua atividade, seus preços e sua qualidade, defender os interesses do

⁴²⁰ *THE GENERAL PROLOGUE*, 361-378, p. 29. “Tínhamos em seguida um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um Tintureiro e um Tapeceiro, todos vestidos com a mesma libré de uma importante e grande confraria. Suas ferramentas polidas eram novas em folha; os engastes de suas facas não eram de bronze, mas inteiramente de prata; e seus cintos e bolsas eram trabalhados com arte até nos pormenores. Cada um deles parecia um bom burguês, digno de tomar assento no estrado da sala de sua corporação ou de tornar-se, com a sua perspicácia, membro da câmara de sua cidade. Todos dispunham de posses e rendas para tanto. E suas esposas bem que concordariam com isso (a menos que fossem tolas), pois não há mulher que não goste de ser chamada de ‘Madame’ e de encabeçar as procissões, nas vigílias dos dias santos, com um manto às costas igual a uma rainha”. (CHAUCER, 1988:8).

ofício frente a ofícios concorrentes, decidir conflitos internos e controlar a reputação de seus membros e, conseqüentemente, do ofício. De acordo com Burrage e Corry, as guildas profissionais estavam divididas em duas categorias devido a funções diferentes, uma preocupada com a manufatura dos produtos e outra voltada para a venda dos mesmos.⁴²¹

Um outro tipo de congregação eram as guildas paroquiais, *parish guilds*, que constituíam associações centradas em uma igreja local. Segundo Garbáty, estas também estariam divididas em duas vertentes, as guildas paroquiais com restrições entre ofícios e as guildas paroquiais sem conexões profissionais, que identificaremos, então, como fraternidades.⁴²² Essas fraternidades, compostas por membros de diversos ofícios, tinham por objetivo a piedade, a sociabilidade e o apoio mútuo, ressignificando a caridade pregada pela Igreja, rivalizando com o monopólio espiritual da mesma, e estabelecendo laços entre a vizinhança paroquial.

Entre os *guildsmen* das *Tales*, quatro desenvolvem atividades relacionadas ao mundo têxtil, um tecelão, um tintureiro, um tapeceiro e um armarinheiro⁴²³, acompanhados por um carpinteiro. Segundo Benson, essa seria uma escolha minuciosa de ofícios neutros nos conflitos da cidade, em que não encontramos representantes dos grandes grupos de mercadores.⁴²⁴ Os ofícios escolhidos representam as *lesser companies*, que têm um papel menos abrangente no jogo de poder da cidade.⁴²⁵ Embora alguns pesquisadores tenham se dedicado a isso, é difícil definir a que fraternidade da cidade pertenciam esses peregrinos, uma vez que poucas entidades desse tipo deixaram registros referentes ao século XIV. Fazemos referência aqui a dois desses estudos.

Para Harwood, através dos *guildsmen*, Chaucer faria alusão à Fraternidade de São João Batista, fundada e dominada pelos alfaiates.⁴²⁶ Esta importante associação havia recebido, no reinado de Richard II, o direito de admitir membros de outros ofícios e possuía nobres entre

⁴²¹ BURRAGE, Michael C. & CORRY, David. "At Sixes and Sevens: Occupational Status in the City of London from the Fourteenth to the Seventeenth Century". In: *American Sociological Review*, Vol. 46, No. 4 (Aug., 1981), pp. 375-393. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2095259>, acessado em 27/11/2011.

⁴²² GARBÁTY, Thomas Jay. "Chaucer's Guildsmen and Their Fraternity". In: *The Journal of English and Germanic Philology*, Vol. 59, No. 4 (Oct., 1960), pp. 691-709. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27707558>, acessado em 25/11/2011.

⁴²³ Na verdade, o termo *haberdasher* designa duas funções diferentes. A primeira refere-se aos armarinheiros, que vendiam laços, bolsas, luvas, contas, alfinetes, entre outros itens. A outra refere-se aos chapeleiros, cuja fraternidade se uniu aos *haberdashers* originais em 1502.

⁴²⁴ "Explanatory Notes", p. 813.

⁴²⁵ Os ofícios em Londres estavam divididos entre *greater* e *lesser companies*, sendo as *greater companies* compostas por grandes mercadores e tendo maior relevância nas decisões da cidade. As *greater companies* preenchiam a maior parte dos cargos oficiais em Londres, principalmente, os de maior destaque.

⁴²⁶ HARWOOD, Britton J. "The Fraternitee of Chaucer's Guildsmen". In: *The Review of English Studies*, New Series, vol. 39, no 155, 1988.

seus confrades. Portanto, seria facilmente reconhecida pela audiência da obra. Garbáty, por sua vez, faz uma análise detalhada das características apresentadas pelos *guildsmen* e das fraternidades da cidade.⁴²⁷ O autor observa primeiramente, a partir dos ofícios apresentados, as áreas da cidade que concentravam ofícios têxteis, definindo Aldersgate como o *ward* mais próximo. Então, volta-se para as fraternidades presentes em suas paróquias, encontrando na Fraternidade de São Fabiano e São Sebastião da paróquia de São Botolph as características mais semelhantes àquelas levantadas pela narrativa.

Ambas as fraternidades têm destaque na documentação analisada. Embora não seja nosso objetivo definir a que fraternidade a narrativa faz alusão, tanto a Fraternidade de São João Batista quanto a fraternidade de São Fabiano e São Sebastião (que, como sabemos, une-se à Fraternidade da Santíssima Trindade na mesma paróquia e, portanto, serão tratadas em conjunto) ressaltam aspectos relevantes deste tipo de associação que se multiplica em Londres e se torna um elemento fundamental de interação social entre os cidadãos. Assim, a partir da narrativa e desses casos singulares, observamos como essas associações de caráter espiritual e/ou profissional encontram papel relevante na construção de uma identidade com a cidade.

A princípio, as associações urbanas foram motivadas principalmente por questões econômicas, como a proteção daqueles que exerciam um ofício comum contra estrangeiros ou o controle da qualidade dos produtos oferecidos. Outras associações formavam-se por pressão régia, como a necessidade de fiscalização e padronização de produtos e atividades; outros ofícios, ainda, reuniam-se para proteger-se de conflitos com outros grupos de ofícios similares. Embora muitas guildas partissem de impulsos econômicos, estes não eram sua única motivação. Havia uma forte preocupação em garantir benefícios espirituais através dessas associações, o que levava seus membros a organizar e participar de missas, procissões, e outros ritos religiosos. Sinal dessa preocupação é a multiplicação de associações de base paroquial e religiosa, como as fraternidades.

Essas associações são modelo exemplar de irmandade generalizada, como nos lembra Baschet.⁴²⁸ O autor diferencia as relações de parentesco carnal, que envolvem algum tipo de laço físico, do parentesco espiritual, que “transmite a vida, não do corpo, mas da alma, e dá direito a uma herança, não material, mas espiritual”.⁴²⁹ Ao tratar das confrarias, Baschet resalta que estas são “poderosos meios de integração”, reproduzindo as regras do parentesco espiritual

⁴²⁷ GARBÁTY, op. cit.

⁴²⁸ BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, pp. 462-3.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 448.

ao encontrar sua unidade na devoção a um patrono comum, nas ações de solidariedade e nos seus rituais. “Ser irmãos em Deus e membros do corpo eclesial concerne à mesma lógica de unificação fundada pelo batismo. Além disso, esses dois modelos combinam subordinação hierárquica e igualdade fundamental”.⁴³⁰ Estes são eixos fundamentais para essas associações urbanas.

Boa parte dessas entidades, então, passa a configurar-se como associações de cunho religioso, com um santo patrono, cujo dia é celebrado pelos confrades. Estes, por sua vez, devem contribuir com todas as comemorações organizadas pela fraternidade. Ao contrário das guildas profissionais, uma característica fundamental das fraternidades é o aspecto voluntário de adesão. Enquanto as guildas requerem a participação de todos que esperam exercer um determinado ofício, pois detêm o controle deste, as fraternidades acolhem entre seus membros ofícios variados que, em geral, se encontram na mesma vizinhança. Ambas, por outro lado, exigem o pagamento de uma taxa anual de participação, além de contribuições para certas celebrações e eventos, o que faz delas também instituições excludentes, uma vez que nem todos os cidadãos podem arcar com os custos necessários para tornarem-se membros.

Este aspecto fica claro desde a fundação de cada congregação, como podemos observar no exemplo da Fraternidade da Santíssima Trindade e São Fabiano e São Sebastião.

Gode breperen and susteren it is forto weten and knowen þat þe bygynnyng of þis breperhode of grete deuocioun euery man paynge a peyny forto fynde xiiij taperes aboute þe sepulcre of Criste at Estre in þe chirche of Seynt Botulph with oute Alderesgate in Loundon'. After þat þrouȝe more gretter deuocioun and steryng unto þe worschippe of God it was yturne in to a fraternyte of þe Holy Trynȝte nouȝt wiþ stondyng þe fyndyng euery ȝere þe mayntenynge of þe forsayde xiiij taperes of þe whiche breperhode þes were þei.⁴³¹

Todos os irmãos e irmãs participantes da fraternidade tinham a obrigação de contribuir com uma quantia anual para exercer sua principal atividade de piedade durante a Páscoa, a manutenção de velas acesas no sepulcro de Cristo da paróquia. Esta era a obrigação básica de todos os seus membros; ainda que, posteriormente, suas responsabilidades dentro da

⁴³⁰ Ibidem, p. 477.

⁴³¹ 'The Register: Extracts and memoranda, 1377-1415 (21-39)', in Parish Fraternity Register: Fraternity of the Holy Trinity and SS. Fabian and Sebastian (Parish of St. Botolph without Aldersgate), ed. Patricia Basing (London, 1982), pp. 4-18. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol18/pp4-18> [accessed 22 January 2017]. “Caros irmãos e irmãs, é lembrado e sabido que desde o início desta irmandade de grande devoção cada homem pagava 1 penny a fim de manter 13 velas no sepulcro de Cristo pela Páscoa na igreja de St Botolph without Aldersgate em Londres. Depois, por maior devoção e sentido em direção à adoração a Deus, tornou-se uma fraternidade da Santíssima Trindade sem abandonar a manutenção das 13 velas pelas quais a irmandade era responsável”. (Tradução livre da autora).

fraternidade tenham sido ampliadas. Esse registro destaca ainda outro aspecto fundamental, a participação de mulheres nas fraternidades, embora não possam assumir postos dentro das mesmas. Na lista referente ao seu primeiro ano, a irmandade registra entre seus 85 membros, 32 mulheres, sendo 30 delas registradas ao lado de seus maridos. As esposas dos *guildsmen* de Chaucer não aparecem por acaso; junto a seus esposos estariam também envolvidas nas atividades da grande fraternidade da paróquia de São Botolph.

“Most fraternities were localized and focused on a parish church and so were comprised of neighbours. When those who practised the same craft tended to live close to each other a neighbourhood fraternity could easily evolve into a craft fraternity”.⁴³² Barron elenca alguns exemplos de guildas paroquiais que posteriormente são identificadas com ofícios específicos, como os mercadores de tinta na confraria de Corpus Christi em All Hallows em Bread Street, os mercadores de aves na fraternidade de Corpus Christi de St. Mildred em Poultry e os alfaiates na fraternidade de São João Batista.⁴³³ Embora este seja um desdobramento possível, em geral, as fraternidades estão abertas a ofícios distintos, uma vez que sua jurisdição é a paróquia em que se encontra.

Havia um cuidado especial com as regras e os registros dessas associações, pois a boa observação destes era uma das garantias de manutenção da autonomia dessas instituições. Outro fator essencial era o reconhecimento perante a cidade. Para tanto, era necessário buscar a aprovação das autoridades da cidade. Algumas associações alçavam voos mais altos. “Some craft and trade groups sought approval not from the church, nor from the mayor and aldermen, but from the Crown”.⁴³⁴

Muitas guildas e fraternidades buscavam cartas régias a fim de legitimar sua associação e garantir seus privilégios por um mecanismo de exclusão. Essas cartas régias autorizavam a formação de uma comunidade perpétua, com direitos de propriedade, adoção de uma veste comum, direito de reunião e de eleger seus representantes. Em 1390, a fraternidade dos alfaiates recebe a carta régia de Richard II, autorizando-os a aceitar membros de outros ofícios. Além disso, adquire também o direito de manter propriedades e outros bens, cujas doações multiplicam-se nos testamentos.

⁴³² BARRON, op. cit., p. 206. “A maioria das fraternidades era localizada e concentrada em uma igreja paroquial e logo composta por vizinhos. Quando aqueles que praticavam o mesmo ofício tendiam a morar próximos uns dos outros uma fraternidade da vizinhança podia facilmente evoluir para uma fraternidade de ofício”. (Tradução livre da autora).

⁴³³ Ibidem, p. 206.

⁴³⁴ Ibidem, p. 208. “Alguns ofícios e grupos profissionais procuravam aprovação não da igreja, nem do *mayor* e dos *aldermen*, mas da Coroa”. (Tradução livre da autora).

As cartas régias acentuavam ainda uma certa rivalidade entre o poder autônomo da cidade e o poder da Coroa, pois essas concessões régias passavam por cima do poder de decisão das autoridades da cidade. É assim que em 1377 o mayor Nicholas Bembre procura recolher as concessões régias pleiteadas pelas guildas e fraternidades da cidade, pois seus privilégios violavam o poder de decisão das autoridades de Londres.⁴³⁵

As regras desses grupos encontram-se geralmente nos registros da cidade, regulando seus aspectos organizacionais e econômicos. Embora as ordenações de guildas e fraternidades sejam bastante variadas, um ponto em comum é a provisão para a eleição de seus representantes. No caso da Fraternidade da Santíssima Trindade e São Fabiano e São Sebastião, enfatiza-se que “[also] it is ordeyned þat þe maystres þat beþ for þe 3ere schal chese none oþer maystres bot suche as þei wil vndirtake fore, and also þat þei be of þe same parysch of Seynt Botulph byfore sayde”.⁴³⁶ A cada ano, novos mestres devem ser escolhidos entre os membros da paróquia de São Botolph. Além disso, “[also] it is ordeyned þat þere schulle be assigned two sufficient men to kepe þe commun tresour in þe boxe and also (3if þei may aforþe) to hauen a clerke for þe same breþerhode”,⁴³⁷ isto é, além dos mestres, devia-se escolher também dois homens, com bens e status apropriado, para cuidar das finanças da fraternidade e contratar um escrivão para manter os registros da mesma. Para exercer suas atividades espirituais e caritativas, é preciso antes garantir que seus bens, finanças e registros estejam sendo bem cuidados.

No entanto, essas atividades administrativas das fraternidades, assim como das guildas, exigem dedicação e tempo daqueles que são escolhidos como mestres, um cargo que não é almejado por todos.

Also it is ordeyned þat in þe day of þe Trinyte feste byforesayde þat þe olde maystres schal chese newe. And 3if it so byfalle, as God forbede, þat þe newe maystres nyl not resceyue þe charge, þan it is ordeyned þat who euer so doþe, he schal paye vnto þe commun boxe x s. but if he haf resonable excusacion. And 3if he be ychosen þe nexte 3ere after he schal it resceyue uppon peyne of xx s. But 3if he haue alway resonable excusacion.⁴³⁸

⁴³⁵ Ibidem, pp. 209-210.

⁴³⁶ 'The Register: Rules (2-20)', in Parish Fraternity Register: Fraternity of the Holy Trinity and SS. Fabian and Sebastian (Parish of St. Botolph without Aldersgate), ed. Patricia Basing (London, 1982), pp. 1-4. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol18/pp1-4> [accessed 21 January 2017]. “Também é ordenado que os mestres escolham para o ano novos mestres que possam assumir o cargo, e que eles sejam da mesma paróquia de São Botolph”. (Tradução livre da autora).

⁴³⁷ Idem. “Também é ordenado que devem ser instituídos dois homens autossuficientes para controlar os recursos comuns na caixa da fraternidade e também para contratar um escrivão para a mesma irmandade”. (Tradução livre da autora).

⁴³⁸ Idem. “Também é ordenado que no dia da festa da Trindade mencionada os antigos mestres escolham novos. E se assim acontecer, que Deus não o permita, de que os novos mestres não aceitem a missão, é ordenado que quem o fizer deve pagar à caixa comum 10 *shillings*, mas apenas sob desculpas razoáveis. E se ele for escolhido

Nesta regra da Fraternidade da Santíssima Trindade, registra-se a multa devida pelos membros que, caso sejam escolhidos como mestres, não assumam o cargo. Há ainda uma multa cumulativa para os casos de reincidência em negar o cargo. O controle dos registros, o cuidado com os bens, a análise de novos candidatos e as demais atividades demandavam um longo tempo de dedicação dos mestres e outros oficiais das irmandades, o que tinha impacto sobre suas atividades dentro de seu ofício, por exemplo. Era, portanto, necessário ocupar uma posição estável no mundo do trabalho antes de assumir tais postos, assim como no caso dos cargos oficiais da cidade, como veremos adiante. A fuga dos postos de responsabilidade era uma preocupação constante daqueles que estavam a frente dessas instituições e, por isso, são parte integrante de suas regras, às quais os novos membros devem jurar fidelidade. A adesão à fraternidade é voluntária, mas o cumprimento das regras e as responsabilidades dos participantes não o são.

And they were clothed alle in o lyveree. Nas décadas finais do século XIV, as guildas e fraternidades já têm entre suas práticas frequentes o uso de uma veste comum. Estas librés são um signo importante da linguagem visual desenvolvida pelas fraternidades e corporações e integram um discurso visual mais complexo, como as procissões e demais eventos dessas associações. Nesse discurso que se desdobra diante dos olhos, a fraternidade tem a oportunidade de construir uma imagem pública de sua unidade. Segundo McRee, as procissões atuam em três sentidos principais: enfatizando a unidade social do grupo, estabelecendo uma identidade para a instituição e promovendo a dignidade da associação.⁴³⁹ Nestes casos, a libré era um signo de distinção entre os que pertenciam ou não ao grupo.

Essas vestes eram compostas, em geral, por uma longa bata e um capuz, ou ao menos um capuz, em tecido colorido. O tecido utilizado era geralmente comprado em conjunto e cada membro pagava uma parcela do valor investido, mantendo a escolha de tecidos, de alfaiates e a confecção sob o controle das autoridades a frente da fraternidade. As vestes tornavam-se um sinal público de reconhecimento e, por isso, não podiam ser vendidas ou doadas antes de serem descaracterizadas, através de uma nova coloração, por exemplo.⁴⁴⁰

no ano seguinte, só poderá negá-lo sob a pena de 20 *shillings*. Mas apenas se tiver desculpas razoáveis”. (Tradução livre da autora).

⁴³⁹ McREE, Benjamin R. “Unit or Division? The Social Meaning of Guild Ceremony in Urban Communities”. In: HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn. *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 192.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 193.

Nas procissões, as librés cumpriam um papel fundamental de identificação daqueles que faziam parte do grupo. As procissões, por sua vez, externavam para a comunidade a autonomia almejada pelas fraternidades. Autonomia esta que era corroborada, como vimos, pelo direito de estabelecer e seguir regras próprias e pela escolha independente de seus próprios mestres e oficiais, aspecto fundamental entre as instituições urbanas.

Ao tratar das procissões das guildas, McRee afirma que estas podiam tanto ser uma declaração pública de autonomia quanto enfatizar a divisão entre os diferentes grupos sociais.⁴⁴¹ Ampliamos esse ponto aqui para observar que estas procissões são sinais paradoxais de unidade e divisão, externa e internamente. No âmbito externo, ao seguir em cortejo, os irmãos e irmãs apresentam-se à cidade como uma unidade, que compartilha valores, objetivos e identidade. Ao mesmo tempo, colocam-se como um grupo exclusivo, uma vez que só aqueles que o integram podem participar da cerimônia. Assim, a comunidade divide-se em diferentes grupos. Cada associação é uma unidade, mas difere das demais. A cidade, por sua vez, é composta por uma diversidade de unidades.

Internamente, há também um jogo de unidade e divisão. Embora todos os membros de uma fraternidade sejam irmãos, pelo parentesco individual, há uma divisão hierárquica entre estes, assim como dentro das guildas profissionais. Ao longo do século XV, o próprio uso da libré era indicativo dessa divisão interna que favorecia os membros mais abastados dessas associações urbanas. “In the larger and wealthier companies it was becoming the practice for the wearing of the craft livery to be restricted to a select group of the more prosperous members or, as in the case of the tailors, to those who were members of the fraternity within the craft”.⁴⁴² Entre este grupo seletivo, encontrava-se, em geral, os candidatos mais favoráveis a serem eleitos para administrar as associações.

A entrada de novos membros, por exemplo, acentua este movimento duplo. Para um olhar externo, esses novos membros são inseridos em um grupo que partilha objetivos comuns. Internamente, cria-se dois movimentos, um horizontal, em que o novo membro encontra-se em igualdade perante os demais participantes do grupo, e um vertical, em que está hierarquicamente subordinado às autoridades da instituição.⁴⁴³ Essas entradas conduzem ainda à outra questão relevante.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 195.

⁴⁴² BARRON, op. cit., p. 215. “Nas maiores e mais abastadas companhias estava tornando-se uma prática restringir o uso da libré a um grupo seletivo dentre os membros mais prósperos ou, como no caso dos alfaiates, dentre aqueles que eram membros da fraternidade pertencente ao ofício”. (Tradução livre da autora).

⁴⁴³ Ibidem, p. 191.

Also it is ordeyned þat þe maystres þat beþ assigned euery 3ere schalle presente uppe in þe day of her accountes alle þe names of þe breþeren and þe susteren (and) þat comen newe in to þe forsayde fraternyte in her 3eres, and þan entre her names in þe papyre vndyr þeir names in þe same 3ere. And þus schal alle þe maysteres do þat beþe chosen 3ere by 3ere.⁴⁴⁴

Os nomes dos associados são um ponto crucial dos registros dessas instituições. Como vemos, a cada ano os nomes de todos os novos membros da fraternidade devem ser enunciados pelos mestres, assim como inscritos em seu livro, sob o nome dos mestres do respectivo ano. “Names are badges of identity”,⁴⁴⁵ é preciso lembrar. Os novos irmãos e irmãs devem ter seus nomes oficialmente anunciados perante os demais participantes e a inscrição de um nome entre os confrades atua como signo definitivo de inclusão no grupo. O nome - e sobrenome - carrega a identidade do indivíduo, de sua família e dos grupos aos quais pertence. E, portanto, é preciso protegê-lo. O cuidado com sua honra deve ser constante, uma vez que agora também representa a fraternidade.

Wel semed ech of hem a fair burgeys. A manutenção da boa moral de cada nome inscrito no grupo significava a manutenção da boa reputação da fraternidade. Como lembra McRee, as associações religiosas urbanas tinham duas funções centrais: forjar um sentido de identidade comum entre seus membros e projetar esse sentido de unidade para a comunidade em que estão integradas.⁴⁴⁶ Sendo a preservação de sua imagem perante a comunidade uma preocupação fundamental, as fraternidades procuravam desencorajar e punir comportamentos inadequados entre seus membros.

Also 3if eny of þe breþerhode be a losed of eny thefte or he be an comun contekour or comun hasardour or of eny oþere wycked fame wherfore by þat þe company may ben apayred or defamed, it is ordeyned þat þei ben yputte oute of þe breþerhode wiþ outen eny delay.⁴⁴⁷

Em suas regras, a fraternidade preocupa-se em garantir que nenhum cidadão de má reputação permaneça em seu círculo. Entre as causas de expulsão, está, por exemplo, o roubo. Não podemos nos esquecer que uma punição comum para aqueles condenados por roubo era a

⁴⁴⁴ 'The Register: Rules (2-20)', op. cit. “Também é ordenado que os mestres que forem designados a cada ano devem apresentar no dia de suas contas todos os nomes dos irmãos e irmãs que entraram na fraternidade durante seu ano, e incluir os nomes no registro abaixo de seus nomes [dos mestres anuais] no mesmo ano. E assim devem fazer todos os mestres escolhidos ano após ano”. (Tradução livre da autora).

⁴⁴⁵ RUBIN, op. cit., p. 386. “Nomes são emblemas de identidade” (Tradução livre da identidade).

⁴⁴⁶ McREE, op. cit., p. 190.

⁴⁴⁷ 'The Register: Rules (2-20)', op. cit. “Ainda, se alguém da irmandade for acusado de roubo ou brigar com frequência ou jogar dados com frequência ou tiver má fama a ponto de levar a companhia a ser prejudicada ou difamada, é ordenado que seja expulso da irmandade sem demora”. (Tradução livre da identidade).

exposição no pelourinho da cidade. Maior vergonha não haveria para um grupo do que ter um de seus membros exposto a tal humilhação. A regra assinala também o perigo dos jogos de azar ao reprovar que os irmãos fossem adeptos dos jogos de dados. Afinal, estes não trazem nenhuma contribuição benéfica à cidade. Ainda, é indesejável para a fraternidade manter confrades que se envolvam em brigas frequentemente. Se Londres preocupa-se em manter a paz, as instituições de valor devem contribuir para tanto, excluindo aqueles que perturbam a ordem da cidade. Desencorajar comportamentos inapropriados era uma das funções das associações urbanas, a fim de preservar sua dignidade e proteger sua imagem diante da comunidade em que estava inserida. A honra de seus membros era também a honra da fraternidade.

Outra questão crucial ao observar as fraternidades medievais é a compreensão de que estas são associações de ajuda mútua. Ao analisar as confrarias francesas, Cathérine Vincent destaca que estas instituições são expressão dos novos laços de solidariedade estimulados pela nova organização social, pela renovação do espírito evangélico e pela afirmação do indivíduo nos séculos finais do medievo.⁴⁴⁸ O laço fraternal reflete uma escolha pessoal, de cunho religioso em especial. No entanto, é devido ao seu caráter coletivo de amplo alcance que as associações encontram lugar entre as demais instituições do tecido social, com direito a reconhecimento jurídico e uma participação relevante na economia de salvação.

Os cidadãos não se associam às fraternidades apenas para galgar lugares de prestígio na sociedade. Um dos principais atrativos para a adesão a essas comunidades e pagamento das taxas anuais é a certeza do apoio mútuo, da ajuda em casos de necessidade. Os recursos das fraternidades cobrem os gastos com suas celebrações e atividades espirituais, mas também servem aos irmãos em apuros financeiros.

Also 3if cas falleþ þat eny of þe breþeren han nede forto borowe a certey somme of syluer, þat is to sayen xx s. or ij marke vnto a quarter of a 3ere uppon suffisyant jeweles of syluer or of golde, þan 3if it be founden þat he haþe trewely done his duetes to his broþerhode he schal be (ys)yesed for þe tyme.⁴⁴⁹

Logo, como atesta a regra, caso algum irmão precise de ajuda financeira, a fraternidade está disposta a auxiliá-lo, desde que ele tenha sempre cumprido com seus deveres de membro, ou seja, contribuído com as somas requisitadas e participado dos eventos fraternais. Ligados

⁴⁴⁸ VINCENT, Catherine. *Les Confréries Médiévales dans le Royaume de France (XIIIe - Xve Siècles)*. Paris: Albin Michel, 1994.

⁴⁴⁹ 'The Register: Rules (2-20)', op. cit. "Ainda, caso algum irmão precise pegar uma certa soma de prata emprestada, ou seja, 20 *shillings* ou 2 *marks*, por um quarto do ano, se houver prata ou ouro suficiente e se for considerado que ele cumpriu com seus deveres para com a irmandade, ele deve ser auxiliado por este tempo". (Tradução livre da autora).

por laços de solidariedade, os irmãos de uma fraternidade devem apoiar uns aos outros. Os *guildsmen* de Chaucer não peregrinam juntos por acaso, ao contrário, refletem o apoio mútuo dos confrades em suas empreitadas.

Esse apoio, em diversos sentidos, é um compromisso tanto em vida quanto na morte. Anteriormente, discutimos a relação próxima e recíproca entre vivos e mortos na Londres medieval. No âmbito das fraternidades, esse elo não era diferente. Uma das cláusulas essenciais das regras dessas associações dizia respeito ao cuidado com os mortos, tanto no plano físico quanto espiritual. No plano físico, os irmãos tinham a obrigação de garantir uma vigília e um sepultamento apropriado para os irmãos-defuntos. “Also ȝif eny broþer dye þat haþe nouȝt of his owen where wiþ he may be yburyed, ȝif it mowe be yproued and founden so þan it is ordeyned þat he schal ben yburyed of þe comun boxe”.⁴⁵⁰ Esta é uma das finalidades dos recursos das fraternidades, assegurar que mesmo os irmãos que morrem sem condições de fazê-lo sejam enterrados com dignidade. Além disso, devem ter em sua cidade sua última morada.

Also ȝif it byfalle þat eny of þe breþerhede falle seeke fyue myle eche wayes aboute London' and dyeþ þere, þat ȝif þe wardaynes of þat ȝere ben ysent after, þan it is ordeyned þat þei schullen wende and fecche home þe body to London', and þat alle þe breþeren be redy at her warnyng and goo aȝeys þe body with outen þe citee townes ende forto bryng þe body in to þe place with worschyppe þider as he schal ben yburyed uppon þe forsayde peyne.⁴⁵¹

Caso algum associado morra fora da cidade, é obrigação da fraternidade buscar o corpo para ser sepultado em Londres. Além disso, todos os confrades têm o dever de encontrar o cortejo fora da cidade e acompanhá-lo até o local de sepultamento, sob risco de serem multados caso não cumpram com sua obrigação. Os custos do sepultamento podiam ser cobertos pelo testamento, caso o confrade tivesse bens para tanto, mas era dever da fraternidade em caso contrário. Devemos lembrar aqui a importância do pertencimento: o cidadão deve ser enterrado onde estabeleceu seus laços sociais e onde será lembrado. Esta, por sinal, é outra responsabilidade da fraternidade e, portanto, de seus membros, manter a memória dos irmãos já falecidos, além de assegurar os ritos espirituais necessários para sua salvação.

Diversos são os ritos dirigidos ao bem das almas dos membros falecidos, como missas, salmos e outras orações.

⁴⁵⁰ Idem. “Ainda, se algum irmão morrer sem um lugar próprio para ser enterrado, [...] é ordenado que ele seja enterrado com os recursos da caixa comum”. (Tradução livre da autora).

⁴⁵¹ Idem. “Ainda, se acontecer de alguém da irmandade adoecer a cinco milhas de Londres e morrer, os oficiais devem ser enviados até lá, então, é ordenado que eles tragam o corpo para Londres, e que todos os irmãos estejam prontos para encontrar o corpo fora da cidade e trazê-lo dignamente ao local de sepultamento sob o risco de punição”. (Tradução livre da autora).

Also it is ordeyned þat in þe Sunday nexte after Alle Sowlen day we schal haue an Dirige ouer nyzt, and on þe morowe a solempne masse of requiem [w]ith a Dirige ouer nyzt for alle oure breþeren and sustren qwycke and deede, at whiche messe ech broþer and sustre schal offre an halfē peny. And þat eche broþer and sustre come (be obedient) to þat Dirige and þat messe uppon peyne of (þe forsayde) a pounce of wexe. But he haue resonable excusacion.⁴⁵²

Na Fraternidade da Santíssima Trindade e São Fabiano e São Sebastião, todo domingo após o dia de Todas as Almas era dedicado a orações pelos mortos e doentes, havendo na segunda subsequente uma missa em memória dos mesmos. Todos os membros têm a obrigação de participar destes ritos e contribuir com eles. Da mesma forma, nesse domingo de orações, todos os nomes das irmãs e irmãos vivos e mortos devem ser lembrados. Após serem lidos os nomes dos irmãos vivos, lia-se o salmo *Deus misereatur nostri* e, após a rememoração dos nomes dos falecidos, recitava-se o salmo *Deprofundis*. Novamente, os nomes ganham destaque nas cerimônias fraternais. Além dessas datas especiais, a fraternidade mantinha um padre que realizava missas e orações diárias, e missas em memória dos falecidos todas as segundas.⁴⁵³ A fraternidade tem papel importante na economia da salvação e empenha seus recursos para tanto.

Os membros das fraternidades também se preocupam em contribuir com sua instituição mesmo na morte. Exemplo disso são os inúmeros testamentos em que os londrinos destinam algumas de suas doações às fraternidades da cidade. Entre as fraternidades mais citadas, como a Fraternidade do Salve ou a Fraternidade de Corpus Christi, destaca-se a Fraternidade de São João Batista, fundada pelos alfaiates, embora englobasse diversos outros ofícios. Em outubro de 1368, o alfaiate John Fitz Rauf deixa quantias de dinheiro para a “fraternity of his craft of S. John and the fraternity of S. Mary atte Stronde”.⁴⁵⁴ Cabe lembrar que a lealdade à fraternidade não é exclusiva e que é possível estar associado a mais de uma, o que não acontece quanto às guildas profissionais. Em 1371 e 1372, encontramos dois mercadores de tecido fazendo doações à Fraternidade de São João Batista. William Passeware e Adam de Carlell, embora ambos direcionem seu sepultamento em St. Paul’s, doam somas “to

⁴⁵² Idem, op. cit. “Também é ordenado que no domingo após o dia de Todas as Almas haja um *Dirige* à noite, e no dia seguinte uma missa solene de *requiem* com um *Dirige* à noite por todos os irmãos e irmãs doentes e falecidos, missa na qual cada irmão e irmã deve oferecer meio *peny*. E que todo irmão e irmã venha a este *Dirige* e a esta missa sob multa de um *pound* de vela. Somente com uma justificativa razoável”. (Tradução livre da autora).

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ 'Wills: 42 Edward III (1368-9)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), pp. 105-123. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2/pp105-123> [accessed 23 January 2017]. “(...) a fraternidade de seu ofício de São João e a fraternidade de Santa Maria atte Stronde” (Tradução livre da autora).

the box of the Fraternity of S. John founded and maintained by the Tailors of London”.⁴⁵⁵ Embora não pertençam ao principal ofício dentro da fraternidade, o valor dessa instituição só beneficiaria sua memória após a morte, além de garantir mais orações pro de sua salvação.

Nos registros de 1381, encontramos o bolseiro John de Wendelyngburgh, paroquiano de St. Botolph without Aldersgate, que direciona seu sepultamento na mesma paróquia, fazendo doações em nome desta e da Fraternidade de São Fabiano e São Sebastião nela localizada, além de outras fraternidades. No mesmo ano, sua esposa Eva também registra seu testamento, beneficiando a mesma paróquia, embora não haja menção à fraternidade, o que poderia ser esperado já que, como vimos, muitas esposas participavam dessa fraternidade com seus maridos.

Estas doações realizadas nos testamentos acresciam os valores pecuniários e os bens em posse dessas fraternidades, como podemos ver no Cartulário da Fraternidade da Santíssima Trindade e São Fabiano e São Sebastião. Registra-se as quantias, os alugueis e as propriedades deixadas em nome da fraternidade. O desenvolvimento dessa prática demandava cada vez mais um controle cuidadoso dos livros de registros das fraternidades e uma atenção mais dedicada de suas autoridades.

To sitten in a yeldehall on a deys. O aumento da quantidade de livros e papeis exigia que essas instituições possuíssem um espaço adequado para seu armazenamento. Além disso, precisavam de um espaço adequado para suas reuniões e cerimônias, o que estimulou a aquisição, ou utilização de propriedades doadas, de seus próprios salões. “When a company acquired or built a hall it became the focus for the loyalties, and the common remembrances, of its members. It was in the hall that members (and their wives) might enjoy the style of communal living that members of the retinue of a great lord might experience in his household”.

456

Esses *halls* variavam em tamanho e sofisticação. Eram o centro administrativo das associações e também o local de reunião e entretenimento, em especial, nas festas dos santos patronos. A responsabilidade de administrar o que dizia respeito a cada guilda e fraternidade cabia a seus mestres e supervisores, que contavam também com um grupo de conselheiros. No caso das guildas, além das atividades espirituais e do uso das terras e bens, regulavam o

⁴⁵⁵ 'Wills: 42 Edward III (1371-2)', in Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890). “para a caixa da Fraternidade de São João fundada e mantida pelos Alfaiates de Londres”. (Tradução livre da autora).

⁴⁵⁶ BARRON, op. cit., p. 217. “Quando uma companhia adquiria ou construía um salão, ele se tornava o centro das lealdades, e das memórias partilhadas, de seus membros. Era neste salão que os membros (e suas esposas) aproveitavam o estilo de vida partilhada que os membros do séquito de um grande senhor deviam experimentar em sua casa”. (Tradução livre da autora).

exercício do ofício, a entrada de aprendizes e o aceite nas liberdades da cidade, o comportamento de seus membros e a ajuda às necessidades da cidade.

Uma das principais atividades de entretenimento nestes *halls* eram os banquetes comunais, que reforçavam o sentido de solidariedade interna a estas organizações. Dividir o pão, neste contexto, ganhava contornos especiais ao estreitar os laços entre os confrades. “The feast’s defining rhetoric of honorable equality and commensality enabled new relationships to be legitimately forged, often between participants of markedly different background or economic status”.⁴⁵⁷ Afinal, entre seus membros, as associações urbanas encontravam homens em posições sociais diferentes, que levavam consigo para fora desse círculo o prestígio desses eventos.

Esses eventos de muita fartura carregavam ainda um aspecto caritativo, pois em geral os pobres eram convidados a comer o que sobrava dessas grandes refeições. Em alguns casos, convidar alguns pobres da cidade para o banquete fazia parte das regras da associação. Essas ações não só testemunhavam a favor da honra das instituições como favoreciam os membros menos abastados dos grupos, que não poderiam empreender tais obras de caridade sozinhos. A mensagem transmitida era a de que essas associações, como grupos autônomos, estavam atuando em prol do bem da cidade.

Ainda que nosso foco maior esteja nas fraternidades, grande parte dos aspectos discutidos também diz respeito às guildas profissionais. Estas são associações exclusivas a um ofício, ou a ofícios próximos que se reúnem a fim de ter maior representatividade na cidade. Embora tenham um foco profissional, as guildas também empreendem atividades religiosas, com destaque para as festividades de seu santo patrono, que incluem missas, procissões e banquetes. Em geral, este é o dia definido para as principais celebrações anuais da guilda, como a escolha de seus oficiais. Para custear todas as suas atividades, as guildas estabelecem taxas anuais que devem ser pagas por todos os membros, sendo este um dos fatores que limitam o exercício do ofício para alguns cidadãos. As guildas também são associações de ajuda mútua, protegendo e amparando os homens do ofício. No entanto, preocupam-se em especial com o controle sobre as atividades de seu ofício, a fim de manter a boa reputação do mesmo e, por consequência, daqueles que o exercem. Cabe agora ressaltar algumas questões mais específicas do mundo do trabalho.

⁴⁵⁷ ROSSER, Gervase. “Going to the Fraternity Feast: Commensality and Social Relations in Late Medieval England”, in *Journal of British Studies*, Vol. 33, No 4, 1994, p. 432. “A retórica definidora do banquete de honrada igualdade e comensalidade permitia que novas relações fossem legitimamente forjadas, frequentemente entre participantes de origem e posição econômica muito diferente”. (Tradução livre da autora).

Assim como as fraternidades, as guildas são compostas por artesãos e mercadores de origem e status social diferentes. No entanto, estas ressaltam a divisão hierárquica entre seus participantes, por exemplo, através da restrição do uso das librés aos membros mais abastados e dos lugares que estes ocupam nas cerimônias. De todo modo, as guildas garantem aos integrantes que ainda buscam se estabelecer no ofício oportunidades para forjar novas relações pessoais e profissionais, em especial em suas cerimônias. “To a unique degree, however, the guild feast offered a setting in which the negotiation of new relationships across economic and social boundaries was both legitimized and validated by the language of moral fraternity”.⁴⁵⁸

Segundo Burrage and Corry, os ofícios seguiam quatro etapas para estabelecer suas guildas como instituições autônomas. Na primeira etapa, organizavam-se informalmente a fim de regular o exercício do ofício. No segundo estágio, eram oficializadas pelas autoridades da cidade, ou até mesmo pela Coroa. Em seguida, podiam obter o direito a uma libré e, por fim, podiam obter autorização para um brasão próprio.⁴⁵⁹ No entanto, nem todas as guildas oficiais seguiam todos esses estágios.

Um aspecto crucial para compreender as guildas são suas ordenações, que regem tanto a associação quanto o ofício. Além das questões comuns às regras das fraternidades, como as provisões para a eleição dos mestres, as ordenações das guildas profissionais ocupavam-se ainda do controle sobre a produção e a qualidade dos produtos, o treinamento dos aprendizes e a exclusão daqueles que não eram reconhecidos pelos homens do ofício. As referências a essas ordenações abundam nos *Calendars of Letter Books* e nos *Memorials*, pois os ofícios precisavam da aprovação das autoridades da cidade para garantir sua legitimidade.

City ordinances and royal or parliamentary charters therefore only legitimized powers that many companies had previously exercised, though no doubt legal recognition also made it easier for the company to acquire property, to hold its courts, to assess quarterage from its members, to conduct searches through the city, and to fine delinquent members. No doubt too, the charters helped companies defend themselves against other companies trespassing on their occupational jurisdiction.⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ ROSSER, op. cit., p. 443. “A um grau único, contudo, o banquete da guilda oferecia um ambiente no qual a negociação de novas relações através de limites econômicos e sociais era tanto legitimada quanto validada pela linguagem da moral fraternal”. (Tradução livre da autora).

⁴⁵⁹ BURRAGE e CORRY, op. cit., p. 378.

⁴⁶⁰ Idem. “As ordenações da cidade e as cartas régias ou parlamentares então apenas legitimavam poderes que muitas companhias já exerciam previamente, apesar de não haver dúvidas de que o reconhecimento legal também tornava mais fácil para a companhia adquirir propriedades, fazer assembleias, taxar seus membros, conduzir buscas pela cidade, e multar membros delinquentes. Sem dúvida também, as cartas ajudavam as companhias a se defender contra outras companhias que invadiam sua jurisdição ocupacional”. (Tradução livre da autora).

É possível encontrar registros dessas ordenações em todos os anos da documentação, uma vez que, após qualquer alteração, elas deviam ser novamente sancionadas e inseridas nos livros da cidade. As autoridades da cidade preocupam-se com o controle dos ofícios e salientam tal necessidade, como em 1364.

Also it is ordained that all the misteries of the City be lawfully ruled and governed, each in its kind, so that no deceit or false work be found therein by good men elected and sworn from each mistery. And if any be rebellious against them let him be fined and imprisoned in manner prescribed.⁴⁶¹

É imprescindível que a cidade tenha ciência das regras de cada ofício. Afinal, eles estão presentes em todos os *wards* e suas atividades afetam toda a cidade. Cada um deve exercer sua função corretamente para que o corpo da cidade funcione sem distúrbios. Como já mencionamos, Londres era composta por 24 *wards* (25 após a divisão de Farringdon em dois), que eram a base de sua organização administrativa, como vemos no registro das eleições de 1379.

Tower: John Hadlee.
Bridge: William Walworth.
Bisshopesgate: Adam Stable.
Bredstret: Nicholas Brembre.
Cornhulle: John Philippot.
Queenhithe: William Neuport.
Lymstret: Robert Launde.
Farndone Within and Without: Nicholas Twyford.
Billynggesgate: Andrew Pykeman.
Bradstret: John Organ.
Colmanstret: John Hoo.
Bassyeshawe: John Estone.
Crepulgate: Robert Warbultone.
Castle Baynard: John Brian.
Langebourne: Adam de St. Ive.
Candelwykstret: William Badby.
Algate: John Kyrtone.
Walbrok: John Rote.
Chepe: Richard Aillesbury.
Dougate: Geoffrey Neutone.
Vintry: Walter Doget.
Aldrichesgate: Thomas Reynham.
Cordewanerstret: John Vyne elected and accepted as Alderman of the Ward by John Hadlee, the Mayor, and the Aldermen, in default of election by men of the Ward. (fn. 3)

⁴⁶¹ 'Folios cxxx - cxl: Sept 1364 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 169-178. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp169-178> [accessed 21 January 2017]. "Também é ordenado que todos os ofícios da cidade sejam legalmente regidos e regulados, cada um a seu modo, para que nenhuma enganação ou trabalho falso seja encontrado pelos bons homens eleitos e jurados para cada ofício. E se alguém se rebelar contra eles, que seja multado e preso sob a maneira prescrita". (Tradução livre da autora).

All the above, except John Vyne, were sworn into office on the Feast of St. Gregory [12 March], 3 Richard II. [A.D. 1379-80].⁴⁶²

Assim, na grafia moderna temos Tower, Bridge, Bishopgate, Bread Street, Cornhill, Queenhithe, Lyme Street, Farringdon Within, Farringdon Without, Billyngsgate, Broad Street, Coleman Street, Bassishaw, Cripplegate, Castle Baynard, Langbourne, Candlewick Street, Aldgate, Walbrook, Cheap, Dowgate, Vintry, Aldersgate e Cordwainer Street.⁴⁶³ Há ainda o ward de Portsokne, que não aparece na lista acima. Como podemos observar, boa parte desses é nomeada a partir de sua principal rua, outros ainda a partir dos marcos físicos de sua vizinhança, como Tower, próximo à Torre de Londres, e Bridge, no acesso à Ponte de Londres.

Na organização espacial da cidade, há uma tendência para que os homens exercendo o mesmo ofício ou atividades associadas habitem áreas próximas. Temos, por exemplo, os curtidores próximos a Walbrook e com seu hall em Bread Street, os mercadores de vinho em Vintry, os ourives na esquina entre Cheapside e Friday Street, os sapateiros na região sul de Cordwainer Street e os mercadores de tecido em Cheapside.⁴⁶⁴ No entanto, essa proximidade espacial não é sempre possível, o que torna as guildas essenciais para organizar os homens de um mesmo ofício.

Para exercer suas atividades, as guildas precisavam reunir seus homens, utilizando muitas vezes o espaço das igrejas paroquiais. Entretanto, como vimos, entre o XIV e o XV, acentua-se um movimento de aquisição de *halls* para essas associações. Muitas guildas passam, então, a utilizar seus *halls* para reunir seus membros para além das cerimônias anuais. George Unwin, ao realizar seu estudo sobre as guildas de Londres, identificou a localização de diversos *halls*.⁴⁶⁵ Observamos, assim, a partir dos mapas a distribuição desses espaços pelos *wards* da cidade.⁴⁶⁶

No total, identificamos 59 *halls* pertencentes a guildas, além do Guildhall da cidade.⁴⁶⁷ Os *halls* encontram-se distribuídos por toda a cidade, mas verificamos que alguns *wards* concentram uma quantidade maior destes. Em *wards* como Castle Baynard, Cordwainer, Tower, Bridge e Lyme Street, temos apenas um *hall*, respectivamente, dos artesãos de madeira,

⁴⁶² 'Folios cxxi - cxxx: March 1379-80 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 147-161. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp147-161> [accessed 16 January 2017].

⁴⁶³ Todos os *wards* podem ser identificados no Mapa 2 do Anexo 2.

⁴⁶⁴ BARRON, op. cit, p. 199.

⁴⁶⁵ Cf. Mapa 3 do Anexo 2.

⁴⁶⁶ Para tanto, utilizamos os Mapas 2 e 3 do Anexo 2.

⁴⁶⁷ Há ainda dois *halls* assinalados no mapa que não correspondem a nenhuma guilda.

dos antigos alfaiates, dos padeiros, dos mercadores de peixe e dos artesãos de peltre. Em outros, não encontramos nenhum *hall*, como em Langbourne e Candlewick Street.

Enquanto isso, *wards* como Vintry e Cripplegate concentram *halls* de diversas guildas. Em Vintry, temos os artesãos de velas, os mercadores de pele, os artesãos de facas e espadas, os tintureiros, os estalajadeiros, os vidraceiros, os artesãos de chumbo, os oficiais paroquiais e os mercadores de vinho. Ao todo, são nove *halls* diferentes. Já em Cripplegate, encontramos os artesãos de velas de cera, os armarinheiros, os caiadores, os cervejeiros os serradores, os artesãos de couro, os artesãos de cobre e outro *hall* de oficiais paroquiais.

Interessa-nos aqui destacar os *halls* dos ofícios desenvolvidos pelos *guildsmen* das *Tales*. Quatro ofícios dentre os cinco possuem um *hall* na cidade, apenas os tapeceiros não detêm um espaço próprio. Os tintureiros estão em Vintry, os carpinteiros em Broad Street, os tecelões em Bassishaw e os armarinheiros em Cripplegate. Como podemos observar, encontram-se em áreas diferentes da cidade. Por participar de uma fraternidade paroquial, podemos presumir que viveriam em um mesmo *ward* e deslocar-se-iam pela cidade para as atividades de suas guildas profissionais.

Salientamos que, assim como os *guildsmen* participam de uma fraternidade e de suas respectivas guildas, era comum aos cidadãos integrarem mais de uma associação. Essas múltiplas interações entre grupos é, assim, uma marca dos laços sociais urbanos. Ainda que haja grupos dos mais distintos no interior da cidade, o mais importante é estar inserido em algum, ou alguns, deles.

5.2. Pertencer ao grupo, pertencer à cidade

A cidade é um corpo, ao qual todos devem estar integrados. Cada grupo dentro dessa rede urbana pertence a este corpo, exercendo uma função específica para seu pleno funcionamento. Portanto, pertencer à cidade implica em pertencer a um destes grupos. Abordamos alguns destes grupos no item anterior, mas há ainda outros que ultrapassam os campos profissionais, religiosos e espaciais. Logo, há que se discutir outros vetores dessa identidade cidadina que garantem um sentimento de pertencimento a uma rede cidadina. Observamos anteriormente como a ação em prol do bem comum era uma estratégia fundamental de reconhecimento no ambiente cidadão. A participação política, por sua vez, é também um elemento crucial de pertencimento, pois é um aspecto central da cidadania.

Ao descrever os *guildsmen* das *Tales*, o narrador destaca, entre suas poucas linhas, o fato de serem bons burgueses, participantes das guildas de seus ofícios e, principalmente, dignos o suficiente para tornarem-se *aldermen*. Afinal, eram homens bons e tinham cabedal para tanto. Assumir um dos cargos de maior prestígio da cidade era uma catapulta para integrar-se ao topo da hierarquia da cidade. No entanto, todo o processo começava pela admissão à liberdade de Londres, passo essencial em direção à cidadania.

Ter acesso à liberdade da cidade era item fundamental para desenvolver qualquer atividade no interior das muralhas, uma vez que só os homens livres podiam comercializar suas mercadorias na cidade ou praticar seu ofício. Havia um controle rígido quanto ao exercício de atividades profissionais em Londres e aqueles que não seguiam as regras da cidade eram denunciados e condenados em suas cortes. “What seems clear is that those who had, by whatever means, gained access to the privileges of citizenship did not wish to share those privileges with others who were not freemen (...)”.⁴⁶⁸ Para uma boa parte desses homens livres, a cidade deve preservar seus privilégios para seus cidadãos e, para tornar-se um, é necessário passar pela aprovação daqueles que já são homens livres.

Em Londres, desde o foral de 1319, a cidadania só podia ser obtida através da admissão em um ofício e, logo, da participação em sua guilda, fosse por aprendizado ou por compra, aumentando o poder das guildas tanto na economia quanto na política da cidade. Esta, entretanto, era contrária à simples venda das liberdades, embora houvesse uma taxa para toda nova admissão. Apesar dessa taxa, era preciso comprovar seu pertencimento a um ofício com testemunhas.

Also as touching the reception of folk into the freedom of the City, it is ordained that every one received into the freedom by redemption shall bring with him six men of the mystery of which he is free to testify to his fitness, and he shall be received in the presence of an Alderman and the Chamberlain, paying more or less according to his estate and as the six men aforesaid may testify as to his ability to pay.⁴⁶⁹

⁴⁶⁸ BARRON, op. cit., p. 204. “O que parece claro é que aqueles que, de qualquer forma, ganharam acesso aos privilégios da cidadania não desejavam dividir aqueles privilégios com outros que não fossem homens livres (...)” (Tradução livre da autora).

⁴⁶⁹ 'Folios clxx - clxxx: Nov 1383 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 224-249. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp224-249> [accessed 29 January 2017]. “Também no que tange a recepção de pessoas na Liberdade da Cidade, ordena-se que cada um recebido na liberdade por redenção deve trazer consigo seis homens do ofício no qual é livre para testemunhar seu pertencimento, e ele deve ser recebido na presença de um *Alderman* e do *Chamberlain*, pagando mais ou menos de acordo com seu estado e conforme os seis homens mencionados atestem sua habilidade para pagar.” (Tradução livre da autora).

Em 1383, as ordenações da cidade ressaltam a participação dos homens de ofício no processo de admissão à liberdade da cidade. Assim, a fim de ser admitido, o candidato deveria se apresentar a um *alderman*, acompanhado de seis homens do ofício em que havia sido aceito para testemunharem a seu favor. A influência dos ofícios, e suas guildas, sobre o acesso à liberdade acentuou-se gradativamente na segunda metade do XIV. “One consequence of this greater ‘craft’ control over entries to the freedom by redemption (or purchase) was that apprenticeship became the much more usual route to freedom”.⁴⁷⁰ Esse movimento, por sua vez, favoreceu o crescimento das guildas profissionais, que ganhavam cada vez mais espaço em Londres.

Esse processo de admissão destaca a importância de pertencer ao grupo. Como resalta Cannon, ser estrangeiro era mais do que “to be somewhere other than the ‘citee of London’”, era principalmente “to be outside of a craft”.⁴⁷¹ Nesse cenário urbano, pertencer a um ofício é primordial. Esta é, na verdade, a medida exata; só se pode exercer um ofício, aquele através do qual se foi admitido.

12 Sept., 49 Edward III. [A. D. 1375], came Robert Verney, who hitherto had practised the mistery of Bowyers and Flecchers, before the Mayor and Recorder, and declared that thenceforth he would practise only the mistery of Flecchers, and not that of Bowyers. Thereupon permission was given, the same to be annulled if he resumed the mistery of Bowyers, and he to be liable to the penalty prescribed.⁴⁷²

Em 1375, Robert Verney procura as autoridades da cidade para redefinir o ofício ao qual estava vinculado. Tendo exercido tanto o ofício de artesão de arcos quanto de flechas, Robert, anteriormente admitido como artesão de arcos, pede para ser, a partir de então, reconhecido como artesão de flechas. O cidadão tem seu pedido aceito, desde que deixe de exercer o ofício anterior. Duas semanas depois, entretanto, os artesãos de arcos procuram o *mayor* para acusar Robert de ainda exercer esta atividade. A decisão é, então, revogada e Robert tem que se limitar a seu ofício original. Não se pode burlar os limites de cada ofício.

⁴⁷⁰ BARRON, op. cit., p. 205. “Uma consequência desse forte controle de ofícios sobre as entradas à liberdade por redenção (ou compra) era que o aprendizado se tornou um caminho muito mais comum para a liberdade”. (Tradução livre da autora).

⁴⁷¹ CANNON, op. cit., p. 85. “ser de algum lugar que não a cidade de Londres”; “estar fora de um ofício”. (Tradução livre da autora).

⁴⁷² 'Folios xxi -xxx: Aug 1375 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 9-24. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp9-24> [accessed 15 February 2017]. “12 Set., 49 Edward III. [D. C. 1375], veio Robert Verney, que havia praticado os ofícios de artesão de arcos e de artesão de flechas, perante o *Mayor* e *Recorder*, e declarou que dali em diante ele praticaria apenas o ofício de artesão de flechas, e não o de artesão de arcos. Assim permissão foi dada, a mesma a ser anulada caso ele retornasse ao ofício de artesão de arcos, e ele estaria sujeito à pena descrita”. (Tradução livre da autora).

Ao tratar do acesso à liberdade da cidade, não podemos esquecer que este era um processo caro. Ao ser admitido em um ofício, o cidadão devia pagar a taxa anual de associação à sua guilda. Em seguida, ao ser apresentado perante um *alderman*, era requisitado a pagar a taxa de admissão. Tantos gastos limitavam o acesso de muitos habitantes de Londres à sua liberdade. Em 1380, isso tornou-se uma preocupação das autoridades.

Whereas divers losses had occurred to the Chamber of the Guildhall and the whole Commonalty by reason of no one being admitted to the freedom of the City for less than £3, which prevented poor persons from obtaining it, and they had withdrawn to Southwerk and Westminster and without the liberty of the City, and many houses in the City on that account stood empty, and the number of the citizens had diminished—it was the same day ordained that thenceforth it should be lawful for the Chamberlain for the time being, associated with two Aldermen, to admit any fit and proper person into the freedom by redemption for a sum suitable to his estate, the procedure recorded in the great charter of liberties of the City being followed as of old accustomed. ⁴⁷³

Devido ao alto custo de admissão, a cidade estava sofrendo com a redução do número de cidadãos e o aumento da quantidade de propriedades vazias, pois muitos habitantes que não podiam arcar com o processo de admissão estavam deslocando-se para Southwark e Westminster. Com o intuito de minimizar estes efeitos, as autoridades decidem que aqueles que fossem dignos para tanto poderiam ser admitidos pagando quantias apropriadas ao seu estado. Essa medida mostrou-se eficaz uma vez que se tornou parte das regras da cidade. A admissão, todavia, era apenas o primeiro passo para a cidadania. Esta caracterizava-se pela participação ativa nas questões da cidade, sendo a participação política um fator fundamental.

A prosperidade de Londres garantiu-lhe uma posição de destaque no reino, o que favoreceu a concessão de liberdades para organizar seu autogoverno. No entanto, embora a cidade mantivesse um diálogo contínuo com a Coroa, esta sempre deteve o controle sobre as liberdades da cidade, podendo entregá-lo ou retê-lo conforme sua conveniência. Por isso, as autoridades londrinas ocupam-se incessantemente de manter a ordem. Em 1376, o Rei dirige-se às autoridades da cidade, pois preocupa-se com as notícias recebidas sobre a insatisfação de muitos cidadãos com o sistema eleitoral, e convoca-as para uma reunião em Westminster sob

⁴⁷³ 'Folios cxxxi - cxl: March 1380-1 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 161-179. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp161-179> [accessed 29 January 2017]. “Como diversas perdas ocorreram para a câmara do Guildhall e para o Concelho por motivo de ninguém ser admitido à liberdade da cidade por menos de £3, o que impossibilitava pessoas pobres de consegui-lo, e eles haviam se retirado para Southwark e Westminster e para fora das liberdades da Cidade, e muitas casas na Cidade por este motivo estavam vazias, e o número de cidadãos havia diminuído—ordenou-se no mesmo dia que dali em diante seria legal para o Chamberlain de então, associado a dois *Aldermen*, admitir qualquer pessoa apropriada à liberdade por redenção por uma quantia apropriada ao seu estado, sendo o procedimento registrado no grande foral de liberdades da Cidade como de costume”. (Tradução livre da autora).

pena de perda de liberdade. As autoridades, por sua vez, apressam-se em responder ao Rei que não há conflitos na cidade e que todas as medidas cabíveis para evitar tumultos já foram tomadas.⁴⁷⁴ O *mayor* e os *aldermen* não podem permitir que Londres perca seus privilégios.

Os principais direitos (e liberdades) de Londres estavam definidos em seus forais, tendo sido o primeiro concedido por William, o Conquistador. Entre esses direitos, os dois mais importantes para a autonomia da cidade eram a escolha de seus *sheriffs* e *mayors*. No entanto, isso não isentou Londres de passar por intervenções régias, como o envio de grupos de oficiais para verificar o bom e justo funcionamento da cidade.

Em fins do XIV, a figura do *mayor* já havia superado aquela do *sheriff*. O foral de 1327 fortaleceu o poder do *mayor*, passando a ser também um oficial régio, responsável pelos prisioneiros de Newgate e pela reversão da renda de propriedades para a Coroa. Pelo foral, os *aldermen* deviam ser eleitos para servir por um ano sem possibilidade de reeleição, embora no reinado de Edward II tenham servido de modo vitalício. Para ser eleito pelos homens de bem como *mayor*, era necessário ser um *alderman* e já ter atuado como *sheriff*. O cargo demandava um cidadão de posses, mas também sábio e capaz de impor ordem à cidade. Pelo foral, deviam governar por apenas um ano, mas tal medida só se concretizou após 1389: atuaria por apenas um ano e só poderia ser reeleito após cinco anos, prazo que posteriormente seria estendido para sete anos.

Após sua eleição, o *mayor* apresentava-se perante o rei e sua ida a Westminster para tanto, acompanhado por diversos cidadãos, constituía o principal rito cívico de Londres.⁴⁷⁵ Entre suas atribuições, a mais essencial era a manutenção da paz, mas devia também controlar os oficiais que serviam à cidade, garantir a regularidade do comércio, atuar como juiz de certas causas, liderar os ritos cívicos e religiosos da cidade e presidir sua própria corte cívica. Servindo também como oficial régio, era responsável por avaliar os bens dos criminosos condenados para a Coroa. O peso do cargo era grande, mas correspondia ao prestígio do mesmo. Por esta razão, era motivo de muitas disputas internas, como vimos no caso dos *victuallers* e *non-victuallers*.

Apresentando mais demandas que a função do *mayor*, estava a dos *sheriffs*. Eleitos em número de dois a cada ano, havia resistência a assumir o posto, o que tornou necessário impor altíssimas multas como garantia. Como o *mayor*, após sua eleição deviam se apresentar em Westminster, mas diante dos barões do Tesouro. Suas responsabilidades eram deveras abrangentes, sendo um servidor régio e um oficial da cidade, e tinham de arcar com os custos

⁴⁷⁴ Cf. o Extrato 8 do Anexo 1 para o extrato na íntegra.

⁴⁷⁵ Este ponto foi amplamente discutido no Capítulo 3.

de sua atividade. Os *sheriffs* eram encarregados de recolher taxas devidas ao Tesouro, prender infratores e reunir testemunhas, executar traidores e heréticos, erguer áreas para duelos, anunciar proclamações e, em especial, manter a ordem e a paz. Para tanto, contavam com sua própria corte judicial, além de um grande número de oficiais sob sua égide, a fim de registrar suas atividades e pôr em prática várias de suas tarefas.

Os *sheriffs* aparecem em abundância, ano após ano, na documentação da cidade, pois, além de todas as suas atividades, eram responsáveis por fazer as proclamações régias alcançarem toda a cidade, como em 1363, quando tiveram que levar a conhecimento dos cidadãos a devida proteção aos mercadores participantes da longa feira em Westminster. “Writ to the Sheriffs to make proclamation that all merchants attending Westminster Fair during the thirty-two days of its duration are under the King's protection. Witness the King at Westminster, 4 Oct., 37 Edward III. [A.D. 1363]”.⁴⁷⁶ Assim como a cidade, o Rei preocupa-se em garantir boas condições comerciais em Londres e seus arredores.

Sendo a unidade básica do governo da cidade o *ward*,⁴⁷⁷ a frente de cada um destes estava um *alderman*, que tinha entre suas atribuições a de organizar e realizar o *wardmote*, uma assembleia de todos os homens do *ward* para discutir assuntos administrativos e judiciais. No *wardmote*, era também escolhido um júri, com homens de bem do *ward*, *probi homines*, que deveriam auxiliar o *alderman* na observância das leis e na denúncia de irregularidades.

Os oficiais então escolhidos deviam ser apresentados perante o *mayor* e todos os *aldermen*, devido à importância de suas funções. No topo da hierarquia entre esses oficiais, encontramos os *beadles*, homens de certo status, responsáveis por garantir a moralidade, a paz e a venda regular dos produtos no âmbito do seu *ward*. Em seguida, temos, em maior número, os *constables*, cujas atividades envolviam força física. Entre suas funções, deviam perseguir os infratores, organizar juris e acompanhar os *aldermen* em suas rondas. Há ainda os *scavengers*, encarregados do reparo das ruas, da prevenção contra incêndios e da limpeza das ruas. A limpeza, entretanto, era realizada pelos *rakers*. Por fim, os *aleconners* eram escolhidos para fiscalizar a qualidade da cerveja produzida e a regularidade de sua venda.⁴⁷⁸

Além da responsabilidade de governar seu *ward*, seus oficiais e habitantes, os *aldermen* tinham a obrigação de participar da corte dos *aldermen*, estando qualquer ausência

⁴⁷⁶ 'Folios cxxx - cxl: Sept 1364 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 169-178. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp169-178> [accessed 22 January 2017]. “Mandado para os *Sheriffs* proclamarem que todos os mercadores presentes na Feira de Westminster durante os trinta e dois dias de sua duração estão sob a proteção do Rei. Testemunha o Rei em Westminster, 4 Out., 37º ano de Edward III. [D.C. 1363]”. (Tradução livre da autora).

⁴⁷⁷ Unidade administrativa em que a cidade era dividida com fins de escolha de representantes, tributação, etc.

⁴⁷⁸ BARRON, op. cit., pp. 121-127.

injustificada sujeita a multas. Eram encarregados de fazer cumprir a legislação da cidade ao nível de cada *ward*, mantendo a ordem e a observância das leis; deviam julgar os casos e encaminhá-los para a corte apropriada, além de ajudar na escolha de homens para ocupar outras funções de seu *ward*. Suas funções exigiam que fossem homens de boa reputação, mas também abastados, uma vez que seu cargo demandava grande parte do seu tempo, dificultando o exercício de um ofício no período de vigência. Poucas eram as regalias financeiras de tal atividade, porém o prestígio e, conseqüentemente, o poder dela derivados eram os principais benefícios almejados pelos homens eleitos. Não nos esqueçamos dos *guildmen* de Chaucer: *Everich, for the wisdom that he kan,/ Was shaply for to been an alderman./ For catel hadde they ynogh and rente*; homens sábios, mas também financeiramente estáveis.

As guildas do fim do medievo sempre tiveram uma relação muito próxima com a política da cidade, encontrando entre seus membros os integrantes do governo citadino. Segundo van Steensel, o desenvolvimento do potencial político das guildas, a partir do século XIII, moldou seu funcionamento e sua organização de acordo com suas interações com outros grupos de poder no contexto urbano. Devido a esse movimento, as guildas tornaram-se tanto uma ameaça (às autoridades urbanas) quanto poderosas aliadas políticas, mobilizadas com frequência pela Coroa, por exemplo.⁴⁷⁹

A presença marcante das guildas em Londres cria duas situações de conflito, sua participação no processo eleitoral e a disputa de poder entre as guildas maiores e menores, que se colocam, na verdade, lado a lado. Como destaca van Steensel, embora os *aldermen* fossem eleitos pelos *wards*, não pelas guildas, e os *mayors* fossem escolhidos por um grupo restrito de homens bons da cidade, a maior parte destas funções era ocupada por membros das guildas mais importantes e abastadas, como os mercadores de tecidos, de peixes e de vinho, enquanto as guildas menores contribuíam com poucos nomes para as cortes da cidade.⁴⁸⁰ Na verdade, as eleições por *wards* favorecem as grandes guildas. Estando espalhados por diferentes *wards*, os membros das maiores guildas podiam ser eleitos em grande número, uma vez que eram, em geral, os nomes de maior destaque em seu *ward*. Estes são seus homens bons.

Entre as inúmeras obrigações dos *aldermen*, estava o cuidado com a boa reputação desse grupo de governantes, assim como a manutenção de uma identidade muito própria. Um signo de destaque dessa identidade, como no caso das associações fraternais e profissionais, era

⁴⁷⁹ STEENSEL, Arie van. "Guilds and Politics in Medieval Urban Europe. Towards a Comparative Institutional Analysis". In: JULLIEN E. and PAULY M. (eds). *Craftsmen and Guilds in the Medieval and Early Modern Periods*. Stuttgart: Steiner-Verlag, 2016, pp. 37-56.

⁴⁸⁰ Idem.

o uso das vestes comuns. Estas eram sinal imediato de reconhecimento do grupo nas festividades e ritos cívicos na cidade. Portanto, eram muito valorizadas e seu uso indevido era causa de punições.

Whereas it had been ordained that all the Aldermen should be arrayed on the Feast of Pentecost [15 May], 5 Richard II. [A.D. 1382], in cloaks of green lined with green "taftata" or "tartaryn" under a penalty to be fixed by the Mayor and Aldermen, and whereas on Monday in the same Feast, when the Mayor and Aldermen went to the church of St. Peter on Cornhulle to proceed thence through the City to St. Paul's according to ancient custom, John Sely, Alderman of Walbrok, appeared in a cloak without a lining, contrary to the said ordinance—it was thereupon agreed that the Mayor and Aldermen should dine with the said John at his house and at his proper charges on the following Thursday, and further that the said John should line his cloak as aforesaid, &c. ⁴⁸¹

Em 1382, todos os *aldermen* deveriam comparecer à Festa de Pentecostes vestidos com uma túnica verde com forro verde. Contudo, apesar de todas as indicações, John Sely apresenta-se com uma túnica sem forro, destoando do grupo. Como punição por sua falta, o *alderman* de Walbrook é submetido a oferecer um jantar ao *mayor* e aos demais *aldermen* sob suas próprias custas. Em um cargo desta relevância, deve-se estar atento a cada detalhe, em especial, à preservação da identidade do grupo.

Os *aldermen* têm muitas atividades e responsabilidades. Além de todos os deveres já mencionados, eram constantemente convocados a montar guardas, das quais tinham que participar, na cidade para proteger os portões de acesso às muralhas, para proteger as pontes e as margens do rio Thames. Havia ainda guardas fixas como as das vésperas da Festa de São Pedro e São Paulo, em julho, e de Natal, em dezembro. Tantas tarefas impunham dificuldades ao exercício de seus ofícios, o que em alguns casos levava alguns cidadãos a deixar o cargo, como neste caso de 1376.

Monday after the Feast of All Saints [1 Nov.], 50 Edward III. [A. D. 1376], in the presence of Adam Stable, the Mayor, the Aldermen, and many good men of divers misteries, in the Chamber of the Guildhall, came John Wrothe, Alderman of the Ward of Billyngesgate, and declared himself unable to fulfil the duties of his Aldermanry

⁴⁸¹ 'Folios cxli - cli: March 1381-2 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 179-190. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp179-190> [accessed 25 January 2017]. "Como havia sido ordenado que todos os *Aldermen* deveriam estar vestidos na Festa de Pentecostes [15 de Maio], 5 Richard II. [D.C. 1382], em mantos verdes com forro verde "taftata" ou "tartaryn" sob pena a ser fixada pelo *Mayor* e pelos *Aldermen*, e como na segunda da mesma Festa, quando o *Mayor* e os *Aldermen* foram à igreja de São Pedro em Cornhulle para percorrer então a Cidade até a Catedral de São Paulo conforme o costume, John Sely, *Alderman* de Walbrok, apareceu em um manto sem forro, contrário às regras—decidiu-se então que o *Mayor* e *Aldermen* deveriam jantar com o mesmo John em sua casa e sob seus custos na quinta seguinte, e ainda que o mesmo John deveria forrar seu manto como pedido, &c". (Tradução livre da autora).

owing to press of business abroad. He therefore surrendered his Aldermanry into the hands of the City, and asked to be discharged. He was thereupon discharged, and on the following day Andrew Pykeman was elected by good men of the said Ward, and on the following Friday was admitted and sworn.⁴⁸²

O *alderman* de Billyngsgate, John Wrothe, vê-se obrigado a pedir dispensa do cargo devido a negócios urgentes no exterior. Sendo então desobrigado da função, é substituído por Andrew Pykeman, eleito pelos bons homens do *ward*. O prestígio de participar do governo da cidade é inigualável, mas as necessidades profissionais não podem ser negligenciadas em alguns casos. Por esta razão, destaca-se que os eleitos devem ser financeiramente suficientes, com *catel and rente ynogh*.

Já no século XIV outra unidade representativa destacou-se em Londres, o *commom council*, unidade representativa do governo da cidade. Em seu conturbado início, houve diversas disputas sob a forma de eleição de seus representantes, pois alguns grupos desejavam que esta fosse feita com base nas corporações, enquanto outros defendiam a eleição por *ward*. Em 1384, definiu-se os *wards* como unidade de eleição, com um número de representantes proporcional ao seu número de habitantes, “in order that the Common Council might be composed of men qualified by means and understanding”.⁴⁸³ Em seu juramento, os *councilmen* eleitos comprometiam-se a ser leais ao rei, comparecer ao concelho quando convocados, dar bons conselhos e não defender nenhuma causa contrária ao bem da cidade. Assim como na corte dos *aldermen*, qualquer ausência injustificada era penalizada por multas. Entre suas atribuições, estava a aprovação e o recolhimento de taxas em cada *ward*.

A fim de minimizar os conflitos entre as guildas maiores e menores, em 1383, a cidade propõe que as eleições para o *common council* sejam proporcionais ao número de habitantes de cada *ward*. Assim, os maiores *wards*, como Farryndon, Cheap e Bridge, elegeriam 6 homens, os *wards* médios, que representavam a grande maioria, nomeariam 4 e os *wards* menores, como

⁴⁸² 'Folios xli - l: June 1376 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 32-49. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp32-49> [accessed 22 January 2017]. “Segunda após a Festa de Todos os Santos [1 de Nov.], 50 Edward III. [D.C. 1376], na presença de Adam Stable, *Mayor*, dos *Aldermen*, e muitos homens bons de diversos ofícios, na câmara do Guildhall, veio John Wrothe, *Alderman* de Billyngesgate, e declarou-se impossibilitado de cumprir com suas responsabilidades de *Alderman* devido aos seus negócios no exterior. Ele então entregou seu cargo nas mãos da Cidade, e pediu para ser liberado. Ele foi então liberado, e no dia Andrew Pykeman foi eleito pelos bons homens do *Ward*, e na sexta seguinte foi admitido e jurado”. (Tradução livre da autora).

⁴⁸³ 'Folios clxx - clxxx: Nov 1383 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 224-249. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp224-249> [accessed 20 January 2017]. “para que o Concelho seja composto por homens qualificados em meios e conhecimento”. (Tradução livre da autora).

Lyme Street e Aldsgate, escolheriam apenas 2 homens. A decisão mais importante para as guildas, entretanto, dizia respeito ao limite de seus membros que poderiam ser nomeados.

Provided always that the Mayor for the time being shall not accept throughout the City more than eight persons of the same mistery, and if more be presented he shall, with the advice of six Aldermen at least (*au meyns*), select eight of the best, and return the rest to their Ward for others to be elected in their place who are not of that mistery.
484

Após as eleições por *ward*, o *mayor* não poderia aceitar mais de oito membros do mesmo ofício entre os conselheiros, devendo escolher sempre os oito mais dignos e devolvendo aos *wards* as vagas complementares a serem preenchidas com homens de outros ofícios. Esta era mais uma tentativa de equilibrar a força política das guildas no jogo da cidade e amenizar as disputas políticas internas.

Além de todas essas eleições por *ward*, a cidade era sempre convocada a escolher representantes para participar das reuniões do Parlamento, não apenas em Westminster, mas também quando eram realizadas em outros pontos do reino. Assim, ao menos uma vez por ano, os *sheriffs* eram comunicados sobre a necessidade de “the election of four citizens to attend a Parliament to be held at Westminster”, como o de 1384 após a Festa de São Martinho.⁴⁸⁵ Estes deveriam ser sempre escolhidos entre os homens mais sábios de Londres. Em uma cidade tão leal à Coroa e central para o reino, tais homens sábios aparecem em grande número. Ao menos, é o que demonstra a variedade de nomes indicados às reuniões do Parlamento... quantidade de homens sábios ou revezamento no cumprimento de uma obrigação.

As eleições para os cargos de governança da cidade eram um modelo seguido pelas guildas, que também elegiam ano a ano seus representantes. Uma guilda de Londres precisava estar bem estruturada e ter um grupo relevante de participantes a fim de se estabelecer perante as demais e garantir sua posição na hierarquia da cidade. Em geral, as guildas estavam livres da interferência direta do governo da cidade nas eleições de seus mestres e oficiais. Contudo, a

⁴⁸⁴ Ibidem, “Desde que sempre o *Mayor* de então não aceite pela Cidade mais de oito pessoas do mesmo ofício, e se mais forem apresentados, sob o conselho de seis *Aldermen* pelo menos, escolha oito dos melhores, e devolvam as demais posições ao respectivo *Ward* para que outros que não sejam do mesmo ofício sejam eleitos em seu lugar”. (Tradução livre da autora).

⁴⁸⁵ 'Folios clxxxix - cxc: Sept 1384 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 249-266. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp249-266> [accessed 29 January 2017]. “a eleição de quatro cidadãos para participar do Parlamento a ser realizado em Westminster”. (Tradução livre da autora).

cada ano, os novos eleitos deviam ser registrados nos livros da cidade e tinham o dever de fiscalizar o ofício de acordo com as regras da guilda e da cidade.

Em todos os anos da documentação, há entradas registrando os novos mestres de ofício eleitos para reger as guildas e controlar o correto exercício de suas atividades. Estes deviam ainda pronunciar um juramento comprometendo-se a garantir a observância das regras do ofício para o bem da cidade. Afinal, é preciso garantir que todos os membros deste corpo estejam funcionando da forma adequada.⁴⁸⁶

A cidade funciona a partir da cooperação entre os grupos que aí coexistem. As guildas, fraternidades e o governo da cidade são exemplo disso, mas a cooperação cidadina é ainda mais abrangente. Os cidadãos cooperam a fim de defender a cidade contra o inimigo, protegê-la de incêndios, evitar crimes e violência. Homens de ofícios diferentes cooperam para proteger o comércio interno das atividades dos estrangeiros e para manter as boas condições comerciais de sua cidade. Londres é um espaço de cooperação.

Ao mesmo tempo, as interações entre os cidadãos e seus grupos estruturam-se a partir de uma rivalidade que lhes é inerente. Como a ordem política ainda não era completamente estável, a competição econômica refletia-se na rivalidade política e a exclusão de certos grupos da participação política trazia ameaças constantes.⁴⁸⁷ Os grupos urbanos rivalizavam entre si a fim de garantir seu espaço na cidade e sua posição na hierarquia social. E os ruídos desses conflitos ecoam pela cidade. “(...) the monologues and colloquies of *The Canterbury Tales* generally extend London’s cacophony out along the Canterbury road because their speech is everywhere founded on rivalry”.⁴⁸⁸

Essa rivalidade não poderia ser deixada de lado por Chaucer. Ao longo da peregrinação ao túmulo de São Tomás Becket, diversos antagonismos são revelados. O Albergueiro e o Cozinheiro representam as disputas pela venda de comida preparada aos cidadãos e aos visitantes; o Moleiro e o Feitor trazem à tona os conflitos entre aqueles que exercem e controlam os ofícios; o Homem do Mar e o Mercador refletem a rivalidade proveniente dos lucros comerciais.⁴⁸⁹

Neste ambiente urbano, os ofícios apresentam-se como fonte de rivalidade. “And, as structures, crafts were, at the very least, divisive: they parcelled up London into as many as 180

⁴⁸⁶ Cf. Extrato 10 do Anexo 1 para uma lista de mestre de ofícios eleitos.

⁴⁸⁷ STEENSEL, op. cit.

⁴⁸⁸ CANNON, op. cit., p. 81. “(...) os monólogos e colóquios de *The Canterbury Tales* geralmente estendem a cacofonia de Londres ao longo da estrada para Canterbury porque seu discurso é em todos os lugares fundamentado na rivalidade”. (Tradução livre da autora).

⁴⁸⁹ A questão da rivalidade entre os peregrinos da narrativa já foi desenvolvida em nossa dissertação de Mestrado.

social kinds (this the number of different crafts named at various times in the record of medieval London) and as many as 51 self-defined communities (...).⁴⁹⁰ Assim como eram moldadas e transformadas pela interação com outras instituições e pela dinâmica urbana, as guildas também moldavam as relações sociais cidadinas. Contudo, embora saibam-se rivais, disputando mercados e direitos sobre determinadas atividades, esses homens de ofício também compreendem que dependem uns dos outros para a garantia do suprimento de todas as suas necessidades e, principalmente, da preservação da autonomia de Londres.

Uma cidade autônoma, por sua vez, era uma cidade que contava com leais cidadãos. Para tornarem-se cidadãos, além de servir à cidade e cooperar com o bem comum, os cidadãos devem ser bons cristãos, piedosos e caridosos, e súditos fiéis ao reino e à Coroa. Assim, a cidadania medieval sustenta-se sobre três pilares, o serviço à cidade, a Deus e ao reino. Já observamos mais atentamente os dois primeiros pontos e abordamos aqui o último deles.

“In London the king called the tune, the city paid, and the crowds came”.⁴⁹¹ Londres mantinha uma relação próxima com a Coroa. Em seus arredores, mais especificamente em Westminster, encontrava-se grande parte do aparato burocrático régio, mas, principalmente, era da cidade que provinha o financiamento para diversas atividades empreendidas pela Coroa ou em nome da mesma. Um exemplo disso são as grandes recepções para importantes visitantes estrangeiros, demonstrando o prestígio e o poder de seu monarca. Em 1364, a cidade presenteia não somente seu rei, mas também o rei francês que retorna a Londres, onde vem a falecer. Há que se demonstrar a generosidade, e o status, da cidade.

Além disso, embora a partir do XIII Londres não fosse mais obrigada a pagar os mesmos impostos que as outras cidades do reino, os monarcas ingleses encontraram outras formas de retirar dinheiro da cidade tanto para festividades quanto conflitos. “The Crown still expected gifts from the city and privileges, in form of new and renewed charters, continued to be sold to the Londoners”.⁴⁹² Assim, o fluxo de recursos da cidade em direção à Coroa permaneceu contínuo ainda no fim do medievo.

A Coroa contava com os empréstimos vindos da cidade, corporativamente, e principalmente, de alguns indivíduos, para a realização de grandes eventos, como os casamentos régios, e, como vimos, para a manutenção da guerra, com a compra de suprimentos,

⁴⁹⁰ CANNON, op. cit., p. 82. “E, como estruturas, os ofícios eram, pelo menos, divididos: eles dividiam Londres em 180 tipos sociais (este é o número de ofícios diferentes nomeados em momentos diferentes nos registros da Londres medieval) e 51 comunidades auto definidas (...)”. (Tradução livre da autora).

⁴⁹¹ BARRON, op. cit., p. 22. “Em Londres, o rei dava o tom, a cidade pagava, e as multidões compareciam”. (Tradução livre da autora).

⁴⁹² Ibidem, p. 12. “A Coroa ainda esperava presentes da cidade e privilégios, sob a forma de novas concessões, continuavam a ser vendidos aos londrinos” (Tradução livre da autora).

armas, entre outros. Esses empréstimos partiam de toda a cidade, através de coletas por *ward*, de guildas e fraternidades, atuando como instituições, e de indivíduos de grandes posses que buscavam destacar-se entre os cidadãos de Londres. “In this way the city of London had developed into a quasi-Bank of England”.⁴⁹³

Os valores desses empréstimos, no entanto, deviam retornar às mãos da cidade, ou daqueles que os concediam individualmente, de alguma forma. Em 1380, Richard II entrega ao *mayor* e demais autoridades “divers royal jewels pledged to them for the repayment of the sum of £5,000 lent to the King”.⁴⁹⁴ No mesmo ano ainda, o rei deixa sob a guarda da cidade baús com joias da Coroa como garantia de devolução dos £2000 emprestados pela cidade.⁴⁹⁵ Entre essas joias estão um diadema com esmeraldas, safiras, diamantes e pérolas e uma espada cravejada com pedras. Entretanto, nem tudo sai como planejado e o rei se vê obrigado a pedir as joias de volta por conta de seu casamento com Ana da Boêmia, deixando em seu lugar um adorno para a cabeça também cravejado com pedras preciosas. Assim como as atividades comerciais da cidade, a economia dos empréstimos também era dinâmica, com um fluxo contínuo de empréstimos e devoluções entre Londres e a Coroa.

Além dos empréstimos coletivos e particulares, Londres também se reunia para presentear o Rei, como em 1364.⁴⁹⁶ John de Cauntebrigge, oficial régio, recebe de diversos ofícios e de vários londrinos somas a serem entregues como presente ao rei. Entre os ofícios, encontramos mercadores, açougueiros, curtidores, alfaiates e inúmeros outros que se organizavam em guildas pela cidade. Como instituições, as guildas conseguem fazer contribuições mais relevantes do que seus membros de forma isolada, mostrando-se participantes de um sentido amplo de cidadania. Embora alguns nomes possam se destacar, é essencial pertencer ao grupo. Os cidadãos reúnem-se para garantir a imagem da cidade perante rei, ao mesmo passo em que a cidade reflete seus cidadãos.

Como último caso, podemos ver o valor do pertencimento ao grupo no exemplo do Criado do Cônego das *Tales*, demonstrando que “(...) urban life does not have to involve

⁴⁹³ Ibidem, p. 13. “Desse modo a cidade de Londres havia se transformado em um quase-banco da Inglaterra” (Tradução livre da autora).

⁴⁹⁴ 'Folios cxxi - cxxx: March 1379-80 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 147-161. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp147-161> [accessed 20 January 2017]. “diversas joias reais entregues a eles como pagamento da soma de £5,000 emprestada ao Rei”. (Tradução livre da autora).

⁴⁹⁵ Cf. Extrato 11 do Anexo 1.

⁴⁹⁶ Cf. Extrato 9 do Anexo 1.

irreparable disintegration and discord but is founded on willingness to form new communities as quickly as one excludes or feels excluded from pre-existing ones”.⁴⁹⁷

O Cômego e o Criado aproximam-se da comitiva já próximo ao fim do percurso. O Cômego, que parece um homem muito sábio, apresenta-se ao grupo e propõe reunir-se a eles, enquanto seu Criado aproxima-se do Albergueiro e passar a contar as desventuras do Cômego na alquimia. Este, ao perceber que seus segredos estavam sendo revelados, foge envergonhado. O Criado, por sua vez, permanece junto ao grupo e tem a chance de narrar sua própria história.

Ao revelar os segredos de seu mestre, o Criado trai os segredos de seu ofício e, sendo abandonado pelo Cômego, deixa de participar de seu grupo, os alquimistas. No entanto, justamente por revelar esses segredos, ele é imediatamente integrado à comitiva das *Tales*. Este movimento da narrativa levou Cannon a afirmar que “(...) to be part of any company – even one as generous as the grouping Harry has convened – is to be outside some other”.⁴⁹⁸ No entanto, como já demonstramos anteriormente, era possível aos cidadãos medievais participar de mais de uma associação, desde que dentre estas constasse apenas um grupo profissional.

Revelando os segredos ao Albergueiro, que é o mestre da narração de histórias desde a saída da comitiva de Southwark, o Criado do Cômego é admitido ao grupo e ganha o direito de participar do jogo narrativo. Podemos traçar, assim, um paralelo com o processo de transformação do cidadão em cidadão. Assumindo os segredos de um ofício, o cidadão é admitido à liberdade da cidade e ganha pouco a pouco o direito de participar do jogo político da cidade. Ao integrar-se ao grupo, integra-se também a “oure citee”.

⁴⁹⁷ BUTTERFIELD, op. cit., p. 17. “(...) a vida urbana não tem que envolver desintegração e desacordo irreparáveis mas é fundamentada na vontade de formar novas comunidades tão rapidamente quanto um pode ser excluído ou sentir-se excluído de outras existentes”. (Tradução livre da autora).

⁴⁹⁸ CANNON, op. cit., p. 93. “(...) ser parte de uma companhia – mesmo uma tão generosa quanto o grupo que Harry reuniu – é estar fora de outra”. (Tradução livre da autora).

CONCLUSÃO

Voltando à janela de Chaucer em Aldgate, pretendemos concluir nossa argumentação definindo a cidade e a identidade cidadina que puderam ser observadas ao longo desta Tese. Em primeiro lugar, devemos lembrar que a cidade é uma categoria múltipla, abrigando em si uma diversidade de funções e de grupos. Embora mantenha um contato próximo com o campo, distancia-se deste pela multiplicidade de relações sociais que propicia, além de gozar de maior autonomia para gerir suas questões internas. A cidade é o espaço concreto e simbólico que garante a identidade e as relações entre os componentes da sociedade urbana medieval, inscrevendo as experiências acumuladas pelo indivíduo e pela comunidade.

Londres, como uma cidade relevante dentro de variadas redes, atua como ponto de articulação política, econômica, cultural e social do reino inglês, não contendo seu poder de influência dentro de suas muralhas. Seus subúrbios são parte fundamental de sua estrutura e contribuem continuamente com o bom funcionamento da cidade, ao abrigar atividades complementares aos ofícios intramuros e fornecer uma população também dependente das atividades e dos mercados da cidade. Além disso, Londres estende seu alcance para outras cidades do reino e até mesmo para cidades continentais, com as quais estabelece relações recíprocas de influência.

Destacamos as cidades e vilas francesas, e seus habitantes, com as quais formam laços ambíguos. À distância de uma travessia do Canal, as cidades inglesas e francesas mantêm um contato contínuo, com mercadores, comitivas oficiais e viajantes deslocando-se de um lado do Canal ao outro, em especial, nos períodos de trégua. Além disso, compartilham uma língua em comum, uma vez que o francês, ainda que diferindo do francês parisiense, é a língua da corte inglesa e utilizado pelos grandes mercadores do reino. No entanto, a guerra franco-inglesa cria complicações ao dividir o Continente entre cidades aliadas e cidades inimigas, com as quais não se pode relacionar. Acima de qualquer outra aliança, Londres é aliada fiel da Coroa inglesa, afastando-se de seus inimigos e buscando atender às necessidades do poder régio.

De forma semelhante, Londres estende suas redes até as cidades flamengas e as cidades da Liga Hanseática, ao receber inúmeros mercadores flamengos e hanseáticos em seus mercados, além de abrigar algumas de suas famílias em áreas da cidade. Essa presença é causa de conflitos entre os cidadãos e as autoridades da cidade, e por vezes entre a Cidade e a Coroa, uma vez que os londrinos temiam ter seus privilégios, como o controle de pesos e medidas, ameaçados pelos estrangeiros instalados em sua cidade. Londres, contudo, toma proveito da

presença dos mercadores da Hansa e flamengos e de certas benesses das quais gozam para pleitear as mesmas condições para os mercadores ingleses em suas respectivas cidades. Nestas amplas relações, as escolhas linguísticas também falam.

A fim de manter condições favoráveis para o comércio, Londres cuida de sua estrutura física, mantendo bons espaços para os mercados, preparando áreas próximas aos portos para o desembarque e armazenamento de produtos, cuidando dos acessos aos seus portões e garantindo instalações suficientes para hospedar os mercadores atuando na cidade. As autoridades ocupam sua atenção ainda com outras questões básicas de manutenção da cidade como a distribuição de água, a proteção das construções contra incêndios e a limpeza das ruas. Todos os cidadãos devem contribuir com a manutenção da cidade através das determinações do *mayor* e dos *aldermen*, mas também de forma espontânea através de diversas doações à cidade. Além disso, a cidade também se ocupa da proteção de seus portões, pontes e margens, principalmente nos períodos de conflito, assim como da proteção de suas ruas a fim de evitar crimes e violência cotidiana. Afinal, para ser vista com bons olhos pelo rei e manter sua autonomia e seus privilégios junto à Coroa, é fundamental provar-se uma cidade em ordem. Os cidadãos têm um papel essencial na preservação da imagem de sua cidade.

Ao ser confrontada por relações de alteridade, a cidade apressa-se em manter sua posição junto à Coroa. Nesse contexto, sua imagem de cidade leal e íntima do Rei só pode ser mantida pela coletividade, embora ela seja por vezes, como nos ritos cívicos, representada por suas autoridades. Desse modo, todos os cidadãos devem contribuir para que a cidade se mantenha sob as graças régias e, assim, mantenha todos os seus privilégios concedidos e reiterados pelos forais. Como cidadãos, todos são responsáveis pelo bem da Cidade.

A cidade medieval não é uma estrutura homogênea e Londres, por sua vez, apresenta um caráter fragmentado, abrigando uma pluralidade de grupos, espaços, associações e rivalidades. Sua diversidade resulta também em uma intensa produção documental, da qual nos beneficiamos neste estudo. O trabalho integrado a partir de variados documentos londrinos possibilitou que caminhássemos para além das representações, acessando a apropriação e as práticas. A narrativa chauceriana, assim como os documentos oriundos das cortes de Londres, permitiu-nos observar como essa diversidade da cidade atua diretamente sobre a sua identidade. Do mesmo modo, é através dessa unidade pela diversidade que os cidadãos encontram os vetores que moldam a identidade cidadina, como o sentido de pertencimento, as memórias compartilhadas, as redes relacionais e os laços associativos, o bem comum, a participação política e a cidadania.

A identidade cidadina apresenta-se, então, como uma categoria multifacetada, sobre a qual atuam esses diversos vetores mencionados. Sobretudo, a identidade cidadina é relacional, uma vez que os cidadãos, para estabelecer e reforçar sua identidade, dependem de suas relações no interior da cidade: relações com os grupos aos quais pertencem (família, guilda, fraternidade, paróquia, *ward*, entre outros), relações entre seus grupos e os demais, relações com os espaços e habitantes da cidade.

Assim como a identidade, a diferença também está apoiada sobre as relações sociais. Londres, como toda cidade medieval, tinha sua estrutura social organizada a partir de um sistema hierárquico. Logo, ao mesmo tempo em que definem sua identidade, os londrinos diferenciam-se dos demais grupos com os quais convivem. Este movimento é observado nitidamente nas associações de ofício, uma vez que cada guilda procura estabelecer-se na hierarquia do corpo urbano, enquanto testemunham conflitos quanto a sua própria hierarquia interna. As guildas adotam, dessa forma, signos próprios que reforçam tanto sua identidade quanto sua diferença, como no caso das librés. Ao adotar uma veste comum a seus membros, uma guilda marca a identidade de seus membros com um signo visível, ao mesmo tempo em que se diferencia das demais associações da cidade. No fim do medievo, essas associações, e as demais instituições londrinas, preocupam-se cada vez mais em registrar suas regras e atividades, e multiplica-se a produção de documentos escritos, que também funciona como uma estratégia para manter a memória destes grupos e da cidade.

A memória compartilhada pela comunidade urbana atua na transmissão de comportamentos esperados. Com sua habilidade narrativa, Chaucer faz escolhas detalhistas e acertadas sobre as histórias que atribui a cada um de seus peregrinos. Como o Conto do Cavaleiro, que traz à tona o conflito entre os primos-inimigos, seus contos ativam as histórias e eventos que estão na memória daquela que seria sua audiência. Além dos temas dos contos, Chaucer insere diversas referências que suscitariam as memórias compartilhadas por sua audiência quanto aos eventos testemunhados pela cidade. O poeta insere o receptor na arte de narrar, ao ressignificar o texto que recebe, aproximando a comunidade que compartilha a mesma experiência.

Nas memórias compartilhadas pela comunidade, como vimos, reforça-se a necessidade de manter a paz da cidade, ao fazer lembrar os perigos da guerra e os riscos das sublevações internas. A coletividade tem, deste modo, a responsabilidade de cuidar para que tais perturbações sejam evitadas. Este cuidado com a cidade multiplica-se em diversas outras medidas para além da proteção. Os cidadãos devem cuidar para que a cidade tenha um

abastecimento de água regular, para que suas ruas se mantenham limpas, para que todas as casas estejam protegidas contra possíveis incêndios, para que as pontes e estradas de acesso recebam a devida manutenção e para que todos os homens de ofícios exerçam suas atividades honestamente. É preciso garantir o bem da comunidade a qual se pertence.

Observamos o bem comum a partir de duas perspectivas complementares. Por um lado, a contribuição para o bem comum pressupõe a participação no coletivo, nos aspectos partilhados pela comunidade em que o cidadão está inserido, corroborando para o sentido de pertencimento ao grupo. Por outro eixo, o bem comum apresenta-se como um princípio ético-político pelo qual o reino se organiza. Ambos caminham no sentido de uma ampla cidadania. Todos são irmãos e, como membros do reino, e da cidade, devem contribuir para sua organização. Todos são irmãos e são membros de um mesmo corpo, um corpo urbano no qual cada grupo exerce sua função, e que reflete o corpo cristão, cuja cabeça é o próprio Cristo. Através dos ritos e gestos da cidade, esse corpo movimenta-se e reforça sua identidade frente ao reino e ao Rei.

Ao observar de perto este corpo-cidade e as relações identitárias que propicia, este estudo contribui com questões pertinentes à História Urbana e à História Cultural, através de uma perspectiva voltada para as relações entre a História e a Literatura, no que pese as restrições do termo, no contexto cidadão, partindo das representações e voltando-se para a sociedade. Sabemos também das lacunas que aqui permanecem e das questões que ficam no horizonte de futuras indagações, como um aprofundamento sobre as tensões sociais que se colocam no período estudado e um mergulho no universo dos ofícios que se coloca em movimento através dos testamentos dos cidadãos. Ressaltamos, contudo, nossa contribuição para a compreensão da identidade cidadina no medievo a partir dos vetores que a movimentam, caminhando da diversidade para a unidade.

A Londres medieval funciona com base na cooperação entre os grupos que aí coexistem. As guildas, fraternidades e o governo da cidade são exemplo disso, mas a cooperação cidadina é ainda mais abrangente. Os cidadãos cooperam a fim de defender a cidade contra o inimigo, protegê-la de riscos internos, evitar crimes e violência. Homens de ofícios diferentes cooperam para proteger o comércio interno das atividades dos estrangeiros e para manter as boas condições comerciais de sua cidade. Todos que pertencem à cidade trabalham juntos para garantir seu pleno funcionamento. Londres é, por excelência, um espaço de cooperação.

A participação política, por sua vez, é também um elemento crucial de pertencimento à cidade, pois é um aspecto central da cidadania. Enquanto o primeiro passo em direção à cidadania é a admissão à liberdade da cidade, a etapa definitiva que identifica o cidadão é sua participação ativa na política da cidade, elegendo aqueles que governam a cidade em seus postos, mas, principalmente, sendo eleitos como representantes oficiais pelos filhos da cidade.

A identidade da cidade está associada à preservação da sua autonomia, responsabilidade dos cidadãos, que contribuem de inúmeras formas para manter o status de Londres dentro do reino e perante a Coroa. A identidade cidadina, por sua vez, molda-se, através de vetores múltiplos, em direção ao exercício da cidadania. Percorrendo “oure citee”, acompanhados por Chaucer, vemos a diversidade de Londres encontrar sua unidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias

ARRANGEMENTS FOR THE PROCESSION AT WINCHESTER. Disponível em <http://users.trytel.com/tristan/towns/florilegium/community/cmreli21.html>.

CALENDAR OF LETTER-BOOKS OF THE CITY OF LONDON: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg>.

CALENDAR OF LETTER-BOOKS OF THE CITY OF LONDON: H, 1375-1399, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh>.

CALENDAR OF LETTER-BOOKS OF THE CITY OF LONDON: I, 1400-1422, ed. Reginald R Sharpe (London, 1909), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/voli>.

CALENDAR OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING, London: Part 2, 1358-1688, ed. R R Sharpe (London, 1890), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2>.

CHAUCER, Geoffrey. *Os Contos de Cantuária*, Paulo Vizioli (trad.). São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

CHAUCER, Geoffrey. *The Canterbury Tales*, Jill Mann (ed.). London: Pengu Books, 2005.

MEMORIALS OF LONDON AND LONDON LIFE IN THE 13TH, 14TH AND 15TH CENTURIES, ed. H T Riley (London, 1868), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life>.

PARISH FRATERNITY REGISTER: FRATERNITY OF THE HOLY TRINITY AND SS. FABIAN AND SEBASTIAN (PARISH OF ST. BOTOLPH WITHOUT ALDERSGATE), ed.

Patricia Basing (London, 1982), British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol18>.

PROVISION FOR PROPER ATTENTION TO THE CORPUS CHRISTI AND OTHER DIVINE SERVICES. Disponível em <http://users.trytel.com/tristan/towns/florilegium/community/cmreli21.html>.

THE RIVERSIDE CHAUCER. Larry D. Benson (ed.), 3rd ed., Oxford: Oxford University Press, 2008.

2. Bibliografia Geral

ALLMAND, Christopher. *The Hundred Years War: England and France at War c.1300-c.1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BARRON, Caroline. *London in the Late Middle Ages: Government and People, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BARROS, Clara. “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X”. In: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. Nº 18-19, 1993.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BASING, Patricia. “Introduction”, in *Parish Fraternity Register Fraternity of the Holy Trinity and SS. Fabian and Sebastian* (Parish of St. Botolph Without Aldersgate), ed. Patricia Basing (London, 1982), pp. vii-xxviii <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol18/vii-xxviii>.

BATANY, Jean. “Escrito/Oral”. In: In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1.

BEDOS-REZAK, Brigitte Miriam. “Medieval Identity: A Sign and A Concept”. In: *The American Historical Review*, Vol. 105, Issue 5, 2000. Disponível em <https://www.historycooperative.org/journals/ahr/105.5/ah001489.html>.

BENSON, David. “London”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995.

BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc XIV) – O Exemplo de Ibn Batuta*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2008.

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism – Perspective and Method*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BREIGER, Ronald L. “The Duality of Persons and Groups”. In: *Social Forces*, Vol. 53, N. 2, Special issue (Dez., 1974), pp. 181-190. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2576011>.

BRITNELL, Richard. “Town life”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2001.

BRYANT, Lawrence. “Configurations of the Community in Late Medieval Spectacles – Paris and London during the Dual Monarchy”. In: HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn (eds.). *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

BURRAGE, Michael C. & CORRY, David. “At Sixes and Sevens: Occupational Status in the City of London from the Fourteenth to the Seventeenth Century”. In: *American Sociological Review*, Vol. 46, No. 4 (Aug., 1981), pp. 375-393.

BUTTERFIELD, Ardis. "Nationhood". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. *The Familiar Enemy: Chaucer, Language, and Nation in the Hundred Years War*. Oxford: OUP, 2009.

CAMILLE, Michael. "Signs of the City – Place, Power, and Public Fantasy in Medieval Paris". In: HANAWALT, Barbara & KOBIALKA, Michal (eds.). *Medieval Practices of Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

CANNON, Christopher. "Chaucer and the language of London". IN: BUTTERFIELD, Ardis (ed.) *Chaucer and the City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

CARDINI, Franco. "Guerra e Cruzada". In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v1.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Repensando a construção do espaço". In: *Idem. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARLSON, David. "Anglo-Latin literature in the later Middle Ages". In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011.

CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory – A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: CUP, 2008.

CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. *Les métiers au Moyen Age*. Rennes: Éditions Ouest-France, 2008.

COHEN, Jeffrey J. *Medieval identity machines*. Minneapolis and London : University of Minnesota Press, 2003.

COOPER, Helen. "The classical background". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CRANE, Susan. "The writing lesson of 1381". In: HANAWALT, Barbara. *Chaucer's England - Literature in Historical Context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Europea e Idade Média Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. "Some tasks and themes in the Study of Popular Religion". In: TRINKAUS, Charles and OBERMAN, Heiko, *The Pursuit of Holiness in Late Medieval and Renaissance Religion*. Brill, 1974.

DOIG, James A. "Political Propaganda and Royal Proclamations in late Medieval England". In: *Historical Research*, Volume 71, Issue 176, pp. 253–280, 1998.

DUFFY, Eamon. "Religious belief". In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DUTOUR, Thierry. *La ciudad medieval: Orígenes y triunfo de la Europa urbana*. Barcelona: Paidós, 2004.

EDDEN, Valerie. "Bible". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

EVANS, Ruth. "Chaucer's life". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. "The production of space in Chaucer's London". In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and The City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, Vol 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

FURTADO, Junia Ferreira. “A Morte como testemunho de vida”. In: DE LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GANIM, John M. “Identity and subjecthood”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GARBÁTY, Thomas Jay. “Chaucer's Guildsmen and Their Fraternity”. In: *The Journal of English and Germanic Philology*, Vol. 59, No. 4 (Oct., 1960), pp. 691-709. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27707558>, acessado em 25/11/2011.

GEARY, Patrick. “Memória”. In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2.

GELTNER, Guy. “Medieval Prisons: Between Myth and Reality, Hell and Purgatory”, In: *History Compass* 4, Blackwell Publishing, 2006.

GENET, Jean-Philippe. “Identité, espace et langue”. In: *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes*, 19, 200. Disponível em <http://crm.revues.org/11978>.

_____. “Acteurs”. In: Idem. *La genèse de l'Etat moderne. Culture et société politique en Angleterre*, Paris, PUF, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GEREMEK, Bronislaw. “O marginal”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles: The Writing of History in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2004.

GOLDBERG, P. J. P. *Medieval England: A Social History, 1250-1550*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2010.

GONÇALVES, Síval Carlos Mello. Na medida do impossível: O cavaleiro além da cavalaria nos romances de Chrétien de Troyes (1165-1191). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GORDON, Bruce e MARSHALL, Peter. “Introduction: the place of the dead in late medieval and early modern Europe”. In: Idem (eds). *The place of the dead: death and remembrance in late medieval and early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

GUREVICH, Aron. *As Categorias da Cultura Medieval*. Alfragide: Editorial Caminho, 1991.

_____. “O Mercador”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HANAWALT, Barbara & KOBIALKA, Michal. “Introduction”. In: Idem (eds.). *Medieval Practices of Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn. *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

HANHARAN, Michael. “London”. In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

HANLY, Michael. “France”. In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

HANNA, Ralph. “Literacy, schooling, universities”. In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011.

HARRIS, Gerald. *Shaping the Nation: England 1360-1461*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARRIS, Gerald. “The King and his subjects”. In: HORROX, Rosemary (ed.). *Fifteenth-century attitudes – Perceptions of society in late medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HARVEY, David C. and JONES, Rhys. “Custom and habit(us): the meaning of traditions and legends in early medieval and western Britain”. In: *Geografiska Annaler*, 81 B, 1999, pp. 223-233.

HARWOOD, Britton J. “The Fraternitee of Chaucer’s Guildsmen”. In: *The Review of English Studies*, New Series, vol. 39, no 155, 1988.

HOUSTON, Rab. “Custom in Context: Medieval and Early Modern Scotland and England”. In: *Past and Present*, N. 211, 2011, pp. 35-76. Disponível em <https://www.past.oxfordjournals.org/>.

HSY, Jonathan. *Trading tongues: merchants, multilingualism, and medieval literature*. Columbus: The Ohio State University Press, 2013.

LAUWERS, Michel. “Morte e mortos”. In: LE GOFF e SCHMITT, *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, São Paulo: EDUSC, v2, 2002.

LAWTON, David. “English literary voices, 1350-1500”. In: GALLOWAY, Andrew (ed.) *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l’espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed.

LE GOFF, Jacques. “Cidade”. In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2.

_____. “La fonction culturelle, l’image et le vécu”. In: *Idem* (org.). *La ville en France au Moyen Âge*. 2. ed. Paris: Seuil, 1980.

_____. “Memória”. In: IDEM. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LILLEY, Keith D. “Cities of God? Medieval Urban Forms and Their Christian Symbolism”. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, Vol. 29, N. 3 (Set., 2004), pp. 296-313. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3804493>.

LOPEZ, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa: Presença, 1988.

MADDERN, Philippa C. “Social mobility”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAIREY, Aude. “Multilinguisme et code-switching em Angleterre à la fin du Moyen Âge. Approche historiographique”, in *Reflets de code-switching dans la documentation medieval?*, CEHTL, 2, 2009, Paris, LAMOP (1ª ed. en ligne 2011).

MARSH, Peter. “Identity: an Ethogenic Perspective”. In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985.

MATHER, Frank Jewett. “On the Asserted Meeting of Chaucer and Petrarch”. In: *Modern Language Notes*, Vol. 12, No. 1 (Jan., 1897).

MCFARLANE, K. B. “War, the economy and social change: England and the Hundred Years War”. In: Idem. *England in the Fifteenth Century – Collected Essays*. London: The Hambledon Press, 1981.

McREE, Benjamin R. “Unit or Division? The Social Meaning of Guild Ceremony in Urban Communities”. In: HANAWALT, Barbara & REYERSON, Kathryn. *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MOONEY, Linne R. “Chaucer’s Scribe”. In: *Speculum*, n. 81, 2006, pp. 97-138.

MOONEY, Linne R. e STUBBS, Estelle. *Scribes and the City – London Guildhall Clerks and the Dissemination of Middle English Literature 1375-1425*. York: York Medieval Press, 2013.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 3ed., 1991.

MYERS, MYERS, A.R. *Chaucer’s London – Everyday Life in London 1342-1400*. London: Amberley, 2009.

NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Tradução de Kenzo Paganelli. In: *Projeto História*. São Paulo: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.

PEARSALL, Derek. “Language and Literature”. In: SAUL, Nigel. *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: OUP, 1997.

PRESTWICH, Michael. “The enterprise of war”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

PYTHIAN-ADAMS, Charles. “Ritual constructions of society”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

RIGBY, S. H. “Society and politics”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RODRIGO-ESTEVÁN, Maria Luz. “Muerte y Sociabilidad em Aragón”. In: CEA, Juan Carlos Martín (coord.). *Convivir en la Edad Media. Burgos*, Dossoles, 2010, pp. 285-320.

RÖHRKASTEN, Jens. *The Mendicant Houses of Medieval London – 1221-1539*. Münster: LIT Verlag, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

ROSSER, Gervase. “Going to the Fraternity Feast: Commensality and Social Relations in Late Medieval England”, in *Journal of British Studies*, Vol. 33, No 4, 1994.

ROSSIAUD, Jacques. “O cidadão e a vida na cidade”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989.

_____. “Structures sociales et sociabilités urbaines”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *Histoire de la France urbaine: la ville médiévale*. Tome 2. Paris: Éditions Seuil, 1980.

ROWLANDS, Michael. “The role of memory in the transmission of culture”. In: *World Archaeology*, Vol. 25, No. 2, Conceptions of Time and Ancient Society (Oct., 1993), pp. 141-151.

RUBIN, Miri. *Corpus Christi: The Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: CUP, 1991.

_____. “Identity”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

SANDERS, Andrew. “Medieval Literature: 1066-1510”. In: IDEM. *The Short Oxford History of English Literature*. Oxford: OUP, 2004.

SAUL, Nigel. “Medieval England: Identity, Politics and Society”. In. IDEM. *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: OUP, 1997.

SCALA, Elizabeth. “Editing Chaucer”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SCANLON, Larry. "Introduction". In: IDEM. *The Cambridge Companion to Medieval English Literature*. Cambridge: CUP, 2009.

_____. "Geoffrey Chaucer". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SCASE, Wendy. "Re-inventing the vernacular: Middle English language and its literature". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: CUP, 2009.

SCHENDL, Herbert. "Linguistic aspects of code switching in Medieval English texts", in: TROTTER, D. A. (ed.). *Multilingualism in later medieval Britain*. Cambridge: Brewer, 2000.

SHARPE, Reginald R. "Introduction", in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. vii-li <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/vii-li> .

SILVA, Tomaz Tadeu. "A produção social da identidade e da diferença". In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.73-102.

SIMPSON, James. "Chaucer's presence and absence, 1400-1550". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

STALEY, Lynn. "Personal Identity". In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2000, pp. 360-377.

STAPLES, Kate Kelsey. *Daughters of London: Inheriting Opportunity in the Late Middle Ages*. Brill Academic Publishers, 2011.

STEENSEL, Arie van. "Guilds and Politics in Medieval Urban Europe. Towards a Comparative Institutional Analysis". In: JULLIEN E. and PAULY M. (eds). *Craftsmen and Guilds in the Medieval and Early Modern Periods*. Stuttgart: Steiner-Verlag, 2016, pp. 37-56.

STONE, Brian. *Chaucer*. London: Penguin Critical Studies, 1989.

STROHM, Paul. *Politiques: Languages of statecraft between Chaucer and Shakespeare*. The Conway Lectures in Medieval Studies delivered in the Medieval Institute of the university of Notre Dame, September, 2003. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 2005.

_____. "The social and literary scene in England". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. "Writing and Reading". In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

SWANSON, Robert. "Social Structures". In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2001.

TREXLER, Richard C. "Introduction". In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985.

TURNER, Marion. "Greater London". In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and The City*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VINCENT, Catherine. "Dans la cité". In: Idem. *Les Confréries Médiévales dans le Royaume de France (XIIIe - Xve Siècles)*. Paris: Albin Michel, 1994.

WALLACE, David. "Chaucer and the Absent City". In: HANAWALT, Barbara (ed.). *Chaucer's England – Literature in Historical Context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

_____. "Italy". In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

WEBB, Diana. *Pilgrimage in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2000.

WEISSMAN, Ronald F.E. "Reconstructing Renaissance Sociology: The 'Chicago School' and the Study of Renaissance Society". In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985.

WHITE, Graeme J. *The Medieval English Landscape 1000-1540*. London and New York: Bloomsbury Academic, 2012.

ZINK, Michel. "Literatura(s)". In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, v1, 2002.

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

_____. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – EXTRATOS DE FONTES

Extrato 1

Lease to Geoffrey ([fn. 9](#)) Chaucer of the dwelling-house at Algate.

48 Edward III. A.D. 1374. Letter-Book G. fol. cccxxi. (Latin.)

"To all persons to whom this present writing indented shall come, Adam de Bury, Mayor, the Aldermen, and the Commonalty of the City of London, greeting. Know ye that we, with unanimous will and assent, have granted and released by these presents unto Geoffrey Chaucer the whole of the dwelling-house above the Gate of Algate, with the rooms built over, and a certain cellar beneath, the same gate, on the South side of that gate, and the appurtenances thereof; to have and to hold the whole of the house aforesaid, with the rooms so built over, and the said cellar, and the appurtenances thereof, unto the aforesaid Geoffrey, for the whole life of him, the same Geoffrey. And the said Geoffrey shall maintain and repair the whole of the house aforesaid, and the rooms thereof, so often as shall be requisite, in all things necessary thereto, competently and sufficiently, at the expense of the same Geoffrey, throughout the whole life of him, the same Geoffrey. And it shall be lawful for the Chamberlain of the Guildhall of London, for the time being, so often as he shall see fit, to enter the house and rooms aforesaid, with their appurtenances, to see that the same are well and competently, and sufficiently, maintained and repaired, as aforesaid. And if the said Geoffrey shall not have maintained or repaired the aforesaid house and rooms competently and sufficiently, as is before stated, within forty days after the time when by the same Chamberlain he shall have been required so to do, it shall be lawful for the said Chamberlain wholly to oust the before-named Geoffrey therefrom, and to re-seise and resume the same house, rooms, and cellar, with their appurtenances, into the hand of the City, to the use of the Commonalty aforesaid; and to hold the same in their former state to the use of the same Commonalty, without any gainsaying whatsoever thereof. And it shall not be lawful for the said Geoffrey to let the house, rooms, and cellar, aforesaid, or any part thereof, or his interest therein, to any person whatsoever. And we, the Mayor, Aldermen, and Commonalty aforesaid, will not cause any gaol to be made thereof, for the safekeeping of prisoners therein, during the life of the said Geoffrey; but we and our successors will warrant the same house, rooms, and cellar, with their appurtenances, unto the before-named Geoffrey, for the whole life of him, the same Geoffrey, in form aforesaid: this however excepted, that in time of defence of the city aforesaid, so often as it shall be necessary, it shall be lawful for us and our successors to enter the said house and rooms, and to order and dispose of the same, for such time, and in such manner, as shall then seem to us to be most expedient. And after the decease of the same Geoffrey, the house, rooms, and cellar aforesaid, with their appurtenances, shall wholly revert unto us and our successors. In witness whereof, as well the Common Seal of the City aforesaid as the

seal of the said Geoffrey, have been to these present indentures interchangeably appended. Given in the Chamber of the Guildhall of the city aforesaid, the 10th day of May, in the 48th year of the reign of King Edward, after the Conquest the Third."

'Memorials: 1374', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 375-381. *British History Online*<http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp375-381> [accessed 25 November 2016].

Account of the Insurrection of Walter Tyler, and of his death at the hands of William Walworthe, the Mayor.

4 Richard II. A.D. 1381. Letter-Book H. fol. cxxxiii. (Latin.)

Among the most wondrous and hitherto unheard-of prodigies that have ever happened in the City of London, that which took place there on the Feast of Corpus Christi, the 13th day of June, in the 4th year of the reign of King Richard the Second, seems deserving to be committed to writing, that it may be not unknown to those to come.—

For on that day, while the King was holding his Council in the Tower of London, countless companies of the commoners and persons of the lowest grade from Kent and Essex suddenly approached the said city, the one body coming to the town of Southwark, and the other to the place called "Mileende," without Algate. By the aid also of perfidious commoners within the City, of their own condition, who rose in countless numbers there, they suddenly entered the City together, and, passing straight through it, went to the mansion of Sir John, Duke of Lancaster, called "Le Savoye," (fn. 4) and completely levelled the same with the ground, and burned it. From thence they turned to the Church of the Hospital of St. John of Jerusalem, without Smethefeld, and burnt and levelled nearly all the houses there, the church excepted.

On the next morning, all the men from Kent and Essex met at the said place called "Mileende," together with some of the perfidious persons of the city aforesaid; whose numbers in all were past reckoning. And there the King came to them from the Tower, accompanied by many knights and esquires, and citizens on horseback, the lady his mother following him also in a chariot. (fn. 5) Where, at the prayer of the infuriated rout, (fn. 6) our Lord the King granted that they might take those who were traitors against him, and slay them, wheresoever they might be found. And from thence the King rode to his Wardrobe, which is situate near to Castle Baynard; while the whole of the infuriated rout took its way towards the Tower of London; entering which by force, they dragged forth from it Sir Simon, Archbishop of Canterbury, Chancellor of our Lord the King, and Brother Robert Hales, (fn. 7) Prior of the said Hospital of St. John of Jerusalem, the King's Treasurer; and, together with them, Brother William Appeltone, of the Order of Friars Minors, and John Leg, (fn. 8) Serjeant-at-arms to the King, and also, one Richard Somenour, of the Parish of Stebenhuthe; all of whom they beheaded in the place called "Tourhille," without the said Tower; and then carrying their heads through the City upon lances, they set them up on London Bridge, fixing them there on stakes.

Upon the same day there was also no little slaughter within the City, as well of natives as of aliens. Richard Lions, (fn. 9) citizen and vintner of the said City, and many others, were beheaded in Chepe. In the Vintry also, there was a very great massacre of Flemings, and in one heap there were lying about forty headless bodies of persons who had been dragged forth from the churches and their houses; and hardly was there a street in the City in which there were not bodies lying of those who had been slain. Some of the houses also in the said city were pulled down, and others in the suburbs destroyed, and some too, burnt.

Such tribulation as this, greater and more horrible than could be believed by those who had not seen it, lasted down to the hour of Vespers on the following day, which was Saturday, the 15th of June; on which day God sent remedy for the same, and His own gracious aid, by the hand of the most renowned man, Sir William Walworthe, the then Mayor; who in Smethefelde, in presence of our Lord the King and those standing by him, lords, knights, esquires, and citizens on horseback, on the one side, and the whole of this infuriated rout on the other, most manfully, by himself, rushed upon the captain of the said multitude, "Walter Tylere" by name, and, as he was altercating with the King and the nobles, first wounded him in the neck with his sword, and then hurled him from his horse, mortally pierced in the breast; and further, by favour of the divine grace, so defended himself from those who had come with him, both on foot and horseback, that he departed from thence unhurt, and rode on with our Lord the King and his people, towards a field near to the spring that is called "Whittewellebeche"; (fn. 10) in which place, while the whole of the infuriated multitude in warlike manner was making ready against our Lord the King and his people, refusing to treat of peace except on condition that they should first have the head of the said Mayor, the Mayor himself, who had gone into the City at the instance of our Lord the King, in the space of half an hour sent and led forth therefrom so great a force of citizen warriors in aid of his Lord the King, that the whole multitude of madmen was surrounded and hemmed in; and not one of them would have escaped, if our Lord the King had not commanded them to be gone.

Therefore our Lord the King returned into the City of London with the greatest of glory and honour, and the whole of this profane multitude in confusion fled forthwith for concealment, in their affright.

For this same deed our Lord the King, beneath his standard, in the said field, with his own hands decorated with the order of knighthood the said Mayor, and Sir Nicholas Brembre, and Sir John Phelipot, who had already been Mayors of the said city; as also, Sir Robert Launde.

'Memorials: 1381', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 447-455. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp447-455> [accessed 19 October 2016].

Procession on foot by the Mayor and citizens, to Westminster, to return thanks for the Victory gained at Agincourt.

3 Henry V. A.D. 1415. Letter-Book I. fol. clix. (Latin.)

On Sunday the Feast of St. Edward, the King and Confessor, [13 October], in the 3rd year etc., after the Mass of the Holy Spirit devoutly and with due honour celebrated, with solemn music, in the Chapel of the Guildhall of the City of London, according to the Ordinance thereon made and approved in the time of John Wodecok, late Mayor of the same city, in presence of Thomas Fauconer, Mayor, John Bartone, Recorder, Sir William, Prior of Christ Church in London, Richard Whityngtone, Drew Barantyn, Thomas Knolles, Richard Merlawe, Robert Chichele, William Walderne, William Crowmer, Nicholas Wottone, Henry Bartone, William Louthe, William Nortone, William Chichele, John Penne, Thomas Pyke, Walter Cottone, William Sevenoke, and John Gedeney, Aldermen, and of William Cauntbrigge and Alan Everard, Aldermen and Sheriffs of the said city, and an immense number of the Commonalty of the citizens, summoned for the election of a Mayor for the following year, by their common assent, Nicholas Wottone was chosen Mayor for such year; and afterwards, on the Feast of the Apostles Simon and Jude [28 October], was sworn in the Guildhall of London aforesaid, as the usage is.

And on the morrow of the Apostles Simon and Jude, the said Nicholas Wottone, Mayor, and the Aldermen, together with an immense number of the Commonalty of the citizens of the city aforesaid, going on pilgrimage, went on foot to Westminster, and, having first made devout thanksgiving, with due solemnity, in the Minster there, for the joyous news that had then arrived, the said Nicholas Wottone was by the said Aldermen and Commonalty presented before the Barons of the Exchequer of our Lord the King, at Westminster, admitted, and sworn.

And lest—and may it not be so—such journey on foot may come to pass for a precedent, when others succeed to the office of the Mayoralty of the said city, in manifest derogation of the laudable customs of the said city hitherto followed; and seeing that if the principal cause for the same should be veiled beneath an absurd silence, it would never reach the knowledge of posterity; be it known, that about Friday, the 25th day of October last past, a lamentable report, replete with sadness, and cause for endless sorrow, had alarmed the community throughout all the City, in the boundless grief that it caused; it being to the effect that, as to the army of our Lord the King, who was valorously struggling to gain the rights of his realm in the parts beyond sea, and in which all our affections lay centred, all particulars lay shrouded here in mystery. But however, after thus being ardently athirst, in expectation to hear some encouraging news of the success of the royal

expedition, it was not long before a trustworthy report of the truth arrived to refresh the longing ears of all the City; how that our said Lord, our illustrious King, the Lord giving His aid therein, had by such grace gained the victory over his enemies and adversaries, who had united to oppose his march through the midst of his territory of France towards Calais; and the more especially, as the greater part of them had either been delivered to the arbitration of death, or had submitted to his gracious might, praised be God for the same.

And because that, in the course of events, such sorrows and apprehensions of adversity had been succeeded by the joyous news which gave the first notification of this victory, therefore, the said Mayor, Aldermen, and Commonalty, in presence of our Lady the Queen, (fn. 46) and very many other lords and peers of the realm, and in company of the more substantial men, both spiritual and temporal, for the thanksgiving that was due unto God, and His Saints, and especially, unto Edward, the glorious Confessor, whose body lies interred at Westminster, went like pilgrims on foot, as before stated.

'Memorials: 1415', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 601-624. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp601-624> [accessed 30 November 2016].

Wycombe (Richard de), corder.—To be buried in the church of All Hallows at the Hay, to which he leaves sums of money for maintenance of chaplains, &c. Instructions for the disposition of wax torches at his funeral. His executors to buy cloths of gold, each of the value of fifty shillings, to place around his corpse upon the bier; the same to be given to the aforesaid church after his burial. Provision made for chantries in the same church for the good of his soul, the souls of Cristina his late wife, Mathias his father, Matilda his mother, Henry his master, Richard his nephew, John and Adam his brothers, Matilda his sister, and others. Bequests also to the church of All Hallows de Wycombe and to the poor of the parish, as well as to the various religious orders in London, the inmates of prisons and hospitals, the church of S. Paul, the work of London Bridge, the nuns of Kellyngbourne, Chesthunt, and Stratford. To Alice his daughter he leaves forty shillings; and to Johanna his daughter, a nun of Berkyngg, twenty shillings. To Petronilla his wife, by way of dower, five hundred marks of silver, and divers cups of silver and of mazer, as well as other household goods. To Isabella his daughter two hundred marks of silver for her marriage, and his best silver *spicedisse*. Among numerous other bequests he leaves to each of his apprentices in the Ropery ten shillings; to William his brother ten pounds sterling; and to John his nephew, son of John his brother, all his balances, weights, and other implements of trade belonging to his shop in the Ropery. Also to his aforesaid daughter Isabella the reversion of tenements in the parish of All Hallows upon the Cellar, after the decease of Petronilla his wife. Dated London, Saturday the Vigil of H. Trinity [27 May], A.D. 1358.

Also he wills that the aforesaid Isabella, together with her goods and chattels, remain under the care of Petronilla his wife, she finding the usual security at the Guildhall. Release of a sum of money due from his fermers at Little Hadham. The Abbot and Convent of Dorchestre to enjoy an annual rent issuing from certain tenements in the parish of All Hallows upon the Cellar; and other pecuniary legacies to divers persons. Dated London, under his signet, Saturday next after the Feast of Annunciation of B.V. Mary [25 March], A.D. 1359. Roll 89 (67).

'Wills: 35 Edward III (1361-2)', Calendar of wills proved and enrolled in the Court of Husting, London: Part 2: 1358-1688 (1890), pp. 13-64. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=66902> Date accessed: 10 September 2014.

Extrato 5

A congregation of the Mayor and Aldermen in the Guildhall on Tuesday before the Feast of the Annunciation B. M. [25 March], 30 Edward III. [A.D. 1355-6], there being present Simon Fraunceys, the Mayor, John Lovekyn, Adam Fraunceys, Henry Pycard, Adam de Bury, John Pecche, Thomas Perle, Bartholomew Frestlyng, John de Stodeye, Richard de Notynggham, Roger de Depham, Thomas Leggy, Simon de Worstede, William Welde, William de Todenham, Richard Smelt, John Little, Simon Dolsely, the Prior of "Crichirche," and Thomas Dolsely, Aldermen, Walter Forester and Thomas de Brandone, Sheriffs, and many of the wealthier and wiser Commoners of the City, whose names are underwritten, viz:—

Chepe: William de Rumburgh, John de Toppesfeld, William Fromond, Robert Lightfot, Thomas de Matchyng, Thomas atte Bowe, spicer, Richard de Wrotham.

[Collectors—not named.]

Cordewanerstrete: James Andrewe, William de Essex, John Bernes, Simon de Lincoln, William de Hanamstede, Nicholas Chaucer, John "Bole," John Gonewardeby.

Collectors—John "Bol," Walter Bachel', William Herkestede, John Writle.

Bredestrete: Thomas Frere, William Dik, draper, Robert de Guldeford, John de Kirkeby, William Passeware, William de Aungre, John de Bryncheslee, William de Draytone.

Collectors—Simon de Godestone, William Gubbe.

Vintry: Thomas de Ebor', Thomas Vannere, John de Cressynggham, Geoffrey Beauflour, John de Rothyng, Thomas de Sharnebrok, John de Dunstaple, Robert de Lincoln.

Collectors—John de Wendovere, John Chaucere. (fn. 12)

Queenhithe: John Monkoy, John de Refham, John Reyner, William Strokelady, Richard Curteys, John le Clerk, William de Berkyng, Richard de Thame.

Collectors—Henry Brengre, Simon Posse.

Castle Baynard: Robert de Reynham, Henry Brengre, Stephen de Stanford, Richard de Stanford, John de Somertone, Philip Sergeaunt, William atte Corner, Thomas de Suttone, William Bonet, Gilbert Koo.

Collectors—John Bisshope, Andrew Vernoun.

Farndone Without: John Syward, "peautrer," Nicholas Peautrer, Thomas atte Crouche, Nicholas Sporier, John de Langetone, Walter de Chetyngdone, Thomas Brix, William atte Wyle, Richard Clerk.

Collectors—John de Hedynggham, William Moshache, William Persshore, Walter le Brewere. (A continuar)

Tower: Richard Turk, John Bradmedewe, Thomas de Cressyngham, John Colle, John atte Walle, Robert Jobour, Henry Hurer.

Collectors—John Bredecote, Roger Hyntone, Thomas Pagenham, Richard de Carltone.

Lymstrete: Robert de Manhale, Thomas atte Walle, Geoffrey Proude.

Collectors—Thomas atte Spence, Thomas atte Walle, Gerard Andrewe.

Portesoken: William Cosyn, John de Nortone, Thomas Crouchman.

Collectors—Thomas Crouchman, Nicholas Longge, Thomas Copyn.

Walbroke: John de Bures, Nicholas Hotoft, John de Oxonford, Nicholas Bole, Richard de Carletone, Walter Page.

Collectors—Nicholas Bole, Robert Makeseye, Roger Hotoft, Salamon Faunt.

Douuegate: Richard de Prestone, William de Wandesworthe, Richard Stoke, Thomas atte Marche, Richard de Romeseye, John de Horsford.

Collectors—William de Wandesworthe, Geoffrey Coupere.

Bridge: Richard Bacoun, Simon de Mordone, Richard de Croydone, Robert Furneux, Robert de Rameseye, William Bys.

Collectors—Thomas atte Wyche, Guy Lambyn, Thomas Saundre, Roger de Mordone, John de Hadenham.

Billyngesgate: Richard de Evere, Henry Boseworth, John de Pounfreyt, John de Coggeshale, William de Shirbourne, Roger atte Stone.

Collectors—Robert Whyt, John Wirhale, Nicholas Storme.

Candelwykstrete: John Lemman, Richard Dale, Richard Chaundeler, Richard Dyche.

Collectors—the same. (A continuar)

Concessio duor' parcium quin tedecime ad opus d'ni R' levand'.

At the above congregation a letter of Privy Seal was read for the repair of two vessels (flunas) in aid of the war. Whereupon it was agreed that two-thirds of a fifteenth should be raised in each Ward.

Al Auderman de la garde de Chepe par le Maire.

Form of precept sent to each Alderman for levying assessment of his Ward, the money to be at the Guildhall by Monday after the Annunciation B. M. [25 March] at the latest.

John de Hiltoft, John Bole, John de Chichestre, Simon de Mordone, John de Tryple, John Deynes, Robert Furneux, and John de Rothyingge elected to receive the above assessment and to see that the proceeds, as well as the money levied on brewers and retailers and other men of the several Wards for men-atarms and cleansing the Tower ditch, be properly expended.

Assessment of the Wards touching two-thirds of a fifteenth, viz:—

Walbrok, £13; Douuegate, £24; Cornhulle, £10 13s. 4d.; Bradestrete, £18; Langebourne, £14; Candelwikstrete, £10 13s. 4d.; Bridge, £33 6s. 8d.; Billyngesgate, £21 6s. 8d.; Portesoken, £6; Lymstrete, 26s. 8d.; Algate, £4; Tower, £30 13s. 4d.; Bisshopesgate, £14 13s. 4d.

Total, £200 33s. 4d.

Chepe, £48 10s. 8d.; Cordewanerstrete, £48 10s. 8d.; Vintry, £24; Farndone Within, £36; Farndone Without, £23 6s. 8d.; Bredestrete, £24 13s. 4d.; Cripulgate Within, 40 marks; Cripulgate Without, 10 marks; Aldrichegate, £4 13s. 4d.; Queenhithe, 20 marks; Castle Baynard, £8; Colmanstrete, £12 13s. 4d.; Bassieshawe, £4 13s. 4d.

Total, £280 34s. 8d.

'Folios xli - l: Feb 1355-6 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 51-67. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp51-67> [accessed 18 June 2016].

Ordinances of Bakwellehalle.

22 Richard II. A.D. 1398. Letter-Book H. fol. cccxxvii. (Norman French.)

By assent of the Mayor, Aldermen, and Commonalty, of the City of London, it is ordered that no manner of person, foreigner or stranger, bringing woollen cloth to the said city for sale, shall house, shew, or sell the same, at any other place within the said city, or in the suburbs thereof, than at Bakwellehalle; which is by the said Mayor, Aldermen, and Commonalty, thereunto especially appointed and assigned; on pain of forfeiture of all woollen cloth to the contrary hereof housed, shown, or sold. And that no person, foreigner or stranger, shall sell any manner of woollen cloth at the said Bakwellehalle, at any time in the week, except between eleven of the clocke before Noon on Thursday, and eleven of the clocke before Noon on Saturday; on pain of forfeiture of all cloth sold to the contrary hereof."

"Whereas the foreign drapers bringing woollen cloths to the City of London for sale, do sell the same in divers hostelries in secret, where they make many disorderly and deceitful bargains, as well between foreigner and foreigner, as between foreigner and freeman, to the great scandal and damage of all the City, and against the franchises and liberties of the same, by the noble progenitors of our most dread Lord the King granted, and by the same our Lord the King of late confirmed, and against the customs of the said city; in order to avoid such disorderly and deceitful bargainings, and that the commons of the same city, and others unto it repairing, may have full notice where such cloths are for sale; and also, that our said Lord the King may be the better paid his custom and other duties upon the said cloths, Richard Whityngtone, Mayor, and the Aldermen, with the assent of the Commons of the said city, have ordained that every foreign draper, from whatsoever part he shall bring woollen cloths unto the said city to sell, shall take the same wholly to Bakwellehalle in the said city, and nowhere else within the franchise of the same city, on pain of forfeiture of all cloths that shall be otherwise housed; and that no foreign or alien merchant shall buy any such manner of cloths of such foreign drapers, otherwise than at the said place of Bakwellehalle, under the same penalty. And that the same foreign drapers shall make their show and sale of their said cloths on certain days, and at certain hours in the week, at the same place, according to the ancient custom, and not otherwise; that is to say, from Thursday at mid-day until the same hour on the

Saturday following, on pain of forfeiture of all cloth otherwise sold. And that the said foreign drapers from henceforth shall bring unto the said place no cloth for sale except whole cloths and half cloths, listed at both ends, on pain of forfeiting so much as shall be found made to the contrary.

"And this Ordinance shall begin to take effect on the Thursday next after the Feast of St. Matthew [21 September] now next to come, in the 23rd year (fn. 29) of the reign of King Richard the Second."

'Memorials: 1398', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 546-552. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp546-552> [accessed 4 January 2017].

Folio xliv.

L'ra d'ni Regis missa Maiori Recordat' Vic' Ald'r is et co'itati London'.

Letter of Privy Seal from the King to the Mayor, Recorder, Sheriffs, Aldermen, citizens, and Commons of the City, to the effect that he had heard that dissensions had arisen in the City over the elections of Mayor, Sheriffs, and Aldermen, and the manner of making ordinances, some wishing that such elections and ordinances should be made by certain persons elected by the Wards, whilst others wished them to be made by persons chosen by the Misteries. It was his purpose to hold a Council at his Palace of Westminster on the Feast of St. Michael [29 Sept.] next, when the matter could be debated. In the meantime he charges them to put aside all dissension, under penalty of forfeiture of their franchise, &c. Dated at his Castle of Haddede, (fn. 9) 29 July, 50 Edward III. [A. D. 1376].

L'ra eor'd' responsoria missa eidem d'no Regi.

Reply to the above under the Common Seal of the City denying the existence of any serious dissension in the City, and notifying the King that, in order to prevent tumult arising from large gatherings, it had been unanimously decided that whenever the Commonalty met in Common Council of the City, the Council should be chosen by the best men of the Misteries and not otherwise, the number of the Misteries being regulated by the Mayor according to the gravity of the matter in hand, and the whole of the Commonalty consenting to abide by the judgment of those so elected and that of the Mayor and Aldermen. This letter the writers send by the hands of two Aldermen and six Commoners. Dated Friday, 1 August [A. D. 1376].

The names of the Aldermen and Commoners, bearers of the above letter, viz., William Waleworth and Nicholas Brembre, Aldermen, Robert Launde, goldsmith, Hervey Begge, "draper," William Kelshulle, fishmonger, Richard Norbury, mercer, William Wodehous, skinner, and Geoffrey Cremelford, grocer.

'Folios xli - l: June 1376 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 32-49. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp32-49> [accessed 22 January 2017].

Folio cxxxiii.

Be it remembered that John de Cauntebrigge, the Chamberlain, received from divers misteries for a present sent to the King, viz., anno 37 [Edward III.]:— From Brasiers, 10 marks; Sporiers, 40s.; Tanners without Neugate, 40s.; Robert de Thame, "cornmongere," 2 marks; William Botoner, 60s.; Thomas Brakenburgh, 2 marks; Butchers of St. Nicholas, £9; John Hydyngham, 10s.; Thomas Boltone, 13s. 4d.; Robert Lightfot, 6s. 8d.; Butchers of "les Stokkes," £6; William Stoket, fuller, 6s. 8d.; Henry Yerdele, 50s.; William Doder, fuller, half a mark; John Peremay, 1 mark; John Beaufront, 20s.; John Buksted, half a mark; "Grossers," £26 6s. 8d.; John Olescompe, half a mark; Poulterers, 10 marks; "Courreours," 5 marks; Butchers of Estchep, £8; John Pountfreyt, 13s. 4d.; Robert Gurdelere, 13s. 4d.; Robert Ivynghe and his fellowsalters, 5 marks; "Bowyers," 60s.; John Rameseye, 2 marks; Richard Lakenham, 20s.; John Graftone, 6s. 8d.; four "dieghers," 2 marks; John Cook, "fullere," half a mark; Robert Spaldyng, half a mark; Richard Nortone, 10s.; Philip Draper, "cook," half a mark; William Harewedone, half a mark; William Walpol and Richard Hermar, half a mark; Bartholomew Smyth, half a mark; Richard and Richard [sic] atte Crouchewebbes, one mark; Adam de St. Alban, "smythe," half a mark; "Ismongers," £7 18s. 4d.; Thomas Serlond, 20s.; Gylmyn Bakere, 13s. 4d.; Richard atte Dyche, "plomer," half a mark; Thomas atte Dyche, "plomer," half a mark; Peter Van, 13s. 4d.; William Spynk, half a mark; Laurence Beaumont, 10s.; Chandlers, £8; William Brekles, 10s.; "Peutres," 100s.; Tailors, £20; John Benet, half a mark; Henry Ware, 40s.; Nicholas Potyn, "fullere," half a mark; William West, half a mark; John Potenhale, 2 marks; Robert Potenhale, 1 mark; "Wexchaundlers," 40s.; Adam de St. Ive, 40s.; Simon Spicer, 13s. 4d.; Robert "Etegroue," 6s. 8d.; Tanners without Crepelgate, 31s.; "Pouuchemakers," 5 marks; two Cappers, 13s. 4d.; Vintners, £33 6s. 8d.; William Bonet, 10s.; Skinners, £40; William Dykeman, 40s.; Cordwamers, 10 marks; Thomas Fant, William Sunyng, and William Kyng, 20s.; Brewers, £14 6s. 8d.; Saddlers, 100s.; Cutlers, £4; Fishmongers, £40; Mercers, £40; Girdlers, £6 13s. 4d.; "Grossers" in the Roperie, 100s.; John Cokke, 13s. 4d.; Richard Dighere, 6s. 8d.; Adam Carlelle, spicer, half a mark; Thomas the scrivener in Frydaystret, half a mark; "Gloveres," 20s.; John Herlawe, half a mark; Andrew Pyebakere, half a mark; John Cressyngham, half a mark; John atte Harpe, half a mark; John Seint Ive and Roger atte Basket, half a mark; Armourers, 60s.; Thomas atte Swan, half a mark; Simon Levelyf, half a mark; Laurence Folevyle, half a mark; Thomas Grantham, 1 mark; Goldsmiths, £20; John Harewardestoke, 20s.; Gilbert Prynce, 6s. 8d.; Drapers, £40; John Bullok, tapicer, 13s. 4d.; John Wodegate, 6s. 8d.

Total, £428 9s. 4d.

Presents sent to the King of France in part payment, (fn. 4) anno 38 [Edward III.].

Received of Drapers, 10 marks; Fishmongers, 10 marks; Mercers, 10 marks; "Grocers," 10 marks. Total, £24 6s. 8d.

Sum total, £452 16s.

'Folios cxxx - cxl: Sept 1364 -', in Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374, ed. Reginald R Sharpe (London, 1905), pp. 169-178. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp169-178> [accessed 22 January 2017].

Folio clxxiii.

Ordinacio de co'i consilio per wardas.

Friday before the Feast of the Purification B Mary [2 Feb.], (fn. 12) 7 Richard II. [A.D. 1383-4], in the presence of the Mayor, Aldermen, and an immense Commonalty of honest and discreet men of the City in the Guildhall assembled for divers affairs affecting the City, certain ordinances (fn. 13) — previously approved by those specially appointed to consider how matters in the Common Council had been carried by clamour rather than by reason, and sometimes by members who were not qualified to sit, whereby tumults had arisen—were suggested for consideration, and for a trial to be made of the same, to the following effect, viz.:—

First, in order that the Common Council might be composed of men qualified by means and understanding, the Aldermen shall within fifteen days of their election on the Feast of St. Gregory [12 March] in each year assemble their Wards and charge them to elect four qualified persons, regardless of any office they may have held before (lessant par nulle estat qils ont portee paravant), to be of the Common Council for the year ensuing, and the same shall be presented to the Mayor and accepted by him and sworn.

Provided always that the Mayor for the time being shall not accept throughout the City more than eight persons of the same mistery, and if more be presented he shall, with the advice of six Aldermen at least (au meyns), select eight of the best, and return the rest to their Ward for others to be elected in their place who are not of that mistery.

Que quidem ordinacio est approbata et confirmata pro perpetuo dura tura ut patet postea in isto libro fol cxcvii.

It is further suggested that the number to be elected from each Ward should be proportionate to the number of its inhabitants, and that there should be elected six, four, or two, according as each Ward can efficiently bear the same, to wit, that the Wards of Faryndone, Crepulgate, Cordewanerstret, Chepe, and Bridge should elect six sufficient persons; the Wards of "Vinitrie," Douegate, Walbroke, Candelwykstrete, Billynggesgate, Tower, Cornhulle, Quenehithe, Langebourne, Bisshopesgate, Alderichesgate, Baynardescastel, Bradestrete, and Bredestrete, four; and the Wards of Bassyngeshawe, Colemanstrete, Lymstrete, Portsokne, and Algate, two—amounting in all to ninety-six persons, the number for each Ward, taking one with another, being four persons.

'Folios clxx - clxxx: Nov 1383 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 224-249. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp224-249> [accessed 29 January 2017].

Masters of Misteries sworn.

Tapicers: John Kelseye, John Suthereye, Masters of tapicers, sworn the 9th Oct., 7 Richard II. [A.D. 1383], to govern the mistery, present defects, &c.

Taillours: John Scorfeyn, William Dentone, Robert Lyndeseye, John Wilghby, Thomas Bridlyngtone, Richard Rose, presented here the 3rd Aug., the same year, in manner aforesaid.

Barbers: Reginald Godard, Walter Gisebourne, sworn Tuesday after the Exaltation of H. Cross [14 Sept.], the same year.

Cordwainers: Thomas Pountfreit, Roger Horold, Alan Walsyngham, Simon Godriche, Robert Chesterford, Walter London, sworn 18 Nov.

Girdlers: John Wancy, John Wayte, Richard Bernard, sworn 21 Nov.

Weavers of England: William Goodhewe, Richard atte Sole, sworn Friday the Feast of St. Edmund the King [20 Nov.].

Weavers of Flanders and Brabant: Arnald van Harpe, Flemyng, William Vyolet, of Brabant, sworn 2 Dec.

Shethers: John Rasyn, Robert Pountfreit, John Leche, sworn 13 Jan., 7 Richard II. [A.D. 1383-4].

Hurers: William Camerwelle, Thomas Depham, John Godchep, William Starger, sworn the same day.

Shearmen: John Cloptone, Henry Bret, William Perfyt, Richard Walesby, sworn 16 March, 7 Richard II. [A.D. 1383-4].

Cutlers: Edmund Wodhulle, Richard Pulle, John Byle, Richard Knettere, sworn 22 June, 8 Richard II. [A.D. 1384].

Pynners: John Biltone, William Bokeler, sworn the same day.

Glaziers: (fn. 31) John Byford, Henry Bourne, sworn 8 July, 8 Richard II. [A.D. 1384].

'Folios clxi - clxix: Jan 1382-3 -', in *Calendar of Letter-Books of the City of London: H, 1375-1399*, ed. Reginald R Sharpe (London, 1907), pp. 209-224. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volh/pp209-224> [accessed 10 February 2017].

Deposit of royal jewels with the City, as security for a loan of two thousand Pounds.

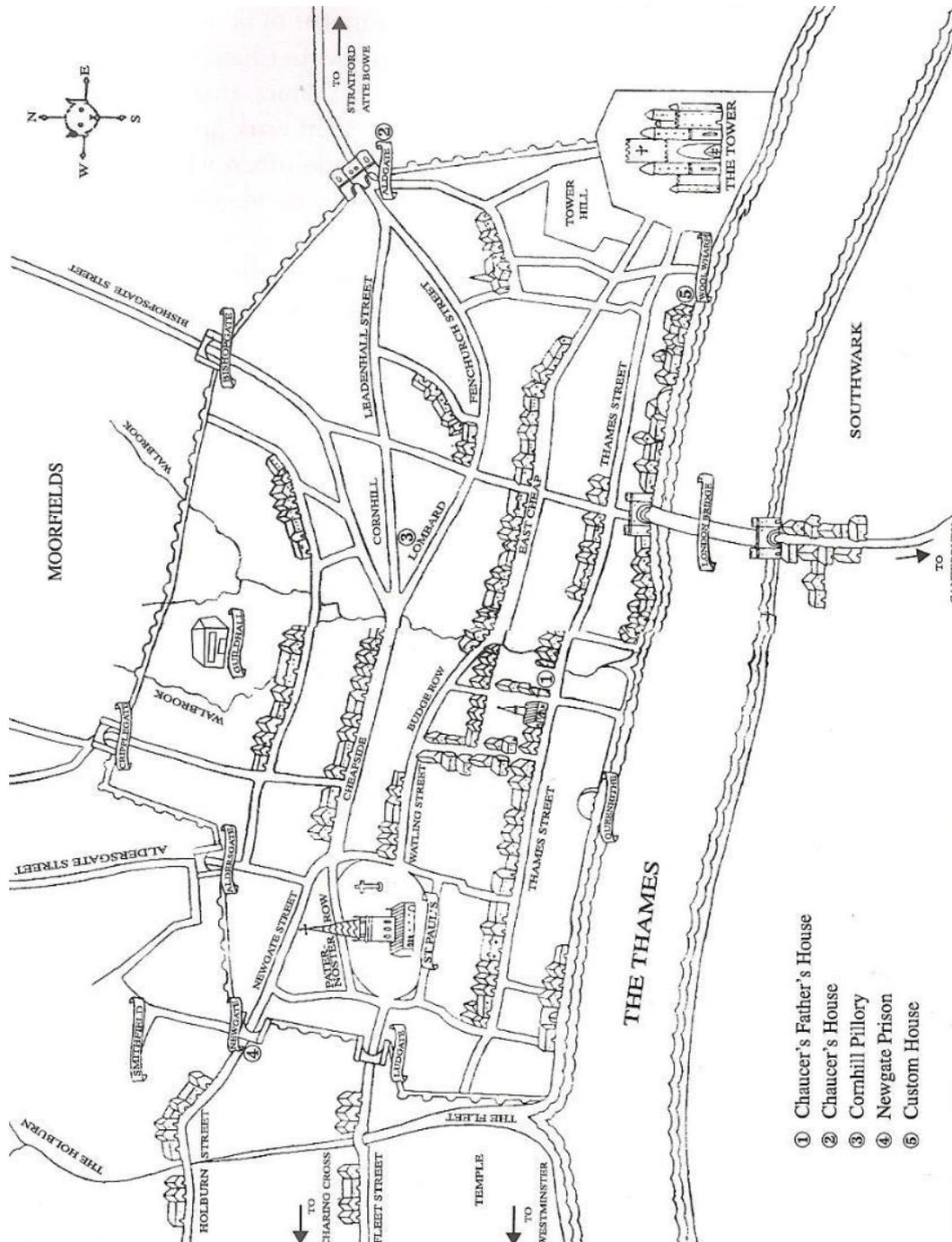
4 Richard II. A.D. 1380. Letter-Book H. fol. cxxix. (Norman French.)

"This indenture witnesseth, that John Bacoun, Clerk, keeper of certain jewels and plate of gold and silver, belonging to the King, has, by virtue of a warrant to him hereupon directed under the King's Privy Seal, delivered unto the honourable man, the Mayor of the City of London, and to the Commonalty of the said city, the things underwritten, that is to say;—one coronet, of five large and five small flowrets, (fn. 7) set with balasses, emeralds, sapphires, diamonds, and large pearls, weighing, by goldsmiths' weight, 4l. 13s. 4d.; one sword for Parliament, set with gold, with diamonds, balasses, balesets, (fn. 8) small sapphires, and pearls; and 24 nouches of various kinds, set with divers stones; of which, there are one great nouche and three smaller nouches, each with a griffin in the middle; five nouches in the form of white dogs, studded with rubies on the shoulders; one great nouche with four wild boars azure; four nouches in the form of eagles; three nouches in the form of white harts, studded with rubies; and six nouches in the form of keys. Of the which coronet, sword, and nouches, the particulars are contained in a roll sealed with the said Privy Seal, and delivered unto the said John. All which things the said Mayor and Commonalty have received from the said John, in a coffyn of wood and two cases of leather, sealed with the signets of the very Reverend Fathers in God, Simon, Archbishop of Canterbury, Chancellor, and Thomas, Bishop of Excestre, Treasurer of England, and with the seal of Sir John Fordham, Keeper of the King's Privy Seal:—to hold in pledge, according to the purport of the Letters Patent unto the said Mayor and Commonalty thereon made, under the King's Great Seal, for 2000l., unto him by them lent. In witness whereof, to the one part of this indenture the said Mayor and Commonalty have caused their Common Seal of the said city to be set, and to the other part thereof the said John Bacoun has set his seal. Given at London, the 6th day of September, in the 4th year of the reign of King Richard the Second."

'Memorials: 1380', in *Memorials of London and London Life in the 13th, 14th and 15th Centuries*, ed. H T Riley (London, 1868), pp. 438-447. British History Online <http://www.british-history.ac.uk/no-series/memorials-london-life/pp438-447> [accessed 5 February 2017].

ANEXO 2. MAPAS DE LONDRES NO FIM DO MEDIEVO⁴⁹⁹

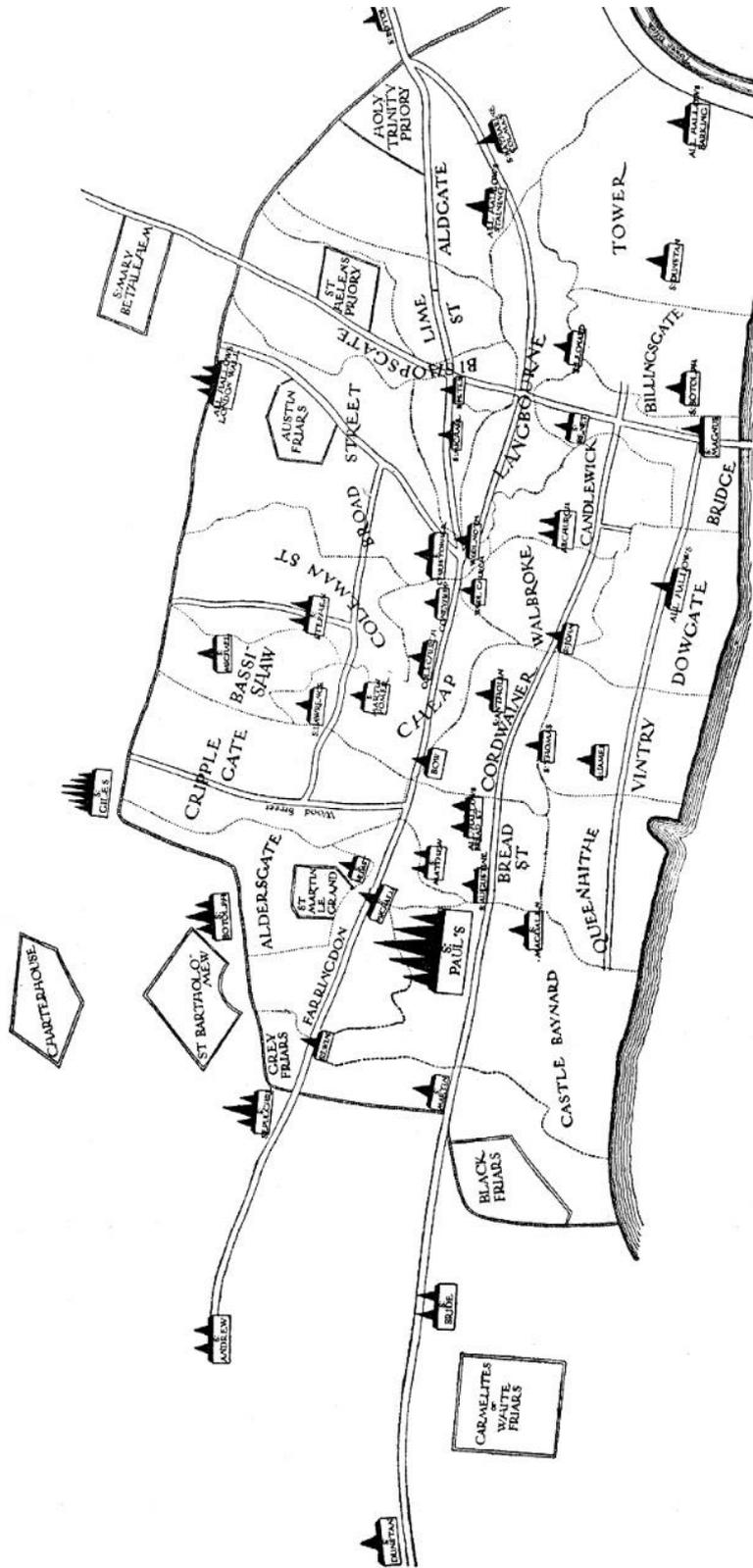
Mapa 1



Mapa de Londres à época de Chaucer, extraído de BENSON, David. “London”. In: ELLIS, Steve (ed.). Chaucer: An Oxford Guide. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 68.

⁴⁹⁹ A disponibilização dos mapas visa facilitar o trabalho do leitor, que terá, assim, acesso às áreas da cidade no período do recorte.

Mapa 2



PARISH FRATERNITIES OF LONDON C. 1400
 (The gilds have been indicated by imaginary steeples)

Wards de Londres, disponibilizado por George Unwin em *The gilds and companies of London*, acessível em <http://www.medart.pitt.edu/image/England/London/Maps-of-London/London-Maps.html>

ANEXO 3 – BALANÇO TEÓRICO COMPLEMENTAR

Apresentamos a seguir um breve percurso teórico complementar à bibliografia essencial discutida no Capítulo 1.

“Diferente da teoria teórica – discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias –, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza”.⁵⁰⁰

Ao discutir a cidade medieval, múltipla tanto em funções quanto entre aqueles que abriga, podemos tratar de uma identidade estritamente cidadina? Que fatores corroboram para a sua construção? Embora estejamos voltados mais especificamente para o caso da Londres dos séculos XIV e XV, partamos da consideração de questões e conceitos mais amplos, a fim de definirmos as bases teóricas que nos permitem analisar a temática da pesquisa.

Ao pensar sobre a identidade, é necessário diferenciar algumas categorias que permeiam o termo identidade no medievo, tarefa para a qual contamos com a ajuda de Lynn Staley.⁵⁰¹ Em primeiro lugar, há a noção de individualidade (*selfhood*), que, seguindo filósofos como Charles Taylor, implica na existência de uma comunidade como parâmetro, oferecendo um sistema de significação do qual o indivíduo se aproxima ou se afasta. A identidade apareceria como “the continuity of the personality throughout the phases of existence”.⁵⁰² Essa personalidade estaria inscrita no espírito do indivíduo e em suas crenças. Por fim, encontramos o termo *persoun* (pessoa), que na narrativa medieval, como em Chaucer, estaria associado à identidade física e espiritual. Essas facetas de uma identidade pessoal estariam integradas a um sistema específico do contexto geral, sempre envolvidas pela avaliação e opinião pública. “A realization of personal identity inevitably involves a break with an old, unrealized, self”.⁵⁰³ Deste modo, essa identidade de cunho pessoal não corresponde àquela que optamos por apontar como social.

Podemos iniciar a discussão sobre a identidade social com uma consideração de Richard Trexler em sua introdução ao volume *Persons in Groups*, em que se discute o comportamento social como uma faceta da identidade. Para Trexler, “[by] identity, we mean

⁵⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 59.

⁵⁰¹ STALEY, Lynn. “Personal Identity”. In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2000, pp. 360-377.

⁵⁰² Ibidem, p. 361. “A continuidade da personalidade através das fases da existência” (Tradução livre da autora).

⁵⁰³ STALEY, op. cit., p. 366. “A compreensão da identidade pessoal envolve inevitavelmente uma ruptura com um sujeito velho, não alcançado, de si” (Tradução livre da autora).

that bundle of verbal and corporal statements persons and groups use to recognize one another”.⁵⁰⁴ Grupos e indivíduos deles participantes comunicam-se através de ações pertinentes ao comportamento de uma comunidade em contexto determinado. A identidade pessoal não é ignorada, mas é apenas uma das facetas da identidade social.

Para Peter Marsh, a identidade pessoal é aquela que garante individualidade, enquanto a identidade social está associada ao papel, diríamos ainda aos papéis, que o indivíduo ocupa na sociedade.⁵⁰⁵ Segundo o autor, “[having] established social identities which provide for reputation, dignity, and recognition, personal identity can be achieved through giving individual expression to required role performances”.⁵⁰⁶ A identidade pessoal atua como expressão individual de papéis definidos pela identidade social. No entanto, deve estar inserida no nível mais amplo de performances, isto é, no nível comunitário.

Neste sentido, entendemos também como fundamental a observação de Bourdieu ao tratar das identidades regionais:

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.⁵⁰⁷

Bourdieu enfatiza que os signos identitários dividem-se em três categorias: as representações mentais, as representações materiais e os atos. Pensando em torno dessas três categorias, as representações mentais incluiriam as tradições, as memórias e a língua compartilhadas pelo grupo; as representações materiais atentariam, por exemplo, para os signos físicos; e os atos seriam desdobrados nos comportamentos cotidianos nos espaços compartilhados pelos cidadãos. Dessa forma, é possível observar variadas categorias que

⁵⁰⁴ TREXLER, Richard C. “Introduction”. In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985. “Por identidade, entendemos aquele conjunto de afirmações verbais e corporais que pessoas e grupos usam para reconhecer uns aos outros” (Tradução livre da autora).

⁵⁰⁵ MARSH, Peter. “Identity: an Ethogenic Perspective”. In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985, p. 20. “Tendo estabelecido identidades sociais que garantem reputação, dignidade, e reconhecimento, a identidade pessoal pode ser alcançada ao dar-se expressão individual às performances exigidas” (Tradução livre da autora).

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 30. “Tendo estabelecido identidades sociais que proporcionam reputação, dignidade, e reconhecimento, a identidade pessoal pode ser alcançada ao dar expressão individual aos papéis esperados” (Tradução livre da autora).

⁵⁰⁷ BOURDIEU, op. cit., p. 112.

corroboram para a construção de uma identidade cidadina. Todos estes vetores, por sua vez, devem ser reconhecidos como integrantes da sociedade de que se trata.

Nesta temática, não se poderia deixar de levantar as contribuições do Interacionismo Simbólico, que nos auxilia a pensar o aspecto relacional presente na construção da identidade. Tendo originalmente surgido entre os sociólogos da Escola de Chicago, a vertente teórica foi gradativamente incorporada por pesquisadores da Antropologia, Psicologia e História, que tinham como objeto de observação as relações sociais. Levantando os primeiros questionamentos que animariam esta corrente, esteve o filósofo, sociólogo e psicólogo George Herbert Mead, nas primeiras décadas do século XX. Para este, e seus contemporâneos da Escola de Chicago, “[by] communication, by sending, perceiving, and interpreting gestures, man interprets and structures his relations with others based on his prior interactions”.⁵⁰⁸ Essas primeiras conceitualizações foram posteriormente aprimoradas pelos teóricos que se seguiram, sendo formalmente teorizada na década de 60 por Hebert Blumer.⁵⁰⁹

De acordo com o autor, o meio de toda interação seria um meio definido simbolicamente, ao passo que os sujeitos envolvidos interpretam e definem as ações alheias, respondendo com base nos significados dirigidos às mesmas. A conduta das pessoas, enquanto membros de uma sociedade, seria expressão da influência que sobre elas exercem forças como o status, o papel social, os costumes, as instituições, e as normas. Essas noções foram aprofundadas por outros pesquisadores, em especial, nos estudos culturais.

Segundo Weissman, mais importante que analisar indivíduos e grupos é atentar para as relações sociais que se estabelecem entre estes. Para o autor, o destaque do Interacionismo Simbólico está no seu enfoque na sociedade. Em primeiro lugar, a sociedade é vista como um processo, e este processo se desenvolve através da interação social. Os interacionistas reforçam ainda a relevância da interação entre indivíduos, pois consideram que esta seja a base para a interação entre os grupos. A identidade encontra-se nas relações estabelecidas com o outro, ou os outros, mais precisamente na interseção entre as diferentes interações do sujeito. Essas relações sociais são subjetivas e estão sujeitas à interpretação. Por fim, os indivíduos tanto podem manipular quanto são manipulados por estas relações.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ WEISSMAN, Ronald F.E. “Reconstructing Renaissance Sociology: The ‘Chicago School’ and the Study of Renaissance Society”. In: TREXLER, Richard C. *Persons in Groups – Social Behaviour as Identity Formation in Medieval and Renaissance Europe*. New York: Medieval and Renaissance Text & Studies, 1985, p. 42.

⁵⁰⁹ BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism – Perspective and Method*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1969.

⁵¹⁰ Ibidem, pp. 41-42.

Entre os vetores da identidade medieval, podemos encontrar sinais físicos, como discute Brigitte Miriam Bedos-Rezak a partir do exemplo norte-francês pós-primeiro milênio.⁵¹¹ A autora concentra-se na figura dos clérigos que serviam às chancelarias, cujos selos estariam no cerne da materialização dos signos de representação. Os selos tiveram grande relevância nas discussões dos séculos XI e XII sobre signo, representação, presença e autoridade. Atuavam como sinal de personalização da palavra escrita, as cartas, mas, ao mesmo tempo, representavam o próprio indivíduo, que ao enviá-las não podia se fazer presente. A autora conclui que “[seals] did not construct social relationships, but they did catalog them as a hierarchical set, serving as a formal system for the indication of social status”.⁵¹² Podemos pensar de forma semelhante quanto à participação de outros signos materiais na construção da identidade, atuando de forma hierarquizante na rede relacional em que se encontram.

No entanto, estes signos também podem ser encontrados, seguindo o que vimos em Bourdieu, sob a forma de imagens mentais, como observam Harvey e Jones.⁵¹³ Os autores discutem o papel dos mitos e lendas sobre o passado como legitimadores do poder e das tradições. Para eles, embora tais versões do passado fossem divulgadas em geral pelas elites, elas seriam resultado de uma mediação com os sistemas presentes na sociedade receptora, a fim de alcançar ampla recepção e, assim, produzir uma memória coletiva.

Entre essas facetas que compõem a identidade, é crucial ressaltar o papel da memória. Remetemos aqui ao trabalho de Michael Rowlands, “The role of memory in the transmission of culture”⁵¹⁴, no qual resgata importantes estudos sobre a memória a fim de reiterar sua posição diante do tema. Referindo-se, em especial, a Yates, o autor discute nosso legado medieval no que diz respeito à memória, associada a uma noção linear de tempo, logo, uma memória sequencial. Rowlands ressalta o papel dos objetos na manutenção da memória: “Objects are culturally constructed to connote and consolidate the possession of past events associated with their use or ownership.”⁵¹⁵ Para o autor, na verdade, os objetos, muito além de remeter ao passado, corporificam a memória deste, o que nos remonta aos trabalhos sobre os signos

⁵¹¹ BEDOS-REZAK, Brigitte Miriam. “Medieval Identity: A Sign and A Concept”. In: *The American Historical Review*, Vol. 105, Issue 5, 2000. Disponível em <https://www.historycooperative.org/journals/ahr/105.5/ah001489.html>.

⁵¹² Idem. “Selos não construíam relações sociais, mas catalogavam-nas hierarquicamente, servindo como um sistema formal de indicação do status social” (Tradução livre da autora).

⁵¹³ HARVEY, David C. and JONES, Rhys. “Custom and habit(us): the meaning of traditions and legends in early medieval and western Britain”. In: *Geografiska Annaler*, 81 B, 1999, pp. 223-233.

⁵¹⁴ ROWLANDS, Michael. “The role of memory in the transmission of culture”. In: *World Archaeology* Vol. 25, No. 2, Conceptions of Time and Ancient Society (Oct., 1993), pp. 141-51.

⁵¹⁵ Ibidem, “Objetos são culturalmente construídos para dar sentido e consolidar a posse de eventos passados associados ao seu uso e posse” (Tradução livre da autora).

materiais da identidade em Bedos-Rezak e Bourdieu.

Assim como os objetos, também os lugares são pontos de referência da memória coletiva. Em *Entre Memória e História – A problemática dos lugares*⁵¹⁶, Pierre Nora discute os lugares de memória, auxiliando-nos a pensar naqueles gerados pela comunidade formada pelos cidadãos. Para Nora, a memória integra a vida, e, por isso, está em processo constante de transformação, através de usos e manipulações. A memória, portanto, é vivida no presente, enquanto a história atua como representação do passado. No entanto, não podemos esquecer que, embora seja rememorada no presente, a memória evoca experiências passadas que conferem continuidade à comunidade. Nora, por sua vez, acredita que a aceleração da história põe a memória em risco. Não há mais uma memória espontânea, o que gera a necessidade de criar mecanismos para esta. Os lugares de memória estariam associados a uma busca, um retorno aos ritos que definem o grupo. Estes lugares (espaços, ritos, instituições, etc.) guardam resquícios da memória; são testemunhas do passado.

Entre os trabalhos que auxiliam nossa reflexão sobre o tema, destacamos *The Book of Memory*, de Mary Carruthers⁵¹⁷, no qual esta discute o papel fundamental da memória na sociedade, desde a Antiguidade tardia até o Renascimento. Voltando-se para o medievo, a autora destaca a proeminência dada à memória, dentre as diversas faculdades cognitivas, e o resultado da mesma na produção do conhecimento medieval. Carruthers preocupa-se com a memória no âmbito intelectual, mas, em sua reflexão, traz importantes contribuições para uma compreensão mais abrangente da memória medieval. Segundo a autora, “[in] their understanding of the matter, it was memory that made knowledge into useful experience, and memory that combined these pieces of information-become-experience into what we call ‘ideas’, what they were more likely to call ‘judgements’”.⁵¹⁸ A memória serve como base para as ideias e, podemos acrescentar, para as ações, afinal, a informação deve tornar-se experiência. Logo, esta memória é chave fundamental na transmissão de um conjunto de comportamentos esperados, ao qual a comunidade deve se adequar.

⁵¹⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Tradução de Kenzo Paganelli. In: *Projeto História*. São Paulo: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.

⁵¹⁷ CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory – A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: CUP, 2008.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 11. “Em seu entendimento, era a memória que transformava o conhecimento em experiência, e a memória que combinava esses pedaços de informação-vira-experiência no que chamamos de ‘ideias’, o que eles costumavam chamar de julgamentos” (Tradução livre da autora).

ANEXO 4 - ÍNDICE DE TESTADORES NO CALENDAR OF WILLS PROVED AND ENROLLED IN THE COURT OF HUSTING

Data de entrada nos folios	Data de registro do testamento	Nome do testador	Ofício do testador
24 fev 1358	2 fev 1357	William de Wandelesworth	Cordoeiro
10 maio 1358	3 out 1349	Andrew Aubrey	Mercador de especiarias
27 maio 1358	24 fev 1348	Thomas de Useflete	Diácono de St. Martin le Grand
31 maio 1358	10 out 1355	William Nichol	-
Idem	21 abril 1349	Adam de la Pole	Mercador de peixes salgados
11 jun 1358	17 abril 1358	John de Drayton	Alfaiate
Idem	20 maio 1358	John Adami	Boticário
20 jul 1358	19 maio 1358	Simon Fraunceys	Mercador de tecidos
22 jul 1358	12 mar 1348	Eva Scharpe	Mulher
Idem	-	Laurence de St. Maur	Reitor da igreja de Heygham Ferrers
18 out 1358	2 abril 1357	William de Wodehalle	-
2 fev 1359	2 fev 1357	Thomas de Seymour	-
10 fev 1359	27 jan 1358	Robert de Avebury	Escrivão
14 fev 1359	10 jan 1358	Roger de Depham	Alderman de Londres
12 mar 1359	23 fev 1358	Philip Carpenter	Carpinteiro
Idem	6 fev 1358	William de Wyrcestre	Curtidor de peles
19 maio 1359	9 maio 1349	Johanna de Staundon	Esposa

22 jul 1359	2 mar 1358	John Martyn	-
13 out 1359	1 mar 1354	Otto de Grandissono	-
Idem	2 fev 1358	Thomas de Algate	Reitor da Igreja de Scherryngge
1 nov 1359	15 jul 1359	John de Refham	Mercador de peixes
25 jan 1360	1 dez 1359	Thomas de Frethebek	Seleiro
Idem	12 mar 1353	John Sefoul	Curtidor
25 jan 1360	2 out 1359	John de Derham	Mercador de velas
Idem	25 mar 1358	William de Madeford	Tosquiador
14 fev 1361	24jun 1360	William de Chaumpeneys	Padeiro
Idem	12 mar 1348	Richard de Grenestede	-
22 fev 1361	25 nov 1359	Nicholas de Selvestone	Mercador de peixes
24 fev 1361	10 maio 1360	William de Aungre	Cidadão e xerife de Londres
12 mar 1361	28 fev 1360	Elena Brix	Viúva
Idem	6 jan 1360	Thomas de Zippegrave	Ourives
23 abril 1361	25 jul 1359	Hugh de Grenewych	Capelão
Idem	12 set 1359	Idonia Cauntebrigge	Filha
25 abril 1361	2 dez 1360	Symon Atte Gate	Açougueiro
Idem	22 abril 1361	Agnes Sorel	Filha
Idem	4 maio 1358	Alan de Scarnyngge	Escrivão
Idem	28 out 1360	John Mimmes	Curtidor

Idem	4 abril 1361	Walter de Kent	Cordoeiro (antes escrivão)
6 maio 1361	20 abril 1361	Nicholas de Farndon	Ourives
Idem	27 maio 1358 (codicílio em 25 mar 1359)	Richard de Wycombe	Cordoeiro
Idem	23 abril 1361	Richard de Hertegh	Xerife
Idem	30 abril 1361	Ralph Foket	Mercador de velas
Idem	16 jul 1358	William Ravenstone	Capelão de St. Paul's
31 maio	16 maio 1361	Nicholas de Horewode	-
Idem	13 maio 1361	Thomas de Snodilond	Reitor de St Botolph near Billyngesgate
Idem	24 maio 1361	Thomas Lambard	-
11 jun 1361	28 maio 1361	Alice Northhall	Esposa de um escrivão e Alderman
17 jun 1361	18 maio 1361	John Brian	Escrivão paroquial de S.Mary de Aldermanbury
Idem	24 maio 1361	William de Preston	Escrivão
Idem	15 maio 1361	Robert de Walcote	Ourives
Idem	18 fev 1360	John de Wygan	-
Idem	11 maio 1361	John London	Cervejeiro
Idem	1 maio 1361	Richard Atte Moure	Mercador de tecidos
Idem	15 maio 1361	Edmund Willeby	-
Idem	5 maio 1361	William de Chippenham	“hakenayman”

Idem	27 maio 1361	Roger de Codyngton	-
Idem	19 maio 1361	John Benyio	Artesão de lã
Idem	7 fev 1360	John Philip	Vigário de St. Giles without Crepulgate
20 julho 1361	7 jul 1361	Roger Mayel	Capelão
Idem	31 mar 1361	Roger Wenlok	-
Idem	1 jul 1361	William Iford	Filho
Idem	19 abril 1361	Thomas de Lillyngston	-
Idem	10 jun 1361	John Byker	Homem da Artilharia do Rei
Idem	29 jun 1361	Richard de Essex	Mercador de tecidos
	5 jun 1361	William de Derby	-
Idem	11 jun 1361	Agnes de Derby	Viúva de um alfaiate
Idem	6 jun 1361	Robert Mazerer	Sapateiro
Idem	12 jun 1361	William Walman	Mercador de peles
Idem	18 jun 1361	Thomas Welforde	“junior”
Idem	1 abril 1361	John de Eneveld	Artesão de lâminas
Idem	29 jun 1361	John de Sulby	Tesoureiro da Condessa de Penbroke
Idem	4 mar 1361	Richard Ruthin	-
Idem	11 jul 1361	Laurence de Opton or Upton	-
Idem	29 jul 1361	Walter de Harewdon	Vendedor de cavalos
Idem	10 jul 1361	Thomas Starcolf	Mercador de tecidos finos

Idem	2 jul 1361	Leticia Atte Wiche	Viúva de um mercador de peixes salgados
Idem	10 jun 1361	Margery Broun	Filha de um vendedor de aves
Idem	24 jun 1361	Thomas Cheyner	Vendedor de tecidos finos
Idem	7 jul 1361	Symon de Fynchefeld	-
25 julho 1361	27 maio 1361	Matilda Wight	Viúva
Idem	24 jun 1361	Robert Westimull	Alfaiate
Idem	21 jun 1361	John Malewayn	-
Idem	20 jul 1361	Richard de Kislingbury	Mercador de tecidos
Idem	22 jun (?)	Thomas de York	Mercador de vinho
Idem	20 abril 1361	John de Bonyndon or Bovyndon	Boticário
Idem	28 mar 1361	William Brangewayn	Mercador de vinho
Idem	6 maio 1361	Richard Cully	Artesão de armaduras
Idem	13 jun 1361	Thomas Bissheye	Tapeceiro
Idem	7 jul 1361	Robert de Norwich	Ourives
Idem	27 maio 1361	Nicholas de Leyk	-
Idem	29 jun 1361	John Blyth	Seleiro
Idem	14 jun 1361	John Botiller	Cordoeiro
Idem	6 jul 1361	John Burel	Escrivão
Idem	1 jul 1361	Alice Outepenne	Viúva/filha de William de Derby
Idem	29 jun 1361	Walter de Chedyndon	-
Idem	15 jul 1361	William de Wyle	-
Idem	15 jul 1361	John de Crepulgate	-

18 outubro 1361	15 jun 1361	John Rote	Mercador de peixes
Idem	7 jul 1361	John Essex	Mercador de tecidos
Idem	16 jul 1361	John Flaun	Mercador de especiarias
Idem	18 ago 1361	Johanna Hemenhale	Viúva
Idem	20 mar 1360	Robert de Manhale	Artesão de velas
Idem	25 jul 1361	John Atte Pole	-
Idem	8 set 1361	Richard de Northwode	-
Idem	20 jul 1361	John de Wyngefeld	-
Idem	25 mar 1361	Osbert Wynter	Vendedor de aves
Idem	17 abril 1359	Richard de Plessys	Escrivão
Idem	19 set 1358	John Costantyn	Alderman
Idem	15 jul 1361	Guido Lambyn	Mercador de peixes
Idem	7 jun 1361	Johanna Horwode	Viúva
Idem	15 out 1361	John Nasyng	Cervejeiro
Idem	24 jun 1361	John de Cornwaille	-
	7 jul 1361	Hugh de Colewyk	-
Idem	14 set 1361	John Cory	Mercador de tecidos
Idem	8 set 1361	John Botiller	Mercador de tecidos
Idem	25 jul 1361	John Brekynden	Seleiro
Idem	1 jun 1361	Nicholas Bole	Mercador de peles
Idem	16 jun 1359	Nicholas Benyngton or Bedyngton	Mercador de tecidos finos
Idem	13 out 1352	John de Bedeford	Artesão de lã
Idem	1 ago 1361	John de Oxenford	Mercador de peles

Idem	15 ago 1361	John Atte Dich	Encanador de Candelwykstret
Idem	10 ago 1361	Johanna Pyk	Viúva
Idem	29 jun 1361	Thomas Ysilham	-
Idem	8 set 1361	Edmund de Lenham	Mercador de peixes
Idem	14 set 1361	Hugh de Blount	-
Idem	1 jul 1361	Robert Forneux	Mercador de peixes
Idem	6 maio 1361	Robert de Bray	Artesão de esporas
Idem	4 fev 1361	William Turk	Mercador de peixes
20 novembro 1361	7 jul 1361	William Sallowe	Mercador de tecidos
Idem	23 out	Roger de Balton	-
Idem	17 jun 1361	Hugh de Sadelyngstanes	Recorder of London
Idem	22 maio 1349	William de Macchyng	Mercador de tecidos
Idem	14 set 1361	Lapin de Kyngham	Carpinteiro
Idem	17 dez 1360	Richard Patrik	-
Idem	7 ago 1361	Richard Cori	Açougueiro
Idem	1 maio 1361	John Gilbert	Padeiro
25 novembro 1361	1 ago 1361	Edmund de Passele	-
Idem	25 jul 1361	Richard Lacer or Lacier	Mercador de tecidos finos
Idem	Idem	Isabella Lacer or Lacier	Viúva
Idem	8 maio 1361	John Martyn	-
Idem	12 maio 1361	Robert de Guldeford	Mercador de tecidos
Idem	27 maio 1361	Johanna	Viúva de mercador de tecidos

13 dezembro 1361	23 maio 1361	Michael (de Northburgh)	Ministro da Igreja
Idem	20 fev 1361	Gerard de Beaumes	Alfaiate
Idem	17 nov 1361	William Neweman	-
Idem	30 jun 1361	Alan Rous	-
Idem	11 jun 1361	Adam Langele	Açougueiro
Idem	26 set 1361	Thomas de Fulham	-
Idem	12 dez 1360	John Stable	Mercador de tecidos finos
Idem	12 mar 1356	Alice de Warlee	Mulher
25 janeiro 1362	13 out 1361	Richard Atte Wode	-
Idem	2 set 1361	John de Middleton	Escrivão
Idem	24 jan 1361	Thomas de Lambourne	-
Idem	18 out 1361	John Gloucestre	Mercador de peixes
2 fevereiro 1362	13 dec 1361	Henry de Grofhurst	Reitor de Horsmondenn
14 fevereiro 1362	7 out 1361	Agnes Salesbury	Esposa de dois mercadores de especiarias
Idem	23 maio 1361	Alianora Grooz	Esposa
Idem	25 nov 1361	Richard de Cortenhale	Oficial do Rei
Idem	29 set 1342	Henry Montkoy	Mercador de peixes
22 fevereiro 1362	20 jan 1361	Cecilia Bristoll	Viúva de açougueiro
12 março 1362	13 jan 1360	Thomas Rycher	Capelão
25 março 1362	27 maio 1361	Geoffrey de Kedyngton	Reitor de St Dunstan West
Idem	4 fev 1356	John de Oxon	Marshal
Idem	1 dez 1361	William Mauduyt	Reitor de Herthull (York)

Idem	22 fev 1348	Alexander Manschhipe	Tecelão
6 maio 1362	5 jun 1361	Richard de Wynchecombe	Artesão de armaduras
Idem	5 jan 1361	Peter Brocher	Artesão de bolsas
Idem	4 ago 1361	William de Berkyngg	Ourives
Idem	16 maio 1361	Lucy Atte Stone	Esposa
Idem	6 jun 1361	Robert de Renham	Mercador de peixes
19 maio 1362	24 jun 1361	Robert de Shirwode or Shirewode	-
Idem	(?) 1361	John Mountkoy	Mercador de peixes
Idem	4 jul 1361	Nicholas Hotot	Artesão da lã
Idem	8 abril 1361	Thomas Blundel	Reitor de S. Stephen de Walbrok
26 maio 1362	25 abril 1362	John de Garton	Mercador de tecidos finos
12 junho 1362	24 jun 1361	Andrew de Lynne	Mercador de peixes salgados
Idem	5 fev 1360	John Roumale	-
20 jul 1362	4 abril 1361	John de Harpesfeld	Cordoeiro
13 outubro 1362	24 ago 1356	John de Hynton	Mercador de vinho
Idem	30 nov 1361	Edmund Deynes	Ferreiro
Idem	23 jun 1361	Thomas de Walden	Boticário
Idem	11 jun 1361	William Stacy	-
Idem	Idem	Johanna Scot	Esposa de um mercador de peixes
18 outubro 1362	11 jun 1359	Thomas de Neuton	Reitor de St. Michael le Quern

6 novembro 1362	1 abril 1344	William le White	Vendedor de madeira
11 novembro 1362	26 ago 1360	Henry Galeis	-
Idem	-	Andrew (?)	Ferreiro do Rei
25 novembro 1362	21 out 1348	Peter Atte Vyne	Cervejeiro
8 dezembro 1362	10 maio 1359	Richard Smelt	Mercador de peixes
13 janeiro 1363	8 out (?)	Nicholas Pounge or Punge	Mercador de vinho
Idem	29 abril 1361	John Longe	Mercador de vinho
Idem	10 ago (?)	Thomas le Neve	-
25 janeiro 1363	16 out 1362	Symon Dolsely	Mercador de especiarias
Idem	8 jul 1361	Henry de Cruchefeld	Mercador de peixes
22 fevereiro 1363	11 out 1361	John Courtray	Mercador de peixes
28 maio de 1363	24 jun 1362	Richard Hakeneye	-
Idem	-	Joyce Evatte	Escrivão
17 junho 1363	6 maio 1361	William Doket	Mercador de vinho
20 julho 1363	(?) 1360	William Forner	Açougueiro
Idem	8 set 1361	William de Kestevne	Reitor de St Mary de Northmymen
Idem	4 jun 1363	Thomas Porter	-
13 outubro 1363	1 abril 1363	John de Hatfeld	Artesão de velas
Idem	10 ago 1363	Richard Bacoun	Mercador de peixes salgados
18 outubro 1363	22 jul 1349	Robert de Holewelle	-
Idem	20 jul 1363	John de Cornhulle	-
1 novembro 1363	17 jun 1363	Elena Wyrcestre	Esposa
Idem	1 abril 1363	John de Hatfeld	Artesão de velas
11 novembro 1363	9 out 1363	Robert Huntyngdon	Açougueiro

Idem	13 ago 1363	Adam Godman	-
25 novembro 1363	21 set 1363	John Lemman	Açougueiro
8 dezembro 1363	10 ago (?)	Stephen Crege	-
25 janeiro 1364	10 ago 1361	Richard Blac	-
Idem	9 abril 1362	John Ferthyng	-
14 fevereiro 1364	21 dez 1363	Nicholas Rumbold	“Whittaghie”
24 fevereiro 1364	25 nov 1348	Edmund de Pountefreit	Escrivão
20 julho 1364	-	Robert Chober	Chapeleiro
13 outubro 1364	-	John Buntyn	-
30 novembro 1364	29 dez 1361	Richard Burgeis	Artesão de velas
8 dezembro 1364	-	Bartholomew de Imworth	Oficial do Rei
2 fevereiro 1365	25 nov 1364	Nicholas de Hyngesthworth	Mercador de peltre
14 fevereiro 1365	2 fev 1364	John de Cressyngham	Senior
6 maio 1365	8 abril 1365	Robert Bykenore	-
19 maio 1365	20 mar 1364	Thomas de Wirlyngworth	Ourives
Idem	10 set 1361	Nicholas de Abyndon	-
11 junho 1365	19 maio 1365	Johanna Everard	Filha de ourives
17 junho 1365	6 fev 1364	James de Thame	Senior
20 julho 1365	13 abril 1365	William Danyel	Cervejeiro
25 julho 1365	3 jul 1361	Henry Pycard	Mercador de vinho
Idem	7 abril 1361	William de Dyk	Mercador de tecidos
1 novembro 1365	24 ago 1357	John le Clerk	Cordoeiro
16 novembro 1365	3 fev 1364	John Wetherisfeld	Joalheiro
13 janeiro 1366	28 jul 1365	Richard de Walsted	-

Idem	6 abril 1365	Ralph de Cantebrugg	Mercador
14 fevereiro 1366	13 jan 1365	John de Flaunden	Alfaiate de roupas de baixo
22 fevereiro 1366	29 set 1365	John Fairher	Mercador de peixes
1 maio 1366	(?) 1365	William Spaldyng	Oficial de Rei
19 maio 1366	12 mar 1365	Stephen de Gloucestre	Mercador de peixes
17 junho 1366	13 mar 1364	Richard de Caustone	Mercador de tecidos finos
20 julho 1366	8 jun 1366	John de Horwode	Senior
Idem	13 jun 1367	William Leyre	Filho
Idem	25 abril 1364	Nicholas Otewy	-
Idem	12 jun 1364	Simon de Worstede	Mercador de tecidos filhos e Alderman
11 novembro 1366	9 out 1366	Alan Everard	Mercador de tecidos finos
Idem	28 maio 1361	Thomas Copyn	Açougueiro
23 novembro 1366	16 maio 1361	Thomas Atte Sloo	-
5 fevereiro 1367	27 nov 1366	William Herwardestoke	Reitor de Berwly
14 fevereiro 1367	10 maio 1366	Thomas de Stanford	-
Idem	29 mar 1366	Richard Henry	Cervejeiro
Idem	10 fev 1366	William Casteleyn	Vendedor de roupas usadas
7 março 1367	25 nov 1355	John de Carente	Reitor de Hamelden
Idem	21 dez 1348	William de la Panetrye	Mercador de tecidos finos
21 março 1367	11 dez 1363	Richard la Vache	-
25 março 1367	22 nov 1366	Adam Brabason	-

31 maio 1367	16 ago 1365	William Holbech	Mercador de tecidos
25 julho 1367	27 out 1366	Simon de Pystoye	Boticário
18 outubro 1367	21 set 1356	William de Brikelesworth	-
6 dezembro 1367	11 nov 1367	William de Bristowe	Sapateiro
25 março 1368	13 maio 1361	William Stute	Mercador de peixes
4 junho 1368	26 maio 1368	Richard Helys	Filho
20 julho 1368	11 jun 1361	Hugh Peyntour	-
Idem	4 jun 1368	Thomas Morice	Homem da lei
Idem	19 maio 1368	John Hiltoft	Ourives
18 outubro 1368	29 jul 1368	John Deynes	Ferreiro
Idem	24 jun 1368	William de Sutton	Mercador de queijos
Idem	7 jul 1362	John de Stonelee	Sapateiro
Idem	11 jul 1368	Thomas Morlee	-
Idem	8 ago 1368	John Courteys	Mercador de peixes
Idem	1 set 1368	Henry Deynes	Mercador de tecidos finos
Idem	31 ago 1368	William de Burton	Ourives
Idem	25 jul 1368	Rauf Fitz	Alfaiate
	18 maio 1368	John de Writelee	-
Idem	1 ago 1368	Thomas Gauder	Bolseiro
Idem	10 ago 1368	John de Worstede	Mercador de tecidos finos
Idem	19 maio 1368	Robert de Watford	Carpinteiro
Idem	10 ago 1368	William de Amesbery	Mercador
28 outubro 1368	10 abril 1368	William Syward	Mercador de peltre
Idem	10 ago 1368	John Champneys	-
Idem	27 maio 1368	John Mortymer	Seleiro

11 novembro 1368	25 jul 1368	John Lovekyn	Mercador de peixes salgados
23 novembro 1368	20 abril 1368	William Atte Hale	-
30 novembro 1368	5 jun 1368	Adam de Eylesham	Ourives
Idem	13 set 1368	John Briklesworth	-
Idem	12 jul 1368	John Heynes	-
Idem	14 out 1368	Simon de Benyngton	Mercador de tecidos
Idem	12 ago 1368	John de Hattefeld	Mercador de especiarias
13 janeiro 1369	30 jul 1368	Thomas In the Hale	Mensageiro
Idem	11 nov 1367	Peter Vivyen	Cordoeiro
20 janeiro 1369	10 jul 1368	William de Hathefeld	Artesão de velas
Idem	20 nov 1368	John Rokel	-
25 janeiro 1369	21 out 1368	Matthew Broun	Mercador
Idem	20 jul 1368	John Durham	-
2 fevereiro 1369	13 jan 1368	Nicholas Chaucer	Mercador de especiarias
Idem	24ago 1368	William de Glendale	-
24 fevereiro 1369	24 ago 1368	Peter Vanne	Mercador de víveres
Idem	28 out 1368	Richard Holewelle of Ipswich	-
7 março 1369	26 jul 1368	Robert de Charwelton	Escrivão
Idem	-	Edmund de Hengham	Escrivão
12 março 1369	20 nov 1368	Robert de Lincoln	-
23 abril 1369	3 dez 1368	William de Hanhamstede	Mercador de víveres

19 maio 1369	24 fev 1368	Johanna Hanampsted	Viúva de um mercador de víveres
20 julho 1369	29 jun 1369	William Cane	-
25 jul 1369	24 ago 1368	Thomas Croucheman	Oleiro
Idem	3 maio 1365	Simon de Oudeby	-
1 agosto 1369	21 jul 1368	William Cosyn	Oleiro
13 outubro 1369	20 ago 1368	John de Evenefeld	Mercador de especiarias
Idem	5 jul 1361	John de Careswell	Padeiro
18 outubro 1369	13 dez 1364	John Breton	-
Idem	29 ago 1369	John Wodegate	Tapeceiro
Idem	24 maio 1368	Henry de Yerdelee	Vendedor de peles de ovelha
23 novembro 1369	25 jul 1368	Geoffrey Bonere	Artesão de terços
30 novembro 1369	4 set 1368	John de Potenhale	Mercador de madeira
20 janeiro 1370	20 nov 1368	Henry de Bretford	-
5 fevereiro 1370	14 ago 1368	William Lygth	Cozinheiro
Idem	8 set 1350	Robert de Sarisbirs or Sarisbris	-
6 maio 1370	2 abril 1369	William Mosehache	Curtidor
31 maio 1369	16 jul 1361	Geoffrey Atte Gate	-
20 julho 1369	10 maio 1370	Thomas de Cotyngam	Reitor de Wardon
Idem	25 abril 1370	Richard Dorsete	Preparador de lã
Idem	19 jun 1369	John de Bristolle	Curtidor
25 julho 1370	31 jan 1367	John Stoke	Cervejeiro
20 janeiro 1371	21 dez 1370	Alice Ippegrave	Viúva de um ourives

24 fevereiro 1371	27 ago 1370	John de Ramesey	-
12 março 1371	9 mar 1369	William Passeware	Mercador de tecidos
25 abril 1371	4 fev 1370	John de Wirhale or Wyrhale	-
Idem	4 nov 1370	William Byssshop	Artesão de luvas
Idem	22 fev 1370	Stephen de Bradelee	Mercador de couro
1 maio 1371	2 fev 1370	William Atte Chambre	-
11 junho 1371	19 maio 1370	Walter Flynt	Tintureiro
25 julho 1371	11 jun 1371	Thomas de Weston	Artesão de velas
Idem	9 maio 1370	Thomas Blood	Mercador de peixes
18 outubro 1371	27 out 1369	Gilbert Koo de London	-
30 novembro 1371	25 nov 1371	John de Stokes de Theydon Gernoun	-
6 dezembro 1371	1 nov 1371	John Andrew	-
20 janeiro 1372	25 jul 1371	Andrew Kilbourne	-
25 abril 1372	20 dez 1371	Thomas Tudenham	-
6 maio 1372	25 jan 1371	William de Welde	Mercador de tecidos e Alderman
31 maio 1372	7 mar 1369	John Not	Mercador de especiarias
Idem	9 mar 1370	John Redeford	Artesão de luvas
11 junho 1372	1 maio 1368	John Somersham	Embalador de lã
20 julho 1372	6 nov 1371	Thomas Kyngeston	Produtor de tortas
Idem	21 abril 1372	Robert Cresseyk	-
25 julho 1372	1 jul 1371	Geoffrey Patrik	Escriba
	20 jul 1370	Adam de Carlell	Mercador de tecidos

18 outubro 1372	13 jul 1372	Stephen de Cavendissh	Alderman
Idem	29 jun 1372	Robert de Thorp	-
Idem	14 set 1368	Robert Berewyk	Escrivão
Idem	18 fev 1371	Hugh Alright	Mercador de cobertores
Idem	5 jun 1370	Thomas Hore	Mercador de peixes
23 novembro 1372	4 jan 1369	John Shaftysbury	Vendedor de pele de ovelha
Idem	13 dez 1371	William Hynelond	Escrivão
13 janeiro 1373	15 ago 1372	John de Ellerton	Oficial do Rei
	6 jan 1372-3	William Herreth	Sapateiro
7 março 1373	1 fev 1372	Thomas Mokkyngge	Mercador de peixes
20 julho 1373	31 mar 1373	Thomas Atte Legh	Mercador de peixes salgados
Idem	9 abril 1373	Agnes Pikerell	Esposa de uma seleiro
13 outubro 1373	13 dez 1372	Simon de Hattefeld	Oleiro
18 outubro 1373	29 ago 1373	Margery Gilbert	Esposa
14 fevereiro 1374	31 dez 1373	John Drayton	-
	26 abril 1372	Gilbert Poyntel	Mensageiro
24 fevereiro 1374	25 jan 1373	Robert de Rameseye	Mercador de peixes
7 março 1374	16 jul 1361	Walter Bachiler	Mercador de tecidos
	16 jul 1361	Robert de Cayton	-
23 abril 1374	24 fev 1373	Geoffrey Haveryngg or Haveringg	-
Idem	21 mar 1371	John Burstalle	Mercador de vinho
19 maio 1374	23 abril 1374	Roger Cavendissh	Mercador de peles

31 maio 1374	15 out 1358	Richard Russell	Artesão de terços
11 junho 1374	21 fev 1373	John Galeys	Servo
20 julho 1374	23 fev 1373	Robert de Thame	-
Idem	20 fev 1373	John de Horwod	Senior
Idem	9 jul 1373	Matilda Balsham	Mulher
Idem	9 maio 1374	John de Weston	Cervejeiro
Idem	9 maio 1374	Leticia Kendale	Esposa
Idem	11 jun 1374	Simon Bristowe	Escrivão
13 outubro 1374	20 nov 1372	Thomas Sharnebroke	-
Idem	26 set 1374	Edward Siende	Ferreiro
Idem	24 fev 1373	John Potman	Mercador de peixes
11 novembro 1374	26 abril 1374	Eustace de Glaston	-
Idem	1 nov 1374	William de Engulton	Reitor de Sonderish
Idem	21 set 1374	James Andreu	Mercador de tecidos
8 dezembro 1374	27 out 1374	John Pere	-
25 janeiro 1375	24 fev 1373	John de Tamworthe or Thamworthe	-
14 fevereiro 1375	25 jan 1374-5	Richard de Croydon	Mercador de peixes
Idem	7 jan 1374	Thomas Devenishh	Mercador de tecidos
22 fevereiro 1375	14 set 1348	Nicholaa Mockyngg	Viúva de um mercador de peixes
21 março 1375	22 dez 1374	John de Kenyngton	Reitor de St Dunstan towards the Tower
4 abril 1375	20 nov 1374	Thomas de Frowyk	-
Idem	26 dez 1374	William Wolmersty	-

19 maio 1375	26 ago 1374	Adam Fraunceys	Mercador de tecidos finos
Idem	2 abril 1374	Stephen de Holbourn	Escrivão
31 maio 1375	25 abril 1375	Thomas de St. Alban	-
Idem	1 set 1373	Henry Bosoworthe	Mercador de vinho
30 julho 1375	14 maio 1375	Richard de Chelmeresford	Carpinteiro
Idem	7 julho 1375	William Elyot	Mercador de peixes
Idem	24 jun 1375	William Olneye	Mercador de peixes
Idem	6 jun 1368	Thomas de Felmyngham	Artesão de velas
Idem	6 jul 1375	William Herland	Carpinteiro
25 julho 1375	18 jul 1375	William de Bury	Mercador de peixes salgados
1 agosto 1375	21 julho 1375	Walter Rede	Artesão de velas de cera
13 outubro 1375	30 jul 1375	Thomas Kelleseye	Filho
Idem	29 jun 1375	John Yakesleye	Mercador de peixes
Idem	20 jul 1375	Walter de Tudenham	-
Idem	7 jul 1375	Edelena Atte Legh	Esposa de um mercador de peixes salgados
Idem	20 jun 1375	John Bullok	Tapeceiro
Idem	24 ago 1375	Richard de Claverynge	Mercador de tecidos
Idem	22 jul 1375	John Biernes	Alderman
Idem	31 jul 1375	John de Mitford or Mytford	Mercador de tecidos
Idem	2 ago 1375	Henry de Padyngton	-

18 outubro 1375	10 ago 1375	John Shirbourne	-
Idem	10 jul 1375	William de Bathe	-
Idem	6 set 1364	John Syward	Mercador de peltre
1 novembro 1375	11 out 1375	Richard de Chaddesle	-
Idem	8 set 1375	Roger de Podyngton	-
Idem	20 ago 1372	Simon Leggi or Leggy	Filho
Idem	13 ago 1375	John Hanekyn	Senior
30 novembro 1375	10 ago 1375	Laurence de Radeford	Reitor de S. Andrew em Houlborne
Idem	24 ago 1375	William Stodeye	Mercador de vinho
13 janeiro 1376	-	Roger Longe	Mercador de vinho
7 março 1376	25 mar 1375	Henry Hale	Mercador de peixes
Idem	23 maio 1375	John de Rothyng	Mercador de vinho
Idem	29 jul 1375	John Roger	
1 maio 1376	31 maio 1368	Richard de Pembruge	-
Idem	28 out 1375	John Herlawe	-
26 maio 1376	18 set 1374	Thomas Madefrey	Cônego de Wells
8 junho 1376	25 mar 1376	Thomas Palle	Coletor de lã
18 outubro 1376	22 mar 1376	John de Stodeye	Mercador de vinho
1 novembro 1376	21 set 1376	Gilbert Lyndeseye	Ladrilhador
13 dezembro 1376	22 jul 1364	Alice Stanton	Esposa
14 fevereiro 1377	21 dez 1375	Robert Faulkys	-
22 fevereiro 1377	23 fev 1375	John de Triple	Mercador de peixes
24 fevereiro 1377	7 abril 1375	Peter Trente	Artesão de garrafas
25 abril 1377	20 fev 1376	Marie de Seintpol	Condessa de Pembroke
Idem	5 mar 1376	Richard Petigrew	Ferreiro

24 maio 1377	17 maio 1377	John de Benyngton	Mercador de tecidos
18 outubro 1377	3 set 1377	Thomas Schelley	-
30 novembro 1377	10 ago 1376	John de Cantebrigge	Mercador de peixes
13 dezembro 1377	15 maio 1376	Adam Bures	Cônego
13 janeiro 1378	18 nov 1377	Richard Groom	Mensageiro
25 janeiro 1378	1 jan 1377	John Tornegold	Mercador
12 março 1378	18 fev 1377	Giles de Kelseye	Tapeceiro
6 maio 1378	22 fev 1377-8	Andrew Schaldeford	Mercador de peles
31 maio 1378	19 abril 1377	Henry Frowyk	Senior
25 julho 1378	25 jul 1375	Johanna Dacet	Mulher
28 outubro 1378	13 fev 1377	John Flete	Ourives
5 fevereiro 1379	23 dez 1378	Ralph Nunthey	-
7 março 1379	25 mar 1378	Walter Potenhale	Mercador de madeira
Idem	19 abril 1378	John Penwaryn	Alfaiate
12 março 1379	10 mar 1378	William Stokelady	Mercador de peixes
21 março 1379	13 mar 1378	Robert Payn	Madeireiro
6 maio 1379	25 jul 1378	Thomas Spencer de Bradstret	Artesão de itens de cozinha
19 maio 1379	23 fev 1377	Walter de Berneye	-
20 julho 1379	8 jun 1377	William Beanner	-
Idem	10 abril 1378	John Croydon	Mercador de peixes
25 julho 1379	27 abril 1379	Adam Rous	Barbeiro-cirurgião
Idem	23 abril 1361	William Spark	-
Idem	26 jul 1378	Adam Haket	Artesão de arcos
28 outubro 1379	29 set 1378	William Gatesby	-
6 novembro 1379	8 set 1379	Beatrix Barton	Viúva de um mercador de vinho
Idem	30 out 1379	John Cornewaille	Mensageiro

Idem	1 ago 1375	Stephen Kyng	Artesão de cintos
30 novembro 1379	11 jun 1379	Thomas Burgh	-
14 fevereiro 1380	11 nov 1379	Frank Nichole	-
Idem	12 dez 1379	William Lovel	Sapateiro
22 fevereiro 1380	10 maio 1371	Thomas de Cornerthe	Mercador de tecidos finos
7 março 1380	21 dez 1379	Thomas Wynter	Curtidor
23 abril 1380	5 out 1379	Richard Rothyng	Mercador de peixes salgados
6 maio 1380	21 out 1378	Margaret Tonk	Esposa
Idem	1 mar 1379	John de la Pole	-
Idem	25 mar 1380	John Lot	Mercador de peixes
25 julho 1380	14 set 1379	Johanna Fulham	Viúva de um mercador de peixes
18 outubro 1380	3 maio 1380	Richard de Kyllyngworth	Mercador de tecidos
1 novembro 1380	9 maio 1380	John Orleaux	Cervejeiro
13 janeiro 1381	18 abril 1378	Robert Nichol	-
Idem	3 dez 1380	Robert Hownere	Cervejeiro
20 janeiro 1381	1 jan 1380	John Gille	Mercador de tecidos
2 fevereiro 1381	14 maio 1380	John de Chichestre	Ourives
22 fevereiro 1381	7 jul 1376	Margery Broun	Viúva
Idem	21 dez 1380	William Hervy	Cervejeiro
21 março 1381	8 dez 1380	John Aubrey	-
Idem	17 fev 1380	Elena Cornerthe	Viúva de um mercador de tecidos finos
Idem	20 nov 1380	John de Wendelyngburgh	Bolseiro
6 maio 1381	12 mar 1380	Eva Wendelyngburgh	Viúva de um bolseiro

Idem	6 maio 13779	Robert Hatfeld	Mercador de especiarias
25 julho 1381	5 jul 1381	John Rous	Mercador de peixes
Idem	1 ago 1375	Henry de Sudbury	Mercador de peles
13 outubro 1381	4 set 1381	Henry Dymnel	-
Idem	9 maio 1380	Thomas Serieant	Mercador de vinho
20 novembro 1381	8 set 1380	Geoffrey Boteston	Polidor de armaduras
30 novembro 1381	19 ago 1381	John Bampton	-
25 janeiro 1382	14 abril 1380	John de Chalton	-
24 fevereiro 1382	6 nov 1380	Simon le Maserer	Ourives
25 abril 1382	10 jun 1380	Cecilia Rose	Viúva de um escrivão
6 maio 1382	24 jun 1378	John Pyel	-
25 julho 1382	30 jun (?)	John de Middelton	-
Idem	23 out 1376	Walter Chesthunte	Filho
1 novembro 1382	24 ago 1382	Richard Atte Seler	-
Idem	2 fev 1381	Richard Boklond	-
11 novembro 1382	2 set 1382	Robert Lucas	Ourives
Idem	21 dez 1379	Henry Haunsard	Mercador de peixes
20 novembro 1382	25 dez 1381	William Atte Brom	Curtidor
Idem	1 out 1380	John Besouthe	Curtidor
14 fevereiro 1383	30 ago 1382	John Warener	Artesão de armaduras
23 abril 1383	28 maio 1382	John Longeneye	Mercador de peixes
31 maio 1383	13 maio 1381	Felicia Peutry	Viúva
11 junho 1383	10 ago 1382	John de Guldeford	Despenseiro
17 junho 1383	18 out 1382	Johanna Mitford	Viúva de um mercador de tecidos
20 julho 1383	4 out 1382	Nicholas de Thame	Açougueiro
Idem	1 fev 1381-2	Robert Atte Launde	-

Idem	23 ago 1382	William Knyghtcote	Mercador de tecidos finos
18 outubro 1383	10 ago 1383	John Stiward	Artesão de cintos
13 dezembro 1383	5 out 1383	Thomas Sloughtre	Mercador de peixes
24 fevereiro 1384	18 nov 1383	John Bartyll	-
12 março 1384	21 jun 1380	Peter Shepeye	-
11 junho 1384	24 fev 1384	Juliana Stokesby	Viúva de um mercador de vinho
20 julho 1384	14 abril 1384	John de Heylesdon	Mercador de tecidos finos
18 outubro 1384	7 abril 1383	Simon de Mordon	Mercador de peixes salgados
Idem	13 ago 1384	Robert Sebarne	“Ferreur”
Idem	21 set 1383	William de Kellehull	Mercador de peixes
Idem	20 ago 1384	John Walshe	Ourives
Idem	3 set 1384	John Bydyk	Ourives
6 novembro 1384	26 jan 1382	John Blanket	Mercador de peles
25 novembro 1384	11 nov 1383	Reginald Coleman	Senior
13 dezembro 1384	21 nov 1384	Cristina Coggere	Mulher
25 janeiro 1385	16 nov 1382	William Horewode	-
5 fevereiro 1385	21 dez 1384	Clement Spray	Mercador de tecidos finos
24 fevereiro 1385	14 mar 1381	John Foot alias Maryns	Boticário
18 outubro 1385	6 set 1385	Robert Gille	Mercador de tecidos
Idem	16 jan 1384	Richard Glemesford	Mercador de peixes
6 novembro 1385	8 set 1384	John de Coggeshale	Cordoeiro
25 novembro 1385	12 jan 1383	Roger Crede	Mercador de tecidos

13 janeiro 1386	20 dez 1385	William de Walleworth	-
25 janeiro 1386	26 set 1385	Edmund Harengeye	Mercador de couro
14 fevereiro 1386	10 ago 1358	Thomas Godefrey	“Whittawyere”
22 fevereiro 1386	29 set 1384	Henry Frowyk	-
24 fevereiro 1386	5 mar 1385	John Merk	Artesão de lâminas
21 março 1386	5 nov 1385	Adam de Bury	Antigo Mayor
25 março 1386	12 set 1385	Thomas Atte Naps	Produtor de tortas
4 abril 1386	20 maio 1380	John Pecche	-
Idem	18 jan 1385	Isabella Harengeye	Viúva
19 maio 1386	16jan 1385	John Phippe	Mensageiro
Idem	10 fev 1383	Nicholaa Lemman	Viúva de um açougueiro
Idem	5 maio 1386	Blase de Bury	Mercador de peles
31 maio 1386	25 abril 1385	Thomas Mordon	Artesão de velas
Idem	20 mar 1385	William Herkestede	Mercador de víveres
Idem	18 out 1384	John de Wodestoke	Cervejeiro
18 outubro 1386	28 jul 1386	John Tours	Mercador de tecidos
Idem	12 mar 1385	Nigel Loryng	Cavaleiro
6 novembro 1386	10 jul 1386	William Fryth	Mercador de peixes salgados
21 março 1387	8 set 1386	Geoffrey Maynarde	Artesão de barris
11 junho 1387	5 jun 1374	Robert Vanner	Mercador de vinho
Idem	13 ago 1386	Stephen Dawbeny	Mercador de peles
20 julho 1387	18 out 1386	Laurence Bleseworth	Mercador de vinho
1 agosto 1387	11 jun 1387	Robert Warbulton	-
Idem	16 jun - 2 jul 1387	Katherine de la Pole	Mulher (cidadã e livre)

13 outubro 1387	10 jun 1386	Robert Rydere	Artesão de latão
25 janeiro 1388	20 jul 1385	Walter Doget	Mercador de vinho
Idem	11 ago 1385	Alice Mordon	Viúva de um mercador de peixes salgados
7 março 1388	23 nov 1385	John Mordon	Mercador de peixes salgados
Idem	20 nov 1387	Roger Lunt	Alfaiate
25 abril 1388	8 abril 1388	John Cok	Artesão de velas
Idem	12 out 1387	John Cook	Cervejeiro
Idem	2 out 1387	Richard Hale	Mercador de peixes
Idem	10 abril 1388	William Thornhille	Artesão de armaduras
11 junho 1388	9 fev 1386	John Halfmark	Ferreiro
Idem	5 jun 1388	Robert Cok	Artesão de luvas
25 julho 1388	11 maio 1388	Thomas Renham	Ourives
Idem	1 nov 1387	John Kyrketon	Mercador de peixes salgados
28 outubro 1388	6 ago 1386	William Atte Castel	Artesão de armaduras
Idem	24 jul 1388	John Knotte	Mercador de peixes
11 novembro 1388	23 maio 1387	Alice Wodegate	Viúva
20 janeiro 1389	5 fev 1387	John Frere	Produtor de arame
5 fevereiro 1389	6 dez 1388	Robert Warwyk	Mercador de tecidos
24 fevereiro 1389	25 dez 1372	Simon Atte Grene	-
7 março 1389	25 dez 1382	Thomas Carleton	Bordador
Idem	9 nov 1388	John Strousburgh	Bordador
12 março 1389	13 jul 1388	John Mody	-
20 julho 1389	24 abril 1389	Thomas Leuesham	Mercador de peles
Idem	26 nov 1386	Idonia Salesbury	Viúva
25 julho 1389	16 nov 1381	John Philippot	-

Idem	1 abril 1387	Laurence Silkeston	Mercador de peles
18 outubro 1389	2 ago 1389	Richard Betaigne	Ourives
Idem	3 maio 1389	Robert Rous	-
Idem	24 maio 1389	John Sewale	-
19 maio 1390	28 maio 1389	Andrew Cornewaille	Mercador de tecidos
20 julho 1390	9 ago 1389	William de Tonge	-
18 outubro 1390	26 set 1390	Matthew Assheby	Cervejeiro
Idem	24 abril 1390	Walter de Barton	Sapateiro
Idem	12 out 1389	Robert Lyndewyk	Açougueiro
6 novembro 1390	11 jan 1389	Richard Godechilde	Artesão de utensílios de cozinha
13 janeiro 1391	19 ago 1390	Trippelowe	Artesão de armaduras
Idem	10 ago 1388	John Atte Merssh	Mensageiro
Idem	1 ago 1390	William Yvory	Açougueiro
2 fevereiro 1391	16 março 1389	John Scorfeyn	Artesão de armaduras
Idem	11 jun 1390	Nicholas Twyford	Ourives
22 fevereiro 1391	1 ago 1390	John Bathe	-
7 março 1391	8 jan 1390	Simon Petigru alias Atte Nax	Artesão de utensílios de cozinha
Idem	15 jan 1390	Johanna Northburgh	Viúva de um mercador de tecidos
Idem	24 jun 1390	William Ancroft	Mercador de tecidos finos
Idem	-	John Foxton	-
Idem	20 mar 1388-9	John Coraunt	Ourives
31 maio 1391	25 fev 1390	William Neuport	Mercador de peixes

11 junho 1391	20 out 1390	Richard Toky	Mercador de víveres
Idem	11 jun 1385	Michael Trewethenek	Mercador de peles
13 outubro 1391	10 ago 1391	Gilbert Marion	-
Idem	5 abril 1391	Walter Leycestre	-
Idem	26 abril 1391	Richard de Preston	Mercador de víveres e cidadão
2 fevereiro 1392	21 dez 1391	Richard Harsham	“Ferroure”
Idem	25 mar 1388	William Power	Mercador de peles
14 fevereiro 1392	25 dez 1391	Andrew Pykeman	Mercador de peixes
Idem	4 nov 1391	Nicholas Brandon	Mercador de peixes salgados
19 maio 1392	7 jul 1391	Nicholas Daudeley	Lorde
Idem	9 ago 1390	John Capelle	Sapateiro
13 outubro 1392	22 set 1391	William Neve	Filho
30 novembro 1392	14 maio 1387	John Waldegrave	Cervejeiro
20 janeiro 1393	23 maio 1392	Richard Shiryngton	Joalheiro
Idem	26 nov 1392	Roger Shirreve	Escrivão
25 janeiro 1393	14 fev 1390	John Atte Feld	Curtidor
7 março 1393	2 fev 1392-3	Robert Boxford	Mercador de tecido
Idem	1 mar 1391	Nicholas Snypton	-
11 junho 1393	25 dez 1392	William Wyght	Mercador de peixes salgados
17 junho 1393	14 abril 1361	John Offham	Boticário
1 novembro 1393	12 fev 1390	William Burford	Sineiro
Idem	20 nov 1392	William de Lincoln	Seleiro
30 novembro 1393	29 jul 1392	Matilda Holbech	Viúva de um mercador de tecidos
20 janeiro 1394	21 abril 1390	John Boterwyk	-
Idem	22 ago 1393	John Dymmok	Alfaiate

25 janeiro 1394	18 jun 1393	Martin Elys	Cônego Menor de St Paul's
Idem	5 out 1393	Mary Baterell alias De Flete	Mulher
Idem	20 set 1393	John Sandherst	Artesão de velas
5 fevereiro 1394	19 maio 1391	John Leycestre	Mercador
14 fevereiro 1394	1 out 1393	Walter White	-
7 março 1394	18 mar 1392-3	Thomas Vynent	Mercador de tecidos finos
21 março 1394	26 set 1393	William Potenham	Artesão de cintos
25 março 1394	8 out 1393	John Boseham	Mercador de tecidos finos
19 maio 1394	11 nov 1392	Thomas Waltham	-
31 maio 1394	10 fev 1393	John Blakeneye	Mercador de peixes
Idem	22 nov 1386	Avice Grenyngham	Viúva
20 julho 1394	12 jan 1393	Margaret Walleworth	Viúva
18 outubro 1394	15 abril 1394	Thomas Bonauntre	Tapeceiro
Idem	(?) 1394	John Eleys	-
11 novembro 1394	3 maio 1393	William Kyng	Mercador de tecidos
Idem	Idem	William Kyng	Mercador de tecidos
20 novembro 1394	28 nov 1391	William Eynesham	Mercador de especiarias
7 março 1395	29 dez 1393	John Tyderle	Mercador de peles
18 março 1395	20 set 1394	John Seman	Mercador de peixes
21 março 1395	24 dez 1394	William Mokeron	Cervejeiro
Idem	25 jul 1382	John Southam	Mercador de peixes salgados
Idem	28 set 1394	William Wolrich	Fundidor
20 julho 1395	24 jun 1395	Beatrix Langeford	Mulher

28 outubro 1395	6 maio 1395	Thomas Irland	Mercador de peles
11 novembro 1395	25 ago 1395	Adam Fermere	Artesão de utensílios de cozinha
Idem	27 set 1395	Thomas Fyndon	Ourives
Idem	16 mar 1394	Juliana Glemesford	Viúva de um mercador de peixes
25 novembro 1395	28 jul 1395	Roger Abbot	Mercador de tecidos
2 fevereiro 1396	3 ago 1395	Henry Uffyngton	Chapeleiro
Idem	27 ago 1395	Nicholas Tailleur	Mercador de tecidos
24 fevereiro 1396	22 jan 1395	Gilbert Prynce	Pintor
12 março 1396	1 dez 1395	Johanna Osekyn	Viúva de um mercador de especiarias
25 novembro 1396	25 jun 1396	William Stamelden	Ourives
30 novembro 1396	4 dez 1394	Adam Hamond	-
25 janeiro 1397	6 set 1396	William Barneby	Padeiro
Idem	18 set 1396	Thomas Noket	Mercador de tecidos
Idem	13 ago 1396	Roger Elys	Artesão de velas de cera
2 fevereiro 1397	10 ago 1396	John Walworth	Mercador de vinho
22 fevereiro 1397	21 jan 1394	Thomas Chapman	Mensageiro
Idem	23 nov 1394	William Organ	Escrivão
Idem	9 abril 1391	William de Thorp	-
21 março 1397	4 out 1396	Philip Atte Vyne	Chapeleiro
31 maio 1397	28 mar 1396	Gilbert Atte Merssh	Artesão de velas
20 julho 1397	25 jun 1389	John Maire	Ferreiro
25 julho 1397	1 jan 1397	John Shalyngford	Mercador de tecidos

28 outubro 1397	17 jul 1397	Richard Tykenore	Mercador de tecidos
Idem	24 ago 1391	William Wotton	Mercador
1 novembro 1397	16 ago 1396	Thomas Atte Wode	-
25 novembro 1397	1 nov 1396	John Charteseye	Mercador de tecidos
Idem	24 jul 1397	William Shiryngham	Mercador de tecidos finos
30 novembro 1397	9 fev 1394	Henry Vanner	-
25 janeiro 1398	29 dez 1397	John Goldryng	Artesão de velas
2 fevereiro 1398	12 jan 1397	John Davy de Holbourne	-
Idem	20 fev 1385	William Whelple	Sapateiro
14 fevereiro 1398	2 nov 1397	Richard Waltham	Artesão de utensílios de cozinha
Idem	18 out 1397	John Clapshethe	Vendedor de aves
Idem	17 dez 1397	John Norhampton	Mercador de tecidos
19 maio 1398	3 ago 1397	John Clerk	Vendedor de aves
20 julho 1398	25 dez 1396	William Thame	Mercador de peixes
Idem	24 maio 1398	William Newport	-
2 fevereiro 1399	14 set 1395	Amycia Burwell	Esposa
14 fevereiro 1399	12 set 1398	Richard Willesdon	-
Idem	27 fev 1397	William Baddeby	Mercador de víveres
12 março 1399	1 set 1397	John Fressh	Mercador de tecidos finos
23 abril 1399	19 out 1398	John Pountfreyt	Seleiro
11 junho 1399	17 fev 1398	John Parker	-
17 junho 1399	20 fev 1398	John Godard	Ourives
20 novembro 1399	1 maio 1399	Richard Smyth	-

Idem	6 mar 1395-6	Simon de Wynchecombe	Artesão de armaduras
Idem	7 abril 1396	Simon Wynchecombe	Artesão de armaduras
5 fevereiro 1400	12 abril 1399	John Starlyng	-
Idem	31 maio 1399	Bartholomew Ensyng	Tintureiro
14 fevereiro 1400	26 ago 1396	Johanna Maykyn	Viúva de um mercador de vinho
31 maio 1400	5 mar 1398	Richard Blounville	Mercador de peixes salgados
Idem	20 maio 1400	William Burton	Escudeiro
20 julho 1400	5 dez 1398	Matilda Bromholme	Mulher
Idem	9 abril 1400	John Hedyngham	Artesão de cabrestos